



Theófilo Codeço Machado Rodrigues

PARTIDOS-MOVIMENTO:

**As Relações entre Partidos Políticos e Sociedade Civil
no limiar do século XXI**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Luiz Jorge Werneck Vianna

Rio de Janeiro

Março de 2017



Theófilo Codeço Machado Rodrigues

Partidos-Movimento: as relações entre partidos políticos e sociedade civil no limiar do século XXI

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luiz Jorge Werneck Vianna

Orientador

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Prof. Felipe Maia Guimarães da Silva

UFJF

Profa. Mayra Goulart da Silva

UFRRJ

Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Prof. Fernando Cardoso Lima Neto

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Coordenadora Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Theófilo Codeço Machado Rodrigues

Graduou-se em ciências sociais pela PUC-Rio em 2009. Mestre em ciência política pela UFF em 2012. Professor visitante na FGV em 2017. Professor Substituto do Departamento de Ciência Política da UFRJ em 2017. Sua área de atuação acadêmica envolve temas como teoria política, partidos políticos, sistemas eleitorais e regulação da mídia.

Ficha Catalográfica

Rodrigues, Theófilo Codeço Machado

Partidos-movimento : as relações entre partidos políticos e sociedade civil no limiar do século XXI / Theófilo Codeço Machado Rodrigues ; orientador: Luiz Jorge Werneck Vianna. – 2017.

212 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2017.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Partidos-movimento. 3. Partidos políticos. 4. Sociedade civil. 5. Movimentos sociais. 6. Jornadas de Junho. I. Vianna, Luiz Jorge Werneck. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Agradecimentos

Uma tese de doutorado é, como muitas coisas na vida, uma síntese de múltiplas determinações. Não posso deixar de utilizar este espaço para agradecer algumas dessas importantes determinações, ou melhor, contribuições.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Luiz Werneck Vianna, pela paciência, pelo estímulo e pela generosidade. A primeira vez que li Werneck foi em 2004, recém entrado no curso de graduação em ciências sociais da PUC-Rio. Esse primeiro contato foi com seu texto sobre os americanistas e os iberistas. Ali encontrei um exemplo do tipo de sociologia que gostaria de fazer. O que ainda não poderia imaginar naquele momento é que teria a oportunidade de, treze anos depois, defender uma tese sob sua supervisão. Com Werneck, compartilho ao menos três premissas que de algum modo orientaram essa pesquisa. Em primeiro lugar, a convicção de que até onde a vista alcança os partidos políticos serão instrumentos privilegiados de acesso democrático e que, portanto, precisam ser compreendidos e – por que não? – defendidos. Em segundo, a simpatia pelo instrumental analítico gramsciano como o mais adequado para a interpretação social do Brasil. Por fim, a tentativa de compreensão das dinâmicas do poder desde baixo a partir do encontro entre a sociologia e a ciência política. Em outras palavras, a defesa da sociologia política.

Aos professores Paulo Mesquita d'Ávila Filho e Marcus Ianoni, meus orientadores na graduação e no mestrado, respectivamente, com quem aprendi a caminhar na linha tênue entre a academia e a militância.

Ao professores e amigos Felipe Maia, Gisele Araújo e Rogerio Dultra, ouvidos atentos e conselheiros para todas as horas.

Aos professores do departamento de ciências sociais da PUC-Rio, antigo departamento de sociologia e política: Marcelo Burgos, Maria Alice Rezende de Carvalho, Sarah Telles, Ângela Paiva, Santuza Naves, Valter Sinder, Maria Celina e Ricardo Ismael, todos fundamentais em minha formação.

Ao professor David Samuels, que em sua curta passagem pela PUC-Rio me abriu muitos horizontes.

Ana Roxo, Eveline, Monica e Felipe, funcionários do departamento, meu muito obrigado pela ajuda cotidiana na batalha contra a burocracia.

Ao auxílio da CAPES, sem o qual a tarefa de realizar um doutorado com dedicação exclusiva teria sido impossível. Da mesma forma, à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos para que pudesse apresentar trabalhos e artigos nos importantes congressos científicos de nossa área.

Aos amigos da incrível Armada de Brancaneone, pela parceria e camaradagem em todos os momentos. Impossível listar todos neste curto espaço, por isso menciono apenas os mais antigos: Bruno Falci (franco-cubano), Diogo Dantas, Rodrigo Verly, Leonardo Barbosa e Pedro Fernandes.

Aos barões e baronesas de Itararé: Larissa Ormay, Luana Bonone, Miguel do Rosário, Juliano Guilherme, Gilberto de Souza, Fabio Lau e Marcos Pereira.

Aos velhos amigos de movimento estudantil, Felliipe Redó, Daniel Iliescu e Rodrigo Ribeiro.

Aos amigos da pós-graduação na PUC-Rio: Caique Bellato, Leo Puglia, Leo Vilardi, Pedro Henrique Torres, Luisa Santiago, Marina Schneider, Laura Rossi, Marcele Frossard, Taisa Sanches, Irineu Balbi, Carol Radd, Yasmin Curzi, Alessandra Maia e Carla Soares.

À minha família, que acreditou e sempre apoiou esse projeto. Pai, mãe e Laura, obrigado.

À Maria, com quem divido o que há de melhor na vida. Não bastasse a felicidade de estar ao seu lado, ainda trouxe Manu, para quem dedico essa tese.

Resumo

Rodrigues, Theófilo Codeço Machado; Werneck Vianna, Luiz Jorge. **Partidos-Movimento: as relações entre partidos políticos e sociedade civil no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro, 2017. 212p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese investiga as relações entre partidos políticos e sociedade civil no Brasil no início do século XXI. A hipótese é a de que a participação ativa dos partidos políticos na vida cotidiana das tradicionais organizações da sociedade civil, ainda que sob graus e qualidades distintas, assumiu novos contornos no período pós-jornadas de junho de 2013. Para tanto, são observadas as filiações partidárias das principais lideranças das centrais sindicais e entidades patronais, o envolvimento dos partidos em organizações da sociedade civil como os movimentos estudantis e os clubes desportivos, bem como os novos movimentos sociais como Vem Pra Rua, MBL, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. A partir de uma observação comparada, o estudo apresenta como pano de fundo casos internacionais como Podemos na Espanha, Syriza na Grécia, Bloco de Esquerda em Portugal, *Die Linke* na Alemanha, *Front de Gauche* em França e Movimento 5 Estrelas na Itália como exemplos daquilo que a literatura contemporânea tem conceituado como Partidos-Movimento. Além da análise comparada, o método adotado mescla instrumentos da sociologia política com a ciência política.

Palavras-chave

Partidos-movimento; Partidos Políticos; Sociedade Civil; Movimentos Sociais; Jornadas de Junho.

Abstract

Rodrigues, Theófilo Codeço Machado; Werneck Vianna, Luiz Jorge (Advisor). **Movement-Parties: the relationships between political parties and civil society at the beginning of the 21st century.** Rio de Janeiro, 2017. 212p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis investigates the relationships between political parties and civil society in Brazil at the beginning of the 21st century. The assumption is that the active participation of political parties in the daily life of traditional civil society organizations, even under different grades and qualities, took on new contours after June 2013. With this purpose, it will be shown the investigation of the affiliations in the parties in civil society organizations such as student movements and sports clubs, and the new social movements such as Vem Pra Rua, MBL, Frente Brasil Popular and Povo Sem Medo. From a comparative observation, the study presents international cases such as Podemos in Spain, Syriza in Greece, Bloco de Esquerda in Portugal, Die Linke in Germany, Front de Gauche in France and 5-Star Movement in Italy as examples of what contemporary literature has conceptualized as Movement-Party. Besides the comparative analysis, the adopted method mixes instruments of political sociology with political Science.

Keywords

Movement-Parties; Political Parties; Civil Society; Social Movements; June Journeys.

Sumário

1	Introdução	10
1.1	Crise de representação política?	11
1.2	Por que sociologia política?	15
1.3	Atualizando a teoria dos partidos políticos: o partido-movimento	18
1.4	Estado da arte dos partidos políticos no Brasil	22
1.5	Métodos de investigação e de exposição	25
2	A alvorada dos partidos-movimento	27
2.1	Indignados, 15M e o <i>Podemos</i> na Espanha	29
2.2	A experiência grega do <i>Syriza</i>	39
2.3	Entre PCP e PS: Bloco de Esquerda e a “geringonça portuguesa”	41
2.4	Jean-Luc Mélenchon: da <i>Front de Gauche</i> à <i>La France Insoumise</i>	47
2.5	O Movimento 5 Estrelas na Itália	51
2.6	<i>Die Linke</i> e a nova esquerda que ressurge na Alemanha	53
2.7	<i>Left Unity</i> e a renovação do <i>Labour Party</i> com Jeremy Corbyn	57
2.8	Do <i>Occupy Wall Street</i> à lufada socialista de Bernie Sanders	61
2.9	Uma índia para presidente: a estratégia zapatista desde Chiapas	65
2.10	Para uma definição de Partido-Movimento	67
3	Para uma sociologia política dos partidos brasileiros	75
3.1	A gênese partidária	79
3.2	Partidos e centrais sindicais	86
3.3	Partidos e sindicatos patronais	99
3.4	Partidos e movimento campestre	107
3.5	Partidos e movimento estudantil	112
3.6	Partidos e movimentos identitários	121
3.7	Partidos e clubes desportivos	123
3.8	Partidos e escolas de samba	127
3.9	Os partidos estão presentes na sociedade civil brasileira?	130

4	Os partidos e o momento disruptivo no Brasil	134
4.1	Estado e sociedade nos governos Lula e Dilma (2003-2013)	136
4.2	Do momento disruptivo de 2013 ao golpe parlamentar de 2016	145
4.3	A saída é pela direita: Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e a “revolução de cashmere”	159
4.4	A saída é pela esquerda: a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem medo e a “via frentista”	170
4.5	A saída é desde baixo: movimento #Queroprévias e “via basista”	179
4.6	A saída é pelo centro: <i>aggiornamento</i> , moderação programática e “via centrista”	182
4.7	É possível um Partido-Movimento no Brasil?	185
5	Considerações finais	193
6	Referências bibliográficas	197

Introdução

“E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade” (MARX, 1969, p. 45-46).

Falar mal dos partidos políticos tornou-se um verdadeiro esporte nacional. Seja nas rádios ou nas bancas de jornais, seja nos bares ou nos encontros familiares, seja nas escolas ou nas fábricas, a crítica aos partidos sempre está presente quando o assunto é política. E não sem que haja alguma razão para tanto...

À ciência política brasileira - nos últimos vinte anos pelo menos - coube a tarefa de desmistificar muitas das narrativas construídas e reproduzidas pelo senso comum e pelos veículos de comunicação sobre as fragilidades dos partidos. A partir de estudos institucionalistas, a ciência política obteve sucesso em demonstrar como os partidos são organizações extremamente fortes e coerentes em seu principal *locus* de atuação: o Congresso Nacional.¹ Contudo, bastaria apenas uma observação “por cima”, a partir das instituições da sociedade política, para sugerirmos que os partidos são organizações fortes e relevantes? Nossa hipótese afirma que não. Nossa hipótese é a de que a sociologia política também tem muito a contribuir com os estudos sobre os partidos a partir de investigações sobre as relações criadas entre eles e as organizações da sociedade civil. Ou seja, se a ciência política buscou investigar os partidos a partir “de cima”, caberia à sociologia política fazer a observação a partir “de baixo”. Argumento ao longo desta tese, portanto, que os partidos estão presentes, sim – de modos distintos, é claro – no cotidiano da sociedade civil brasileira. E que essa ancoragem social constitui elemento fundamental - ainda que não seja somente ela – para a robustez do sistema partidário.

¹ Foi o trabalho pioneiro de Figueiredo e Limongi (1995) que abriu as portas para essa nova interpretação e linha de pesquisa na ciência política brasileira.

1.1

Crise de representação política?

Em que pese a séria falta de credibilidade por que passam os partidos, o fato é que, até hoje, a história não nos consentiu conhecer sociedades de sufrágio universal com participação ampla, competição aberta e pluralidade política sem que houvesse tais instituições². Enquanto a inovação institucional – obra do gênio imaginário de certos engenheiros sociais – não nos apresentar novos procedimentos que não sejam retrocessos, teremos que continuar lidando com os partidos. Para o bem ou para o mal, nada indica que essas instituições deixarão de existir no curto ou mesmo médio prazo. Haja vista, portanto, a impossibilidade momentânea de vivermos sem eles, devemos passar a conhecê-los melhor, até mesmo para criticá-los ou mesmo superá-los.

Inicialmente poderíamos dizer que são dois os principais motivos pelos quais são necessários os partidos políticos. Em primeiro lugar, por uma questão de escala. Há de se imaginar que em uma pequena comunidade, formada por poucos cidadãos, cada um deles poderia vir a ser representante de si mesmo em assembleias periódicas com a participação de todos, o que talvez eliminasse a necessidade dos partidos. Penso aqui numa idealização da *ágora* grega, por exemplo. No entanto, o assembleísmo ateniense seria impossível em uma sociedade moderna mais complexa com milhares de cidadãos. O segundo problema está na própria estrutura da moderna sociedade capitalista. Ao contrário da imagem projetada por Karl Marx e Friedrich Engels do cidadão político pleno que adviria da sociedade sem classes, no mundo contemporâneo tal cidadão ainda não existe e por isso – dentre muitos outros motivos – entrega parte de suas decisões para os partidos. “Se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente” afirmou Rousseau em seu *Contrato Social*, ao apresentar alguns dos obstáculos da “verdadeira democracia”. Mas o próprio Rousseau de forma realista – ou, para alguns, pessimista – jogou um balde de água fria naqueles que defendiam a democracia direta, sem representantes,

² De acordo com o “Índice de Confiança Social” medido pelo IBOPE em 2013 os partidos políticos ficam em último lugar no quesito credibilidade numa lista de 18 instituições. No mesmo sentido, pesquisa divulgada em 2008 pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) indica que 72% dos entrevistados não confiam nos partidos políticos. Para o Índice de Confiança na Justiça Brasileira – ICJ da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – em 2013 cerca de 95% dos entrevistados afirmaram não confiar nos partidos políticos.

quando acrescentou cinicamente que “governo tão perfeito não convém aos homens” (ROUSSEAU, 1999, p. 151).

As duas justificativas da necessidade da democracia representativa explicitadas anteriormente estão mais diretamente relacionadas ao âmbito da política. No entanto, o desenvolvimento da sociedade moderna capitalista traz consigo uma outra questão mais vinculada ao âmbito da economia política, qual seja, a acumulação do capital. Em última instância, poderíamos afirmar que os partidos são os principais instrumentos das classes sociais na disputa pela regulação do processo de acumulação feita pelo Estado. Dito de outra forma, os partidos políticos são os responsáveis por realizar o “cálculo do dissenso” nas sociedades capitalistas.³

Na teoria política, os chamados minimalistas, mais precisamente Joseph Schumpeter e Robert Dahl, buscaram identificar critérios mínimos para que determinadas formações sociais e históricas pudessem ser consideradas democráticas. Em *Capitalismo, socialismo e democracia*, texto de 1942, Schumpeter argumenta que a democracia deve ser compreendida tão somente como um método procedimental, ou seja, apenas pela possibilidade da população, através do voto, eleger ou desfazer governos. Já Dahl, em *A Poliarquia*, de 1972, avança ao mencionar a importância da liberdade de expressão, do amplo direito ao voto e de aberta competição política. Destarte, os partidos políticos detêm nas poliarquias⁴, um certo oligopólio da representação política.

Todavia, se são necessários, por que tanto descrédito? Muitas foram as respostas dadas nos últimos anos pela literatura especializada, assim como as soluções. Uma dessas respostas foi dada pelos teóricos da teoria participativa. Carole Pateman (1992) em *Participação e teoria democrática* sustenta que em um governo democrático, a participação política deve estar presente em toda a estrutura

³ De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p.125), “cálculo do dissenso” é “(...) a taxa de injustiça, em favor da acumulação, que será socialmente tolerada, ou, conversamente, a magnitude dos recursos que se podem subtrair à acumulação, em favor da equidade, sem prejuízo catastrófico para o processo ampliado de reprodução”.

⁴ Poliarquia é a forma como o cientista político estadunidense Robert Dahl (2012) compreende o estudo das democracias. Na medida em que não há como definir uma democracia plena, Dahl forja o conceito de poliarquia para classificar os países que se aproximam deste ideal, através da abertura para participação e competição política.

da sociedade. Essa participação política enriqueceria, portanto, a própria representação. Diz Pateman:

O argumento da teoria da democracia participativa é que a participação nas áreas alternativas capacitaria o indivíduo a avaliar melhor as conexões entre as esferas públicas e privada. O homem comum poderia ainda se interessar por coisas que estejam próximas de onde mora, mas a existência de uma sociedade participativa significa que ele estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível nacional, estaria em melhores condições para tomar decisões de alcance nacional quando surge a oportunidade para tal, e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre sua própria vida e sobre o meio que o cerca (PATEMAN, 1992, p. 146).

Wanderley Guilherme dos Santos parece seguir por essa pista ao indicar que a solução para a crise da representação política passaria pelo alargamento do sistema democrático. “A crise de participação só poderá ser resolvida se aceitarmos a obsolescência dos sistemas partidários enquanto oligopólios da oferta de participação. Em outras palavras, o remédio para os problemas da representação é alargar o escopo das formas legítimas de participação” (SANTOS, 1999, p. 111).

A partir da década de 80 as críticas à representação no âmbito da teoria política migraram das teorias participativas para as teorias deliberativas (MIGUEL, 2014, p. 65). Aqui, destaca-se Jurgen Habermas (2003), que formulou em seu livro *Direito e democracia: entre facticidade e validade* o tema da deliberação na esfera pública e se tornou um dos mais influentes teóricos da democracia contemporânea. Grosso modo, essas teorias participativas e deliberativas estimularam diversas pesquisas sobre inovações democráticas, como o orçamento participativo (AVRITZER e NAVARRO, 2003; NEVES, 2008), os conselhos gestores de políticas públicas (LAVALLE, VOIGT e SERAFIM, 2016), as ouvidorias públicas (NETO e DURÁN, 2016) ou as conferências de políticas públicas (SANTOS e POGREBINSCHI, 2011).

Para uma outra parcela da literatura será um tipo distinto de representação, a “representação funcional”, que insurgirá do vácuo causado pelo enfraquecimento dos partidos. De acordo com Luiz Werneck Vianna, “o descrédito da representação política resultante da hegemonia neoliberal trará consigo a emergência da representação funcional” (WERNECK VIANNA, 2008, p. 96). Os estudos de Werneck Vianna indicam o Ministério Público como um dos protagonistas deste

novo cenário de representação funcional⁵. Aliás, aí está a Operação Lava Jato, estimulada pelo Ministério Público Federal, ganhando prêmios de organizações da sociedade civil e com seus procuradores alçados ao patamar de heróis nacionais⁶. Verdadeiros “tenentes de toga”, na certa metáfora de Werneck Vianna⁷. Mas essa exaltação esconde um perigo democrático, à medida em que, diferentes dos partidos políticos, esses novos heróis nacionais não passaram pelo teste do sufrágio.

Se a ascensão da representação funcional pós-Constituição de 1988, de um lado, e de elementos participativos e deliberativos – como o orçamento participativo, os conselhos e as conferências de políticas públicas –, de outro, abriram novas possibilidades para toda uma agenda de pesquisa na ciência social brasileira, não há de se supor que investigações sobre a representação política e seus principais agentes, os partidos políticos, devam ser deixados de lado. Mesmo Paul Hirst, um dos mais importantes críticos dos limites da democracia representativa, deixa clara a necessidade da existência dos partidos. Em suas palavras, “(...) seria absurdo imaginar que podemos abandonar o mecanismo de democracia representativa, ou abolir por completo a instituição do governo por partidos” (HIRST, 1992, p. 42). Ao contrário, o surgimento dessas inovações democráticas deve “ser encarado como forma de fortalecimento da representação política, e não como um sinal de enfraquecimento das suas instituições” (SANTOS e POGREBINSCHI, 2011). Ou, concordando com Alessandra Faria (2008, p. 135), podemos defender a tese de que “desnaturalizar democracia e representação política passa por perceber sua falibilidade sem desprezar sua validade ou finalidade”. Em síntese, mais do que uma crise da representação política, o que assistimos é à um *aggiornamento* das instituições democráticas.

⁵ Para um melhor conhecimento acerca da representação funcional ver *Judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (WERNECK VIANNA *et al*, 1999). Para um panorama crítico acerca deste debate ver Motta, 2011.

⁶ Em 2016, o Ministério Público Federal ganhou o Prêmio Inovare das Organizações Globo, pelas ações da Operação Lava Jato. “Nós dedicamos esse prêmio a cada cidadão brasileiro que foi às ruas de modo pacífico pedir um País sem corrupção e defender a Lava Jato”, disse à imprensa o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato. Disponível em: <http://istoe.com.br/lava-jato-ganha-premio-e-dallagnol-diz-ser-impossivel-prever-fim-da-operacao/>

⁷ Revista Isto É, 20.12.2016. “‘Tenentes de toga comandam essa balbúrdia jurídica’, diz cientista político”. Disponível em: <http://istoe.com.br/tenentes-de-toga-comandam-essa-balburdia-juridica-diz-cientista-politico/>

1.2

Por que sociologia política?

Na ciência política brasileira majoritária constituiu-se uma certa aptidão pelos estudos institucionalistas como forma de especialização disciplinar. Desde as famosas críticas ao suposto subdesenvolvimento do sistema partidário brasileiro efetuadas por Bolivar Lamounier e Rachel Meneguello (1986) ou por brasilianistas como Barry Ames (2003), Scott Mainwaring (1993), Mainwaring e Scully (1995) e David Samuels (1997) tornou-se frequente em nossa ciência política a realização de pesquisas e estudos que comprovassem os supostos equívocos daqueles autores⁸. Assim, dados e mais dados demonstrando a eficiência do sistema partidário brasileiro através das altas taxas de fidelidade das bancadas nas votações do Congresso Nacional passaram a ser utilizados em defesa da vitalidade de nossos partidos. O mais importante e pioneiro deles foi sem dúvida o trabalho de Fernando Limongi e Argelina Figueiredo publicado na revista *Dados* sobre as votações na Câmara dos Deputados no período entre 1989 e 1994. Segundo os autores,

A fragilidade dos partidos não se manifesta onde mais se esperava que ela viesse a se expressar: no plenário da Câmara dos Deputados, onde os deputados exercem seu direito individual de voto. Os partidos políticos na Câmara não são peças de ficção. A filiação partidária nos diz muito a respeito do voto provável do parlamentar. Votações tendem a dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda. Mais que isto: há um centro-direita e um centro-esquerda (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995).

Mas será que essa variável institucional é a única capaz de mensurar a força de um sistema partidário e de seus partidos políticos em uma determinada sociedade? Nossa hipótese é a de que a resposta para tal pergunta deva ser negativa. Se os partidos políticos ainda são de fato relevantes para a realidade concreta como argumento nessas breves páginas então conhece-los melhor torna-se cada vez mais imprescindível.

⁸ Em 1997 David Samuels sintetizou da seguinte forma a percepção da ciência política à fragilidade do sistema partidário brasileiro: “Quase não existem pesquisas a respeito dos partidos políticos no Brasil na fase pós-autoritarismo, porque os cientistas políticos lhes atribuem pouca importância como atores coletivos. O pensamento corrente entende que os partidos brasileiros têm sido historicamente fracos e fragmentados, constituindo, quase todos, alianças de máquinas de patronagem, instrumentos nas mãos de líderes locais ou regionais que fazem uso dos recursos públicos para construir e sustentar uma base de apoio” (SAMUELS, 1997).

Os partidos políticos podem ser fortes na arena legislativa como bem demonstra a literatura especializada. Mas será que também são fortes na sociedade civil? Seja no senso comum, seja na literatura, críticas sobre um suposto distanciamento entre partidos e organizações da sociedade são recorrentes. A hipótese deste trabalho é a de que, ao contrário do que dizem os críticos dos partidos, eles estão presentes na vida cotidiana da sociedade civil, ou seja, nas associações, nos sindicatos, nas entidades de classe e nos movimentos sociais.

Os partidos políticos não devem ser vistos apenas como foco de interesse da ciência política. Ao contrário do que poderia supor certo senso comum, a vida orgânica e ativa dos partidos não está presente apenas em determinada parte do mundo da superestrutura, se quisermos utilizar aqui a “metáfora espacial do edifício” de Marx tão bem descrita por Louis Althusser⁹. Divisões como Estado x sociedade, superestrutura x estrutura, sociedade política x sociedade civil, público x privado, podem fazer crer que os partidos dizem respeito apenas a uma dessas dimensões supostamente dicotômicas, ou, em outras palavras, à parte mais alta do edifício. Ledo engano. Os partidos políticos são instituições que estão presentes em todo o corpo social, passando transversalmente por toda a sociedade. São “aparelhos privados de hegemonia” – se preferirmos utilizar aqui a expressão gramsciana – ou “aparelhos ideológicos de Estado”, se seguirmos com Althusser. Por isso, o conceito de “Estado ampliado” do filósofo italiano Antônio Gramsci nos seja útil para compreender o espaço de atuação dos partidos políticos. Esta linha de raciocínio difere daquela apresentada pelo pensamento liberal, como nos indica Werneck Vianna:

O pensamento liberal as entende [as relações entre sociedade civil e sociedade política] em função da articulação resultante do sistema representativo – o Estado é o *locus* ocupado pelos delegados eleitos pela sociedade civil. Fora do momento político em que se realiza essa mediação, a sociedade civil se resume em ser o reino da necessidade, onde o indivíduo possessivo – e, apolítico – se move em busca da satisfação dos seus apetites (WERNECK VIANNA, 1976, p.24).

Sociedade política e sociedade civil não podem ser vistas de forma segregada, pois fazem parte de uma totalidade denominada por Gramsci como

⁹ O marxista argelino radicado na França, Louis Althusser, cunhou a expressão “metáfora espacial do edifício” em seu clássico *Aparelhos ideológicos de Estado* (1985).

“Estado ampliado”.¹⁰ Nesse registro, uma sociedade complexa como a nossa possui em sua superestrutura duas dimensões: a sociedade política e a sociedade civil. À sociedade política cabe a coerção através daquilo que entendemos *lato senso* como Estado com suas instituições jurídicas e militares. Sociedade civil é a responsável pelo consenso, pela hegemonia, pela dominação ideológica através de associações, sindicatos, igrejas, meios de comunicações e demais corpos mediadores. Nossa hipótese é a de que todo o “Estado ampliado” é espaço de atuação dos partidos políticos. Destarte, não cabe à ciência política apenas o estudo da sociedade política e à sociologia somente o estudo da sociedade civil. Em síntese: sociedade civil e sociedade política fazem parte de uma única esfera, o “Estado ampliado”, e por isso devem ser alvo dos estudos das duas ciências, política e social. Conforme nos mostra Gramsci,

Se ciência política significa ciência do Estado e Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados, é evidente que todas as questões essenciais da sociologia não passam de questões da ciência política (GRAMSCI, 2007, p. 331).

Tal leitura acima proposta da ampliação da esfera de atuação dos partidos políticos retira da ciência política o seu monopólio investigativo, abrindo um amplo leque para todas as ciências sociais. Mas o movimento é duplo: se, por um lado, torna os partidos políticos objeto de estudo de todas ciências sociais; por outro, amplia a lente analítica da ciência política, obrigando-a a trazer variáveis sociais e históricas para sua investigação. De qualquer modo, seja por uma via, seja por outra, a conclusão é a mesma: a política não pode ser compreendida por si só, mas sim como parte de uma totalidade conformada por diversas outras dimensões como a sociedade, a economia, a ideologia *etc.* Uma interpretação que nos parece ao menos em parte adequada sobre tal perspectiva é aquela apresentada pelo sociólogo e cientista político argentino Atilio Boron. Segundo Boron, “é impossível teorizar sobre a “política”, como o fazem a ciência política e o saber convencional das ciências sociais, assumindo que aquela existe em uma espécie de limbo posto a salvo das prosaicas realidades da vida econômica” (BORON, 2006, p. 177). Essa é a nossa perspectiva.

¹⁰ Uma boa leitura do Estado ampliado em Gramsci pode ser encontrada em *Gramsci e o Estado* de Christinne Buci-Glucksmann (1980). Na obra do próprio Gramsci, recomenda-se a leitura do volume 3 de seus *Cadernos do Cárcere* (2007).

1.3

Atualizando a teoria dos partidos políticos: o partido-movimento

Qualquer estudo sobre partidos políticos deve levar em consideração e ponto de partida na teoria política as obras clássicas de Moisei Ostrogorski, Robert Michels, Max Weber, Maurice Duverger, Giovanni Sartori, Otto Kirchheimer, Angelo Panebianco, Richard Katz e Peter Mair.

O primeiro trabalho de profundidade sobre o tema foi realizado pelo sociólogo russo Moisei Ostrogorski. Publicado na Paris de 1902, *La democratie et les partis politiques* foi uma importante tentativa de análise comparativa dos partidos políticos nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nesse denso livro, Ostrogorski percebeu como as organizações partidárias de massa caminhariam para a perpetuação de suas elites dirigentes. Intimamente influenciado por Ostrogorski, o sociólogo alemão Robert Michels publicou em 1911 seu clássico *Sociologia dos Partidos Políticos*. A partir da observação histórica do Partido Social Democrata Alemão – SPD – desde sua fundação em 1875, Michels sugeriu que todas as organizações partidárias complexas exigem uma excessiva burocratização e consequente oligarquização. Trata-se de um processo permanente de especialização, que gera um afastamento entre uma minoria dirigente e uma maioria dirigida. Sua famosa “lei de bronze da oligarquia” conclui que “quem fala em organização fala em tendência à oligarquia” (1982, p. 23). Em suas palavras,

O partido, como formação externa, mecanismo, máquina, não se identifica necessariamente com a totalidade dos membros inscritos, e menos ainda com a classe. Tornando-se um fim em si mesmo, dando-se propósitos e interesses próprios, ele se separa pouco a pouco da classe que representa. Num partido, os interesses das massas organizadas que o compõem estão longe de coincidirem com os da burocracia que o personifica (1982, p. 234).

Leitor atento de Ostrogorski e Michels, o também sociólogo alemão Max Weber buscou tratar – ainda que insuficientemente – da questão dos partidos ao longo de sua obra. Em *Economia e Sociedade*, obra póstuma organizada por sua esposa, há toda uma seção intitulada *Sociologia do Estado* em que o autor trata da questão dos partidos¹¹. Seu foco, assim como nos autores já mencionados, residia

¹¹ Com efeito, embora *Economia e sociedade* tenha sido publicado em 1921, a seção *Sociologia do Estado* somente foi incorporada ao texto na edição de Johannes Winckelmann de 1956. Trata-se de

na crescente burocratização das direções partidárias. Todavia, ao contrário de seus colegas, Weber assistia com bons olhos ao cenário da burocratização.

Em que pese o profícuo debate ocorrido no início do XX, seria apenas com a publicação de *Os partidos políticos* do francês Maurice Duverger trinta anos depois, em 1951, que o tema voltaria ser analisado com profundidade pela ciência política. Segundo o próprio Duverger,

O primeiro, Ostrogorski, desbravou o caminho com essa análise apaixonante: sua obra beneditina, essencialmente analítica, conheceu muitos admiradores, mas poucos imitadores; ela se limita, aliás, a dois países, e aos únicos partidos “burgueses”. O desenvolvimento do socialismo inspirou mais tarde a Roberto Michels um excelente pequeno livro onde são descritos em termos sempre atuais as tendências oligárquicas das organizações de massas. Além dessas duas obras não existe estudo comparativo algum das estruturas partidárias (DUVERGER, 1970, p. 16).

Duverger formulou importantes proposições acerca dos efeitos do sistema eleitoral sobre o sistema partidário. As chamadas “Leis de Duverger” atestam que sistemas majoritários de turno único tendem ao bipartidarismo ao passo que sistemas majoritários de dois turnos e a representação proporcional tendem ao multipartidarismo. Embora a literatura tenha se debruçado com maior atenção sobre as “Leis de Duverger”, é forçoso reconhecer também a importância das proposições do sociólogo francês sobre as estruturas organizativas dos partidos. O autor francês elaborou tipologias relevantes como as de “partidos de massas” e “partidos de quadros”, entre outras que por muito tempo foram consideradas pela literatura.

A partir de então os trabalhos que se seguiram dialogaram de algum modo com as tipologias de Duverger. Em 1965, o italiano Giovanni Sartori em seu *Partidos e Sistemas Partidários* deu continuidade para a linha de pesquisa sobre estruturas partidárias. Em seus artigos e trabalhos, Sartori realizou a tarefa de tentar flexibilizar as “Leis de Duverger”. Diz Nicolau,

Sartori propôs duas leis tendenciais: fórmulas de maioria simples favorecem um formato bipartidário e, inversamente, dificultam o multipartidarismo; fórmulas de representação proporcional favorecem o multipartidarismo e, inversamente, dificilmente produzem o bipartidarismo (NICOLAU, 1996).

Em 1966, Otto Kirchheimer partiu das tipologias de “partidos de quadros” e “partidos de massas” de Duverger para apresentar uma nova: os “partidos de *catch*

uma compilação de textos de Weber com passagens, por exemplo, de *A política como vocação* de 1919.

all”. Esses partidos surgiram após a Segunda Guerra a partir da percepção de que a luta eleitoral exigia mais do que a busca por um eleitorado específico. Todos os eleitores precisariam ser buscados. Destarte, de acordo com Kirchheimer os “partidos de *catch all*” reduziam seu conteúdo ideológico e programático para abrir suas fileiras para os mais diversos grupos de interesses. Essa tipologia dos “partidos de *catch all*” foi reconfigurada pelo sociólogo italiano Angelo Panebianco em 1982 com a publicação de *Modelos de partido – Organização e poder nos partidos políticos*. Panebianco formulou a ideia de “partido profissional eleitoral”.

Ao estudar os partidos franceses, Jean Charlot em *Le Phénomène gaulliste*, de 1970, atualizou as tipologias de Duverger. Charlot descreveu três tipos partidários: os “partidos de notáveis”, que se assemelham aos “partidos de quadros”; os “partidos de militantes”, próximos aos “partidos de massas”; e, um novo tipo, não descrito por Duverger, qual seja, os “partidos de eleitores”.

Contrariamente ao “partido de militantes”, ou de massas, o partido de eleitores recusa o dogmatismo ideológico que dele faria uma Igreja, e até um clã. Ele se contenta com um fundo comum de valores, bastante amplo para reunir a seu redor um máximo de *supporters*. (...) Ao contrário do “partido de notáveis”, ou de quadros, o partido de eleitores admite plenamente a democracia de massas, a solidariedade de grupo, e rejeita o individualismo liberal” (CHARLOT, 1982, p. 181).

Charlot (1982, p. 182) conclui que “todos os partidos, em um sentido, são a um tempo de militantes, de notáveis e de eleitores; o importante consiste em saber a que dão ênfase e por quê”.

Mais recentemente Richard Katz e Peter Mair (1995) atualizaram as tipologias dos partidos políticos acrescentando os “partidos de cartel” ao modelo de classificação. Os autores argumentam que no período mais recente, mais precisamente de 1970 aos dias atuais, houve uma tendência para uma simbiose entre partidos e Estado e que foi dessas relações cada vez mais estreitas que surgiram os “partidos de cartel”. Esses partidos dependem vastamente das subvenções financeiras do Estado. Mair observou ainda que os partidos contemporâneos já não exercem mais as mesmas funções representativas dos “partidos de massa”. Os partidos encontram na sociedade civil organizações concorrentes para essas funções representativas como a de mobilização, agregação de interesses e formulação de políticas públicas. Aos partidos atuais ficou reservado a função procedimental de recrutar lideranças e organizar parlamentos e governos. Ou seja, “os partidos não

só se tornaram mais distantes da sociedade em geral, como também se aproximaram mais do mundo do governo e do Estado, ao ponto de se tornarem inextricáveis destes” (MAIR, 2003, p. 280-281). Mair vai mais além ao sugerir que as coligações e alianças, a erosão programática e o fato dos partidos terem práticas semelhantes tem como consequência a despolitização dos políticos e a redução do interesse dos eleitores pela política e pela democracia.

Dito isso, fica claro que esses autores clássicos trazem algumas perguntas que nos orientam. Os partidos são oligarquias onde os “interesses das massas organizadas que o compõem estão longe de coincidirem com os da burocracia que o personifica” como propôs Michels? Os partidos contemporâneos reduziram seu conteúdo ideológico e programático e passaram a buscar todos os eleitores possíveis como definiu Kirchheimer com os *partidos de catch all*? Os partidos contemporâneos são organizações distantes da sociedade e atrelados ao Estado com a única função de atuar no parlamento e no governo como observou Mair? Ainda com Mair, os partidos são todos iguais?

É justamente sobre esse último ponto em que parou a teoria dos partidos políticos que a presente tese avança. Katz e Mair argumentam que os desenvolvimentos dos partidos nas democracias ocidentais são reflexos de um processo dialético contínuo, onde cada novo tipo de partido político gera reações que fomentam novos tipos de partidos e assim por diante.

We contend that the development of parties in western democracies has been reflective of a dialectical process in which each new party type generates a reaction that stimulates further development, thus leading to yet another new party type, and to another set of reactions, and so on. From this perspective, the mass party is simply one stage in a continuing process (MAIR e KATZ, 1995, p. 6).

Nossa hipótese, que está desenvolvida no primeiro capítulo, sugere que a estabilidade dos “partidos de cartel” no poder, tão bem descrita por Katz e Mair, estimula uma reação social e política que deu vida no início do século XXI à uma nova tipologia partidária: os partidos-movimento. Esses novos partidos, Syriza na Grécia e Podemos na Espanha são os casos mais exemplares, buscam furar a alternância no poder mantida entre partidos conservadores e social-democratas moderados. Assim, a realidade mais uma vez obrigou a atualização das tipologias partidárias.

1.4

Estado da arte dos partidos políticos no Brasil

Uma das mais relevantes agendas de pesquisa na ciência social brasileira é aquela que trata do sistema partidário e dos partidos políticos no país. Entretanto, a predominância deste tema nas ciências sociais não implica afirmar que esta seja uma agenda de pesquisa já esgotada, ou seja, com a totalidade de seus objetos completamente conhecidos.

Os partidos da República de 1946 receberam grande atenção da literatura especializada. De formas diferenciadas os quatro grandes partidos da época foram analisados em estudos sobre suas estratégias e até mesmo sobre a organização interna. Entre as principais obras podemos citar *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro* (BENEVIDES, 1981), *PSD: de raposas e reformistas* (HIPÓLITO, 1985), *PTB: do getulismo ao reformismo* (DELGADO, 1989), *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65* (D'ARAÚJO, 1996) e *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração* (CHILCOTE, 1982). Há também importantes estudos que não focam apenas em um único partido, mas sim no sistema partidário de 46 a 64. Trata-se de *Sociedade e política no Brasil* (SOARES, 1973), *Estado e partidos políticos no Brasil* (SOUZA, 1976) e *Os Partidos Políticos Brasileiros – A Experiência Federal e Regional: 1945/64* (LIMA JR, 1983).

O mesmo não pode ser dito do período de bipartidarismo que vigorou durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Não foram muitos os trabalhos que tiveram como foco específico os dois partidos da época, talvez pelo fato do foco dos autores estar mais dirigido para a questão do autoritarismo e da transição democrática. Neste caso devem ser mencionadas as pesquisas sobre a atuação do MDB feitas por Kinzo (1988) e Diniz (1982) e sobre a ARENA feitas por Grinberg (2009) e outros. A coletânea *Os partidos políticos no Brasil* organizada em dois volumes por David Fleischer (1981) reúne bons artigos sobre o tema.

No período pós-redemocratização os estudos de caso sobre os partidos políticos no Brasil parecem não ter ocupado grande espaço na agenda científica.

Com a exceção dos mais diversos estudos existentes sobre o PT¹² e de alguns sobre o PSDB¹³, praticamente não há pesquisas sobre os partidos do período pós-1980. Aqui cabe destacar que não foi por falta de objetos que o estudo sobre partidos não prosperou no período pós-redemocratização. Como nos mostra Jairo Nicolau, o atual sistema partidário brasileiro possui entre suas características a longa duração dos partidos. Em suas palavras,

A terceira característica é a longa duração dos partidos brasileiros. Embora muitos tenham sido criados a partir de 1985, todos os relevantes para a dinâmica da competição política têm mais de duas décadas de existência. PT, PMDB, PDS (atual PP), PTB e PDT foram fundados em 1980; PFL (atual Democratas), PL (atual PR), PSB, PCdoB e PCB (atual PPS) foram registrados em 1985; por fim, o PSDB e o PV surgiram em 1988. Todos esses partidos já duram mais do que os que funcionaram durante a República de 1946, como PSD, UDN e PTB (NICOLAU, 2011, p. 386-387).

Além desta longa duração dos principais partidos, devemos destacar a alta fragmentação do sistema partidário. Com a fundação do PSD e do PPL em 2011, do PEN em 2012, do PROS e do Solidariedade em 2013 e da REDE e do PMB em 2015 o quadro partidário brasileiro chegou ao número de 34 partidos registrados no TSE. Ou seja, ainda há muitos partidos a serem estudados mais profundamente pela ciência política.

No entanto, se por um lado os estudos de caso sobre partidos específicos arrefeceram, o mesmo não pode ser dito sobre os estudos comparados. São muitos os trabalhos que podem ser encontrados na literatura especializada que versam sobre a atuação dos partidos no legislativo, no executivo e no judiciário. No caso do legislativo, a Câmara dos Deputados tem sido objeto preferencial dos cientistas políticos (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995 e 1999; NICOLAU, 2000; SANTOS, 2002 e 2003; AMES, 2003), mas também existem alguns trabalhos sobre o Senado (LEMONS, 2008) ou mesmo sobre as assembleias legislativas e as câmaras municipais. Um trabalho que merece destaque é a coletânea *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada* (2009), organizada por Magna Inácio e Lucio Rennó. Ao que tange a relação dos partidos com o poder executivo podemos citar os trabalhos de Meneguello (1998), Amorim Neto (2000, 2007a, 2007b) e D'Araujo

¹² Sobre o PT, ver SADER, 1986; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; AZEVEDO, 1995; CÉSAR, 2002; LACERDA, 2002; SAMUELS, 2004 e 2008; SARTI, 2006; AARÃO REIS, 2007; MONTENEGRO, 2009; SINGER, 2010.

¹³ Sobre o PSDB, ver FLEISCHER e MARQUES, 1999; ROMA, 2002.

(2007). A relação entre partidos e judiciário também desperta interesse, embora em escala bastante reduzida. Um exemplo é o trabalho de Werneck Vianna *et al* (1999) sobre a judicialização da política.

Outra dimensão que absorve as atenções de grande parcela dos cientistas políticos é aquela relacionada às eleições e ao eleitorado. Paiva, Braga e Pimentel Jr (2007) realizaram importante pesquisa sobre a identificação dos eleitores com os partidos. Limongi e Cortez (2010), por sua vez, trataram do quadro partidário a partir das eleições realizadas em 2010. Também há aqueles estudos que focam em uma determinada dimensão específica para compreender os partidos. Assim, encontramos boas pesquisas que buscam compreender, por exemplo, como os partidos definem quem serão os candidatos aos cargos eletivos e aos cargos indicados para o executivo como Bolognesi (2013), Braga (2008), Braga e Praça (2007) e Guarnieri (2004). Há também os que focam na forma como os partidos arrecadam seus recursos, com destaque para a preocupação com a questão da corrupção. Entre aqueles que trabalham com o tema encontramos Rubio (2005), Zovatto (2005) e Samuels (2003 e 2006) entre outros.

Embora os partidos políticos do período pós-redemocratização já tenham sido muito estudados pela literatura especializada, ainda há muitas dimensões destas instituições que são pouco conhecidas. Em recente publicação sobre a agenda da ciência política no Brasil Jairo Nicolau destacou esta deficiência da seguinte maneira:

Outro desafio é estudar de maneira mais sistemática (como estudo de caso ou comparativamente) a organização dos partidos no Brasil. Sabemos muito pouco sobre como os partidos arrecadam seus recursos, organizam as atividades e estruturam o poder decisório. E, sobretudo, quase nada sabemos sobre as redes criadas pelos partidos para envolver os cidadãos em suas atividades (São de natureza corporativa? Clientelista? Programaticamente orientadas?) (NICOLAU, 2010, p. 235).

Nicolau aponta - a nosso ver, acertadamente - a necessidade de novas pesquisas para compreender a forma como os partidos elegem suas direções, como recrutam suas lideranças, como definem quem serão os candidatos, como distribuem suas tarefas, elaboram seus programas e arrecadam seus recursos. Contudo, o interesse investigativo da presente tese dar-se-á, sobretudo, sobre uma outra dimensão ainda pouco estudada pela literatura especializada e não mencionada por Nicolau: a relação entre os partidos e as mais diversas entidades da sociedade civil.

1.5

Métodos de investigação e de exposição

Por fim, antes de passarmos ao primeiro capítulo cabem algumas poucas palavras sobre os métodos de investigação e de exposição aqui adotados.

Por meio da observação comparada, o primeiro capítulo investiga o fenômeno internacional do surgimento de novos partidos políticos em algumas democracias ocidentais nesse início de século XXI e identifica algumas características similares dos casos estudados que nos permitem categorizá-los nessa nova tipologia aqui definida como “partidos-movimento”. Dados eleitorais e depoimentos dos principais dirigentes desses novos partidos publicados em artigos ou entrevistas foram recolhidos. A vantagem desse método de exposição que vai do geral para o específico, ou melhor, do cenário internacional para o nacional, reside na possibilidade de o leitor percorrer os demais capítulos da tese já tendo identificado quais elementos queremos destacar no caso brasileiro em suas aproximações e distanciamentos com as demais experiências.

O segundo capítulo traz a lupa analítica para os partidos políticos brasileiros no período contemporâneo. Trata-se de uma sociologia política dos partidos brasileiros na medida em que o foco da análise são as relações mantidas por esses partidos com as organizações da sociedade civil como centrais sindicais, sindicatos patronais, clubes esportivos e movimentos estudantis. Foram utilizadas ferramentas metodológicas próprias das pesquisas qualitativas como entrevistas e depoimentos publicados na imprensa, além das análises de documentos. Entre os documentos analisados constam programas, resoluções, estatutos e regimentos internos dos partidos, além dos arquivos permanentes mantidos pelas fundações partidárias. Faz-se necessário ainda explicar como foram escolhidas as legendas pesquisadas nesse capítulo. O ideal seria que todos os 34 partidos políticos registrados no TSE em outubro de 2015 fossem pesquisados. Contudo, a quantidade de entrevistas a serem feitas com dirigentes de todos esses partidos impossibilitaria o sucesso da pesquisa. A partir dessa necessidade de reduzir o escopo de observação poderíamos restringir o foco analítico apenas para os 21 partidos que possuem representação no Congresso Nacional. Ainda assim, seriam muitas as legendas a serem pesquisadas

estando incluídos aí partidos muito pequenos. Uma leitura apressada poderia então sugerir que fosse utilizada uma ferramental usual da ciência política: o “número efetivo de partidos”. O “número efetivo de partidos” é um índice pelo qual podemos mensurar a dispersão ou concentração de um determinado parlamento (LAAKSO e TEEGAPER, 1979). No caso do Brasil, esse índice está atualmente em 10 “partidos efetivos”. O problema é que esse é um índice meramente matemático que não nos permite supor quais sejam esses 10 “partidos efetivos”. Não bastaria apenas selecionar os 10 maiores partidos para dizer que eles correspondem ao número efetivo de partidos¹⁴. Sua única utilidade é, portanto, contribuir apenas para análises sobre dispersão ou concentração partidária nos parlamentos¹⁵. A solução encontrada foi inverter o problema. Em vez de partir para a investigação com uma lista de partidos definidos *a priori*, e torcer para que eles se encaixassem nas organizações da sociedade civil selecionadas, optamos por fazer essa seleção caso a caso, de acordo com as necessidades de cada seção. Ou seja, quando observamos as centrais sindicais, um determinado grupo de partidos foi identificado, já nos sindicatos patronais, foram outros partidos, e assim por diante.

Tendo sido identificadas as relações entre partidos e sociedade civil, o terceiro capítulo traz ao debate uma terceira dimensão: o Estado. Assim, as formas como os partidos políticos e as organizações da sociedade civil se envolveram com o Estado no Brasil contemporâneo, com ênfase nos governos Lula e Dilma Rousseff, são apresentadas. Outrossim, também é observado o momento crítico dessas relações, que defino como o momento disruptivo da história brasileira recente, que vai das jornadas de junho de 2013 até o impeachment de 2016. A partir daí são identificadas as possibilidades de saídas do momento de crise propostas no debate público recente. Às páginas finais da tese cabem algumas considerações finais onde sistematizo e sintetizo algumas hipóteses de pesquisa.

¹⁴ Sobre os problemas na utilização do índice do “número efetivos de partidos” ver o debate entre Santos (2004) e Nicolau (2005).

¹⁵ De acordo com Nicolau, “os valores de N são um construto matemático. Por isso, não é possível fazer o caminho de volta ao mundo partidário e identificar quais partidos são aqueles. É um equívoco grave, por exemplo, sabendo que, em um parlamento, o N é igual a 3,2, tentar identificar quais seriam os três “partidos efetivos”. Por isso, o índice é do número efetivo, e não de partidos efetivos” (NICOLAU, 2005).

A alvorada do partido-movimento

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa (...) não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe (...) O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente... (GRAMSCI, 2007, p. 60).

Apenas quando partidos-movimento de esquerda aprenderem como combinar medidas de curto prazo para “minimizar a dor” com esforços de médio prazo para influir na luta bifurcada por um novo sistema, poderemos ter alguma esperança de chegar à saída que desejamos — um sistema mundial relativamente democrático e igualitário (WALLERSTEIN, 2015).

As primeiras duas décadas do século XXI trouxeram muitas novidades no cenário político internacional e garantiram que não morressem de tédio os estudiosos dos partidos políticos. Na primeira década o novo escolheu a América Latina para surgir. A chegada do PT ao poder no Brasil, do MAS na Bolívia, do PSUV na Venezuela, da *Frente Ampla* no Uruguai e da *Alianza PAIS* no Equador alimentou a expectativa de observadores de todo o mundo sobre as possibilidades democráticas abertas nessa parte do continente tão afeita aos regimes autoritários. Ainda que os anos no poder tenham contribuído para a desmistificação de grande parte do que era esperado daquelas agremiações, fato é que tais experiências foram únicas e atuaram decisivamente para a redução das desigualdades em cada uma das respectivas formações sociais. Com a virada da década, mais precisamente a partir de 2011, houve uma guinada geográfica na ocorrência do novo no sistema partidário internacional. Passou a ser a Europa e a América do Norte o *locus* privilegiado de emergência de novos partidos ou maiorias partidárias com feições profundamente democráticas.

Após alguns anos entusiasmados com a periferia do sistema capitalista os olhos dos analistas voltaram-se rapidamente para o velho centro geopolítico mundial em 2011. No “ano em que sonhamos perigosamente”, como definiu Zizek com sua idiossincrasia teatral, o mundo assistiu à erupção de movimentos democráticos, e outros nem tanto, com enorme capacidade de mobilização popular.

Em 2011, nós testemunhamos (e participamos de) uma série de eventos destruidores, da Primavera Árabe ao movimento Occupy Wall Street, dos protestos nos subúrbios do Reino Unido à loucura ideológica de Breivik. Desse modo, 2011 foi o ano em que sonhamos perigosamente em duas direções: houve sonhos de emancipação, que mobilizaram manifestantes em Nova York, na praça Tahir, em Londres e Atenas, e houve sonhos destrutivos e obscuros, que serviram de impulso para Breivik e para os populistas racistas de toda a Europa, da Holanda à Hungria (ZIZEK, 2012, p.09).

A economia política – sempre ela - foi central para a gênese desse processo. Assim como a emergência dos governos populares e democráticos na América Latina foi uma resposta ao período neoliberal da década de 90 na região, o estopim mobilizador de 2011 teve sua origem na grave crise financeira mundial de 2008-2009. No cenário europeu foram os países ao sul do continente os maiores prejudicados. Para se ter uma ideia, em 2014 a taxa de desemprego na Grécia estava em 26% e na Espanha em 24% enquanto a média europeia era de 10%. Essa taxa é ainda mais alta quando são analisados apenas os jovens com menos de 25 anos: na Espanha, 53,7%, na Grécia, 50,7% e na Itália 42,9% enquanto a média europeia foi de 23% de desempregados.¹⁶ Não à toa, os atores sociais que conformaram o movimento *Indignados* na Espanha, também conhecido como 15M, tenham sido jovens. Mas também no norte da Europa - refiro-me à Inglaterra, França e Alemanha - e no Canadá e nos EUA, a crise financeira teve suas consequências sociais e políticas. A falência do *Lehman Brothers* em setembro de 2008 e a bilionária intervenção do banco central estadunidense, o FED, para salvar tantos outros bancos privados, desnudou o rentismo. O choque culminou três anos depois, em setembro de 2011, com o movimento *Occupy Wall Street* no Zuccotti Park em Nova York. E de lá para o mundo.

A economia política foi fundamental nesse processo, mas não apenas. Há razões políticas que merecem ser analisadas. A incapacidade da esquerda tradicional - a moderação exacerbada dos partidos sociais democratas de um lado e o engessamento ou sectarismo dos partidos comunistas de outro – levou as mobilizações sociais a buscarem novos instrumentos para a luta institucional e eleitoral. Como num raio em dia de céu azul ou em um *fiat* histórico as portas da política foram abertas a *fórceps* por jovens insatisfeitos com seus tradicionais representantes. Negaram a política que ali estava e com a qual não mais se

¹⁶ Fonte: Eurostat - <http://ec.europa.eu/eurostat/>

identificavam, mas não a política como meio de luta. Acamparam nas praças e tornaram o espaço público *locus* privilegiado de debate e formação. As redes sociais na internet criaram novos laços de solidariedade e facilitaram a convocação de protestos. Os muros e as paredes nas ruas trouxeram novas palavras de ordem contando uma história que não aparecia na velha imprensa escrita. As relações entre sociedade civil e sociedade política que podiam parecer distantes voltaram a ser próximas. Claro, apenas na aparência poderíamos considerar tudo isso como um raio em dia de céu azul. Em sua essência a sensação de mal-estar aí está há algum tempo e o “ano em que sonhamos perigosamente” não passou de um evento dentro de uma totalidade. Afinal de contas, todo sistema partidário é fruto de longos processos históricos, de idas e vindas não necessariamente lineares. Foi nesse contexto de austeridade econômica, ampla mobilização social e imobilidade partidária que surgiram os partidos-movimento.

Enfim, é esse o cheiro de novidade no ar que tem feito intelectuais como Zizek, Harvey, Habermas, Chomsky, Mészáros, Negri, Wallerstein, Boaventura de Sousa Santos, Nancy Fraser, Tarik Ali e Naomi Klein entre tantos outros dedicarem seus escritos e suas esperanças em novas construções políticas. O ensaio que aqui se segue busca encontrar um fio condutor que una essas mais diversas experiências partidárias democráticas surgidas nos últimos anos. SYRIZA na Grécia, *Podemos* na Espanha, *Movimento 5 Estrelas* na Itália, *Die Linke* na Alemanha, *Bloco de Esquerda* em Portugal, *Front de Gauche* em França, Bernie Sanders nos EUA, Jeremy Corbyn na Inglaterra e os zapatistas em Chiapas são os mais exemplares desse novo cenário político internacional. Por óbvio, não se faz necessário gastar muitas linhas para explicar que os casos aqui listados não são idênticos. Cada um, à sua maneira, construiu sua própria feição. O que nos interessa é observar o que torna tão única cada uma dessas experiências a ponto de poderem ser considerados partidos-movimento.

2.1

Indignados, 15M e o Podemos na Espanha

A Espanha foi, provavelmente ao lado da Grécia, o país mais prejudicado pela crise financeira mundial de 2008-2009. Como foi dito anteriormente, em 2014,

24% da população era de desempregados, sendo que entre os jovens com menos de 25 anos essa taxa era de 53%. Não é difícil imaginar, portanto, de onde partiu a insatisfação social que vem abalando o país nos últimos anos. A potência até então contida no seio da juventude encontrou nas redes sociais da internet um meio para extravasar suas demandas. Assim surgiu o movimento conhecido como *Indignados*, ou apenas *15M*, que mais tarde culminaria em um novo partido político, o *Podemos*.

A forma como o governo espanhol encarou o desemprego gerado pela grave crise econômica mundial foi certamente um dos principais motivos causadores da explosão social nas ruas do país ao longo de 2011. Na Espanha, como em toda a Europa, a solução foi um rigoroso ajuste fiscal que enxugou gastos sociais para salvar o capital financeiro. A partir de uma mobilização feita no *Twitter*, rede social da internet muito utilizada naquele momento, milhares de jovens foram para as ruas de Madri, Barcelona e muitas outras cidades no dia 15 de maio de 2011 – daí o nome *15M* - com suas palavras de ordem contra o capital financeiro e a corrupção. A escolha da data não foi irrelevante: era o momento em que um agudo debate eleitoral transcorria no país com eleições municipais marcadas para 22 de maio. Os *Indignados*, alcunha pela qual ficaram conhecidos os manifestantes, ocuparam as praças no dia 15 e de lá não saíram. Acampamentos foram levantados, bandeiras fincadas e uma nova forma de sociabilidade digital constituída. Claro, não sem certa repressão do Estado através de seu braço policial armado orientado pela Junta Eleitoral Central, que não desejava que as manifestações influenciassem nas eleições.

Uma característica comum aos *Indignados* era a total falta de referência nos dois partidos políticos tradicionais do país, PSOE¹⁷ e PP¹⁸. Contudo, a falta de referência também se dirigia aos próprios partidos que apoiavam o *15M*, caso do *Izquierda Unida*¹⁹. Não empolgava aos *Indignados* o recorte classista proposto pelos marxistas tradicionais da *Izquierda Unida* que estavam ali nas praças com

¹⁷ O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) é o partido social democrata do país localizado, portanto, na centro-esquerda do espectro político. Fundado em 1879, abandonou o marxismo em 1979.

¹⁸ Fundado em 1989 o Partido Popular (PP) é o principal partido conservador da Espanha.

¹⁹ O *Izquierda Unida* (IU) é um movimento criado em 1986 e fundado como partido em 1992. Reúne marxistas, comunistas, socialistas e feministas entre outros.

eles; queriam algo novo. E esse algo novo foi fundado em 16 de janeiro de 2014 sob o título de *Podemos*.

Dito deste modo, parece que os *Indignados* tinham desde o princípio a intenção de criar um novo partido político. Mas não foi bem assim. Pesquisa do instituto Metroscopia realizada em 2011 apontava que 69% dos entrevistados discordavam da ideia de que o 15 M transformar-se-ia em partido político e 57% acreditavam que o movimento logo seria esquecido²⁰. Mesmo o sociólogo Manuel Castells (2013), em *Redes de indignação e esperança*, um dos melhores textos sobre aquele momento, redigido em 2012, não vislumbrava a menor possibilidade de sair um novo partido daquele movimento²¹.

Liderado por um jovem professor de ciência política da Universidade Complutense de Madri, Pablo Iglesias, com então 35 anos, o *Podemos* logo obteve sucesso eleitoral²². Apenas quatro meses após ter sido criado, o partido disputou as eleições para o Parlamento Europeu em maio de 2014 e obteve 8% dos votos, o que lhe garantiu cinco cadeiras e a posição de quarto mais votado no país.²³ O repentino sucesso eleitoral alavancou a organização política do partido. Em 18 e 19 de outubro finalmente aconteceu no Palácio Vistalegre, em Madri, sua assembleia de organização partidária, a Assembleia Cidadã, onde a chapa de Iglesias foi eleita com mais de 80% dos votos para dirigir o partido. Essa liderança de Pablo Iglesias não é por acaso. Desde 2010, Iglesias mantém com o cientista político Juan Carlos Monedero, seu colega na Universidade Complutense de Madri, um programa de entrevistas muito popular na internet chamado *La Tuerka*.

O partido, certamente, não é homogêneo. Em sua primeira Assembleia Cidadã – que posteriormente seria conhecida como Vistalegre I –, dois grandes grupos apresentaram diferentes propostas de organização interna. De um lado, o grupo *Claro que Podemos*, de Iglesias, Carolina Bescansa, Juan Carlos Monedero

²⁰ Disponível em: <http://metroscopia.org/articulos/encuestas/>

²¹ Castells se viu obrigado a publicar uma nova edição do livro em 2015 com o acréscimo de novos elementos, como a criação do Podemos.

²² Iglesias já demonstrava seu interesse pelo tema dos novos movimentos sociais em sua tese de doutorado publicada em 2008 intitulada *Multitud y acción colectiva postnacional. Un estudio comparado de los desobedientes: de Italia a Madrid (2000-2005)*.

²³ As 5 cadeiras do *Podemos* no Parlamento Europeu foram ocupadas por Xabier Benito Ziluaga, Lola Sanchez Caldentey, Tania Gonzales Peñas, Miguel Urbán Crespo e Estefania Torres Martinez, tendo como suplentes Pablo Iglesias, Teresa Rodriguez, Pablo Echenique e Carlos Jimenez.

e Iñigo Errejón, que foi vitorioso; e do outro, o minoritário *Somando Podemos*, dos Eurodeputados Pablo Echenique, Teresa Rodrigues e Lola Sanchez. Enquanto o grupo minoritário, defensor de uma maior horizontalidade, propôs que a Assembleia Cidadã fosse realizada a cada dois anos, que 20% dos cargos do Conselho Cidadão fossem decididos por sorteio e que, ao invés de uma secretaria geral, houvesse três porta-vozes; o grupo majoritário liderado por Iglesias propôs a realização trienal da assembleia, bem como a efetivação de um único secretário geral. Esse foi o primeiro grande embate, de muitos outros, que surgiu no pouco tempo de vida do *Podemos*. Um dos principais grupos internos do *Podemos* desde sua fundação, por exemplo, foi a “Esquerda Anticapitalista” liderada por Miguel Urban e Teresa Rodriguez. Coletivo de base de extrema-esquerda, a militância da “Esquerda Anticapitalista” nunca foi tão próxima do grupo majoritário do *Podemos*. Com a aproximação de Urban e Rodriguez do convívio com Iglesias, e a mudança de perfil da organização, que passou a ser chamada apenas de “Anticapitalistas”, uma parte mais radicalizada desses ativistas rompeu com o *Podemos*. Outro momento de tensão no partido, desta vez vinda de fora para dentro, surgiu da denúncia de que o terceiro nome mais importante do *Podemos*, Juan Carlos Monedero, teria recebido em 2013 cerca de 425 mil euros para assessorar governos socialistas da América Latina, como Bolívia, Venezuela, Equador e Nicarágua. Após a denúncia em janeiro de 2015, Monedero deixou muitas de suas funções no comando do partido. Não obstante às tais crises internas, o fato é que desde então o partido cresceu permanentemente.

Se 2014 foi o ano em que o partido nasceu, obteve sucesso no Parlamento Europeu e consolidou sua organização interna através de sua Assembleia Cidadã, em 2015 foi a vez do enraizamento se realizar a partir das eleições locais. E mais uma vez o novo partido saiu vitorioso e seguiu sua trajetória de crescimento. Em 24 de maio, Ada Colau e Manuela Carmena foram eleitas prefeitas de Barcelona e Madri respectivamente, o que levou o *Podemos* às suas primeiras grandes experiências no poder executivo. Com efeito, é importante destacar que nessas eleições municipais o *Podemos* optou por não lançar candidatos próprios, mas sim

através de coligações de esquerda como o *Agora Madri*, o *Barcelona em Comum* e o *Zaragoza em Comum*.²⁴

Passadas as eleições municipais, o alvo passou a ser o governo geral da Espanha. Desde 1982, revezaram-se no poder do país o PP e o PSOE, e nos últimos anos, o PP do presidente Mariano Rajoy foi o principal vitorioso. O objetivo do *Podemos* era, portanto, romper com o bipartidarismo nas eleições gerais de 20 de dezembro de 2015 apresentando o nome de Iglesias para superar tanto Rajoy, quanto o candidato do PSOE, Pedro Sánchez. Com efeito, a meta não foi cumprida plenamente, mas para sua primeira vez na disputa eleitoral nacional os resultados foram muito positivos. Das 350 cadeiras em disputa no parlamento, o PP conquistou 123 (28%), o PSOE 90 (22%), o *Podemos* 69 (20%) e o *Ciudadanos* 40 (14%)²⁵. Como o sistema na Espanha é parlamentarista, um partido para formar governo precisa obter mais de 50% das cadeiras, ou seja, pelo menos 176 das 350. Caso não alcancem esse requisito, os partidos precisam fazer negociações e alianças até atingir o mencionado número. Todavia, o amplo conflito entre os partidos impediu que qualquer governo pudesse ser montado. Do ponto de vista ideológico, seria intuitivo imaginar uma negociação para a formação de um governo de aliança entre o *Podemos*, a *Izquierda Unida* e o PSOE, isto é, entre a esquerda e a centro-esquerda. Em janeiro de 2016 o *Podemos* chegou inclusive a apresentar essa proposta de aliança com Iglesias como vice-presidente de Pedro Sánchez²⁶. Mas a forma irônica com a qual o líder do *Podemos* sempre tratou o PSOE foi considerada um desrespeito pelos seus militantes mais antigos o que levou o tradicional partido socialista a iniciar em fevereiro uma negociação com o *Ciudadanos*. Essa aliança PSOE-*Ciudadanos* não foi aceita por *Podemos* e *Izquierda Unida*, que possuíam claras diferenças ideológicas com os liberais dos *Ciudadanos*.

²⁴ A coligação "Barcelona em comum" foi formada com Iniciativa pela Catalunha Verde (ICV), Esquerda Unida e Alternativa (EUiA), Equo, Processo Constituinte e Podemos. A coligação "Agora Madrid" reuniu Ganhemos, Equo e Podemos e a "Zaragoza em comum" foi composta de Podemos, Esquerda Unida e Equo. Ressalte-se que a "Agora Madrid" só foi vitoriosa pela aliança que fez com o PSOE.

²⁵ O *Ciudadanos* é um partido político de feição liberal que surgiu na Catalunha em 2006. É liderado por Albert Rivera, um jovem advogado que em 2015 tinha 36 anos.

²⁶ Um dos pontos de discórdia entre PSOE e Podemos diz respeito ao referendo sobre a independência da Catalunha. O *Podemos* exige a realização do referendo enquanto o PSOE é radicalmente contra.

Esse impasse gerou a dissolução do Congresso em 3 de maio e a necessidade de convocação de novas eleições gerais que ocorreram em 26 de junho de 2016. Para essa nova eleição, o *Podemos* montou uma coligação com a *Izquierda Unida* chamada *Unidos Podemos*. Mas, ainda que tenha sinalizado um amadurecimento do partido ao montar uma coligação, o seu resultado eleitoral não foi o desejado. O PP de Mariano Rajoy saiu vitorioso nesse segundo pleito e ampliou o número de cadeiras que havia conquistado na eleição anterior passando para 137 deputados (33%) contra 85 do PSOE (22%), 71 do *Unidos Podemos* (21%) e 32 dos *Ciudadanos* (13%). Após turbulentas rodadas de negociação, finalmente Rajoy conseguiu o apoio dos *Ciudadanos* e a abstenção de alguns deputados do PSOE, o que foi o suficiente para assumir o governo em 29 de outubro.

Apesar da reeleição do PP no governo, o crescimento vertiginoso do *Podemos* na política nacional foi substancial. Todavia, ao mesmo tempo em que cresciam suas vitórias, cresciam seus problemas internos nos bastidores do partido. Desde a realização de Vistalegre I uma série de disputas internas passaram a eclodir e a ocupar espaço nos meios de comunicação. Se naquele primeiro congresso foram dois os principais grupos em disputa no partido, a partir de 2016 três grandes correntes passaram a disputa-lo: os pablistas, liderados pelo secretário geral, Pablo Iglesias; os errejonistas, ligados ao segundo do partido, o secretário político Íñigo Errejón; e os Anticapitalistas, cujos nomes mais expressivos são os eurodeputados Miguel Urbán e Teresa Rodriguez. Programaticamente, os Anticapitalistas representam a força mais à esquerda no espectro político interno, enquanto os errejonistas constam como os mais moderados. Entre essas duas correntes estão os pablistas, mais próximos dos Anticapitalistas.

Ainda que as razões possam ser mais antigas, um importante marco para a divisão entre essas correntes foi certamente a demissão do Secretário de Organização do Podemos, Sergio Pascual, em 15 de março de 2016. Braço direito de Errejón, Pascual foi demitido sumariamente por Iglesias sem muitos debates. Em seu lugar - o terceiro posto mais importante do partido -, assumiu Pablo Echenique, propínquo a Iglesias²⁷.

²⁷ Disponível em: <http://www.elmundo.es/espana/2016/03/15/56e8904b22601d160c8b466d.html>

Em outubro, as provocações entre os dois líderes entraram no campo da pilhéria. Em seu Twitter, rede social de frases curtas, Iglesias criticou o fato do gesto símbolo dos errejonistas ser o V da vitória. "Todos os símbolos têm memória e, como o futuro, o seu coração é antigo. Só os medíocres pensam que a história nasceu com eles", postou Iglesias em seu Twitter junto de uma foto em que o conservador primeiro ministro britânico Winston Churchill fazia o mesmo gesto. Ainda na postagem, a foto da comunista e feminista Angela Davis com os punhos fechados, gesto utilizado por Iglesias²⁸.

Em novembro, o conflito entre os três setores tomou ares mais dramáticos com a disputa pela liderança do partido nas primárias regionais de Madrid e da Andaluzia. Ramon Espinar, candidato pablista, conquistou o apoio dos anticapitalistas e assim se tornou o novo secretário geral do partido em Madrid, com 50,8% dos votos, contra 43,75% da candidata errejonista, Rita Maestre. Na direção do partido em Madrid – chamada de Conselho Cidadão de Madrid - composta por 34 nomes, 27 vieram da chapa Junt@ Podemos, liderada por Espinar, e apenas 7 da Adelante Podemos de Maestre²⁹. Na Andaluzia, a derrota dos errejonistas também foi evidente. A anticapitalista Teresa Rodriguez foi reeleita com 75,64% dos votos contra Carmen Lizárraga e Begona Gutiérrez. Errejón tentou, sem sucesso, uma aliança entre as duas últimas em uma única chapa. Mas, mesmo se tivesse conseguido a unidade, como se vê, isto não teria sido suficiente para derrotar Teresa Rodriguez. Dos 34 nomes eleitos para o Conselho Cidadão de Andaluzia, 27 vieram da chapa de Rodriguez, 4 de Lizárraga e 3 de Gutiérrez³⁰. Esses resultados, em particular o de Madrid, foram cruciais para Iglesias, pois reafirmaram sua força para a Assembleia Nacional do partido – a Vistalegre II - que seria realizada entre 10 e 12 de fevereiro de 2017.

Em 12 de dezembro, o entrevero tornou-se ainda mais público com uma troca de mensagens pela imprensa entre as duas principais lideranças. A segunda-feira amanheceu com uma carta de Pablo Iglesias para Errejón que foi publicada no diário 20 Minutos. “Quero um Podemos onde suas ideias e seus projetos tenham

²⁸ Disponível em: <http://galiciae.com/gl/noticia/610907/iglesias-ataca-los-errejonistas-comparandolos-con-churchill>

²⁹ Disponível em: <http://www.elmundo.es/madrid/2016/11/11/5825d74cca47410c588b4637.html>

³⁰ Disponível em: <http://www.elmundo.es/andalucia/2016/11/11/5825e461ca474102588b4627.html>

espaço, assim como os de Miguel e Teresa. Quero um Podemos em que você, um dos mais talentosos e brilhantes que já conheci, possa trabalhar ao meu lado e não contra mim”, atestou Iglesias³¹. A resposta de Errejón veio logo em seguida em seu Facebook: “Encontramo-nos no debate, companheiro, irmão, amigo. Sem abrir mão de nada. Juntos multiplicamos. Você sabe que continuarei caminhando com você, porque devemos a nosso povo, mas principalmente porque é uma honra”, finalizou Errejón.

Embora amistosas, as missivas demonstraram que os campos estavam consolidados. E esses campos consolidados fizeram um ensaio geral da disputa um pouco antes da realização de Vistalegre II. Entre 18 e 21 de dezembro, uma consulta on-line entre os filiados do partido decidiu as regras que regeriam o congresso. Dos 400 mil filiados, participaram cerca de 100 mil, o que demonstrou o equilíbrio entre as correntes: a proposta do grupo de Iglesias, conhecida como *Desborda*, foi a vitoriosa com 41,57%, ou 40830 votos. O grupo de Errejón alcançou 39,12%, ou 38419 votos, com a proposta *Recuperar la ilusión*. Já os Anticapitalistas obtiveram 10,5%, 10313 votos, com a plataforma *Podemos en Movimiento*³².

Finalmente, em 12 de fevereiro de 2017, uma nova correlação de forças interna no partido consolidou-se com a realização de Vistalegre II e a eleição do novo Conselho Cidadão. No resultado final da votação, que contou com a participação de 155.190 pessoas, a chapa de Iglesias, *Podemos para todas*, obteve 50,78% dos votos, a de Errejón, *Recuperar la ilusión*, 33,68% e os Anticapitalistas de *Podemos emn Movimiento* 13,11%. Iglesias não apenas foi reeleito secretário-geral do partido, como seu grupo também obteve 37 dos 62 lugares do Conselho Cidadão, ficando o grupo de Errejón com 23 e os Anticapilistas com dois.

Mostrado o percurso da ação política efetivada pelo *Podemos*, cabe agora destacar o percurso intelectual e teórico que o alicerça. No caso do *Podemos* isso não é o de menos, já que a maior parte de suas lideranças são oriundas do departamento de ciência política da Universidade Complutense de Madrid. Iglesias, em artigo publicado na *New Left Review*³³ em 2015, apontou quais são essas fontes

³¹ Disponível em: <http://www.20minutos.es/opiniones/pablo-iglesias-carta-abierta-inigo-2909440/>

³² Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/podemos-consulta-interna-da-vitoria-curta-iglesias/46105>

³³ Sediada em Londres a *New Left Review* é a principal revista acadêmica da esquerda no mundo.

e partes constitutivas do partido: (1) a avaliação, com Perry Anderson, de que a esquerda tradicional foi derrotada no século XX; (2) a percepção, com Gramsci, de que a crise de hegemonia dos partidos tradicionais de esquerda os distanciam dos grupos sociais que os apoiavam; (3) e, por fim, a necessidade de um novo partido, que seja o agregador de demandas individuais que contraponham ao poder das elites no poder, como na formulação de Laclau sobre o populismo. Observe-se que os pontos 1 e 2 estão claramente conectados. A derrota da esquerda tradicional no século XX e a crise de hegemonia do PSOE como principal partido da esquerda na Espanha fazem parte do mesmo processo pelo qual surge o *Podemos*. Após o fim da ditadura de Franco nos fins da década de 70, o Partido Comunista da Espanha atingiu apenas modestos resultados eleitorais e o PSOE assumiu o posto de partido hegemônico da esquerda no país. Entretanto, o melancólico fim do governo de Zapatero³⁴ em 2011, em meio a uma crise não apenas econômica, mas também política, encerrou essa hegemonia que agora é disputada pelo *Podemos*. De acordo com Iglesias, “se a maior expressão social da crise orgânica foi o movimento 15M, sua maior expressão política tem sido o *Podemos*” (2015: p. 16). No entanto, é o ponto 3 o que traz a maior sofisticação para o argumento de Iglesias, na medida em que melhor caracteriza a ação coletiva desse novo partido. Para Iglesias o alicerce fundamental do *Podemos* é a construção de uma estratégia populista como a conceituada por Laclau (2013). Para essa chave interpretativa, uma situação populista é aquela onde uma série de demandas democráticas não atendidas pelo Estado encontram uma palavra de ordem, ou um líder em comum, um “significante vazio”, que as possa agregar em uma cadeia de equivalências. Essas demandas democráticas agregadas que conformam o “povo” antagonizam a luta política contra aqueles que as obstaculizam. Para Iglesias, é o *Podemos* o instrumento capaz de agregar essas demandas democráticas do “povo” contra o *establishment* espanhol representado pelo bipartidarismo, com maior ênfase no PP. Note-se que em Laclau não há uma ontologia privilegiada do proletariado como sujeito histórico capaz de supracumir o capitalismo, ponto nodal para a interpretação marxista. Esse sujeito histórico é o “povo”, que em cada formação social e histórica pode ser conformada por diferentes atores.

³⁴ José Luis Rodríguez Zapatero foi o último presidente socialista da Espanha. Exerceu seu mandato entre 2004 e 2011 quando foi então sucedido por Mariano Rajoy do PP. Foi o Secretário-Geral do PSOE entre 2000 e 2011.

Esse conceito de populismo formulado por Laclau se relaciona com o que ocorreu na América Latina na primeira década do século XXI. Como aludido na introdução deste capítulo, há uma afinidade entre o conjunto de movimentos populares que tomaram o poder na América Latina no início do século XXI e o *Podemos*. Boaventura de Sousa Santos é um dos que compartilham dessa hipótese.

A crise financeira e política, sobretudo a partir de 2011, e o movimento dos indignados foram os detonadores de novas emergências políticas de esquerda na Europa do Sul em que as lições da América Latina estavam bem presentes, sobretudo a nova relação partido-movimento, a nova articulação entre democracia representativa e democracia participativa, a reforma constitucional e, no caso da Espanha, a questão da plurinacionalidade. O partido espanhol Podemos representa melhor do que qualquer outro esta aprendizagem, ainda que os seus dirigentes tenham estado desde a primeira hora bem conscientes das diferenças substanciais entre o contexto político e geopolítico europeu e o latino-americano (SANTOS, 2016).

Aliás, é bom recordar que o segundo nome mais importante do *Podemos*, Iñigo Errejón, atual deputado do partido, teve a Bolívia de Evo Morales e do MAS como objeto de estudo para sua tese de doutorado e inspiração para a formulação do partido na Espanha³⁵. Essa inspiração em Laclau e nos governos da América Latina, seguramente, não agrada a todos, como observamos na passagem abaixo de Negri³⁶. Mas, independentemente disso, o reconhecimento de que o partido se tornou importante instrumento para a institucionalização das reivindicações dos movimentos sociais é nítida.

Com o Podemos, contudo, estamos provavelmente lidando com algo diferente. Além das ideologias questionáveis em torno das quais este partido-movimento se constituiu, acredito que – talvez por causa da boa vontade de seus líderes, ou talvez graças à situação na qual se encontra – o Podemos é infinitamente mais poderoso do que é organizado. Está produzindo, no momento, um movimento extremamente interessante e ativo que pode ser capaz de contribuir com uma saudável institucionalização das lutas (NEGRI, 08.01.2016).³⁷

Por tudo isso, o *Podemos* deve ser considerado uma das principais experiências dessa nova tipologia surgida no sistema partidário contemporâneo. Tão exemplar quanto o *Podemos* tem sido o SYRIZA na Grécia.

³⁵ Sua tese de doutorado publicada em 2012 intitula-se *A luta pela hegemonia durante o primeiro governo do MAS na Bolívia (2006-2009): uma análise discursiva*.

³⁶ Negri, é claro, prefere seu conceito de Multidão para entender o *Podemos*. Em *A razão populista* (2013) de Laclau há uma seção inteira para o debate acerca das diferenças entre os dois conceitos.

³⁷ Antonio Negri, entrevistado por Lorenzo Cini e Jerome Roos, da *Roar*. Tradução: Inês Castilho. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/antonio-negri-da-recusa-ao-trabalho-a-tomada-do-poder/>

2.2

A experiência grega do SYRIZA

No recente drama político europeu o SYRIZA na Grécia poderia ser facilmente considerado um irmão mais velho do *Podemos*. O diálogo e as trocas de experiências entre as duas forças políticas tem sido permanentes desde que passaram a conviver no Parlamento Europeu nos últimos anos. A forma como conjugam em curto prazo a ampla mobilização social com o crescimento institucional também é um indício de suas semelhanças enquanto partidos-movimento.

Fundado em 2004 como *Coligação da Esquerda Radical*³⁸, a partir de uma aliança entre diversos partidos, organizações políticas e movimentos sociais, o partidose tornou a principal força de esquerda no país. Sua origem remete à luta contra a austeridade econômica imposta na Grécia pela *Troika*³⁹, mas também como alternativa ao tradicional partido da social democracia grega, o PASOK e ao Partido Comunista da Grécia, o KKE. Assim como o *Podemos* surgiu como alternativa à esquerda do PSOE, mas mais moderado que a *Izquierda Unida*, o SYRIZA fez o mesmo em relação ao PASOK e ao KKE. Sobre essa relação entre os dois partidos vale a pena ler as palavras de Pablo Iglesias na *New Left Review* logo após o SYRIZA assumir o governo em 2015:

Sin embargo, nuestra emergencia como fuerza política que aspira a redefinir electoralmente el tablero político, así como la de formaciones amigas en diversos países europeos (en particular en Grecia donde por fin hay un Gobierno que, reivindicando su soberanía, defiende una Europa social), permite pensar en una posibilidad de cambio político que avance por una senda de recuperación de los derechos sociales. Es evidente que no puede hablarse de revolución, en el sentido histórico del término, ni de nada que pueda llamarse transición al socialismo, pero sí de procesos de recuperación de la soberanía que limiten el poder de las finanzas, impulsen transformaciones en los modelos productivos, aseguren una mayor redistribución y apuesten por una reconfiguración de la institucionalidad europea en un sentido democrático (IGLESIAS, 2015, p. 15).

Claro, há também diferenças pontuais. Como o próprio nome indica, o SYRIZA reivindica a esquerda como espaço de atuação política, enquanto o *Podemos* por diversas vezes propôs a superação da dicotomia entre esquerda-

³⁸ SYRIZA é a abreviação grega de Coligação da Esquerda Radical.

³⁹ *Troika* é a designação para o comitê tripartite formado por Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI. Esse comitê impôs a austeridade econômica aos países da Zona do Euro.

direita. A diferença de tática também pode ser sublinhada se levarmos em conta que o SYRIZA nasceu de uma coligação de partidos enquanto o *Podemos* tenta buscar um voo próprio desde a origem. Contudo, tais desencontros são irrelevantes quando comparados às suas semelhanças.

Surgido como uma coligação de legendas, o SYRIZA passou a ser um único partido para disputar as eleições parlamentares de 2012. Liderados por Alex Tsipras, o partido foi o segundo mais votado na eleição de 6 de maio de 2012. Dos 300 deputados do parlamento grego, foram eleitos 108 da *Nova Democracia*, 52 do SYRIZA, 41 do PASOK, 33 dos *Gregos Independentes*, 26 do KKE, 18 do *Aurora Dourada* e 19 da DIMAR. Como o regime é parlamentarista e nem a *Nova Democracia*, nem o SYRIZA conseguiram formar maiorias para um governo, novas eleições tiveram que ser convocadas para 17 de junho de 2012⁴⁰. Com as novas eleições a *Nova Democracia* conquistou 129 cadeiras, o SYRIZA 71, o PASOK 33, os *Gregos Independentes* 20, a *Aurora Dourada* 18, a DIMAR 17 e o KKE 12. Não obstante o crescimento do SYRIZA nessa segunda eleição, a *Nova Democracia* saiu vitoriosa e conseguiu formar um governo liderado pelo primeiro-ministro Antonis Samaras. Curiosamente, o governo conservador de Samaras só foi possível graças à aliança com dois partidos da centro-esquerda grega: o PASOK e a DIMAR⁴¹. Ao SYRIZA coube a oposição.

A reorganização política no país em torno de um novo governo de coalizão entre *Nova Democracia*, PASOK e DIMAR não foi o suficiente para frear o crescimento do SYRIZA. O partido saiu das eleições para o Parlamento Europeu em 26 de maio de 2014 como o principal vencedor no país. Era apenas um prenúncio para a grande vitória no parlamento grego que seria conquistada em 2015 com a consequente indicação de Tsipras como primeiro-ministro. Em 25 de janeiro daquele ano o SYRIZA alcançou 149 das 300 cadeiras possíveis, seguido pela *Nova Democracia* com 76, a *Aurora Dourada* com 17, o KKE com 15 e PASOK e *Gregos Independentes* com 13 cada um. Após uma aliança com os *Gregos Independentes*, partido de direita, mas anti-austeridade, Tsipras formou seu governo levando o SYRIZA ao poder pela primeira vez.

⁴⁰ Um governo é formado quando uma coalizão alcança pelo menos 151 cadeiras no Parlamento.

⁴¹ DIMAR é a abreviação grega da *Esquerda Democrática*. Trata-se de um racha criado por uma ala moderada do SYRIZA.

2.3

Entre PCP e PS: o Bloco de Esquerda e a “geringonça” portuguesa

*“Que mundo tão parvo
Onde para ser escravo é preciso estudar”*

(Deolinda)⁴²

Se na Espanha, como vimos, desde o fim da ditadura houve uma alternância entre o PP e o PSOE no poder, em Portugal não foi diferente. Desde a Revolução dos Cravos, ou, mais precisamente, a partir da implementação do regime constitucional em 76, a chefia de governo alternou-se entre o Partido Social Democrata, centro-direita, e o Partido Socialista, centro-esquerda⁴³. Entre 2005 e 2011, quem governou o país foi o primeiro ministro José Sócrates, do PS. Sócrates até conseguiu ser reeleito em 2009, mas a crise econômica internacional atingiu Portugal em cheio, o que gerou agudo desemprego e o levou a adotar políticas econômicas de áspero impacto social, o que distanciou muito o PS do que se compreende como centro-esquerda. Assim, a “geração à rasca”, precarizada, desempregada, indignada e embalada pela canção “Que parva que eu sou” dos Deolinda, iniciou seus protestos contra a austeridade. Em 12 de março de 2011, milhares de jovens foram para as ruas de Lisboa e Porto. Entrevistado por uma jornalista, um jovem estudante de 18 anos explicou a razão de estar ali: “Hoje carrego às costas o peso dos livros, mas quero contribuir, no que me for possível, para que amanhã não tenha de carregar às costas o peso do desemprego”.⁴⁴ Sócrates se demitiu e em seu lugar entrou o conservador Pedro Passos Coelho, do PSD, que acelerou o processo de austeridade. Entre 2010 e 2016, o país assistiu à taxa de desemprego manter-se em dois dígitos, algo incomum na Terceira República⁴⁵. Passos Coelho permaneceu até 2015, quando o PS finalmente voltou ao poder, agora com Antônio Costa, em uma inédita aliança de esquerda chamada de

⁴² A canção “Que parva que eu sou”, dos Deolinda, faz um chamado contra a situação portuguesa onde estudantes não encontram emprego ou são precarizados.

⁴³ Em 25 de abril de 1974 a chamada Revolução dos Cravos depôs o governo ditatorial do Estado Novo que vigorou por 41 anos, de 1933 até 1974. Dois anos depois, em 25 de abril de 1976, entrou em vigor a nova Constituição, de forte caráter socialista. Em Portugal, esse período contemporâneo é conhecido como Terceira República.

⁴⁴ Esquerda.Net, 12.03.2011. Disponível em:

<http://www.esquerda.net/artigo/extraordin%C3%A1ria-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-da-%E2%80%9Cgera%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-rasca%E2%80%9D>

⁴⁵ Disponível em: <https://economyapt.com/taxa-desemprego-portugal/>

“geringonça portuguesa”. Esse foi o contexto em que emergiu o chamado Bloco de Esquerda como experiência portuguesa de um partido-movimento.

Fundado em 1999, o Bloco de Esquerda surgiu inicialmente a partir do encontro de três forças políticas: a União Democrática Popular, de influência maoísta, liderada por Luís Fazenda; o Partido Socialista Revolucionário, cuja origem é o trotskismo, liderado por Francisco Louçã; e a Política XXI, de Miguel Portas. Essas três organizações mantinham em comum a crítica ao socialismo real, cujo principal porta voz no país é o Partido Comunista Português, o PCP, de Jerônimo Souza. Como isolados eram muito pequenos, e sequer conseguiam eleger representantes para a Assembleia Nacional, a fusão foi a saída a ser adotada. Assim, os três extinguiram-se a partir de 1999, em momentos distintos, em favor da construção de um único partido: o Bloco de Esquerda⁴⁶.

Diferente do PS, que não soube ser a alternativa política ao projeto de austeridade econômica da União Europeia, mas sem se assemelhar à dureza ortodoxa do PCP, pouco aberto às políticas identitárias dos novos tempos, “o BE foi pouco a pouco monopolizando a representação de demandas novas, de temas que atraíam um eleitorado jovem, urbano, informado e educado. Tinha grande penetração, por exemplo, entre os estudantes” (MORAES, 2016, p, 44). Pelo caminho do meio, o Bloco soube conectar a pauta da redistribuição – aqui entendido como combate ao capitalismo desregulado – com a pauta do reconhecimento – combate ao sexismo, racismo, homofobia *etc.* Não à toa, o primeiro projeto apresentado pelo Bloco em 2000, e que foi aprovado pelo parlamento, foi o que classificou como crime a violência contra mulheres. Um caso exemplar e peculiar das diferenças entre o PCP e o BE pode ser visto em relação às touradas. Enquanto o Bloco reivindica o fim das corridas de touros, utilizando como justificativa a proteção dos animais⁴⁷, os comunistas defendem a manutenção dessa tradição

⁴⁶ Extinguiram-se enquanto partidos, mas mantiveram algum grau de organização com a publicação de revistas próprias: a Política XXI se organiza em torno da revista Manifesto; o PSR através da revista Combate; e a UDP com a revista Comuna. Na internet, o Bloco possui um site partidário, o bloco.org, mas também, desde 2006, um site de notícias, o Esquerda.net. O Bloco mantém ainda uma revista política, a Vírus, desde 2012.

⁴⁷ “Bloco quer acabar com financiamento público de touradas”. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/bloco-quer-acabar-com-financiamento-p%C3%BAblico-de-touradas/22248>

secular em algumas regiões do país⁴⁸. Outra diferença, essa ainda mais polêmica, trata da legalização da maconha. O deputado bloquista João Semedo propôs em 2012 um projeto de lei que previa a legalização e regulação do consumo e cultivo de *cannabis*. Esse projeto logo foi combatido pelo PCP através de sua deputada Paula Santos⁴⁹. Já na política externa, o PCP tem votado na Assembleia contra deliberações que isolem a Coreia do Norte, ao passo que o Bloco condena o regime ditatorial de Pyongyang⁵⁰. O Bloco também acusa o PCP de não se distanciar “do regime do PC Chinês e de outros regimes repressivos”⁵¹. Mas, o que talvez seja o fundamental na política externa, distante do PCP que se empenha pela saída da União Europeia, o Bloco compreende a importância da refundação democrática desse organismo internacional europeu⁵². Para um jovem progressista e cosmopolita nascido nas grandes cidades essas questões certamente não são triviais.

Em um país parlamentarista a análise da composição de sua Assembleia Nacional é fundamental para a leitura da correlação de forças para a formação dos governos. Nessa variável, o crescimento eleitoral do BE tem sido constante. Sua estreia se deu nas eleições legislativas de 1999, quando obteve apenas 2 cadeiras dentre as 230 em disputa. Nas eleições seguintes, realizadas em 2002, o resultado não foi tão diferente com a eleição de 3 deputados. O salto começou a ser dado somente nas eleições legislativas de 2005, quando 8 foram eleitos, e em 2009, quando dobrou a bancada para 16 deputados. Note-se que o crescimento do BE em 2005 e 2009 acompanhou a ampliação parlamentar de toda a esquerda. Não só o PS elegeu o maior número de deputados nessas duas eleições como também a Coligação Democrática Unitária, a CDU⁵³. Nas eleições legislativas de 2011 a maré mudou. Com o declínio do governo socialista, tanto o PS viu sua bancada ser reduzida, quanto o BE que voltou a ter somente 8 deputados. A virada definitiva

⁴⁸ “Novo regime de proibição das touradas”. Disponível em:

http://www.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=5584&Itemid=196

⁴⁹ “PCP e maioria não deixam passar proposta do BE”. Disponível em:

<http://portugal.legalize.eu/ola-mundo/>

⁵⁰ “PCP vota contra condenação de crimes na Coreia do Norte”. Disponível em:

<http://www.dn.pt/politica/interior/pcp-vota-contr-condenacao-de-crimes-na-coreia-do-norte-3712935.html>

⁵¹ Resolução da VII Convenção do Bloco de Esquerda, 2011. Disponível em:

<http://www.bloco.org/media/7cnvmocaoa.pdf>

⁵² Idem.

⁵³ A Coligação Democrática Unitária, CDU, é uma coligação eleitoral formada por dois partidos de esquerda: o Partido Comunista Português, PCP, e o Partido Ecologista “Os Verdes”, PEV. Em todas essas eleições, o PEV elegeu apenas 2 deputados; os demais vieram do PCP.

ocorreu em 2015 quando os três partidos da esquerda cresceram. Não obstante a coligação da centro-direita tenha sido isoladamente a mais votada, uma inédita aliança entre PS, CDU e BE elegeu o socialista Antônio Costa como primeiro ministro.

Tabela 1: Eleições Legislativas em Portugal

	1999	2002	2005	2009	2011	2015
PSD	81	105	75	81	108	89
PS	115	96	121	97	74	86
CDU	17	12	14	15	16	17
Bloco de Esquerda	2	3	8	16	8	19
PP	15	14	12	21	24	18
Outros	0	0	0	0	0	1
Total	230	230	230	230	230	230

Como é intuitivo imaginar, as principais lideranças na origem do Bloco de Esquerda são aquelas mesmas que vieram das organizações prévias à fundação. O cabeça de chapa do BE na eleição para o Parlamento Europeu em 1999 foi Miguel Portas, líder da antiga Política XXI. Portas, que faleceu em 2012, foi eleito para o Parlamento Europeu em 2004 e reeleito em 2009. Já os dois únicos deputados eleitos nas eleições legislativas de 1999 foram justamente Francisco Louçã e Luís Fazenda, líderes do PSR e da UDP, respectivamente. A esses três se juntou Fernando Rosas, historiador independente muito conhecido na esquerda do país. Nas eleições presidenciais, o Bloco lançou Fernando Rosas em 2001, que ficou em quarto lugar, e Francisco Louçã em 2006, que alcançou a quinta posição. Em 2011, o partido apoiou Manuel Alegre, do PS, que ficou em segundo lugar. Foi o início da composição entre os dois agrupamentos. Mas, em 2016, lançou Marisa Matias que obteve a terceira posição na disputa presidencial. O objetivo foi firmar a figura pública de Matias como nova liderança nacional do partido. A candidatura de Matias foi sintomática de uma certa virada geracional e de gênero no interior do Bloco. Aos poucos, os quatro senhores, Portas, Louçã, Fazenda e Rosas foram substituídos por quatro jovens mulheres: Catarina Martins; Marisa Matias; e as gêmeas Joana e Mariana Mortágua. A esse respeito, diz Boaventura de Sousa Santos:

O BE é liderado por Catarina Martins, jovem que tem hoje peso decisivo na condução da vida política portuguesa. O BE já nos habituara a líderes de grande qualidade, como Francisco Louçã e Miguel Portas, prematuramente falecido. Hoje tem em sua liderança as três jovens políticas de esquerda mais brilhantes da Europa: Catarina Martins (42 anos), Marisa Matias (40 anos), eurodeputada que nas últimas eleições presidenciais obteve 10,1% dos votos, e Mariana Mortágua (30 anos), deputada no parlamento português (2016, p. 9).

Esse processo pode ser visto através das convenções nacionais. Desde a V Convenção do Bloco de Esquerda, realizada em 2005, Francisco Louçã, que já era o principal porta voz do partido desde 1999, tornou-se o coordenador nacional. A partir de 2012 essa mudança geracional começa a ocorrer com a realização da VIII Convenção. Nela, João Semedo e Catarina Martins foram eleitos para a liderança do partido. Na IX Convenção, Semedo abandonou a liderança e, finalmente, em 2016, a X Convenção elegeu Catarina Martins como nova coordenadora da comissão política do Bloco de Esquerda.

De certo modo, poderíamos dizer que o Bloco de Esquerda foi a primeira experiência da ideia de um partido-movimento nesse início do século XXI. A resolução aprovada pela sua I Convenção Nacional, realizada em 2000, dá indícios nessa direção. Lá, lemos que:

O Bloco de Esquerda quer ser um novo movimento e não mais um partido. Esta escolha não envolve qualquer julgamento de valor sobre a forma partido e muito menos a arrogância da descoberta de uma nova fórmula “superior” de organização política. É apenas o resultado de um sentimento manifestado um pouco por todo o país nas centenas de encontros que promovemos em 1999 e que reflectem, sem dúvida, os limites do actual sistema político-partidário quanto à capacidade de representação do conjunto das opiniões existentes na sociedade⁵⁴.

O mesmo pode ser lido em um texto publicado em 2011 por João Teixeira Lopes, dirigente do partido, sobre as diferenças entre o PCP e o BE: “o Bloco quer ser um partido-movimento-social e o PCP reproduz a estratégia leninista da vertical cadeia de transmissão, bem patente na forma como se relacionam com os sindicatos”, argumenta Lopes⁵⁵. Há outras nuances. Por óbvio, o próprio nome do Bloco já assegura não ser seu objetivo superar a dicotomia esquerda/direita como no *Podemos*. Contudo, há na sua prática política algo no sentido da ampliação do eleitorado possível. Importante líder do partido, Alda Souza (apud MORAES,

⁵⁴ Resolução da I Convenção do Bloco de Esquerda, 29-30 Janeiro 2000. Disponível em: <http://www.bloco.org/media/1convencaojanheiro2000.pdf>

⁵⁵ O Bloco de Esquerda e o PCP. Disponível em: <http://www.esquerda.net/opinia/o-bloco-de-esquerda-e-o-pcp>

2016) diz que “ao invés de disparar iniciativas autoproclamadas, o Bloco tentou colocar a si mesmo a questão: quem poderia ser mobilizado, que ainda não foi?”. Problemática bem semelhante àquela feita por Errejón e Iglesias no *Podemos* quando dizem ser necessário buscar “*los que faltan*”.

Para pensar em um partido-movimento é preciso também mencionar suas redes de solidariedade internacionais. Nesse ínterim, Marisa Matias é um ponto de ligação entre o Bloco de Esquerda e o *Podemos* na Espanha. Matias esteve na Assembleia Cidadã onde foi fundado o *Podemos* em 2014. Já Pablo Iglesias esteve na campanha presidencial da candidata bloquista em 2016. Os laços de solidariedade não são apenas ibéricos. Ainda em 2016, a coordenadora do BE, Catarina Martins, esteve em Berlim ao lado de Jean-Luc Mélencon, líder do *Parti de Gauche*, para saudar o crescimento eleitoral do *Die Linke*, partido-movimento alemão. A solidariedade internacional também atravessa o Atlântico. Estudioso do Bloco, Reginaldo Moraes faz uma comparação com o sistema partidário brasileiro e afirma que em seu início o partido mantinha alguma semelhança com o PT e reivindicava, inclusive, o orçamento participativo⁵⁶. “Mais tarde, perto de 2005, o BE romperia com o PT e se alinharia com o PSOL com o qual ainda hoje mantém relações de solidariedade”, diz Moraes (2016, p. 35).

Em 2015, em uma experiência inédita para a esquerda que ficou conhecida como “geringonça portuguesa”, o BE e o PCP aceitaram suportar o governo do PS, levando à chefia do governo o primeiro-ministro socialista António Costa. Boaventura de Sousa Santos sugere que o “mérito dessa solução se baseou tanto na clarividência política das lideranças dos diferentes partidos envolvidos como na pressão de suas bases para travar, na medida do possível, as políticas de austeridade” (2016, p. 9). António Costa, que já havia sido prefeito de Lisboa pelo PS, trazia de lá um ensaio de aliança à esquerda. Foi, portanto, o nome certo dos socialistas para costurar a nova aliança nacional. Assim como na canção dos Deolinda, aquela “geração à rasca” que ocupou as ruas em 12 de março de 2011 demonstrou não ser parva e, ao menos em parte, suas ideias chegaram ao poder. Como bem disse o deputado e dirigente do Bloco de Esquerda, Jorge Costa, de forma premonitória, em 2011, “os ideólogos da direita pensam que os precários são

⁵⁶ O orçamento participativo foi uma inovação democrática formulada pelo PT em sua experiência na prefeitura de Porto Alegre no fim da década de 80.

parvos. Mas vão ter que ouvir a canção dos Deolinda até ao fim”⁵⁷. Agora, é preciso dar tempo ao tempo para sabermos até onde o Bloco de Esquerda, enquanto partido de governo, mantém-se como um partido-movimento.

2.4

Jean-Luc Mélenchon: da *Front de Gauche* à *La France Insoumise*

A França consiste em um caso exemplar daquilo que a literatura especializada convencionou como um sistema de governo semipresidencialista. Embora haja eleições presidenciais periódicas realizadas de cinco em cinco anos, o presidente eleito exerce apenas a chefia do Estado, com responsabilidades sobre a política externa, enquanto a chefia do governo está nas mãos do primeiro ministro indicado de acordo com a maioria momentânea do parlamento. Desde o início da Quinta República, em 1959, revezam-se na presidência da república dois agrupamentos políticos: um de centro-direita, que tem sido renomeado a cada gestão; e outro de centro-esquerda, o Partido Socialista. O conservador Charles de Gaulle deu início a essa alternância, sendo o presidente francês entre 1959 e 1969 pela União para a Nova República, UNR. Com a saída de De Gaulle, o partido foi renomeado para União dos Democratas pela República, UDR, sendo o presidente Georges Pompidou, entre 1969 e 1974. De 1974 a 1981, presidiu o país o também conservador Valéry Giscard d'Estaing. Entre 1981 e 1995, o Partido Socialista alcançou finalmente o poder com o longo governo de François Mitterrand. A centro-direita retornou à presidência com Jacques Chirac, entre 1995 e 2007, e com Nicolas Sarkozy, de 2007 a 2012, ambos pela União por um Movimento Popular, UMP, partido sucessor da velha UDR. Até que finalmente os socialistas egessem o moderado François Hollande como presidente entre 2012 e 2017. Ao longo desse período, a esquerda representada pelo quase centenário Partido Comunista Francês, que em épocas anteriores já havia sido um dos maiores partidos do país e um dos mais respeitados partidos comunistas do mundo ocidental, não passou de um coadjuvante menor na política francesa, enquanto o papel principal restava aos sociais democratas do PS. Foi nesse cenário desolador que a esquerda francesa se reorganizou em 2008 em torno do *Parti de Gauche*, PG, e da *Front de Gauche*, FG.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.esquerda.net/opiniao/cassete-anti-deolinda>

O *Parti de Gauche*, foi fundado em 2008 a partir de lideranças que abandonaram o PS incomodados com a postura moderada do partido. Entre eles, o senador Jean-Luc Mélenchon e o deputado Marc Dolez. No ano seguinte, dissidentes dos Verdes também seguiram para o PG, liderados pela deputada Martine Billard. Mélenchon e Billard dirigiram juntos o partido até 2014, quando foram substituídos por Eric Coquerel e Danielle Simonnet. Concomitante à criação do partido, veio em 2008 a organização da *Front de Gauche*, uma frente de partidos de esquerda que reuniu o PCF, o PG e outras legendas menores. Essas duas organizações, PG e FG, são, assim, indissociáveis.

Assim como o *Podemos* na Espanha ou o Bloco de Esquerda em Portugal, o *Parti de Gauche* é a expressão da esquerda na busca por uma alternativa aos sociais democratas franceses representados pelo PS. A diferença é que, em França, essa alternativa aliou-se mais fortemente aos comunistas através da *Front de Gauche*. Um dos pontos polêmicos do programa da FG é o fim do atual regime político e a instalação da Sexta República no país através da convocação de uma Assembleia Constituinte. “Eu quero ser o último presidente da Quinta República e voltar para casa assim que a Assembleia Constituinte mudar de alto a baixo a Constituição, abolir a monarquia presidencial e restaurar o poder da iniciativa popular” [Tradução nossa]⁵⁸, assegurou Mélenchon na apresentação do seu programa para a eleição de 2017. A chamada “revolução cidadã”, que o programa para a Sexta República propõe, é baseado em uma democracia intensamente participativa e direta, além de um forte papel interventor do Estado na economia.

A primeira aparição da frente aconteceu nas eleições para o Parlamento Europeu em 2009 quando conquistaram 5 cadeiras dentre as 74 em disputa: sendo uma de Mélenchon, pelo PG, e as demais do PCF. Mélenchon não era apenas a figura pública do PG, mas também da FG, e assim foi o candidato presidencial da frente nas eleições de 2012, tendo obtido 11% dos votos no primeiro turno e a quarta posição atrás de François Hollande, 28%, Sarkozy, 27% e Marine Le Pen, 18%. Já nas eleições legislativas do mesmo ano, a FG conquistou 10 cadeiras dentre as 577

⁵⁸Mélenchon: «Je voudrais être le dernier président de la 5e République et rentrer chez moi sitôt qu’une Assemblée constituante, élue pour changer de fond en comble la Constitution, ait aboli la monarchie présidentielle et restauré le pouvoir de l’initiative populaire ». Disponível em: <https://avenirencommun.fr/sept-axes-programmatiques/>

possíveis. Em 2014, um pequeno declínio fez a FG passar a ter 4 cadeiras no Parlamento Europeu. Esses resultados demonstram uma certa fragilidade da FG quando comparada aos seus assemelhados ibéricos. Fragilidade também demonstrada pelo PS que chegou ao fim do governo Hollande com um dos mais baixos índices de aprovação. Soma-se a isso uma outra nuance do caso francês: o avanço vertiginoso da extrema-direita representada pela Frente Nacional de Marine Le Pen. O temor de que a direita poderia levar dois candidatos ao segundo turno das eleições presidenciais de abril de 2017 era real. Tudo isso levou um grupo de intelectuais a tentar construir, sem sucesso, uma possível unidade entre todos os campos da esquerda e centro-esquerda com o movimento *Notre Primaire*. Estimulada por intelectuais como Dany Cohn-Bendit, Pierre Rosanvallon, Thomas Piketty, Bruno Latour e Eve Chiapello, a *Notre Primaire* foi lançada em janeiro de 2016. Seu objetivo consistia em realizar, em dezembro do mesmo ano, primárias abertas para todos que se identificassem com os valores da esquerda e dos ecologistas. Os candidatos, partidos e movimentos que participassem assumiriam o compromisso de apoiar o vencedor dessas primárias⁵⁹.

A campanha do *Notre Primaire* ganhou algum corpo ao longo do primeiro semestre, mas não foi o suficiente para impedir o lançamento de candidaturas diversas. Já em fevereiro de 2016, Mélenchon lançou não apenas sua candidatura como também um novo movimento em substituição à FG denominado *La France Insoumise*, ou “A França Rebelde”. O secretário-geral do PCF, Pierre Laurent, até tentou buscar a unidade clamando por uma candidatura do PS que fosse mais à esquerda de Hollande, mas não conseguiu demover nem a *Front de Gauche*, e nem mesmo uma parcela considerável dos próprios comunistas. No fim das contas, o PCF aprovou em novembro o apoio a Mélenchon⁶⁰. Em seguida, foi a vez do jovem ministro da economia de Hollande, Emmanuel Macron, pedir demissão e criar o movimento *En Marche!*, que em novembro o lançou candidato presidencial. Mais próximo ideologicamente do centro político, o movimento *En Marche!* mantém semelhanças com os *Ciudadanos* na Espanha. Diga-se de passagem, Emmanuel Macron foi um dos principais responsáveis pela política de austeridade dentro do

⁵⁹ Manifeste pour la primaire des gauches et des écologistes. Disponível em: <http://notreprimaire.fr/2016/01/10/manifeste-pour-la-primaire-des-gauches-et-des-ecologistes/>

⁶⁰ Jean-Luc Mélenchon sera le candidat du PCF. Disponível em: http://www.lepoint.fr/politique/jean-luc-melenchon-sera-le-candidat-du-pcf-26-11-2016-2085982_20.php

governo Hollande e um dos propositores da flexibilidade na jornada de 35 horas semanais vigente no país desde 1998. Também o partido ambientalista de centro-esquerda, Os Verdes, anunciou em novembro que Yannick Jadot seria seu candidato.

A campanha do *Notre Primaire* fracassou. Mas isso não impediu que um grupo ligado ao PS convocasse primárias próprias realizadas em janeiro de 2017. Esse movimento ficou conhecido como *Belle Alliance Populaire*, BAP⁶¹. Sete pré-candidatos disputaram a indicação do BAP: Manuel Valls, ex-primeiro-ministro; Vincent Peillon, ex-ministro da Educação; Arnaud Montebourg, ex-ministro da Economia; Benoît Hamon, sucessor de Peillon na Educação; Sylvia Pinel, do Partido de Esquerda Radical; François de Rugy, do Ecologistas; e Jean-Luc Bennahmias, da Frente Democrática. Se os quatro primeiros eram quadros do próprio PS, os três últimos vieram de outras formações. Foram para o segundo turno das primárias em 29 de janeiro o moderado Valls e o representante da esquerda do PS, Hamon. Com a participação de cerca de 2 milhões de pessoas nessas primárias, Hamon obteve 55% contra 45% de Valls. O programa apresentado pelo candidato vencedor trouxe uma pegada forte à esquerda: em seu programa defendeu uma renda mínima de 750,00 Euros para todos os cidadãos franceses com mais de 18 anos, a jornada de 35 horas semanais, a legalização da maconha e o uso de fonte de energia renováveis⁶². Em que pese o ânimo militante que um processo de primárias suscita nos partidos políticos, vale ressaltar que o BAP ficou aquém da mobilização feita pela centro-direita em suas prévias. O partido Os Republicanos, do ex-presidente Nicolas Sarkozy, reuniu mais de 4 milhões de votantes em seu processo interno onde foi escolhido o conservador François Fillon como candidato presidencial.

Em síntese, apresentaram-se para a disputa presidencial de abril de 2017 seis candidatos competitivos: Mélenchon, esquerda; Hamon, centro-esquerda; Jadot, centro-esquerda; Macron, centro; Fillon, centro-direita; e Le Pen, direita. Nem a fragmentação de candidaturas, nem os sinais das pesquisas de opinião que indicavam um segundo turno entre Fillon e Le Pen foram capazes de sensibilizar

⁶¹ Sobre o BAP, ver: <https://www.labellealliancepopulaire.fr/>

⁶² Sobre as semelhanças entre *Ciudadanos* e *En marche!* e seus líderes, Rivera e Macron, ver: http://www.elespanol.com/espana/politica/20170122/187981695_0.html

PS, PCF e PG a entrarem em um acordo. O coordenador político do *Parti de Gauche*, Eric Coquerel, justificou assim a decisão: “Jean-Luc Mélenchon é o único a se comprometer com a 6ª República, com a ruptura com o livre comércio (...), com a partilha do trabalho e das riquezas, com uma verdadeira transição energética com planejamento ambiental ou com a revogação da lei El Khomri” [Tradução nossa]⁶³. Se, por um lado, o risco assumido pelo PG de fragmentar a eleição e, assim, facilitar a vida de Fillon e Le Pen é grande, como já haviam assinalado os intelectuais que subscreveram o movimento *Notre Primaire*; por outro lado, e essa é a aposta, também é real a possibilidade do PG se consolidar como alternativa ao PS e, quem sabe, supera-lo. “O projeto de Mélenchon é o de um populismo de esquerda”, pois “ele constrói a fronteira política que nós chamamos de ‘populista’: aquela do povo contra o *establishment*” [Tradução nossa], definiu Chantal Mouffe⁶⁴.

2.5

O Movimento 5 Estrelas na Itália

Quando o comediante Beppe Grillo fundou em 4 de outubro de 2009 o *Movimento 5 Estrelas*, certamente não poderia imaginar que apenas sete anos depois seu partido seria o responsável por eleger a primeira mulher prefeita de Roma.

A história do M5S⁶⁵ começou em 2007 com a entrada na política do popular comediante italiano Beppe Grillo. Ao organizar o chamado *Vaffanculo Day*⁶⁶, ou apenas *V-Day*, um protesto em Bolonha com milhares de pessoas contra os políticos tradicionais, Grillo percebeu sua enorme capacidade de mobilização política. Durante o *V-Day* foram recolhidas assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular com o objetivo de impedir que candidatos com ficha criminal pudessem disputar eleições. Algo semelhante ao que foi a Lei da Ficha Limpa no Brasil. Na ocasião, cerca de 336 mil assinaturas foram coletadas ultrapassando o

⁶³ “Jean-Luc Mélenchon, um vote toujours plus nécessaire”. Disponível em : <https://www.lepartidegauche.fr/?p=2150>

⁶⁴ Disponível em: http://www.lemonde.fr/politique/article/2016/12/26/chantal-mouffe-la-philosophe-qui-inspire-melenchon_5054023_823448.html

⁶⁵ M5S é a sigla do nome em italiano *Movimento 5 Stelle*.

⁶⁶ A tradução livre seria algo como “Dia do Vai se F***...”, um termo ofensivo.

número necessário. A partir daí a percepção era clara: o movimento das ruas precisava se institucionalizar. Ao lado de Gianroberto Casaleggio⁶⁷, seu braço direito, Grillo fundou então um partido político tendo como base as convicções surgidas no V-Day.

Para um iniciante, sua primeira participação eleitoral pode ser considerada vitoriosa. Em 2012, Federico Pizzarotti recebeu 60% dos votos e foi eleito prefeito de Parma, o primeiro prefeito do partido em uma das maiores cidades da Itália. Nas eleições legislativas de 2013 alcançou 25%, ou 109 das 630 cadeiras da Câmara dos Deputados, enquanto no Senado foram 54 das 315 cadeiras, ou 24%. Logo em seguida, na eleição para o Parlamento Europeu em 2014, o partido obteve 17 das 73 cadeiras italianas, ou 21%. Contudo, foi no pleito municipal de 2016 que o partido alcançou seu maior sucesso eleitoral. Primeiro com a vitória da jovem advogada de 37 anos, Virginia Raggi, como prefeita de Roma. Diga-se de passagem, a primeira mulher prefeita desde que a cidade foi fundada há 2700 anos atrás. Em seguida com a também jovem, Chiara Appendino, de apenas 31 anos, em Turim.

Algumas dessas gestões, por motivos diversos, foram polêmicas. Virginia Raggi causou surpresa ao mundo ao anunciar que Roma não teria mais interesse em sediar a Olimpíada de 2024. "Não temos nada contra as Olimpíadas, mas elas viraram um negócio. Na prática, elas são uma espécie de cheque em branco assinado pelos países-sede. As Olimpíadas são um sonho que se torna pesadelo. É um negócio para os grandes lobbies, os grandes construtores", disse a prefeita ao anunciar as razões para a retirada do pleito que havia sido firmado por seu antecessor.

Ao contrário de *Podemos* e *Syriza*, que possuem uma identificação muito mais clara com a esquerda, o M5S pode ser caracterizado mais como um partido anti-sistêmico, no sentido de atuar contra o *establishment* italiano. Um dos grandes motes do M5S é a democracia direta tendo como instrumento a participação pela internet, o que poderia aproxima-lo de um programa de esquerda. Outra característica forte do partido é o seu Euroceticismo, ou seja, a desconfiança em

⁶⁷ Co-fundador do M5S em 2009 e número 2 do partido desde então, Gianroberto Casaleggio faleceu em 2016. Casaleggio era o responsável por toda a estratégia de comunicação do partido na internet.

relação à União Europeia. Há também propostas que o identificam com a direita do espectro político, como a recusa aos imigrantes na Itália. Também a ideologia neoliberal pode ser identificada na forma pelo qual seus gestores são escolhidos, não pelo critério político, mas meramente técnico através da seleção de currículos⁶⁸. Foi o que fez Federico Pizzarotti à frente da prefeitura de Parma, por exemplo. Trata-se, portanto, de um partido cuja preocupação central reside mais em denunciar a corrupção política do que em defender propostas de redução da desigualdade. Daniel Aarão Reis parece ter captado bem esse sinal dúbio que o M5S transmite. Em suas palavras, “as direitas e os fascistas não confiam nele. As esquerdas tradicionais o acusam de “fazer o jogo da direita”. Grandes interesses econômicos o caracterizam como “populista””. (AARÃO REIS, 2016).

Com efeito, o M5S parece caminhar permanentemente sobre a linha tênue do paradoxismo. E isso não ocorre apenas por se definir “nem de esquerda, nem de direita”, como diz seu líder. De fato, o paradoxo maior que ainda não conseguiu resolver plenamente é o de ser um partido defensor da democracia direta com ampla participação pela internet, mas que é dirigido de forma centralizada pela mão forte de apenas uma pessoa, Grillo.

2.6

Die Linke e a nova esquerda que ressurge na Alemanha

“Revolução?

Não, simplesmente adaptar-se aos novos tempos...”⁶⁹

A reunificação de 1990 é um bom marco inicial para quem quer compreender a correlação de forças partidárias em vigor na Alemanha nesse início de século XXI⁷⁰. País de regime parlamentarista, alternam-se tradicionalmente na chefia do governo dois partidos políticos: a União Democrata Cristã, CDU, à direita do espectro político; e o Partido Social Democrata, SPD, de centro-esquerda. O

⁶⁸ Há um bom artigo de Raffaele Laudani publicado no *Le Monde Diplomatique* sobre a meritocracia no M5S. Ver LAUDANI, Raffaele. Um homem providencial para a Itália. 02 de Setembro de 2012. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1247>

⁶⁹ Slogan eleitoral do *Die Linke*. Disponível em: <http://www.passim.eu/modificando-el-encuadre-la-campana-electoral-de-die-linke/>

⁷⁰ Após a queda do Muro de Berlim, em fins de 1989, a Alemanha iniciou em 1990 um processo de reunificação onde a República Democrática Alemã – Alemanha Oriental – foi anexada à República Federal da Alemanha – Alemanha Ocidental. Era o fim do que Eric Hobsbawm (1995) chamou de “breve século XX”.

conservador Helmut Kohl foi o longo vivo chanceler pelo CDU, entre 1982 e 1998, responsável pela transição que levou à reunificação. Foi substituído pelo social democrata Gerhard Schröder que, com um programa próximo ao da Terceira Via de Tony Blair, tornou-se chanceler com apoio dos Verdes. Mas, em 2005, a CDU retornou com Angela Merkel como primeira ministra, após uma grande coligação que contou com o apoio do próprio SPD.

Mencionar o SPD quando falamos em esquerda na Alemanha não é trivial. Trata-se do partido político mais antigo em funcionamento no país. Cerroni (1982) chega mesmo a defender a tese de que os partidos políticos modernos nasceram com ele. Esse SPD do século XXI, todavia, é bem diferente daquele fundado em 1875 por Bebel, Liebknecht, Marx e Engels, ou daquele de Bernstein e Kautsky do início do século XX. Ainda que o partido seja o mesmo, muitas modificações programáticas foram feitas ao longo desses mais de 140 anos. Nesse ínterim, a principal virada se deu, certamente, com o Congresso de Bad Godesberg em 1959, quando o partido abandonou o referencial ideológico no marxismo em benefício de uma reforma do capitalismo (BOTTOMORE, 2001, p. 338). Daí para a Terceira Via de Schröder, foi um passo. Essa mudança programática em direção às políticas neoliberais deixou todo um eleitorado progressista órfão; um verdadeiro “suicídio político-institucional” (SOLTY, 2008, p. 8). Eis porque é preciso trazer outros elementos se quisermos conhecer melhor a nova esquerda alemã pós-reunificação.

A esquerda alemã, que governou por mais de 40 anos a Alemanha Oriental com o Partido Socialista Unificado da Alemanha⁷¹, SED, reconfigurou-se após a reunificação em torno do Partido do Socialismo Democrático, PDS. Tratava-se de um claro *aggiornamento* para os novos tempos que a esquerda enfrentaria. Sua estreia eleitoral foi já em 1990, quando obteve apenas 17 dentre as 662 cadeiras em disputa no *Bundestag*. Apesar das críticas de que seria o representante de um passado comunista a ser superado, o PDS viu sua bancada crescer nas eleições de 1994 para 30 deputados, e nas de 1998 para 36. Em 2002, no entanto, veio o declínio: somente 2 deputados eleitos. O partido que num passado recente governou

⁷¹ O Partido Socialista Unificado da Alemanha, SED, foi fundado na Alemanha Oriental em 1946 a partir da fusão entre o Partido Comunista da Alemanha e o Partido Social Democrata da Alemanha. Importante salientar que essa fusão ocorreu apenas no lado oriental, já que na Alemanha Ocidental o Partido Social Democrata, SPD, continuou em atividade ininterruptamente desde sua fundação em 1875. O SED governou o lado oriental até 1989.

uma grande parte da Alemanha estava prestes a não ter mais representação parlamentar. Ao mesmo tempo, o governo social democrata dava uma guinada à direita com o programa neoliberal Hartz IV⁷² que flexibilizava as relações trabalhistas. Algo precisava acontecer e esse algo foi a reorganização do PDS em torno de um novo partido, *Die Linke*, ou A Esquerda. Esse processo teve início nas eleições de 2005 quando uma grande dissidência do SPD, incomodada com o giro neoliberal de Schroder, fundou a Alternativa Eleitoral por Trabalho e Justiça Social, WASG. Liderados por Oskar Lafontaine, a WASG montou com o PDS uma coligação denominada A Esquerda para disputar as eleições de 2005. A nova coligação conquistou 54 cadeiras das 614 em disputa, o que lhes deu um novo fôlego. Esse crescimento foi possível pois, aos votos tradicionais que o PDS mantinha das áreas da antiga Alemanha Oriental, somaram-se os do ocidente trazidos pela WASG (DAMIANI E VIVIANI, 2015, p. 252). O que começou como uma coligação eleitoral em 2005, tornou-se um único partido em 2007, *Die Linke*, que nas eleições de 2009 conquistou 76 cadeiras e nas de 2013, 64, sendo o terceiro partido mais votado naquele pleito. O partido também vem se destacando nas eleições para o Parlamento Europeu onde vem conquistando desde 1999 importantes cadeiras. Esses bons resultados o levaram, inclusive, a ter a maior delegação dentro do Grupo da Esquerda Unitária⁷³ e, consequentemente, a presidência da bancada com a eurodeputada Gabriele Zimmer desde 2012.

Tabela 2: Eleições federais na Alemanha reunificada (1990-2013)⁷⁴

	1990	1994	1998	2002	2005	2009	2013
CDU	268	244	198	190	180	194	255
SPD	239	252	298	251	222	146	193
CSU	51	50	47	58	46	45	56
Aliança 90 /Os Verdes	8	49	47	55	51	68	63
PDS / <i>Die Linke</i>	17	30	36	2	54	76	64
FDP	79	47	43	47	61	93	0
Total	662	672	669	603	614	622	631

⁷² O programa Hartz IV foi assim batizado em referência ao seu proponente, o executivo da Volkswagen, Peter Hartz.

⁷³ O Grupo da Esquerda Unitária, GUE, é um bloco parlamentar que atua no Parlamento Europeu. Além do *Die Linke*, participam dele *Podemos*, *Syriza*, *Parti de Gauche*, PCF, Bloco de Esquerda, PCP e outros.

⁷⁴ Note-se que no parlamento alemão, o *Bundestag*, o número de cadeiras varia em cada eleição.

Desde 2005, o *Die Linke* tem sido, ao lado dos Verdes, a principal voz de oposição ao governo de Angela Merkel. Essa é a razão que faz Ingar Solty afirmar que “na luta contra o pensamento único neoliberal, *Die Linke* é o único ocupante de um campo aberto” (2008, p. 31, tradução nossa). Não apenas contra o neoliberalismo dentro da Alemanha, mas também contra as políticas de austeridade impostas pela *troika*, sob a mão forte de Merkel, em toda a União Europeia. Esse, aliás, foi o sentido da intervenção de Catarina Martins, líder do Bloco de Esquerda, durante a homenagem feita pelo *Die Linke* para Rosa Luxemburgo, em Berlim. De acordo com Martins, o *Die Linke* foi o único partido alemão “que se opôs desde sempre à ‘troika’, nomeadamente à intervenção da ‘troika’ em Portugal”⁷⁵. Seu programa condena a participação do país em aventuras militares como a do Afeganistão e a permanência de armas nucleares estadunidenses em seu território. Do ponto de vista redistributivo, o partido reivindica uma maior intervenção estatal na economia para garantir um aumento no salário mínimo, seguro desemprego e mais serviços sociais. Ainda de caráter redistributivo, defende uma agenda tributária que aumente a taxa de dos mais ricos, bem como um imposto sobre grandes fortunas. A agenda ambiental também assume protagonismo em seu programa com uma pesada crítica às centrais de carvão que deveriam ser substituídas por outras de energias renováveis⁷⁶. Essa agenda reformista corrobora o argumento de Damiani e Viviani de que há no partido o reconhecimento de que deve atuar dentro das regras do jogo democrático, ou seja, de que o “único espaço em que o *Die Linke* pode manobrar – assim como a maioria dos novos partidos europeus de esquerda -, é exercendo uma política “radical” com o objetivo de deslocar à esquerda (o máximo possível) o centro de gravidade de um possível governo progressista” (2015, p. 254, tradução nossa).

Intuitivo imaginar, portanto, que o crescimento do *Die Linke* possa levar, no médio prazo, à uma aliança nacional com o SPD, assim como o Bloco de Esquerda fez com o PS em Portugal, o que produziria um realinhamento político no país. De fato, já há algumas experiências locais nessa direção. Berlim é um exemplo. Desde 2001, o SPD está à frente da prefeitura da cidade com o apoio do *Die Linke*:

⁷⁵ Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/01/15/politica/noticia/catarina-martins-e-preciso-reconhecer-o-completo-falhaco-das-instituicoes-europeias-1758393>

⁷⁶ Esquerda.Net, 16.11.2008. Disponível em: <http://www.esquerda.net/content/nova-esquerda-alem%C3%A3-die-linke>

primeiro com o prefeito Klaus Wowereit e, a partir de 2014, com Michael Müller. No estado da Turíngia, na região da antiga Alemanha Oriental, a aliança também foi construída, embora a correlação de forças se inverta e o protagonismo seja do *Die Linke*. Lá, o governador do partido Bodo Ramelow, foi eleito em 2014 com o apoio do SPD e dos Verdes.

Há claro, tensões internas no partido. Quando fundado em 2007, o equilíbrio interno foi construído a partir da divisão da presidência do partido entre dois nomes: Lafontaine, vindo do WASG e Lothar Bisky, importante líder do PDS. Em 2010, substituíram-nos na presidência do partido Klaus Ernst, vindo do WASG, e Gesine Löttsch, do antigo PDS. Finalmente, em 2012 a direção do partido mais uma vez foi renovada mantendo esse equilíbrio interno com Katja Kipping representando a fração que veio do PDS e Bernd Riexinger os do WASG. Mas essa tensão interna está menos entre os dois grupos fundadores e mais em correntes minoritárias de extrema-esquerda que entraram posteriormente no partido e não aceitam alianças com o SPD, caso de Lucy Redler, a Red Lucy, porta-voz nacional da corrente Esquerda Anticapitalista. Em síntese, como observa Damiani e Viviani, “o objetivo da nova esquerda alemã é construir a imagem de um ator político democrático, sem quaisquer aspirações anti-sistêmicas, embora altamente crítico das políticas econômicas neoliberais dos governos europeus pós-89” (2015, p. 257-258, tradução nossa). Resta saber se, no médio prazo, conseguirá ultrapassar o velho SPD e, assim, formar governo para impedir essas políticas.

2.7

Left Unity e a renovação do Labour Party com Jeremy Corbyn

“Os colunistas Blairistas do *The Guardian* denunciaram o dinossauro de *Islington*, mas esqueceram que, para os mais jovens, os dinossauros são espécies desaparecidas, mas muito queridas”.⁷⁷

Os mesmos ventos que passaram pelo sul também alcançaram a Europa insular. Mas, ao contrário de Grécia, Espanha e Itália, a mudança no Reino Unido veio de dentro de um partido tradicional da história política do país.

⁷⁷ A frase é de Tarik Ali em artigo publicado no *The Independent* sobre as críticas que foram direcionadas pelo *Guardian* contra Jeremy Corbyn. (Nossa tradução). Ver <http://www.independent.co.uk/voices/jeremy-corbyns-victory-means-labours-living-dead-have-been-vanquished-and-english-politics-has-come-10498373.html>

A crise financeira internacional iniciada em 2008, como já mencionado, também afetou a economia do Reino Unido, ainda que não tenha gerado números tão graves quanto os dos demais países da zona do Euro. País acostumado a ter uma média de desemprego de 5% - uma das taxas mais baixas em todo o mundo -, a Inglaterra viu o número de desempregados subir a partir de 2008 batendo a máxima de 8,5% em dezembro de 2011.⁷⁸ Mais do que o próprio crescimento real de desempregados no país, foi o receituário neoliberal apresentado como solução econômica o que mais gerou certa insatisfação social entre os britânicos. O gabinete conservador do primeiro-ministro David Cameron, eleito em 2010 e reeleito em 2015, prometeu reduzir a carga tributária e, conseqüentemente, os gastos sociais como forma de incentivar o mercado a trazer o país de volta ao rumo do crescimento. A conjugação desses dois elementos – aumento do desemprego e redução dos gastos sociais – não poderia dar em outra coisa. Em agosto de 2011 uma série de protestos violentos tomaram conta de todo o país. No início a razão para os distúrbios pareceu ter sido o assassinato de um jovem negro pela polícia de Londres. Mas logo ficou claro que as razões eram muito mais profundas. A denúncia daquele ato de racismo tinha sido apenas a ponta de um iceberg muito maior. Observador atento da política britânica Tarik Ali foi, provavelmente, quem melhor indicou a complexa gênese daqueles protestos. “Os jovens negros desempregados ou semi-empregados de Tottenham, Hackney, Enfield e Brixton sabem perfeitamente que o sistema está a atacá-los”, apontou Ali em polêmico artigo publicado na *London Review of Books*⁷⁹. Mais do que apontar a causa para a crise social que assolou o país naquele ano, Ali apontou a saída: “Se houvesse um partido de oposição sério neste país, estaria a reivindicar o desmantelamento deste sistema neoliberal com pilares instáveis antes que ele desmorone por si e afete ainda mais gente”. E parece que alguém o escutou...

⁷⁸ A partir de 2013 a taxa de desemprego baixou e em 2015 o país voltou a ter a média de 5% que vigorou entre 2000 e 2008. Dados do Escritório Nacional de Estatísticas (ONS) - <https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peoplenotinwork/unemployment/timeseries/mgsx/lms>

⁷⁹ “*Why here, why now?*”, publicado em 09-08-2011. Disponível em <http://www.lrb.co.uk/blog/2011/08/09/tariq-ali/why-here-why-now/>

Em 2013, o diretor de cinema britânico Ken Loach, conhecido por seus filmes políticos, saiu da ficção para dar um passo adiante em direção a realidade⁸⁰. Loach convocou a insatisfeita sociedade inglesa a constituir um novo partido político de esquerda no país: surgia a *Left Unity* ou Unidade de Esquerda. Entusiasta dessa nova experiência, Christian Dunker lista alguns dos elementos que caracterizam o partido:

Ao contrário da esquerda clássica cujo programa econômico e plataforma de governo enfatizam reformas estruturais e estatização generalizada, a *Left Unity*, assim como o Podemos espanhol e o Syriza grego, advoga um novo tipo de governamentalidade: emprego total para todos, baseado na redução proporcional das horas de trabalho, habitações comunitárias, administração coletiva da infraestrutura de serviços, controle democrático de bens públicos e livre organização dos trabalhadores. Seu horizonte não é o estado de bem estar social com perfeito funcionamento do Estado, mas o reconhecimento e a redução do sofrimento (DUNKER, 2016).

Entretanto, em seu primeiro desafio eleitoral no ano de 2015 o partido liderado pela ativista Kate Hudson não logrou sucesso e nenhum parlamentar foi eleito para a Câmara dos Comuns. Há de se convir que essa não é uma tarefa fácil para um partido recém-nascido em um sistema eleitoral de voto majoritário como nos ensina a famosa lei de Duverger⁸¹.

Mas aqui há de se tomar cuidado. O fracasso eleitoral da Unidade de Esquerda não significou uma debilidade do projeto social e político de mudança no país. Pois, se um novo partido não foi capaz de protagonizar esse projeto, como em Espanha, Grécia e Itália, coube ao bom e velho *Labour Party* assumir para si a responsabilidade. O Partido Trabalhista é um clássico partido social-democrata, posicionado na centro-esquerda do espectro político britânico. No início do século permaneceu por 13 anos no poder do país: primeiro com Tony Blair, que foi eleito primeiro-ministro em 1997, e em seguida com Gordon Brown, que o sucedeu em 2007, até ser derrotado nas eleições de 2010. A partir de então o Partido Conservador assumiu com o primeiro-ministro David Cameron o que obrigou os Trabalhistas a reverem suas posições em um longo debate interno. Para administrar esse debate interno para a necessária renovação partidária os Trabalhistas elegeram

⁸⁰ Loach é o diretor de premiados filmes como "Agenda secreta" (Hidden Agenda), "Raining Stones" e "Terra e Liberdade" (Land and Freedom).

⁸¹ A Lei de Duverger sugere que um sistema eleitoral majoritário gera bipartidarismo, enquanto o sistema de representação proporcional leva ao multipartidarismo.

Ed Miliband como seu líder entre 2010 e 2015. Ex-ministro de Blair e Brown e filho do proeminente sociólogo marxista, Ralph Miliband, tinha tudo para ser o nome para essa renovação. Talvez tivesse a possibilidade, inclusive, de colocar em prática o que seu pai havia proposto em *Parliamentary Socialism: A Study of the Politics of Labour*, ou seja, a transformação do partido em um instrumento mais radical, socialista mesmo. Contudo, Ed encontrou dificuldades para unir o partido em torno desse projeto de renovação política – disputou internamente com o próprio irmão, David Miliband – e assistiu a uma nova vitória eleitoral dos conservadores em 2015 quando então renunciou ao cargo. Era preciso uma mudança mais radical para que o Partido Trabalhista pudesse se reencontrar com seus militantes e os clamores das ruas. E o nome dessa mudança radical foi Jeremy Corbyn.

Em 12 de setembro de 2015, os membros do Partido Trabalhista foram às urnas para eleger seu novo líder. O resultado foi surpreendente. Com cerca de 60% dos votos o veterano parlamentar Jeremy Corbyn de 66 anos foi eleito. Contra as expectativas da burocracia partidária, a militância trabalhista elegeu um representante radical conhecido por sua pauta anti-austeridade, anti-guerras, anti-nuclear e em defesa da Palestina. A eleição de Corbyn criou uma clara dissidência interna no partido: de um lado uma militância jovem, mas não apenas, que conforma uma maioria partidária que busca a renovação radical do partido; enquanto do outro lado restam os parlamentares trabalhistas que não acreditam na capacidade de Corbyn em atrair votos suficientes para a vitória eleitoral em 2020. O testemunho do sociólogo britânico Huw Beynon mostra bem quem foram os eleitores de Corbyn dentro do Partido Trabalhista:

Corbyn recebeu forte apoio de todos os grupos votantes, mas emplacou mais pesadamente entre os apoiadores, milhares dos quais decidiram então ingressar no Partido. Essas pessoas eram dominadas por dois grupos. De um lado, jovens que provavelmente haviam estado envolvidos em grupos de protesto como o *UK Uncut*, contra a "Austeridade". De outro lado, pessoas muito mais velhas da esquerda que haviam saído da política como uma forma de protesto durante o período do *New Labour* (pessoas como eu). Esse desenvolvimento criou um desequilíbrio severo entre o Partido no Parlamento e o Partido no país, o qual terá de ser resolvido de um modo ou de outro (BEYNON apud RAMALHO e SANTOS, 2016).

Esse impasse entre o desejo da militância e as aspirações dos parlamentares trabalhistas se agravou após o plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia, o famoso *Brexit*. Os parlamentares acusaram Corbyn de não ter

conseguido liderar uma posição unificada do partido e convocaram para setembro de 2016 um Congresso Extraordinário para eleger uma nova liderança partidária. Entretanto, ao contrário do que esperavam esses parlamentares, Jeremy Corbyn venceu o Congresso Extraordinário por 61.8% dos votos, contra os 38.2% de seu único concorrente, Owen Smith.

A principal base de sustentação desse processo de mudanças no *Labour* encontra-se em um movimento chamado *Momentum*. Liderado por Jon Lansman, braço direito de Corbyn, o *Momentum* atua internamente no *Labour* como se fosse uma corrente, mas também externamente angariando apoios na sociedade britânica. Sua plataforma é claramente a de um partido-movimento com propostas redistributivas e identitárias, como a condenação da discriminação racial, religiosa e de gênero. Porém, como era de se esperar, o apoio que encontra na militância de seu partido não é refletido nas linhas editoriais dos grandes meios de comunicação britânicos. Conforme nos mostra Huw Beynon, “desde a sua eleição, a mídia britânica tem atuado da pior forma possível, retratando-o como um idiota, um excêntrico, não patriota ou um revolucionário perigoso”. Seus apoiadores “dependem fortemente das novas mídias sociais como forma de combater o poder corporativo da imprensa e televisão nacionais, todas elas (inclusive a BBC) tendo sido incansáveis em sua disposição crítica ao novo líder” (BEYNON apud RAMALHO e SANTOS, 2016).

2.8

Do *Occupy Wall Street* à lufada socialista de Bernie Sanders no Partido Democrata

“Há luta de classes, claro, mas é a minha classe, a classe dos ricos, que está fazendo a luta, e nós estamos vencendo”.

*(Warren Buffett)*⁸²

Algo semelhante ao que ocorreu no *Labour Party* com Jeremy Corbyn teve sua vez do outro lado do Atlântico. Entre 2015 e 2016, um velho senador de 75 anos de idade mobilizou como nunca jovens estadunidenses em torno de uma renovação no Partido Democrata. Bernie Sanders disputou com Hillary Clinton até o fim as

⁸² A frase de Warren Buffet foi publicada no *The New York Times*, de 26.11.2006. Na entrevista o bilionário americano reconhece que os ricos pagam poucos impostos nos EUA. [Tradução nossa]. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/11/26/business/yourmoney/26every.html>

prévias pela escolha do candidato presidencial do Partido Democrata para as eleições de novembro de 2016. Perdeu a disputa, mas angariou simpatias em todo o mundo com sua campanha em torno de um socialismo democrático nos Estados Unidos. Parece que, assim como na Inglaterra, também na América os dinossauros são uma espécie desaparecida, mas ainda muita querida entre os mais jovens...

Para entendermos o fenômeno Sanders é preciso voltarmos no tempo em pelo menos oito anos. Não apenas ao *Occupy Wall Street* de 2011, mas sim às prévias que elegeram Barack Obama candidato à presidência do país em 2008. O governo de George W. Bush entre 2001 e 2009 granjeou uma enorme antipatia entre os jovens americanos e a parcela progressista dos EUA. Responsável por levar o país à duas guerras, Afeganistão e Iraque, sendo a segunda delas de forma ilegal⁸³, Bush terminou seu mandato com uma péssima avaliação e um dos mais baixos índices de popularidade da história do país. Destarte, Bush permitiu que uma ampla mobilização social se construísse em oposição ao seu mandato, ou seja, em torno do próximo candidato Democrata. Era certo que a eleição de 2008 consagraria um candidato Democrata. Mas qual seria o nome? Em 10 de fevereiro de 2007 o senador por Illinois, Barack Obama, apresentou-se para a disputa das prévias do partido contra Hillary Clinton. Esposa do ex-presidente do país, Bill Clinton, Hillary era o nome do *establishment* democrata para aquela eleição. No entanto, quem empolgou a militância Democrata foi Obama, que não apenas foi ungido candidato do partido, como venceu a eleição de 4 de novembro de 2008 e se tornou o primeiro negro presidente do país. O sucesso eleitoral de Obama parecia significar de fato uma guinada à esquerda do Partido Democrata e a conquista de uma agenda progressista para o país, com o fim das guerras, a reforma do sistema de saúde, o fechamento da prisão de Guantánamo, o fim do bloqueio econômico contra Cuba *etc...* mas não foi exatamente isso o que ocorreu. A vontade de Obama esbarrou na maioria conservadora do Congresso. Era preciso, portanto, vencer nas ruas...

Se a eleição de Obama, em 2008, foi um primeiro ato da renovação da esquerda e do Partido Democrata nos EUA, o segundo ato foi seguramente o ciclo de manifestações conhecido como *Occupy Wall Street* - OWS. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, em Manhattan, o OWS logo se tornou uma

⁸³ O próprio Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, considerou ilegal a Guerra do Iraque. Ver http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3661134.stm

ocupação social e política permanente no principal centro financeiro do mundo. Ocupação que se tornou referência não só em todo o país, mas em todo o mundo. Em síntese, as origens do movimento foram três: a denúncia do capital financeiro que havia buscado o Estado para salvar os bancos que quebraram em 2008-2009; uma saída contra o conservadorismo do Congresso; e a inspiração nas mobilizações da chamada Primavera Árabe⁸⁴. Os milhares de jovens que gritavam “nós somos os 99%”⁸⁵ nas ocupações de *Wall Street* sabiam bem quem queriam enfrentar: a corrupção empresarial, a desigualdade social e o capital financeiro. Claro, muitos criticaram o fato do OWS não ter um programa comum a ser apresentado à sociedade. Bill Clinton chegou a sugerir que os manifestantes apoiassem o plano de Obama para reduzir o desemprego no país. Mas o OWS não poderia se resumir à apresentação de um simples programa ou à defesa de um projeto específico. Mais do que isso, representava toda a angústia social contra o sistema. E essa angústia contra o sistema mudou substancialmente o discurso geral no país introduzindo “uma clara preocupação e um claro compromisso com questões de desigualdade, o poder extraordinário das instituições financeiras, o papel das finanças e do dinheiro em geral na compra e na formatação das eleições” (CHOMSKY, 2013, p. 117). Como bem pontuou Zizek, “os protestos de *Wall Street* são um começo, e é preciso começar dessa maneira, com um gesto formal de rejeição – mais importante do que um conteúdo positivo -, pois somente um gesto desse tipo abre espaço para o novo conteúdo” (ZIZEK, 2012, p. 88). O mesmo Zizek traduziu bem o que significou todo esse processo:

O movimento Occupy Wall Street implica duas ideias básicas: (1) o descontentamento com o capitalismo *enquanto sistema* (o problema é o sistema capitalista como tal, não sua corrupção particular); (2) a percepção de que a forma institucionalizada da democracia representativa multipartidária não é suficiente para combater os excessos capitalistas, isto é, a democracia precisa ser reinventada. (...) (ZIZEK, 2012, p. 92).

Essa forte rejeição social ao sistema capitalista do qual *Occupy Wall Street* é um símbolo encontrou seu porta voz no mundo da política em 2015 com a apresentação do senador de Vermont, Bernie Sanders, para a disputa das prévias do Partido Democrata para a eleição presidencial de 2016. Entre 30 de abril de 2015, dia em que anunciou que concorreria às primárias, e 12 de julho de 2016, quando

⁸⁴ Ciclo de manifestações iniciadas em fins de 2010 no Oriente Médio e norte da África.

⁸⁵ Referência à desigualdade nos EUA entre os 1% mais rico e o restante da população.

publicizou seu apoio à candidatura de Hillary Clinton, Sanders mobilizou milhares de pessoas por todos os Estados Unidos que provavelmente não teriam interesse em participar da política. Dizendo-se um defensor do “socialismo democrático”, Sanders trouxe uma campanha de esquerda para dentro do Partido Democrata financiada em sua totalidade por pequenas contribuições individuais, uma média de US\$ 30,00 por pessoa, ao contrário de Hillary, muito identificada com o patrocínio do capital financeiro. Sanders também recebeu apoio do pequeno Partido Comunista dos Estados Unidos⁸⁶. De acordo com o dirigente do CPUSA, Joe Sims, Sanders “mostrou o conceito de socialismo para o grande público dos EUA pela primeira vez em muitas décadas. A campanha de Sanders também demonstrou que o caminho eleitoral para a mudança é uma estratégia viável: isso também é muito importante”⁸⁷. Nem tudo foram flores, claro. Sanders, ao contrário de Obama em 2008, foi derrotado por Hillary nas prévias. Dessa vez a cúpula Democrata jogou pesado e conquistou seu objetivo. E Sanders não teve dúvida em declarar publicamente apoio à candidata de seu partido na disputa contra o Republicano Donald Trump. Esse apoio o levou a receber uma saraivada de críticas dentre seus apoiadores que acreditavam que permanecer fora da disputa seria o melhor posicionamento. Zizek foi um desses ácidos críticos: “Ele deveria ter simplesmente se retirado e ter permanecido na dignidade do silêncio para que sua ausência pesasse fortemente sobre as celebrações de Hillary (...), preservando o espaço para alternativas futuras mais radicais” (ZIZEK, 2016). Hillary, a candidata do mercado financeiro, não foi capaz de construir uma narrativa capaz de superar o populismo de direita de Trump. Venceu o empresário republicano com seu discurso xenófobo e racista.

A vitória de Trump acendeu o sinal de alerta entre os progressistas do país. Mas, ao mesmo tempo, abriu as portas para uma oportunidade: a oportunidade de reformular a esquerda nos Estados Unidos. Nancy Fraser argumenta que desde o início do governo de Bill Clinton, em 1992, o Partido Democrata inaugurou uma política que poderia ser identificada com um “neoliberalismo progressista” que

⁸⁶ Nascido em 1919, o Partido Comunista dos Estados Unidos - Communist Party of the United States of America, CPUSA – é hoje muito pequeno. Tem apoiado tradicionalmente o Partido Democrata.

⁸⁷ Entrevista com Joe Sims. Ver <http://www.vermelho.org.br/noticia/286952-9>

misturou ideais truncadas de emancipação com formas letais de financeirização”⁸⁸. Foi esse “neoliberalismo progressista” que agora foi derrotado por Trump. A derrota do “neoliberalismo progressista” abriu espaço para a esquerda do socialismo democrático de Sanders avançar no Partido Democrata. “Uma esquerda revitalizada poderia lançar as bases de uma nova e poderosa coalizão, comprometida com a luta em prol de todos os oprimidos”⁸⁹, defende Fraser. Essa é a mesma conclusão a que chega Naomi Klein: “O Partido Democrata tem de ser arrancado dos neoliberais pró-corporações, ou precisa ser abandonado” [tradução nossa]⁹⁰. O próprio Sanders já havia feito, ao longo de 2016, um discurso severo contra essa financeirização do programa do partido: “o Partido Democrata tornou-se um partido mais preocupado em angariar dinheiro de personalidades abastadas do que em trazer trabalhadores para o partido e enfrentar a classe milionária, Wall Street, os laboratórios farmacêuticos ou as companhias de seguros”⁹¹.

Seja como for, Sanders deixou sua marca e provou que nos Estados Unidos ainda há espaço para mobilizações sociais anti-sistêmicas buscarem seus espaços políticos e eleitorais dentro do regime bipartidário. Assim como na Inglaterra, a atuação de Sanders sugere que o partido-movimento não precisa necessariamente ser um partido novo, podendo partir de uma reformulação do tradicional.

2.9

Uma índia para presidente: a estratégia dos zapatistas desde Chiapas

“Hoy ya no hay más el ‘ustedes’ y el ‘nosotros’.

Somos los mismos”.

(Subcomandante Marcos)

Foi no dia 1o. de janeiro de 1994 que o mundo conheceu o Exército Zapatista de Libertação Nacional, o EZLN. Conhecer aqui é força de expressão. Seus membros, em grande maioria camponeses e indígenas, cobrem seus rostos

⁸⁸ “The End of Progressive Neoliberalism”. Disponível em:

https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ The Guardian, 09.11.2016. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/nov/09/rise-of-the-davos-class-sealed-america-fate>

⁹¹ Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/bernie-sanders-apela-oposicao-vigorosa-intolerancia-de-trump/45497>

com máscaras do tipo passamontanha. Liderados pelo mítico subcomandante Marcos e utilizando da tática de guerrilha, o EZLN ocupou diversas pequenas cidades no estado de Chiapas, no sul do México. O movimento surgiu de uma forte crítica à globalização e ao modelo neoliberal. Não por coincidência, 1º. de janeiro de 1994 foi justamente o dia em que estreou o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, NAFTA, firmado entre Canadá, México e Estados Unidos.

Se inicialmente seu objetivo era criar uma onda por todo o país, derrubar o presidente e instituir um governo de caráter socialista, a realidade foi mais complexa e suas fronteiras não ultrapassaram muito Chiapas. Hoje, vinte anos depois, são cerca de 30 os MAREZ, Municipios Autônomos Rebeldes Zapatistas no estado de Chiapas que se reúnem em torno de cinco Caracóis e nas chamadas Juntas de Bom Governo. Estudioso e entusiasta do tema, Cassio Brancaleone (2015, p. 364-365) demonstra como “milhares de zapatistas, nos cinco Caracóis, são protagonistas no processo de constituição de um governo civil autônomo”. Para Brancaleone, a estratégia zapatista não é a de “dois tempos”, onde uma vanguarda primeiro edifica uma organização para tomar o poder e, após a tomada do poder, revoluciona a sociedade. Segundo o autor, a estratégia dos zapatistas inicialmente até poderia ser essa, mas com o tempo transitou para uma estratégia onde a prática cotidiana do autogoverno é o próprio objetivo (BRANCALEONE, 2015, p. 367-368).

Se essa estratégia zapatista parece tão distinta dos demais exemplos tratados neste capítulo, por que então trazer para o debate? Duas são as razões. Em primeiro lugar, pela experiência dos zapatistas em Chiapas inspirar ainda hoje lutas contra a globalização neoliberal por todo o mundo. Em segundo lugar, pelos zapatistas terem decidido finalmente enfrentar a disputa eleitoral no México, em fins de 2018, ainda que sem a organização de um partido político propriamente dito. A decisão foi tomada ao final do 5º Congresso Nacional Indígena, CNI, realizado em dezembro de 2016. O CNI decidiu lançar uma candidata indígena à presidência do país, cujo nome seria conhecido em maio. De acordo com a *Declaración del V Congreso Nacional Indígena*:

Es el momento de pasar a la ofensiva y es este el acuerdo que se dibuja en nuestros ojos, en los individuos, en las comunidades, en los pueblos, en el Congreso Nacional Indígena; es tiempo de que la dignidad gobierne este país y este mundo y a su paso florezcan la democracia, la libertad y la justicia. (...) pretendemos

sacudir la conciencia de la nación, que en efecto pretendemos que la indignación, la resistencia y la rebeldía figuren en las boletas electorales del 2018 (...) Somos la palabra colectiva de abajo y a la izquierda, esa que sacude al mundo cuando la tierra retiembla con epicentros de autonomía, y que nos hacen tan orgullosamente diferentes. Es por eso que como Congreso Nacional Indígena, reunidos en este V Congreso 43 pueblos de este país, ACORDAMOS nombrar un Concejo Indígena de Gobierno con representantes hombres y mujeres de cada uno de los pueblos, tribus y naciones que lo integran. Y que este concejo se proponga gobernar este país. Y que tendrá como voz a una mujer indígena del CNI, o sea que tenga sangre indígena y conozca su cultura. O sea que tiene como vocera a una mujer indígena del CNI que será candidata independiente a la presidencia de México en las elecciones del año 2018.⁹²

Trata-se, portanto, da primeira vez em que os zapatistas concordam em apoiar uma candidatura à presidência do México. Assim, essa tática eleitoral, mesmo que não passe por um partido, mantém semelhanças com um tipo específico de ação coletiva de um partido-movimento.

2.10

Para uma definição de Partido-Movimento

Passado esse percurso comparativo, podemos agora definir com mais precisão o que compreendemos por partido-movimento. Para cumprir tal intuito, podemos seguir inicialmente com a analogia de Robert Dahl sobre as poliarquias e a democracia para advertir que, a esta altura, não devemos nos preocupar em saber se existe, existiu ou pode existir um partido-movimento em sua plenitude. Trata-se, antes de mais nada, de um tipo-ideal weberiano em relação ao qual alguns partidos no mundo real podem se aproximar ou distanciar em graus distintos conforme as experiências concretas de suas respectivas formações sociais. Em Dahl, vemos a democracia ser apresentada como um ideal a ser alcançado por países de todo o mundo, enquanto as poliarquias são os regimes políticos que de algum modo cumprem as exigências para se aproximarem desse tipo ideal. O partido-movimento é, portanto, também um tipo ideal que nos auxilia na investigação dessas novas experiências dos sistemas partidários.

Pode-se, seguramente, conceber um sistema hipotético desse gênero; tal concepção serviu como um ideal, ou parte de um ideal, para muita gente. Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode

⁹² Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2017/01/01/y-retemblo-informe-desde-el-epicentro/>

(como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas se aproximam deste limite teórico (DAHL, 2012, p. 26).

Faz-se necessário dizer que um partido-movimento não precisa ser obrigatoriamente um partido novo que surge com esse formato, como o *Podemos*, o SYRIZA, o Bloco de Esquerda ou o M5S, embora esses casos ocupem um *locus* superior na gradação. Partidos tradicionais como o *Labour Party* ou o *Partido Democrata* podem ver surgir em seu interior elementos de um partido-movimento como ocorreu com as recentes aventuras de Corbyn e Sanders respectivamente. O que a observação parece sugerir é que, por influência da chamada Lei de Duverger, o surgimento de partidos novos é mais fácil em países com sistema eleitoral de representação proporcional com voto em lista como na Grécia, na Itália, em Portugal e na Espanha. Já em países cujo sistema eleitoral é majoritário como nos EUA e no Reino Unido, a construção do partido-movimento encontra caminho menos arenoso dentro dos partidos já estabelecidos.

Posto o método de construção analítica, cabe a definição de quais são os elementos constitutivos desse tipo ideal. Parto do pressuposto de que um partido-movimento deve conjugar em sua estrutura, ainda que sobrepostas de modos distintos, quatro dimensões: (1) ter nascido de um processo de mobilização popular ou ter se consolidado como força política nesse processo; (2) possuir algum grau de horizontalidade que permita a participação de seus membros no processo decisório; (3) ter uma agenda anti-austeridade que se contraponha às políticas econômicas que visem a redução da capacidade interventora do Estado; (4) e, por fim, subsidiar-se de uma formulação teórica que informe a ação coletiva à semelhança da teoria do populismo de Laclau ou da democracia radical de Mouffe.

A primeira dimensão parece ser a mais óbvia em um partido-movimento. Como vimos, em praticamente todos os casos estudados os partidos surgiram ou se reformularam a partir de amplas mobilizações sociais em momentos disruptivos. Na Espanha foi o *15M* que impulsionou o *Podemos*, na Grécia as greves contra a *Troika*, na Itália o *V-Day*, em Portugal a “geração à rasca”, nos Estados Unidos o *Occupy Wall Street*. Assim, canalizaram para dentro das instituições a potência viva nas sociedades. Todos esses movimentos encontraram nessas legendas os instrumentos necessários para interferirem na sociedade política pela via eleitoral e institucional, como sugerem Negri e Mezzadra.

Embora em condições distintas, a afirmação do Podemos na Espanha e a vitória do Syriza na Grécia expressam precisamente a possibilidade de conjugar a consolidação de formas de auto-organização, de luta e de contrapoder em nível social, com um uso inovador dos dispositivos eleitorais e institucionais. Que fique claro: nem o Podemos, nem o Syriza são para nós “modelos”. Não excluimos, é claro, a hipótese de que, em um ou no outro caso, a oportunidade seja desperdiçada, com a volta à ideia – empobrecedora – de “representação dos movimentos”. Mas achamos oportuno sublinhar que a oportunidade se apresenta; e que foi construída por lutas e movimentos (NEGRI e MEZZADRA, 2014).

Um partido-movimento possui uma segunda característica: a denúncia do sistema político tradicional burocratizado. Isso implica em formas de participação e deliberação que mantenham seus membros mobilizados permanentemente. Claro, como atesta a “Lei de ferro da oligarquia” formulada por Michels, todas as organizações partidárias acabam tendo um pequeno número de lideranças responsáveis por seus processos decisórios. Os partidos-movimento certamente não fugirão desse destino. O que importa aqui é observar como a narrativa anti-oligárquica é fundamental para a conformação de suas identidades. Cabe ressaltar que essa crítica da burocracia dirigente, não deve ser confundida com uma plenitude do que alguns definem como “horizontalidade” ou falta de um processo decisório articulado. Essa preocupação com a “horizontalidade” também está presente em Negri, para quem o partido-movimento deve ser dirigido sim, ainda que pela sua base.

Se sou chamado a avaliar as lutas de 2011, não consigo deixar de concentrar minhas observações críticas na questão da horizontalidade – ou de horizontalidade exclusiva, ao menos. Tenho de criticar isso porque penso que não há projeto ou desenvolvimento político capaz de transformar a espontaneidade horizontal numa realidade instituinte. Penso, ao contrário, que essa passagem deve ser governada, de um modo ou de outro. Governada desde a base, claro, na base de programas compartilhados, mas sempre sustentando a necessidade de ter, nessa passagem, uma força política organizada capaz de constituir-se a si mesma e de gerenciar essa transformação (NEGRI, 08.01.2016)⁹³.

Ao comentar esse processo refundacional das organizações de esquerda no século XXI que precisarão articular a democracia representativa com a participativa, Boaventura de Sousa Santos é taxativo e - por que não? - otimista ao afirmar que “os novos partidos terão a forma de partido-movimento e saberão viver com o fato de não terem o monopólio da representação política” (2016, p. 205).

⁹³ Entrevista concedida por Antonio Negri à Lorenzo Cini e Jerome Roos, da *Roar*. Tradução: Inês Castilho. Ver: <http://outraspalavras.net/posts/antonio-negri-da-recusa-ao-trabalho-a-tomada-do-poder/>

A terceira dimensão que define um partido-movimento é a forte presença de uma agenda anti-austeridade, ou seja, uma permanente crítica do receituário neoliberal nas questões econômicas. No caso europeu, essa crítica é direcionada à forma como a *Troika* vem impondo limites orçamentários aos países da Zona do Euro. No caso estadunidense, Sanders é claramente intervencionista na economia quando fala em gratuidade da educação e da saúde, aumento do salário mínimo, investimentos em infraestrutura, taxação de grandes fortunas *etc.* Essa característica não é trivial, pelo contrário, é o que sustenta a posição dos partidos-movimento à esquerda do espectro político. Esse posicionamento só foi possível, como nos mostra Meszaros, na medida em que os próprios sociais democratas abstiveram-se da crítica deixando todo um campo aberto para os partidos-movimento.

Syriza e Podemos são bons exemplos da resposta necessária à imposição das cruéis medidas de austeridade pelas autoridades financeiras internacionais e estatais à Grécia e à Espanha, agravada pela submissão dos seus governos. O que torna esses partidos particularmente significantes não é apenas que nasceram no rastro de uma esquerda adormecida, mas também que alcançaram uma grande massa de apoiadores em um período muito curto de tempo. (MESZAROS, 21.02.2016).⁹⁴

Boaventura de Sousa Santos faz uma observação semelhante quando diz que “nos últimos anos, os partidos socialistas de vários países europeus (Grécia, Portugal e Espanha) mostraram que podiam zelar tão bem pelos interesses dos credores e dos especuladores internacionais quanto qualquer partido de direita” (2016, p. 185). Dito isso, é importante ressaltar que esse posicionamento à esquerda do espectro político não é necessariamente algo a ser reivindicado por esses partidos. O líder do *Podemos*, por exemplo, busca fugir da dicotomia conceitual direita-esquerda. De acordo com Iglesias, reivindicar o pertencimento à esquerda significa aceitar a denominação imposta por seus adversários políticos. Como a maior parte da população não é necessariamente “de esquerda” é melhor como estratégia política assumir outras denominações (IGLESIAS, 2015, p. 22, 23 e 37). No caso do *Podemos*, apresentam-se como os “de baixo” contra os “de cima”. Dito de outra forma por Iglesias, “a chave neste país não é colocar-se à esquerda do sistema político, do PSOE, e sim quebrar a relação que separa os cidadãos da oligarquia”⁹⁵. Não obstante essa transformação discursiva, não há muitas dúvidas de que o

⁹⁴ Entrevista concedida por István Mészáros à Leonardo Cazes no jornal O Globo em 21.02.2016.

⁹⁵ Entrevista concedida por Pablo Iglesias à Olga Rodríguez e publicada em 05.10.2014. Disponível em <http://outraspalabras.net/posts/democracia-a-alternativa-radical-do-podemos/>

programa progressista do *Podemos* seja radicalmente oposto ao programa conservador de Marine Le Pen na França. Então, em termos gerais, o *Podemos* pertence sim à esquerda do espectro político tal qual a conhecemos. Ademais, os partidos-movimento de Portugal, França e Alemanha parecem não demonstrar a mesma preocupação, vide seus respectivos nomes, Bloco de Esquerda, Partido de Esquerda e A Esquerda.

A quarta dimensão constitutiva de um partido-movimento é a formulação teórica que informa a ação coletiva à semelhança da teoria do populismo de Ernesto Laclau ou da democracia radical de Chantal Mouffe. Em *Hegemonia e estratégia socialista*, publicado originalmente em 1985, Mouffe e Laclau buscaram estabelecer uma nova estratégia política para os movimentos sociais e partidos de esquerda. A partir de uma perspectiva gramsciana atualizada para o contexto do fim do século XX, os autores iniciaram uma linhagem teórica que ficaria conhecida como pós-marxista. Essa estratégia ficou mais clara com a publicação em 2005 de *A razão populista* de Laclau. Laclau entende que o populismo não é um conteúdo específico, mas antes uma forma. Essa forma populista pressupõe a delimitação de uma fronteira entre “eles” – representados pela elite dominante de uma determinada sociedade - e o “nós” – constituído pelo “povo”, ou seja, por todos aqueles que possuem suas demandas represadas pelo Estado. Quando essas demandas equivalentes encontram um “significante vazio” capaz de articula-las, constitui-se um “povo” (LACLAU, 2013, p. 248). Esse “significante vazio” capaz de articular essas demandas represadas pode ser tanto um líder – lulismo, chavismo, peronismo, kirchnerismo -, quanto uma palavra de ordem – “paz, terra e pão”, “nós somos os 99%”. Note-se que quando Laclau fala em “povo” não está necessariamente referindo-se a uma classe trabalhadora e esse é o ponto que o distingue do marxismo clássico. Não há na teoria populista uma ontologia privilegiada do proletariado. Não há uma classe social determinada *a priori* que seja sujeito histórico portador das mudanças de seu tempo (LACLAU, 2013, p. 223). Assim, o operariado é apenas mais um ator político entre tantos outros que estão subjugados por uma elite dominante. Essa é a estratégia desses partidos-movimento aqui estudados e quem diz isso é o próprio Pablo Iglesias (2015). Mesmo críticos da estratégia populista como Harvey reconhecem a importância desses partidos-movimento para a reconstrução da esquerda no cenário internacional.

O Syriza e o Podemos abriram um espaço político, pois algo novo está acontecendo. (...) Na atual situação, penso que estes modelos de partidos que vemos surgir na Europa, que começam a definir alternativas de esquerdas atualmente em falta, são as melhores opções. Eles provavelmente serão populistas – com todos os limites e perigos que o populismo implica –, mas como eu disse, trata-se de um movimento: ele abre espaços, e o modo como utilizamos estes espaços depende de nossa capacidade de perguntar, “Ok, agora chegamos até aqui, o que devemos fazer agora?” (HARVEY, 15.04.2015)⁹⁶

De acordo com Mouffe⁹⁷, esses partidos-movimento representam um “populismo de esquerda” que deve ser diferenciado do “populismo de direita” que também avança na Europa e que tem a conservadora Marine Le Pen em França como seu principal símbolo. Ao tratar do populismo de Mélenchon, por exemplo, Mouffe diz que “ele constrói a fronteira política que nós chamamos de ‘populista’: aquela do povo contra o *establishment*”⁹⁸. Dito de outra forma, os partidos-movimento representam um tipo particular de populismo, o populismo de esquerda, na medida em que articulam demandas reprimidas como a da opressão sexista, da opressão racista e da opressão capitalista em torno de um projeto único contra determinadas elites políticas e econômicas. De certo modo, identificam-se com aquilo que Nancy Fraser (2001) defendeu alhures como a união entre a política da redistribuição e a política do reconhecimento. Isso fica claro quando lemos o dirigente do Bloco de Esquerda, João Teixeira Lopes, dizer que o partido insiste no combate à “lógica de conexão das várias formas de dominação (capitalismo – sexismo – homofobia – racismo), colocando os Direitos Humanos como agenda fundamental” (LOPES, 2008, p. 27).

Os encontros e desencontros das estratégias de solidariedade internacional desses partidos-movimento também merecem atenção. Semelhanças e diferenças podem ser observadas na atuação deles no Parlamento Europeu. Assim como nos parlamentos nacionais, no Parlamento Europeu também há blocos que reúnem partidos de diferentes países de acordo com seus programas e suas ideologias. Os partidos-movimento aqui analisados não pertencem necessariamente todos a um

⁹⁶ Entrevista concedida por David Harvey à Myke Watson da *Verso Books*. A tradução é de Evelyn Petersen e foi reproduzida por Outras Palavras, 15-04-2015.

⁹⁷ Entrevista concedida por Chantal Mouffe à Eduardo Febbro e publicada em 14-06-2015. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543867-o-kirchnerismo-e-uma-fonte-de-inspiracao-entrevista-com-chantal-mouffe%20>

⁹⁸ Tradução nossa. Disponível em: http://www.lemonde.fr/politique/article/2016/12/26/chantal-mouffe-la-philosophe-qui-inspire-melenchon_5054023_823448.html

mesmo bloco. A maior parte deles pertence ao Grupo da Esquerda Unitária Europeia, GUE, bloco que reúne o Partido da Esquerda Europeia e a Esquerda Nórdica Verde. Fazem parte desse bloco *Podemos*, SYRIZA, *Die Linke*, *Front de Gauche*, *Bloco de Esquerda*, *Left Unity* e tantos outros. Esse bloco parlamentar é profundamente crítico da forma autoritária pela qual a União Europeia é conduzida, mas não propõe o seu fim, como faz a extrema-direita. Antes, reivindica uma reorganização democrática em seu seio. O *Labour Party* participa do *Partido Socialista Europeu* que é o tradicional bloco dos partidos sociais democratas na Europa⁹⁹. Já o M5S destoa dos demais, pois participa do bloco *Europa da Liberdade e da Democracia*, conhecido pelo euroceticismo e posicionado à direita do espectro político. A estratégia de solidariedade internacional também se dá para além do Parlamento Europeu. No início de 2016 o economista Yanis Varoufakis, que já havia sido o Ministro das Finanças no governo do SYRIZA, lançou o *Movimento Democracia na Europa 2025*, conhecido pela sigla DiEM25¹⁰⁰. O objetivo do movimento é democratizar a Europa a partir da criação de uma Constituição Europeia a ser aprovada em 2025. Entre seus apoiadores estão membros do SYRIZA, do *Podemos*, do *Die Linke* e da *Front de Gauche* além de intelectuais como Noam Chomsky, Ken Loach, Toni Negri, Boaventura de Sousa Santos e Zizek entre tantos outros. Há entre esses partidos-movimento e o DiEM25 uma forte aproximação também com o programa de reorganização democrática da União Europeia que Habermas e Piketty, cada um a seu modo, vêm desenvolvendo nos últimos anos.

Ao longo deste capítulo busquei demonstrar, *grosso modo*, como entre a moderação excessiva da social-democracia e o engessamento de certa tradição comunista surgiu no início do século XXI, majoritariamente na Europa, mas também na América do Norte, uma nova tipologia partidária aqui definida como partido-movimento. Ainda é muito cedo para afirmar com convicção que essa será a feição hegemônica dos partidos políticos posicionados à esquerda do espectro político ao longo dos próximos anos. O que podemos assegurar, com algum grau de certeza, é que não é mais possível aos novos estudos sociológicos sobre os

⁹⁹ Fazem parte do *Partido Socialista Europeu* o PASOK, o PSOE, o PS francês e o PS português entre outros. O *Partido Socialista Europeu* pertence à tradição que vem da *II Internacional* e está de fato associado à *Internacional Socialista*.

¹⁰⁰ Sobre o DiEM25 ver <https://diem25.org/home-pt/>

partidos políticos desprezar essa corrente que em tão pouco tempo de vida obteve sucessos eleitorais e reorganizou estruturas que por muito tempo permaneceram engessadas.

Marx, no prefácio da primeira edição do *Capital*, explica que sua investigação sobre o modo de produção capitalista teve como objeto a Inglaterra, mas que os alemães não deveriam encolher os ombros como se aquela situação não lhes dissesse respeito. *De te fabula narratur*, ou, a fábula refere-se a ti, diz Marx. Pois bem, este estudo comparado entre as diversas experiências partidárias que vem surgindo na Europa e na América do Norte serve a partir de agora como alicerce para uma observação mais detalhada sobre as relações constituídas no Brasil contemporâneo entre as organizações da sociedade civil e os partidos políticos. Há aqui uma situação tal qual a dos países estudados? Há espaço para um partidomovimento no cenário brasileiro? Todavia, antes de responder a essas questões é preciso uma análise sociológica, metódica e criteriosa sobre como tem sido a atuação dos partidos políticos no seio da sociedade civil nos últimos anos. Esse é o tema do próximo capítulo.

Para uma sociologia política dos partidos brasileiros

“(...) a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (...) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país...” (GRAMSCI, 2007: p. 87).

Cada partido busca o monopólio da representação legítima de um setor da população. Dirão que os partidos exercem a função da mediação. A mediação entre que “partes”? A mediação entre a sociedade civil e a sociedade política. Mais precisamente, os partidos políticos mediam a vontade política de categorias ou de grupos sociais que se confrontam (SEILER, 2000: p. 36).

Os partidos políticos não são todos iguais. Parece uma obviedade dizer isso. Mas às vezes as obviedades precisam ser ditas. Os partidos são diferentes e essas diferenças podem ser encontradas em suas táticas e estratégias, em seus programas e resoluções, em suas formas de organização interna e em suas ações práticas do dia a dia. Mas, acima de tudo, os partidos são diferentes em suas composições sociais, no perfil daqueles que são recrutados para participar de suas fileiras e selecionados para disputar eleições ou simplesmente para serem indicados para cargos públicos. Esses nomes não “caem do céu” nos “colos” dos partidos políticos. Com efeito, são majoritariamente filtrados e disputados na complexa e imbrincada rede de organizações da sociedade civil.

Diferentemente do que observou Marx (1969) em seu *18 Brumário* sobre o século XIX, no século XX, a complexidade econômica, política e social derivada do capitalismo tornou cada vez mais cinza o que antes era simplesmente preto e branco. Na França de 1848 era fácil identificar que a Montanha era o partido

pequeno burguês de caráter social democrata ou que o Partido da Ordem reunia dois partidos menores: os grandes latifundiários em torno do partido legitimista e a aristocracia financeira; e os grandes industriais com o partido orleanista. Mas os tempos são outros. No capitalismo tardio, os partidos políticos não institucionalizaram um reflexo perfeito das contradições de uma sociedade de classes. Assim, devemos concordar com Umberto Cerroni (1982: p. 18) quando afirma ser simplista considerar que “os partidos políticos são a nomenclatura das classes sociais”. Isso significa dizer que não há, nos dias de hoje, partidos determinados para cada classe ou fração de classe, não obstante possamos identificar interesses majoritários delas em partidos distintos. Ainda a esse respeito, vale a pena ler o que diz Przeworski (1989: p. 127) em seu já clássico estudo sobre a social democracia europeia: “a estratégia de manter o partido puro em termos de classe (...) não poderia dar resultado porque (...) os operários jamais compuseram e jamais chegarão a compor a maioria do eleitorado nas sociedades em que vivem”. Para sobreviver na competição eleitoral de sufrágio universal, como nas sociedades do pós-Segunda Guerra Mundial, os partidos precisam buscar a maioria dos votos e não apenas aqueles das classes ou frações de classe que supostamente representam. Dessa maneira, surge uma nova estratégia adotada pelos partidos, que Kirchheimer (1966) definiu como *catch-all*, ou que Charlot (1982: p. 181-182) chamou, simplesmente, de “partido de eleitores”¹⁰¹. Ao longo do tempo os partidos se imiscuíram por organismos sociais dos mais variados tipos. As organizações da sociedade civil passaram a abrir as portas das classes sociais aos partidos. Essas organizações podem ser referenciadas em classes sociais, mas também em dimensões identitárias de outros tipos como moradia, religiões, gênero, raça etc. Esse fenômeno partidário, infelizmente ainda pouco estudado, é fundamental para a investigação da sociologia política contemporânea. Destarte, partidos políticos não são apenas organizações responsáveis por ocupar os poderes legislativos e executivos ou por mediar os conflitos institucionais criados entre eles. Essa é uma leitura muito restrita, mas que ainda encontra espaço em certa literatura. Os partidos contemporâneos são mais amplos do que isso, são instituições presentes em diversos segmentos do tecido social.

¹⁰¹ As tipologias de partidos políticos estão mais aprofundadas na Introdução desta tese.

Um partido é mais do que uma sede no segundo andar de um edifício. A periferia partidária é composta de pessoas e organizações da sociedade civil habitualmente vinculadas ao partido. A periferia partidária é importante para explicar fenômenos como a estabilidade relativa da votação recebida por um partido em determinada instituição, classe ou espaço. Ela inclui, por exemplo, formadores de opinião, como jornais, estações de rádio e de televisão, sindicatos, religiões organizadas ou setores delas (SOARES, 2001, p. 85).

Neste capítulo verificamos a forma como os partidos políticos ocupam espaços nas organizações da sociedade civil – ou, como Gláucio Soares prefere definir, na periferia partidária. A partir de uma espécie de sociografia, identificamos as elites dirigentes dessas organizações e seus históricos de preferências partidárias. Por elites dirigentes compreendemos aqueles que ocupam posições nos principais cargos de direção de cada uma das organizações selecionadas. É claro que um dirigente isolado não detém um poder decisório total e discricionário que dependa única e exclusivamente de sua vontade. Suas decisões são constrangidas por toda a estrutura social a que está circunscrito (POULANTZAS, 1986). No entanto, não devemos cair naquilo que Miliband (1975: p. 44) chamou de “super-determinismo estrutural”, ou seja, ignorar as nuances das disputas políticas no interior das estruturas¹⁰². Nosso pressuposto é que, na maior parte das vezes, essas elites dirigentes representam a momentânea condensação das correlações de forças internas em cada uma dessas micro-estruturas; e que não é trivial saber a quais partidos políticos tais dirigentes estão filiados.

A ciência política contemporânea se aproximou desse tipo de estudo de algumas formas distintas. Uma delas é através da chamada “identidade partidária”. Por “identidade partidária”, compreende-se “a ligação dos eleitores aos partidos políticos” (DALTON, MCALLISTER e WATTENBERG, 2003). A partir da análise de *surveys*, como as de institutos tais quais IBOPE ou Datafolha, ou do Estudo Eleitoral Brasileiro, o ESEB, os pesquisadores avaliam o grau de identidade que os eleitores em geral mantêm com os partidos políticos. No Brasil, diversos pesquisadores têm seguido por essa trilha (SAMUELS, 2004; KINZO, 2005; VEIGA, 2007 e 2011; BRAGA e PIMENTEL JR, 2011). No entanto, tal análise é feita diretamente sobre o eleitorado, sem a intermediação da sociedade civil. Outro método possível é o que ficou conhecido como “recrutamento político”

¹⁰² O debate travado em 1969 entre Poulantzas e Miliband nas páginas da *New Left Review* tornou-se um clássico para as ciências sociais em geral e para a literatura marxista em particular.

(Czudnowski, 1975). Como nos indica Norris (2013), “o recrutamento político não é somente uma questão de indicar representantes eleitos nos níveis local, regional, nacional e subnacional (...), mas também de preencher uma ampla gama de posições políticas nomeadas por meio de indicação”. Contudo, esses importantes estudos têm sido demasiadamente voltados para o processo de seleção ou para o perfil social dos escolhidos pelos partidos para disputar eleições e ocupar cargos (RODRIGUES, 2002; GUARNIERI, 2004; BRAGA e PRAÇA, 2007; BRAGA, 2008; BRAGA, VEIGA e MIRIADE, 2009). Dito de outra maneira, essas pesquisas respondem, *grosso modo*, a duas perguntas: (1) quem recruta e (2) quem é recrutado? O objetivo deste capítulo é inverter a observação: interessa-nos menos saber como a sociedade tem adentrado nas instituições políticas por meio dos partidos e mais como os partidos estão se capilarizando nas organizações da sociedade.

Para verificar nosso argumento, foram selecionados nove grandes objetos aos quais correspondem nove seções deste capítulo. Na primeira, mapeamos a origem dos partidos, segmentando-os em duas categorias: partidos nascidos “desde baixo” e partidos nascidos “de cima”. Em seguida, são analisadas as centrais sindicais legalizadas como CUT, Força Sindical, CTB, NCST, CGTB, UGT, UST e CBDT; e não legalizadas, como Intersindical e Conlutas. Identificamos aqui duas categorias sociológicas: as centrais sindicais de partidarismo orgânico e as de partidarismo inorgânico. Na terceira seção observamos as relações mantidas entre partidos políticos e setores patronais como CNI, CNA, CNC, CNT e FEBRABAN. A quarta parte desse capítulo volta os olhos para a relação entre os partidos e o movimento campestre, mormente a rede de sindicatos rurais da CONTAG. A quinta seção é dedicada à rede do movimento estudantil formada por três entidades nacionais, quais sejam, UNE, UBES e ANPG, e suas ramificações estaduais. O movimento feminista, como MMM e UBM, e o movimento negro, como a UNEGRO e o MNU, são analisados na sexta seção. Na sétima parte, os clubes desportivos e o perfil de seus dirigentes são avaliados. A oitava parte trata da participação partidária entre os dirigentes das escolas de samba. Por fim, respondemos a duas perguntas: os partidos políticos estão presentes na sociedade civil brasileira? E, se estão presentes, qual é a qualidade dessa participação?

3.1

A gênese partidária

De onde vieram os partidos que hoje estão presentes na arena política brasileira? Alguns são muito recentes e completaram pouquíssimos anos de existência. Outros, mais consolidados, estão na estrada há décadas. Há até mesmo aqueles que estão próximos de completar um século de vida. Conforme nos indica Panebianco (2005), conhecer a gênese de um partido é fundamental para a compreensão de sua consolidação organizativa.

O modelo de Duverger (1970: p. 20-33) para a classificação da origem dos partidos é antigo, mas ainda muito útil. Duverger classifica-os em duas grandes categorias: os “partidos de origem eleitoral e parlamentar” e os “partidos de origem exterior”. Os primeiros surgem a partir da ligação entre grupos parlamentares e posteriores comitês eleitorais, ou seja, no âmbito da própria sociedade política. De fato, Duverger indica ser essa a origem dos primeiros partidos a serem fundados na história. Os últimos nascem no seio da sociedade civil a partir de sindicatos, associações, grupos sociais, seitas religiosas, mobilizações de massas *etc.* LaPalombara (1982: p. 477) concorda com esse modelo, embora prefira utilizar termos como partidos “criados dentro” e partidos “criados fora” do sistema predominante. Nosso caminho metodológico segue por essa mesma linha ainda que nossa preferência seja por uma classificação formada por uma segmentação entre “partidos nascidos de cima” e “partidos nascidos desde baixo”. Em nossa tipologia, os “partidos nascidos de cima” são aqueles que de algum modo foram formados a partir de rachas ou fusões partidárias no âmbito parlamentar, através de um debate feito exclusivamente na sociedade política. Já os “partidos nascidos desde baixo” aqui listados são frutos de longos debates públicos ou mobilizações na esfera da sociedade civil.

Os “partidos nascidos de cima” são em sua totalidade aqueles pertencentes ao centro e à centro-direita do espectro político. A maior parte desse conjunto de legendas vem de linhagens diretas do bipartidarismo que vigorou durante o período autoritário de 64-85. Naquela ocasião, a disputa partidária no Brasil se deu entre os apoiadores do regime ditatorial filiados na Aliança Renovadora Nacional – ARENA

– e a oposição organizada no Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Em fins de 1979, o bipartidarismo teve término e algumas novas legendas puderam ser criadas em 1980.

A ARENA fez uma transição em direção ao Partido Democrático Social, o PDS. Estudiosa da ARENA, Grinberg (2009: p. 231) diz o seguinte: “Mas, se a Arena foi extinta, os nomes que fizeram o partido continuaram e se reorganizaram. (...) O PDS surgiu como o partido de maior expressão parlamentar, já que a maior parte dos arenistas filiou-se a essa organização”. A partir do PDS, cinco importantes ramificações surgiram. Primeiro foi o Partido da Frente Liberal fundado em 1985 e que posteriormente, em 2007, seria rebatizado como Democratas¹⁰³. Dessa ramificação participaram nomes conhecidos da política nacional como o baiano Antônio Carlos Magalhães, o pernambucano Marco Maciel, o alagoano Guilherme Palmeira e o potiguar José Agripino Maia¹⁰⁴. Marco Maciel chegou, inclusive, a assumir a vice-presidência da república pelo PFL durante o governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2002. Dessa linhagem que vem da ARENA e que chega até o DEM, há um importante racha em 2011, quando Gilberto Kassab funda o PSD. Político hábil, Kassab saiu de um dos principais partidos de oposição no país, para fazer parte do governo da presidente Dilma Rousseff, que se iniciava naquele ano. E construiu sua legenda reunindo dezenas de políticos tradicionais entre parlamentares, prefeitos e governadores que tinham o mesmo interesse: entrar para a base do governo federal. Com Kassab, saíram para fundar o PSD outros importantes nomes do DEM que vinham da linhagem da ARENA, como Jorge Bornhaussen e Guilherme Afif Domingos. Ainda em 1985 um outro racha do PDS surgiu com a criação do Partido Liberal, o PL, que alcançou a vice-presidência da república em 2002 com o empresário José Alencar compondo a chapa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2005, aliados de José Alencar saem do PL e criam um novo partido, o PRB. No ano seguinte, em 2006, os que permaneceram no PL

¹⁰³ Para Ribeiro (2014) essa reorganização do PFL em Democratas em 2007 deriva da crise surgida no partido que pela primeira vez em sua história passou para a oposição após a vitória de Lula em 2002. Ribeiro argumenta que “a refundação teve como objetivo reposicionar o PFL no mercado político eleitoral brasileiro”.

¹⁰⁴ Uma geração mais nova que começa no PFL na década de 90 e se mantém no DEM até os dias de hoje é formada por Cesar Maia, Rodrigo Maia, José Carlos Aleluia e Paulo Souto entre outros importantes nomes do cenário nacional.

optaram por uma fusão com o PRONA e assim o partido mudou seu nome para Partido da República, o PR. Os que permaneceram no PDS, em 1993, mudaram seu registro para Partido Progressista Reformador, depois para Partido Progressista Brasileiro em 1995, até, finalmente, ser batizado como Partido Progressista em 2003. O ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, e o vice-governador do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, são dois dos principais quadros que pertencem a essa linhagem que vem desde a ARENA até o PP. A tabela abaixo sistematiza esse percurso da ARENA até os dias de hoje.

Tabela 3: Linhagens da ARENA

1965-1979	1980-1985	1985	1993	1995	2003	2005	2006	2007	2011
ARENA	PDS	PFL						DEM	DEM
									PSD
		PDS	PPR	PPB	PP	PP	PP	PP	PP
		PL				PRB	PRB	PRB	PRB
						PL	PR	PR	PR

No campo da oposição ao regime militar a situação foi mais complexa. Assim como ocorreu com a ARENA, o fim do bipartidarismo também trouxe uma fragmentação do MDB. Em 1980, o sistema partidário brasileiro viu surgirem novos partidos que vinham majoritariamente do MDB. Foi o caso do PMDB, do PTB, do PDT e do PT. Desses, o PMDB e o PTB são os casos mais óbvios de “partidos nascidos de cima”. Para evitar que o legado do trabalhismo e do getulismo fosse reunificado em torno de um único partido sob a liderança de Leonel Brizola, o governo militar conseguiu através do Tribunal Superior Eleitoral que a legenda do PTB permanecesse com o grupo moderado liderado por Ivete Vargas. Muitos ex-arenistas se transferiram para o PTB. Assim, coube a Brizola fundar um novo partido, o PDT (MOTTA, 1999; SCHMITT, 2000; LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986; SENTO-SÉ, 1999). Já para o PMDB, transferiu-se a maior parte dos parlamentares que compunham o MDB, aproximadamente a metade da bancada (FLEISCHER, 2004). Isso levou o PMDB a eleger, em 1982, nove governadores, entre eles Franco Montoro em São Paulo e Tancredo Neves em Minas Gerais e, em 1986, o seu ápice, com a estrondosa eleição de 22 dos 23 governadores. Desses parlamentares que permaneceram no PMDB, uma parcela

considerável saiu em 1988 para fundar o PSDB. Críticos dos governos peemedebistas do presidente José Sarney e do governador de São Paulo, Orestes Quéricia, diversos quadros construíram a nova legenda. Entre eles estavam José Serra, Geraldo Alckmin, Sergio Motta, Fernando Henrique Cardoso, Mario Covas e Franco Montoro, todos paulistas. Havia também dissidentes de outros estados como o paranaense José Richa, o carioca Artur da Távola e os mineiros Pimenta da Veiga, Eduardo Azeredo e Aécio Neves, entre tantos outros.

Tabela 4: Linhagens do MDB

1965-1979	1980	1985	1988	1992	1993	1995	2005	2011	2013		
MDB	PMDB	PMDB	PMDB					PMDB			
								PPL			
			PSDB								
		PCB	PPS								
			PCB								
		PCdoB									
	PT	PT			PT		PT				
							PSOL				
							PSTU				
	PTB										
	PDT							PDT			
								SDD			

Ao contrário dos que foram observados até agora, os “partidos nascidos desde baixo” pertencem em sua maioria à esquerda do espectro político. Os primeiros a surgirem foram o PT e o PDT em 1980. O PT é o mais nítido exemplo de um “partido nascido desde baixo”. Suas origens remetem a pelo menos três relevantes composições sociais: o chamado “novo sindicalismo” que emergiu das grandes greves do ABC em 1978; as Comunidades Eclesiais de Base, formadas por um certo cristianismo crítico ao capitalismo; e a intelectualidade crítica ao populismo e ao PCB (SINGER, 2012). Também deve ser destacado nesse processo o importante papel dos movimentos de minorias, mulheres, negros, índios (SARTI, 2006). Foi desse grande encontro social que foi fundado em 1980 no Colégio Sion, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores. Havia, claro, linhas de continuidade com o MDB. Alguns de seus primeiros parlamentares vieram daquela antiga legenda, mas isso não diminui a ampla mobilização social que gerou o partido. O

PDT, por sua vez, possui uma dinâmica de origem um pouco distinta do PT. Em primeiro lugar, trata-se do único partido político brasileiro cuja fundação ocorreu fora do Brasil. Como se sabe, em 1979, Brizola realizou no exílio uma grande reunião com o intuito de refundar o PTB. Como resultado, divulgaram a famosa Carta de Lisboa com os princípios do novo partido; princípios que mais tarde viriam ser conhecidos por “socialismo moreno”. Mas, como supracitado, o governo militar conseguiu impedir que a tradicional legenda dos trabalhistas permanecesse com Brizola. Assim, para o PTB, liderado por Ivete Vargas, transferiram-se muitos dos quadros da institucionalidade política. Entretanto, era o carisma de Brizola e a memória de sua atuação política quem de fato atalhava a década de 80 com o trabalhismo da década de 60. Com Brizola fora do PTB, o antigo trabalhismo se ressignificou em brizolismo. E esse brizolismo, forte na sociedade, empenhou-se no esforço de construção do PDT (SENTO-SÉ, 1999; MARQUES e GONÇALVES, 2016).

Como já foi dito anteriormente, o MDB, enquanto partido de oposição, agregou em seu interior todos os movimentos sociais e políticos que resistiam à ditadura. Os que não foram imediatamente para o PT ou PDT, permaneceram no PMDB pelo menos até 1985. Quando o Congresso aprovou em 1985 a Emenda Constitucional 25, que liberou a formação de novos partidos, esses movimentos aproveitaram a oportunidade para registrar suas próprias legendas. Foi o caso do movimento comunista que estava na clandestinidade desde 1947 e que pôde finalmente se apresentar de forma pública. No caso, através de duas agremiações: o PCdoB e o PCB¹⁰⁵. O mesmo ocorreu com os socialistas que puderam fundar seu PSB, liderados por figuras como Roberto Amaral, Jamil Haddad e Antônio Houaiss. Mais tarde, em 1992, uma parcela majoritária do PCB, liderada por Roberto Freire, reformulou suas linhas programáticas em direção à social democracia e, assim, alterou o nome do partido para PPS. A mudança gerou crise interna e levou um grupo minoritário a reorganizar o PCB sob novo registro eleitoral.

¹⁰⁵ A origem do movimento comunista no Brasil remonta à fundação do Partido Comunista do Brasil, PCB, em 1922. Em 1962, o partido se divide em dois: de um lado, o grupo majoritário muda o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, mas mantém a sigla PCB; o grupo minoritário liderado por João Amazonas e Mauricio Grabois mantém o antigo nome do partido, mas passa a usar a sigla PCdoB. Vale frisar tratar-se de organizações clandestinas que só passariam a ser legais em 1985.

No mesmo ano de 1985 também se destaca o debate em torno da fundação do Partido Verde que seria efetivada em janeiro do ano seguinte, em 1986. A dinâmica de construção do PV foi diferente na medida em que seus fundadores não vinham do MDB, mas diretamente da sociedade. Inspirado no movimento ambientalista europeu, importantes ativistas contra a ditadura como Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Carlos Minc viram na redemocratização a possibilidade de organizar um partido com uma feição até então inédita no Brasil. Não apenas voltado para a questão ambiental, o PV era também a possibilidade de representação para questões identitárias como a luta contra a opressão racial, de gênero e sexual.

A partir da década de 90, alguns dos partidos que podem ser considerados “nascidos desde baixo” vieram de rachas do PT. O primeiro deles foi o PSTU. Após a redemocratização, a militância marxista influenciada teoricamente pelas obras de Leon Trotsky e Nahuel Moreno se organizou internamente no PT em uma corrente denominada Convergência Socialista. Contudo, as divergências em torno da estratégia e das táticas do PT eram permanentes. Essas divergências culminaram com a expulsão da Convergência Socialista do PT em 1992. Na época, esse processo de expulsão foi liderado pelo presidente do partido, José Dirceu. Assim, ao lado de outras pequenas correntes que foram expulsas, a Convergência Socialista fundou em 1993 um partido, o PSTU. Vale destacar que uma parcela da militância da Convergência Socialista permaneceu no PT e fundou uma outra corrente interna minoritária, a Corrente Socialista dos Trabalhadores, CST. Mas o tempo mostrou que a CST acabaria por seguir o mesmo caminho trilhado pela sua matriz. Em 2004, ao lado de outros grupos, saiu do PT e fundou o PSOL. O ponto de ruptura que levou à saída desses militantes para o PSOL foi a proposta do PT de reforma da previdência. Em fins de 2003, a direção nacional do PT decidiu pela expulsão daqueles que não votaram com o partido: os deputados federais Luciana Genro e Babá, e a senadora Heloísa Helena. Outro partido que veio do PT foi o PCO. Na década de 80, a Causa Operária foi uma pequena corrente trotskista no PT. Expulsos em 1991, conseguiram fundar o partido apenas em 1995 e obtiveram seu registro no TSE em 1997. Assim como o PSTU, trata-se de um partido muito minoritário, sem representação parlamentar.

No ano de 2009, um novo racha do PMDB faz surgir o Partido Pátria Livre. Desde a década de 80, o antigo Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8,

que lutou contra a ditadura, passou a se organizar internamente no PMDB. Com atuação no movimento sindical, através da CGTB, e no movimento estudantil, com forte presença na UNE, o antigo MR-8 decidiu em 2009 fundar o seu próprio partido, o PPL, que obteve seu registro no TSE em 2011. A transformação em organização partidária, entretanto, não significou um salto na participação eleitoral.

A Rede Sustentabilidade constitui um caso curioso de partido político nascido “desde baixo”. Embora tenha sido fundada em 2013, a Rede só obteve seu registro em 2015. O partido nasceu a partir da liderança da ex-senadora petista Marina Silva. Ministra do meio ambiente durante o governo Lula, Marina se filiou ao PV em 2009 para disputar a eleição presidencial de 2010. Ainda que estivesse em um pequeno partido, Marina foi uma surpresa eleitoral e conquistou a terceira colocação nas eleições. Esse surpreendente sucesso eleitoral a colocou como liderança nacional, mas a estrutura burocrática do PV não permitiu que o partido fosse dirigido por ela. Marina e seus milhares de seguidores, entre eles muitos jovens, intelectuais e ambientalistas, precisavam de uma legenda onde pudessem implementar aquilo que chamavam de “uma nova política”. Daí nasceu a ideia de criação da Rede. Todavia, a dificuldade para alcançar o número necessário de assinaturas para o registro no TSE obrigou seu movimento político a se abrigar sob outra legenda na disputa de 2014. Na ocasião, foi o PSB quem abriu suas portas para os ativistas da Rede disputarem as eleições. Pelo PSB, Marina foi novamente a terceira colocada na eleição presidencial. Em 2015, finalmente a Rede conseguiu seu registro e assim pôde disputar com sua própria legenda as eleições municipais de 2016. Apesar de se apresentar para além das categorias ideológicas esquerda e direita, os parlamentares que migraram para o partido em 2015 foram majoritariamente de partidos de esquerda como os deputados federais Alessandro Molon, do PT, Aliel Machado e João Derly, do PCdoB, e o senador Randolfe Rodrigues, do PSOL. Por fim, o NOVO é o único caso de um partido político declaradamente da direita do espectro político que pode ser considerado nascido “desde baixo”. Trata-se de uma iniciativa de empresários e intelectuais propagadores de um programa neoliberal que fundaram o partido em 2015 e que nas eleições de 2016 já obtiveram algum sucesso eleitoral com a eleição de vereadores em importantes capitais. O resultado surpreendeu na medida em que não havia no partido nenhum parlamentar ou nome testado de consistência eleitoral. A

tabela abaixo sistematiza essa gênese descrita até aqui dos partidos políticos no Brasil contemporâneo.

Tabela 5: Origem dos partidos políticos no Brasil (1980 - 2016)

	Partidos nascidos de cima	Partidos nascidos desde baixo
Década de 80	PMDB, PDS, PFL, PTB, PL, PSC PRONA, PTdoB, PSDB	PT, PCdoB, PCB, PSB, PV, PDT
Década de 90	PPR, PPB, PRTB, PTN, PSL, PSDC, PHS	PPS, PSTU, PCO
Década 2000	DEM, PP, PR, PRB	PSOL
Década de 10	SDD, PSD, PMB, PROS, PEN	REDE, PPL, NOVO

3.2

Partidos e centrais sindicais¹⁰⁶

A relação entre as centrais sindicais e os partidos políticos no Brasil é antiga. Poderíamos mencionar, por exemplo, a Confederação Brasileira do Trabalho, CBT, criada pelo partido de Hermes da Fonseca em 1912 ou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB, criada pelo PCB em 1929. Contudo, foi certamente nas últimas três décadas que tal relação se exacerbou no país.

Para oferecer um sentido sociológico à investigação, sugerimos que as centrais sindicais no Brasil podem ser divididas em duas grandes categorias analíticas: as de partidarismo orgânico; e as de partidarismo inorgânico. São consideradas de partidarismo orgânico aquelas centrais cujas direções são formadas

¹⁰⁶ Uma versão primária dessa seção foi apresentada e debatida no GT *Trabalho, sindicalismo e ações coletivas* do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia em julho de 2015. Agradeço aos comentários e sugestões de Ruy Braga (USP) e Marco Aurélio Santana (UFRJ).

majoritariamente por filiados de um mesmo partido político ou de poucos partidos alinhados programaticamente. As centrais de partidarismo inorgânico são as que possuem apenas alguns dirigentes eventualmente filiados a partidos políticos, mas sem que haja uma profunda relação programática. No primeiro caso encontram-se centrais como a CUT (PT), a CTB (PCdoB e PSB), a CGTB (PPL), a Intersindical (PSOL) e a Conlutas (PSTU). Entre as de partidarismo inorgânico estão categorizadas a Força Sindical (PSDB e SDD), a UGT (PPS, PTB e PSD), a CSB (PMDB e PDT) e a NCST (PDT e PSDB).

O processo de redemocratização da sociedade brasileira no início da década de 80 trouxe consigo a abertura para novas formas de organização dos trabalhadores. Foi nesse período que foram criadas as duas primeiras centrais sindicais a partir das quais surgiram as que estão presentes nos dias de hoje: a Central Única dos Trabalhadores, CUT, e a Confederação Geral dos Trabalhadores, CGT. Fundada em 1983, a CUT foi a primeira delas e se tornou a melhor representante daquilo que ficou conhecido na literatura como “novo sindicalismo”. Fruto direto das mobilizações operárias iniciadas em 1978 no ABC paulista de onde surgiria o PT, o “novo sindicalismo” proposto pela CUT foi uma oposição veemente à velha estrutura sindical que vinha desde o período de Getúlio Vargas na década de 30. O programa desse “novo sindicalismo” se baseava em uma acepção moderna de representação, onde não haveria espaço para o imposto sindical e para a unicidade sindical. Mais do que isso, o “novo sindicalismo” estava vocacionado para o conflito contra os patrões. Conflito esse que foi mitigado ao longo do tempo, fazendo com que aqueles que o defendiam passassem a apostar mais no compromisso entre as classes.

Em 1986 foi a vez de ser criada a CGT, mais ligada ao sindicalismo tradicional e, portanto, opositora dos ideais ditos modernos do “novo sindicalismo”. Ou seja, ao contrário da CUT, a aposta da CGT era no compromisso entre as classes e não no conflito. Presidida inicialmente por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, a CGT era formada por três grandes correntes: os comunistas ligados ao PCdoB; os militantes ligados ao PCB e ao MR-8; e um amplo e majoritário grupo de sindicalistas tradicionais que praticavam o chamado “sindicalismo de resultados”. O primeiro grande racha da CGT veio com a saída dos comunistas do PCdoB que criaram em 1989 a Corrente Sindical Classista, CSC, e em seguida

entraram para a CUT. No mesmo ano de 1989, a CGT se dividiu em duas: de um lado os sindicalistas ligados ao PCB e ao MR-8; do outro os pragmáticos ligados ao “sindicalismo de resultados”. Contudo, a mais importante divisão da CGT veio em 1991, quando Luiz Antônio de Medeiros fundou a Força Sindical. A Força Sindical, expressão maior do “sindicalismo de resultados”, teve sua origem claramente identificada com o apoio do governo do presidente Fernando Collor de Mello e do empresariado. Sob forte influência do neoliberalismo, a FS foi a principal central a defender as privatizações na década de 90.

Ainda na década de 90, foram fundadas mais duas centrais sindicais: em 1995 a Central Autônoma de Trabalhadores, CAT, e em 1997 a Social Democracia Sindical, SDS, ligada ao PSDB a partir de um racha da Força Sindical. Após uma divergência com o presidente Medeiros, o secretário geral da FS, Enilson Simões de Moura, o Alemão, filiado ao PSDB, fundou a SDS. A principal característica da SDS foi sua profunda relação com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse racha permitiu que a partir de 1999 a FS passasse a ser presidida por Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força.

Na primeira década dos anos 2000, mais centrais foram criadas a partir de rachas da CUT. Primeiro foi a vez da Conlutas. Insatisfeitos com o que denominaram “governismo” da CUT em relação ao governo de Lula, um grupo ligado ao PSTU saiu da CUT em 2004 para criar um movimento, a Conlutas. Em 2010 esse movimentou se consolidou como central sindical e fundou a CSP-Conlutas. Em 2005 foi a vez dos sindicalistas ligados ao PSOL saírem da CUT para fundar a Intersindical.

Em 2007 o governo Lula propôs a Medida Provisória que legalizou as centrais sindicais, inaugurando um novo período para o sindicalismo no país. Publicada em 31 de março de 2008, a lei 11.648 alterou a CLT para garantir o reconhecimento formal das centrais sindicais. As centrais passaram a ter espaço em fóruns tripartites, colegiados de órgãos públicos e acesso ao imposto sindical, o que elevou sobremaneira o seu protagonismo. Para ser considerada uma central sindical legalizada, ou seja, reconhecida formalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, alguns critérios precisam ser alcançados. Entre eles,

- I - filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco)

setores de atividade econômica; e IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.¹⁰⁷

Além disso, a nova lei mudou o artigo 589 da CLT para garantir que 10% da arrecadação da contribuição sindical passassem a ser destinados para as centrais sindicais. Com a mudança, a distribuição do imposto sindical ficou da seguinte maneira: 5% para a confederação correspondente; 10% para a central sindical; 15% para a federação; 60% para o sindicato respectivo; e 10% para a Conta Especial Emprego e Salário.

Antevendo as enormes possibilidades que surgiriam a partir da nova lei das centrais sindicais, nasceu em 2005, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, NCST. Da mesma forma CAT, SDS e CGT se uniram em 2007 e criaram a UGT que passou a ser presidida pelo presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Ricardo Patah. Separadas as três provavelmente não alcançariam os critérios necessários para o reconhecimento formal de uma central sindical. A nova lei também abriu espaço para a sobrevivência de grupos que porventura estivessem insatisfeitos em suas centrais. Foi o caso da CSC ligada ao PCdoB, que saiu da CUT para fundar em 12 de dezembro de 2007 a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB, junto com o Sindicalismo Socialista Brasileiro, SSB, corrente sindical ligada ao PSB. O primeiro presidente da CTB foi o comunista Wagner Gomes, do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

Do ponto de vista sociológico, a virada dos anos 80 para os dias de hoje representou uma transição no modelo de representação corporativista para um modelo híbrido entre o corporativismo e o pluralismo (BALBI, 2013; ISMAEL, 2011). Até a década de 80, o sindicalismo ainda estava marcado por sua relação imbrincada com o Estado. Embora a Constituição de 1988 tenha trazido maior liberdade ao movimento sindical, bases características do corporativismo permaneceram intocadas como a unicidade e o imposto sindical. Todavia, se o monopólio da representação na base está mantido até os dias de hoje – característica do corporativismo –, assistimos ao mesmo tempo uma proliferação de representações no topo, através da pluralidade de centrais sindicais. De certo, essa pluralidade de centrais não é aleatória. Há ideias-força, programas e práticas que as dividem em tendências sindicais. Gilson Reis (2009), por exemplo, categoriza-as

¹⁰⁷ Lei 11.648/2008.

em três tipos ideais: uma corrente institucionalizada e servil ao capitalismo conhecida como “sindicalismo pragmático”, formada por UGT e NCST; um sindicalismo negociador e adaptado ao capitalismo, definido como “sindicalismo cidadão”, onde se encontram CUT e Força Sindical; e, por fim, o “sindicalismo classista”, crítico ao capitalismo, cujos expoentes são CTB e CGTB. Nossa tipologia é diferente dessa apresentada por Reis. Nosso foco reside na relação dessas diversas centrais com os partidos políticos.

Como é sabido, a maior parte das centrais sindicais brasileiras possui algum vínculo com os partidos políticos. No entanto, a conexão que cada organização sindical construiu com um ou mais partidos foi heterogênea. Para algumas das centrais essa aproximação é bem nítida e profunda envolvendo toda a cadeia de representação sindical. Para outras, não passa de um elo superficial muitas vezes relacionado ao papel personalista de alguns de seus dirigentes. A literatura praticamente não se especializou na investigação desse fenômeno. Em geral, observamos trabalhos com um recorte específico sobre uma determinada central sindical – na maior parte das vezes a CUT; em menor escala a Força Sindical. Trópia (2009) e Giannotti (2002) analisaram a trajetória da Força Sindical e suas relações conservadoras com as políticas neoliberais dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso na década de 90. Galvão (2013) e Rossi & Gerab (2009) examinaram tanto a trajetória da Força Sindical quanto a da CUT. Já Giannotti & Lopes Neto (1991a, 1991b e 1993), Rodrigues (1997) e Almeida (2011) elaboraram uma completa trajetória da CUT e suas relações com o PT. Essa ligação entre CUT e as disputas internas do PT também foi bem trabalhada por Lucca (2011) em sua análise comparativa entre as origens recentes do movimento sindical brasileiro e argentino. Por fim, Perlatto (2009) esboçou uma tentativa mais ampla de compreensão das imbrincadas afinidades partidárias das centrais em meados da primeira década de 2000, mas o trabalho não obteve uma posterior continuidade. Ou seja, pouco ou quase nada temos de acúmulo de análise comparada das centrais sindicais contemporâneas a partir de sua dimensão partidária.

Nossa investigação segmentou as centrais sindicais brasileiras em duas grandes categorias analíticas: as de partidarismo orgânico; e as de partidarismo inorgânico. Por partidarismo orgânico se compreende aquelas centrais cujas direções são formadas majoritariamente por filiados de um mesmo partido político

ou de poucos partidos alinhados programaticamente. Mais do que isso, a filiação perpassa toda a cadeia representativa desde os sindicatos na base, passando pelas direções estaduais da central até sua direção nacional. *Grosso modo*, quando há partidarismo orgânico se percebe uma orientação geral dos partidos para que seus filiados participem de determinada central sindical. As de partidarismo inorgânico são aquelas onde apenas poucos quadros dirigentes são filiados em partidos políticos sem que isso signifique que os dirigentes das demais instâncias representativas da mesma central sigam essa orientação partidária. A tabela abaixo identifica as centrais sindicais de acordo com a qualidade de suas relações com as organizações partidárias.

Tabela 6: Tipologia das centrais sindicais no Brasil

Central Sindical	Representatividade* ¹⁰⁸	Partido político	Partidarismo
CUT	33,67%	PT	Orgânico
Força Sindical	12,33%	PDT, SDD, PSDB	Inorgânico
UGT	11,67%	PSD, PPS, PTB	Inorgânico
CTB	9,13%	PCdoB e PSB	Orgânico
NCST	7,84%	PDT e PSDB	Inorgânico
CSB	7,43%	PMDB e PDT	Inorgânico
CGTB	2,76%	PPL	Orgânico
Conlutas	2,50%	PSTU	Orgânico
Intersindical		PSOL	Orgânico

As centrais sindicais de partidarismo orgânico tendem a manter relações com partidos políticos que se localizam à esquerda do espectro político – PT, PCdoB, PSB, PPL, PSOL e PSTU – enquanto as de partidarismo inorgânico se aproximam com maior frequência do centro e da direita desse espectro – PMDB, PTB, PSD, SDD, PSDB e PPS. Uma exceção é a participação do PDT na CSB ao lado do PMDB e em menor escala em outras centrais. O PDT, ao contrário dos outros partidos de esquerda, não orienta de forma expressa a participação de seus

¹⁰⁸ O índice de representatividade é apurado pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base na quantidade de trabalhadores filiados aos sindicatos de cada central. Dados do Ministério do Trabalho em 2015.

filiados em uma determinada central. Outra curiosidade diz respeito ao PSOL. Como veremos a seguir, o PSOL é um partido de correntes internas. Essas correntes não participam todas de uma mesma central. Há aquelas que orientam a participação na Conlutas e outras na Intersindical. Entretanto, como a orientação é seguida em bloco por cada corrente, podemos caracterizar o partidarismo orgânico nessas duas centrais.

Conforme mencionado anteriormente, considera-se como de partidarismo orgânico a CUT, CTB, CGTB, Conlutas e Intersindical. A Central Única dos Trabalhadores – CUT – é a maior e mais antiga central sindical em atividade no país. Fruto das grandes greves iniciadas em fins da década de 70, teve como primeiro presidente o metalúrgico de São Bernardo, Jair Meneguelli, do PT, eleito em 1983, e que permaneceu no cargo por onze anos.¹⁰⁹ Até então a CUT era uma organização sindical predominantemente petista. Foi a partir de 1989 que esse cenário começou a se alterar com a entrada da Corrente Sindical Classista – CSC – ligada ao PCdoB em suas fileiras. Com a saída de Meneguelli, em 1994, foi eleito um novo presidente nacional: Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. Assim como seu antecessor, Vicentinho também era um petista do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo.¹¹⁰ Em 2000, foi a vez do petista João Felício assumir a presidência da CUT por um breve período de três anos, quando em 2003, foi eleito Luiz Marinho.¹¹¹ Nos últimos anos dois petistas assumiram a presidência nacional da CUT: Artur Henrique entre 2006 e 2012 e em seguida o bancário Vagner Freitas. Além de todos os presidentes nacionais terem sido do PT, o mesmo ocorreu com a maior parte das direções estaduais e dos sindicatos filiados, confirmando a hipótese do partidarismo orgânico da entidade. No entanto, essa íntima relação do PT com a CUT nem sempre foi analisada pela literatura sob uma chave positiva. De acordo com Rossi & Gerab (2009, p. 96), “o fato de a tendência majoritária do PT, a ‘articulação’, ser a mesma que atua na CUT com o mesmo nome e, também,

¹⁰⁹ Meneguelli presidiu a CUT de 1983 até 1994 quando foi eleito deputado federal pelo PT e reeleito em 1998.

¹¹⁰ Assim como Meneguelli, Vicentinho saiu da presidência nacional da CUT para ser eleito deputado federal pelo PT de São Paulo em 2002 e reeleito desde então em 2006, 2010 e 2014.

¹¹¹ Também oriundo do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Marinho foi provavelmente o presidente nacional da CUT que alcançou maior sucesso na vida institucional. Foi ministro do trabalho de 2005 a 2007, ministro da previdência de 2007 a 2008 e prefeito de São Bernardo do Campo em 2009 e reeleito em 2012.

majoritária, já era um comprometimento da autonomia da CUT, devido ao autoritarismo reinante”. Isso se comprovou em 2007 com a saída dos sindicalistas ligados ao PSB e ao PCdoB para criarem uma nova central sindical. Esse racha de 2007 na CUT levou a Central Sindical Classista – CSC –, ligada ao PCdoB, e o Sindicalismo Socialista Brasileiro – SSB –, corrente sindical ligada ao PSB, a fundarem a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB. O primeiro presidente da CTB foi Wagner Gomes, do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, e filiado ao PCdoB. A participação majoritária dos comunistas na CTB pode ser constatada, por exemplo, através de seus dirigentes estaduais. Das 27 direções estaduais, 25 são presididas por filiados ao PCdoB e apenas duas por membros do PSB. Além disso, na direção nacional da entidade, há quadros do parlamento, como o metalúrgico Assis Melo que foi deputado federal pelo PCdoB do Rio Grande do Sul, entre 2010 e 2014; o professor Gilson Reis, vereador em Belo Horizonte pelo PCdoB; Nivaldo Santana, que foi deputado estadual pelo PCdoB de São Paulo por três mandatos; e João Batista Lemos, que, afora ter sido eleito em 2014 suplente de senador no Rio de Janeiro, é presidente do PCdoB no estado. Diversos documentos oficiais do partido corroboram nossa hipótese sobre a participação orgânica dos comunistas na CTB, como é o caso da seguinte resolução sindical.

A principal vitória dos comunistas em sua atuação nas últimas décadas foi a liderança no processo de construção da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. (...) É tarefa dos comunistas desenvolver todos os esforços pela consolidação da central, cuja consolidação passa, na atualidade, pelo fortalecimento das CTBs estaduais, a intensificação de filiação de novas entidades sindicais, melhor estruturação dos ramos e crescimento dos comitês sindicais de base, estratégico para garantir sustentabilidade aos avanços da Central.¹¹²

Embora em menor escala, a participação do PSB na CTB também é orgânica. Entre os dirigentes nacionais da entidade pertencentes ao partido socialista estão dois vice-presidentes: o professor Joilson Cardoso, do Rio de Janeiro, e Vicente Selistre, do Rio Grande do Sul. Ao todo, o PSB elegeu no 3º. Congresso Nacional da CTB, em 2013, dez filiados para a direção plena e outros dez para a direção executiva, demonstrando a importância que dá para a ocupação de espaços na entidade. Isso fica claro nas palavras entusiasmadas de Joilson Cardoso, após o resultado daquele Congresso. “Estamos com a Secretaria Geral, que é o coração de uma organização, e vamos gerir áreas fundamentais como

¹¹² Resolução do Encontro Nacional Sindical do PCdoB. Brasília, 8 de abril de 2010.

Finanças, Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador. Isso dá outro tamanho aos socialistas nessa Central que reúne os sindicalistas do PSB e do PCdoB”¹¹³.

Além da CUT e da CTB, que estão devidamente certificadas junto ao ministério do trabalho para receberem recursos do fundo sindical, há outras centrais com representatividade menor que ainda não foram legalizadas. Ou melhor, que ainda não alcançaram a representatividade necessária para recolher os recursos do fundo, mas que se caracterizam como de partidarismo orgânico. Entre elas estão a CGTB, a Conlutas e a Intersindical. Das que estão em atividade, a CGTB é a segunda mais antiga na história do país. Foi fundada em 1986 como Central Geral dos Trabalhadores – CGT – tendo sido uma das mais importantes organizações da década de 80. Naquele momento contava entre seus quadros com filiados do PCB, PCdoB e MR-8¹¹⁴, além de sindicalistas tradicionais pertencentes ao chamado “sindicalismo de resultados” ou conhecidos como “pelegos”. Era presidida por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, do PCB. Todavia, ao contrário da CUT, a CGT perdeu bastante seu espaço na política brasileira a partir da década de 90. A primeira defecção veio em 1989 com a saída da CSC – corrente sindical do PCdoB – de suas fileiras para entrar na CUT. Com a saída dos comunistas, Joaquinção perdeu sua força para um sindicalista sem filiação partidária, Antônio Rogério Magri, que então se elegeu presidente da CGT em 1989, ampliando o perfil pragmático e conservador da entidade. Nesse momento, surgem duas CGTs: uma ligada a Joaquinção, conhecida como Central Geral dos Trabalhadores – que mais tarde mudará o nome para CGTB – e outra dirigida por Magri, com o nome de Confederação Geral dos Trabalhadores¹¹⁵. Nesse mesmo período ocorreu a segunda grande defecção da CGT. Liderada por Luiz Antônio Medeiros, grande parte dos sindicalistas pragmáticos que apoiaram Collor fundaram a Força Sindical. A CGTB perdeu bastante de seu poder, restando entre os poucos grupos os militantes do MR-8 que atuavam dentro do PMDB e que mantinham proximidade com o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia. Em 2011, houve o último grande racha

¹¹³ Site do PSB. 29.08.2013.

¹¹⁴ O MR-8 foi uma organização política de esquerda que atuou contra a ditadura no Brasil. Desde o fim da ditadura passou a atuar dentro do PMDB até que em 2009 fundou seu próprio partido, o Partido Pátria Livre – PPL.

¹¹⁵ Após ter apoiado a eleição de Collor para a presidência da República, Magri assumiu o ministério do trabalho até 1992 quando saiu após denúncias de corrupção. Terminou sua vida como assessor da Força Sindical.

da CGTB. Com a fundação do PPL por parte dos militantes do MR-8, os demais sindicalistas ligados ao PMDB ficaram insatisfeitos e criaram uma nova central: a CSB. Restaram na CGTB apenas os sindicalistas do PPL agora presididos por Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira. Em suma, pode-se dizer que a CGTB teve um partidarismo orgânico bem plural e com graus diferenciados. Na década de 80 entre suas fileiras estavam os comunistas e diversos outros grupos políticos disputando internamente. A partir da década de 90 foi a vez do PMDB ser maioria, até que a partir de 2011 o PPL assumiu sozinho esse protagonismo.

Ligada ao PSTU, a CSP-Conlutas foi fundada em 2010. Sua origem remonta a um racha na CUT em 2004 quando os sindicalistas ligados ao partido criaram um movimento intitulado Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas. O motivo que os levou a sair da CUT foi a reforma da previdência aprovada no início do governo Lula. Até que em 2010 o movimento se tornou uma central, ou, como preferem, uma Central Sindical e Popular – CSP. Naquele momento, além do PSTU, diversos outros movimentos participaram da entidade. Todavia, em poucos anos essas organizações passaram a se retirar da CSP-Conlutas, caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST – que saiu em 2012 e de grupos ligados ao PSOL que priorizaram a Intersindical. Já a Intersindical é a central sindical onde atua a maior parte dos filiados do PSOL desde 2005. Embora ainda não seja uma central sindical legalizada, ou seja, com representatividade reconhecida pelo ministério do trabalho, ela constitui importante referencial na sociedade civil organizada. Nos seus anos iniciais a Intersindical contou também com a participação de militantes do PCB. Porém, a corrente sindical ligada ao PCB conhecida como Unidade Classista realizou seu I Congresso Nacional em 2012 quando passou a se organizar de forma independente. A participação dos militantes do PSOL na CSP-Conlutas e na Intersindical representa um caso interessante de partidarismo orgânico. Não é que o PSOL simplesmente libere seus filiados para atuarem onde desejarem no movimento sindical, o que caracterizaria um partidarismo inorgânico. Como trata-se de um partido de correntes internas, cada uma delas orienta de forma orgânica seus filiados a participarem de uma ou outra central.

Como já foi destacado, categorizamos como centrais de partidarismo inorgânico a Força Sindical, a UGT, a CSB e a NCST. Segunda central com maior representatividade no Brasil, a Força Sindical é também das mais antigas em nossa

história. Fundada em 1991 a partir de um racha da CGT, a FS teve como primeiro presidente o histórico sindicalista Luiz Antônio Medeiros, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Conhecida por ter sido fundada com forte apoio do governo Collor, a FS sempre teve sua imagem relacionada ao neoliberalismo e à defesa das privatizações. De acordo com Trópia (2009, p. 57) a FS surgiu como contraponto ao sindicalismo de conflito da CUT, que seria para Medeiros, uma “central ligada a partido político”. Ou seja, a FS procurava um distanciamento de uma relação orgânica com qualquer partido, embora houvesse filiados entre seus dirigentes como o próprio Medeiros¹¹⁶. Distanciamento de partidos, mas não de governos. Vale lembrar que a FS apoiou o governo Collor, o governo FHC e o governo Lula, mantendo-se sempre bem perto do poder. Com a eleição de Medeiros como deputado federal pelo PFL de São Paulo, a presidência da FS passou para Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força. Assim como Medeiros, Paulinho também teve sua trajetória ligada ao sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Filiado ao PTB, foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Ciro Gomes em 2002. Com a vitória de Lula naquela eleição, Paulinho se filiou ao PDT em 2003 e lá permaneceu por dez anos até fundar em 2013 um novo partido, o Solidariedade. Nesse período foi eleito deputado federal por três vezes consecutivas em 2006, 2010 e 2014. O PDT teve grande participação na FS entre 2003 e 2013, mas com a mudança partidária de Paulinho essa influência majoritária se transferiu para o Solidariedade.¹¹⁷

Fundada em 2007 a partir da fusão de três centrais - CAT, SDS e CGT – a UGT é um dos mais claros exemplos de partidarismo inorgânico. Presidida pelo presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Ricardo Patah, ela possui entre seus dirigentes muitos filiados ao PSD. Em 2011, após Gilberto Kassab ter criado o partido, muitos se filiaram como o presidente Patah e seu vice Salim Reis. Aliás, é bem reveladora a posição política de Reis no ato de sua filiação, quando afirmou que “o PSD atende à necessidade de novas lideranças partidárias, que não

¹¹⁶ Medeiros nunca teve uma organicidade partidária. Na década de 70 foi filiado ao PCB. Em 1994 foi candidato a governador de São Paulo pelo PPR. Em seguida, já filiado ao PFL foi eleito deputado federal por São Paulo em 1998. Em 2002 foi reeleito deputado, mas dessa vez sob a legenda do PL.

¹¹⁷ Sobre a Força Sindical, Cf. GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical – A central neoliberal de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002 e TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

se prendam à ideia de que capital e trabalho são antagônicos”.¹¹⁸ Ressalte-se ainda que Patah não é apenas presidente da UGT, mas também coordena o núcleo de ações sindicais do PSD. Também se filiou ao PSD o vice-presidente da UGT Roberto Santiago que é deputado federal por São Paulo. O PPS é o segundo partido com maior influência na direção da UGT, com a presença do vice-presidente David Zaia e do secretário de organização e políticas sindicais, Chiquinho Pereira. Outra legenda com relevante participação na UGT é o PTB. Um de seus principais quadros é Luiz Carlos Motta, presidente estadual da UGT em São Paulo e presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, a FECOMERCIÁRIOS. Motta foi inclusive suplente de deputado federal pelo PTB-SP. Aliás, uma das principais características da UGT é a sua ampla base no movimento sindical dos comerciários.¹¹⁹ Por fim, cabe lembrar também de Enilson Simões de Moura, o Alemão, atual vice-presidente da UGT, que foi filiado ao PSDB e presidiu a Social Democracia Sindical. Todavia, ao contrário do que ocorre com as centrais de partidismo orgânico, essas diversas filiações partidárias na UGT se resumem a importantes dirigentes, não ocorrendo o mesmo em toda a estrutura organizativa que chega até aos sindicatos de base.

A Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST – surgiu em 2005. Seu presidente nacional, José Calixto Ramos, além de ser presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, CNTI, é ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho e não possui filiação partidária. A NCST é provavelmente a central que possui a menor relação com partidos políticos de todo o espectro sindical. São pouquíssimos os dirigentes que possuem alguma filiação partidária e isso parece ser uma dimensão programática da entidade. Em 2013, um boato de que a NCST estaria participando de um processo de criação de partido político ao lado da FS e da UGT para apoiar a candidatura presidencial do senador tucano Aécio Neves gerou uma dura nota de repúdio de Ramos.

No que diz respeito à Nova Central, nós não fomos convidados e nem participamos de nenhuma reunião para debater a fundação de partido político. Mesmo se fossemos chamados, a nossa resposta seria absolutamente negativa, pois, a Nova

¹¹⁸ Ver <http://psd.org.br/noticia/psd-recebe-filiacao-de-ricardo-patah-presidente-da-ugt/>

¹¹⁹ Sobre o perfil do sindicalismo dos comerciários, Cf. TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo*, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-Unicamp, 1994. e Cf. TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Resistências e mobilizações dos trabalhadores no comércio no Brasil*. XII Brasa, 2014.

Central não tem nenhum vínculo partidário, por decisões soberanas aprovadas tanto no seu Congresso de Fundação, realizado em 2005, como no II Congresso. (...) Quanto à Nova Central, por questões de princípios, ela não se envolve com partidos políticos, pois, nasceu e permanece independente em relação a partidos, governos e patrões, mantendo compromisso único com a classe trabalhadora e os interesses maiores da Nação. (...) A divisão partidária, envolvendo entidades sindicais de trabalhadores, é ruim, pois, a classe trabalhadora deve permanecer unida e coesa na defesa dos seus direitos e das suas reivindicações. (...) Nunca fui consultado sobre a fundação de partido político e, se o fosse, diria a mesma coisa: a Nova Central, por questões de princípios, não integra e nem participa de nenhum partido político.¹²⁰

Contudo, na mesma nota Calixto deixou claro que o afastamento da NCST dos partidos não deslegitima a filiação de alguns de seus dirigentes. De acordo com o sindicalista,

Os nossos diretores e diretoras da Nova Central, enquanto cidadãos e cidadãs, têm o livre-arbítrio para fazer parte deste ou daquele partido político, mas a central, enquanto organização sindical, permanece na sua posição de princípios, dado que, o nosso partido é a classe trabalhadora brasileira e as entidades sindicais filiadas à Nova Central.¹²¹

Deste modo, encontramos na NCST filiados ao PDT e ao PSDB, mas sem que haja uma forte influência sobre os rumos da entidade, o que caracteriza um claro partidarismo inorgânico.

Legalizada em 2015 a Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB – foi a mais recente central sindical legalizada pelo Ministério do Trabalho. Suas principais lideranças são filiadas ao PMDB e ao PDT, mas também há os filiados em outros partidos. A CSB foi fundada em 2008, mas apenas em 2015 o então ministro do trabalho Manoel Dias – filiado ao PDT – reconheceu sua representatividade para receber recursos do fundo sindical. Vale lembrar que na época a decisão do ministro foi rechaçada pelas demais centrais sindicais por terem sido aceitas assinaturas de filiados que foram consideradas suspeitas¹²². Desde 2012, o seu presidente nacional é o dirigente sindical Antônio Neto, do Sindicato dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação de São Paulo, e filiado ao PMDB. A participação do PDT na CSB também é importante. Desde o rompimento da Força Sindical com o partido e sua aproximação com o Solidariedade os pedetistas ficaram órfãos de uma organização sindical. A ideia inicial seria a entrada na CGTB, mas uma disputa interna com o

¹²⁰ Nota publicada em 10 de janeiro de 2013. <http://www.ncst.org.br/news/print.php?id=16318>

¹²¹ Idem.

¹²² Revista Época 29.09.2015.

PPL não permitiu que isso ocorresse. A CSB foi o caminho encontrado. A relação do PDT com a CSB buscou ser mais orgânica que a do PMDB. Uma prova disso é o investimento que importantes quadros do PDT, como Wendel Pinheiro e Everton Gomes, fazem na formação política da juventude da CSB, além de terem um de seus filiados, Marcelo Gonçalves, como Secretário Nacional de Juventude da entidade.¹²³ Também não é pouco mencionar que a CSB se considera uma central trabalhista, modulação ideológica semelhante à do PDT. Contudo, faz-se importante ressaltar que o PDT não orienta expressamente seus filiados a participar de uma central sindical específica, daí a participação de muitos em outras entidades como a Força Sindical, a NCST e a UST.

Enfim, essa pesquisa exploratória confirma que a participação dos partidos políticos contemporâneos na vida sindical parece ser ativa, ainda que de modos diferenciados. A tipologia partidarismo orgânico e partidarismo inorgânico construída para a caracterização dessas centrais sindicais contribui, portanto, para o entendimento sociológico mais apurado sobre a qualidade dessas relações sociais. O que verificamos foi que os partidos da esquerda do espectro político possuem relações mais orgânicas com as centrais sindicais, ao passo que os partidos do centro e da direita desse espectro tendem a manter relações inorgânicas com essas organizações de trabalhadores.

3.3

Partidos e sindicatos patronais

Quando pensamos em sociedade civil somos treinados pelo senso comum a imaginar organizações subalternas que representam as camadas mais pobres de um determinado tecido social. Ou então, aquelas que agendam temas relacionados ao reconhecimento de identidades como gênero, raça *etc.* Mas não é bem assim... Nesta seção observamos um setor que em geral recebe pouca atenção da literatura especializada. Trata-se dos sindicatos patronais, ou seja, das organizações que exercem a representação funcional de certas frações da burguesia brasileira. Em nossa análise, selecionamos quatro redes de confederações nacionais: a Confederação Nacional da Indústria, CNI, ligada à fração industrial da burguesia;

¹²³ Em agosto de 2013 foi realizado um importante Encontro Nacional da Juventude da CSB em Salvador.

a Confederação Nacional do Comércio, CNC, e a Confederação Nacional do Transporte, CNT, vinculadas socialmente à burguesia comercial; e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, CNA, relacionada à fração agrária da burguesia. Nosso objetivo aqui é identificar os laços de afinidade entre os principais dirigentes dessas redes com os partidos políticos.

Entre as organizações representativas do setor industrial, a filiação partidária dos principais dirigentes é recorrente. Essa rede patronal é formada por 27 federações da indústria estaduais e do Distrito Federal, que possuem como representação nacional a Confederação Nacional da Indústria. Criada em 1938, seu histórico de relação com partidos político é antigo. Seu primeiro presidente, o mineiro Euvaldo Lodi, dirigiu a entidade entre 1938 e 1954. Lodi era filiado ao antigo PSD, partido pelo qual foi eleito deputado federal em 1947 e reeleito por mais duas vezes¹²⁴. Aliás, parece que a simpatia dos dirigentes da CNI pelo PSD foi grande nas primeiras décadas de existência da entidade. O carioca Edmundo de Macedo Soares e Silva, presidente da CNI entre 1964 e 1968, também veio daquele partido. Edmundo foi governador do Rio de Janeiro entre 1947 e 1951 e ministro da indústria e comércio entre 1967 e 1969. De 1980 até 1994 foi a vez de a entidade ser presidida pelo sergipano Albano Franco. Franco veio da ARENA, passou por PDS e PRN e terminou sua vida política no PSDB. Ao mesmo tempo em que esteve à frente da CNI, Franco foi senador entre 1983 e 1994, quando então deixou a entidade para assumir como governador de Sergipe pelo PSDB entre 1995 e 2002. A partir de então, durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, presidiu a CNI o potiguar Fernando Gonçalves Bezerra. Bezerra foi senador pelo PMDB do Rio Grande do Norte entre 1995 e 2006, tendo sido, inclusive, líder do governo FHC no Senado. De 1999 a 2001 foi ministro da integração nacional no governo FHC. Ao sair do ministério e retornar ao senado se filiou ao PTB. Sobre essa relação da indústria com o primeiro governo de FHC, Diniz e Boschi dizem o seguinte:

No governo Fernando Henrique, a CNI, sob a direção de Fernando Gonçalves Bezerra, industrial e senador pelo Rio Grande do Norte, e a FIESP, sob a liderança de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, revelaram alta concordância com as prioridades da agenda pública, principalmente no tocante à proposta de realização de reformas estruturais. Embora entre os empresários de alguns setores

¹²⁴ *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

surgissem críticas em relação a certos aspectos da política governamental - como a abertura abrupta e indiscriminada da economia e a alta da taxa de juros -, em geral as organizações empresariais não tornaram públicas as manifestações de divergências (BOSCHI e DINIZ, 2007, p. 51).

No entanto, o consenso em torno do apoio dos industriais ao governo de FHC começou a ruir no fim do segundo mandato, abrindo as portas para a transição ao novo governo eleito por Lula em 2002. As razões eram muitas, mas merecem ser destacadas a crise econômica, a divergência em relação à política econômica neoliberal implementada pelo governo e a falta de diálogo entre sociedade e Estado. Sobre esse dissenso na base industrial, Boschi e Diniz identificam a divisão assim:

Se a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), sob a presidência de Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, do grupo Ipiranga, aprofundou o alinhamento com o governo federal, reafirmando simultaneamente a identificação com a matriz neoliberal, por outro lado, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), representando 42% do PIB industrial do país, sob a liderança de seu novo presidente, Horácio Lafer Piva, jovem empresário, de 41 anos, do grupo Klabin, da área de papel e celulose, passaria a defender uma postura de maior distanciamento e independência (BOSCHI e DINIZ, 2007, p. 54).

A chegada ao poder em 2002 de um governo dirigido por um partido da esquerda do espectro político, o PT, não afastou a base social da indústria do governo. Uma das razões certamente foi a habilidade de Lula em construir uma aliança com essa base, trazendo para vice de sua chapa um nome ligado umbilicalmente ao mundo industrial, o mineiro José Alencar, do PL. Assim, se durante todo o governo FHC, o presidente da CNI foi o mesmo, a situação não foi diferente durante o governo Lula. Entre 2002 e 2010 o presidente da entidade foi o senador pernambucano Armando Monteiro Neto do PTB. Monteiro já havia sido presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, FIEPE, entre 1992 e 2002. Curioso notar que a carreira política de Monteiro teve início em 1990 no PSDB. Em 1997 migrou para o PMDB até finalmente se filiar em 2003 ao PTB, partido da base de sustentação do governo Lula. Em 2010, Monteiro foi eleito senador e em 2015 assumiu como ministro da indústria e comércio do governo de Dilma Rousseff, num claro sinal da profunda proximidade da CNI com o Estado brasileiro.

Como vimos, grande parte dos presidentes da CNI não só foram filiados a partidos políticos como alcançaram altos cargos na esfera estatal como governadores, deputados, senadores e ministros. O interesse aqui é seguramente de

mão dupla. Por um lado, independente da coloração partidária, interessa ao governo do momento manter entre seus quadros o principal dirigente da representação funcional do setor industrial. Por outro lado, também interessa para a burguesia industrial manter um representante no Estado que possa agendar suas políticas públicas. Confirma essa hipótese uma curiosa anedota. Em 1989, ano em que Lula se candidatou pela primeira vez à presidência da república, o então presidente da FIESP, Mário Amato, declarou para um público de empresários paulistas uma forte frase que causou polêmica e influenciou a eleição daquele ano: “Se Lula for eleito, 800 mil empresários deixarão o País”¹²⁵. Collor venceu. Treze anos depois, logo após a vitória de Lula em 2002, Amato mudou o discurso:

O mundo evoluiu e o Lula também. Eu nunca tive nada pessoal contra ele. (...) Em todo o contato que tive com o Lula, ele mostrou ser uma pessoa diligente, determinada. Sou brasileiro. Tudo que eu puder fazer para que o Brasil seja aquilo que todos nós queremos, seja Pedro, seja Paulo, eu vou colaborar. Ele já não me assusta mais.¹²⁶

No setor industrial essa profunda participação partidária não é privilégio apenas dos dirigentes nacionais. Da mesma forma podemos mencionar presidentes de federações estaduais que possuem importantes filiações partidárias. Na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo essa relação é nítida. Paulo Skaf, presidente da FIESP entre 2004 e 2015, foi filiado ao PSB entre 2009 e 2011, ano em que se transferiu para o PMDB, assim como Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da entidade entre 1992 e 1998, que foi deputado federal pelo PFL. Também do PMDB é Guilherme Feitosa, diretor regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, CIESP, órgão que faz parte da rede da FIESP. Feitosa foi candidato a vice-prefeito de Ribeirão Preto em 2016. Da mesma FIESP é Josué Alencar, 3º. vice-presidente da entidade. Filiado ao PMDB, Josué foi candidato ao senado por Minas Gerais nas eleições de 2014. Nome de destaque que merece ser mencionado é o do pai de Josué, o ex-vice-presidente da República, José Alencar, mineiro que iniciou sua carreira política como presidente da FIEMG. Alencar foi filiado ao PMDB, PL e PRB. Também podemos mencionar o presidente da Federação das Indústrias da Paraíba, FIEP, Francisco Gadelha, filiado ao PSD e o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, FIERN, Flávio

¹²⁵ Revista Isto É de 30.10.2002

¹²⁶ Idem.

Azevedo, que em 2013 trocou o PSB pelo PMDB e que é cotado como suplente de senador. No Paraná, Ramiro Wahrhaftig, membro da direção estadual do PSD, atuou na FIEP. No caso do presidente da FIRJAN, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, a relação é diferente das anteriores. Embora não seja filiado ao PSDB, muito se diz sobre sua relação com o partido, em especial a partir de sua cunhada Andréa Gouvêa Vieira, que foi vereadora tucana no Rio de Janeiro. Gouvêa Vieira é presidente da FIRJAN desde 1995 tendo sido eleito por 7 vezes consecutivas para o cargo. Ainda na FIRJAN deve ser mencionado o presidente do conselho regional da entidade, Gastão Reis, que foi candidato a vice-prefeito de Petrópolis-RJ pelo PPS em 2016. Filiações partidárias nessa rede são, portanto, mais comuns do que se imagina.

A rede do setor comercial é formada por 34 federações, sendo 27 estaduais, as FECOMERCIOS, e 7 nacionais, que possuem como representação nacional a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC. Há mais de 35 anos, a CNC é presidida pela mesma pessoa: Antônio Oliveira Santos. Protagonista de diversas polêmicas e acusado por muitos de sufocar possíveis oposições, Oliveira Santos não possui filiação partidária¹²⁷. Nessa rede são, portanto, as federações estaduais que se apresentam como fontes de quadros ao sistema partidário. Podemos listar, por exemplo, o empresário Marcelo Queiroz, presidente da FECOMERCIO do Rio Grande do Norte que trocou o PV pelo PDT em 2013 e que em 2014 esteve cotado para ser suplente de senador. Um caso mais célebre é o de Adelmir Santana, presidente da FECOMERCIO-DF. Santana foi eleito primeiro suplente do senador Paulo Octávio em 2002, tendo assumido a vaga de senador em 2007 pelo DEM após a saída de Octávio, que acabara de se eleger vice-governador. Filiou-se ainda ao PR, embora por curto período. Em Roraima, o presidente da FECOMERCIO é Airton Dias que foi candidato a vereador pelo PSB em Boa Vista na eleição de 2016. Antes disso, Dias já havia sido vice-governador do estado pelo PTB entre 1991 e 1994. Em 2014, o deputado federal do SDD Laercio Oliveira foi eleito presidente da FECOMERCIO de Sergipe. No Ceará, o presidente da FECOMERCIO é Luiz Gastão Bittencourt da Silva, que em 2008

¹²⁷ Revista *Isto É* de 12.07.2013. Ver <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130712/coronel-comercio/4863.shtml>

quase foi candidato à prefeitura de Fortaleza pelo PPS. Essa rede de representação da burguesia financeira é a que possui a maior pluralidade de filiações partidárias.

Além da CNC há uma outra rede que também pode ser caracterizada como de serviços. Trata-se da Confederação Nacional do Transporte. Fundada em 1954, a CNT é talvez a rede patronal que tenha sido menos abordada pela literatura especializada. De acordo com o seu *site*, “a Confederação reúne 37 federações, 5 sindicatos nacionais e 18 associações nacionais. Isso representa 200 mil empresas de transporte e 1,9 milhão de caminhoneiros e taxistas”. O senador mineiro pelo PMDB, Clésio Andrade, é o presidente da CNT desde 1993. Clésio chegou a ser vice-governador de Minas Gerais entre 2003 e 2006 no primeiro governo do tucano Aécio Neves. No entanto, ao contrário da CNI e da CNC, não há na CNT uma participação tão frequente dos presidentes das federações estaduais em partidos políticos.

No campo é a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, que representa nacionalmente as 27 federações estaduais e mais de 2 mil sindicatos rurais. No rol de ex-presidentes da CNA a senadora Kátia Abreu ocupa lugar privilegiado. Entre 1995 e 2005, Katia Abreu foi presidenta da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, a FAET. Em 2006 foi eleita para o Senado pelo PFL e em 2008 eleita presidenta da CNA, cargo que ocupou até 2015, quando assumiu o Ministério da Agricultura no segundo governo de Dilma Rousseff. Abreu passou ainda pelo DEM, de 2007 a 2011, pelo PSD de 2011 a 2013 e desde então está filiada ao PMDB. Na rede das federações estaduais também podemos encontrar alguns dirigentes que buscaram a vida partidária. É o caso de José Mário Schreiner, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás, a FAEG, que em 2014 foi candidato a deputado federal pelo PSD. Segundo informações de seu *site* pessoal, em 2016 Schreiner percorreu cerca de 50 municípios de Goiás dando suporte a candidatos do setor agrícola, tendo como resultado final “dezenas de eleitos majoritários (prefeitos e vice-prefeitos) e centenas de vereadores, entre eles: presidentes de sindicatos, vice-presidentes, diretores, mobilizadores e produtores rurais”¹²⁸. Rui Prado, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, a FAMATO, é outro que seguiu pelo

¹²⁸ Ver <http://josemario.com.br/eleicoesmunicipais/>

caminho partidário ao ser candidato ao senado em 2014 pelo PSD. Duas características merecem, portanto, destaque: a proximidades geográfica das federações estaduais que possuem dirigentes com filiações partidárias – Mato Grosso, Goiás e Tocantins representam um forte cinturão do agronegócio brasileiro – bem como o partido político pelo qual esses dirigentes passaram, qual seja, o PSD.

Até aqui estivemos com nossa lupa voltada apenas para a CNA e suas ramificações estaduais. Isso não quer dizer que a participação do patronato agrícola no sistema partidário esteja resumida a essa rede. A chamada bancada ruralista é uma das maiores e mais influentes do Congresso Nacional. De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o DIAP, essa bancada foi formada por 160 membros entre 2010 e 2014 e passou a contar com 139 parlamentares a partir de 2015 ¹²⁹. Como nos indica a rigorosa pesquisa de Castilho (2012) sobre os parlamentares eleitos em 2010, pertencentes à bancada ruralista, trata-se de um movimento suprapartidário onde os partidos mais presentes são PMDB, PSDB, PP, DEM e PR.

De todas as representações funcionais das frações burguesas no Brasil, a do capital financeiro parece ser a única onde nunca houve uma ligação tão clara com os partidos políticos. Fazem parte dessa rede instituições como a Federação Brasileira de Bancos, a FEBRABAN, e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a CNF. Isso não quer dizer que não haja banqueiros, ou dirigentes do capital financeiro que não tenham enveredado pelas vias partidárias. Pelo contrário, são muitos os nomes que seguiram esse caminho. Fundador do Banco Nacional, Magalhães Pinto foi governador de Minas Gerais pela UDN na década de 60, senador pela ARENA na década de 70 e deputado federal pelo PDS na década de 80. Olavo Setúbal, presidente do ITAU, chegou a ser prefeito de São Paulo na década de 70 pela ARENA. No início da década de 90, o presidente do Banco Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira, tornou-se senador pelo PTB. Henrique Meirelles, que foi presidente do Bank Boston na década de 90, chegou a ser eleito deputado federal pelo PSDB em 2002. No entanto, deixou o parlamento para assumir a presidência do Banco Central entre 2003 e 2011. O deputado federal

¹²⁹ Fonte: DIAP - <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/24549-levantamento-preliminar-do-diap-indica-aumento-da-bancada-ruralista>

Índio da Costa do PSD, membro da família que controlava o banco Cruzeiro do Sul antes de sua falência, chegou a ser candidato a vice-presidente do país na chapa de José Serra em 2010. Mais recentemente, Neca Setúbal, do Itaú-Unibanco, dedicou-se a construir a REDE ao lado de Marina Silva, enquanto o ex-tesoureiro do Itaú, João Amoedo, fundou e presidiu o Partido Novo. Mas essa decisão partidária pessoal sempre esteve bem afastada da organização da sociedade civil. Kasahara (2011: 209-210) sugere que esse desinteresse pelo legislativo, ou, em nossas palavras, pela via partidária, pode estar associado ao fato de a estrutura institucional de regulação do sistema financeiro ser “marcada pela preponderância de órgãos e agências ligadas ao Executivo, como o Conselho Monetário Nacional (CMN), o BACEN e a CVM”. Talvez por isso o capital financeiro tenha passado por cima dos partidos ao indicar nomes para a ocupação dos mais altos cargos do setor econômico estatal. Foi assim que Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco e da CNF, indicou o economista Joaquim Levy para ocupar o cargo de ministro da fazenda no segundo mandato de Dilma Rousseff, ou que Ilan Goldfajn foi alçado à presidência do Banco Central vindo diretamente do Itaú Unibanco durante o governo de Michel Temer.

Apresentado esse cenário, algumas considerações merecem ser feitas. Ocorre com os sindicatos patronais uma relação sociológica entre a base social e os partidos políticos um pouco diferente da que vimos nos sindicatos de trabalhadores. Se entre os trabalhadores sindicalizados podemos encontrar certo partidarismo mais orgânico, que permeia toda a base sindical, entre os industriais a situação não é a mesma. É bem verdade que a filiação dos líderes patronais está circunscrita aos partidos do centro e da direita do espectro político – PTB, PSD, PMDB, PSDB, DEM – o que já demonstra algum grau de identificação programática. Mas isso não quer dizer que esses partidos tenham influência suficiente a ponto de garantir que a rede patronal tenha capilaridade. Se na CUT quase todos são petistas, desde a direção nacional até os sindicatos da base, na CNI não é possível inferir que todo o seu corpo dirigente seja filiado ao PTB, apenas com base nas filiações dos ex-presidentes Fernando Bezerra e Armando Monteiro. Ainda que respeitem alguma coerência ideológica, as filiações são, portanto, pontuais.

Há, claro, situações que contradizem até mesmo a coerência programática. Isso fica nítido quando recolhemos o exemplo do presidente da FIESP, Paulo Skaf,

um dos maiores representantes do capitalismo brasileiro. Em 2009, Skaf se filiou ao Partido Socialista Brasileiro, o PSB, movimento que escancarou as portas para a crítica ao sistema partidário brasileiro. Afinal de contas, como poderia alguém tão identificado com o capitalismo estar filiado em um partido dito socialista? Seu objetivo pragmático era ter uma legenda para disputar o governo de São Paulo em 2010. Na ocasião, a deputada federal do PSB, Luiza Erundina, quadro histórico da esquerda brasileira, questionou a filiação: "Não posso entender que um partido que se diz socialista tenha na cabeça de chapa em São Paulo a expressão máxima do capitalismo, que é o presidente da Fiesp. [Eu] Disse para ele [Skaf] que está no partido errado", disse Erundina¹³⁰. A filiação, claro, não durou muito tempo e Skaf se transferiu para o PMDB em 2011, partido pelo qual disputou o governo de São Paulo em 2014, tendo alcançado o segundo lugar na disputa. Não obstante esse episódio pontual, o fato é que a regra geral é assistirmos às filiações desses representantes do patronato brasileiro em partidos do centro e da direita do espectro político. Esse achado corrobora as pesquisas de Nunes *et al* (2014) sobre o perfil dos parlamentares empresários no Senado, entre 1986 e 2010, e de Rodrigues (2002) sobre os empresários na Câmara dos Deputados. Essas pesquisas verificaram que os empresários eleitos para o Congresso Nacional o foram através de partidos do centro ou da direita do espectro político. O que fizemos aqui foi inverter a investigação: em vez de olharmos para os empresários presentes no Congresso, redirecionamos nossa pesquisa para o *locus* privilegiado de atuação política deles: os sindicatos patronais. E o que descobrimos foi, de fato, a filiação partidária desses empresários no centro e na direita do espectro político. Os dirigentes patronais se identificam ideologicamente com esses partidos, mas não fazem questão alguma de criar qualquer organicidade partidária em seus sindicatos.

3.4

Partidos e o movimento campesino

O movimento campesino no Brasil é ainda mais peculiar que os demais setores aqui pesquisados. São duas as principais organizações desse setor: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, e a Confederação Nacional

¹³⁰ Diário do Grande ABC 19.09.2010.

dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG. O fato de o MST ser um movimento social enquanto a CONTAG é uma entidade sindical implica em formas distintas de observação. A CONTAG pode ser analisada a partir das filiações partidárias dos dirigentes das Federações dos Trabalhadores na Agricultura, FETAGs, e da própria CONTAG, enquanto no MST, a observação se dá sobre os seus militantes, visto não haver uma estrutura hierárquica bem definida. Não obstante, a importância nacional do MST no conflito agrário brasileiro, ainda que a senadora Katia Abreu afirme, de forma provocadora, que “a CNA não é contraponto ao MST, o contraponto ao MST é a Constituição que nos guia”¹³¹, optamos por não o escolher por uma razão metodológica: cabe à CONTAG a representação funcional dessa classe. Fundada em 1963 e reconhecida em 1964, durante o governo de João Goulart, a CONTAG reúne 4 mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, STTRs, e 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura, as FETAGs, compondo assim o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o MSTTR. Seu primeiro presidente foi o comunista Lyndolpho Silva, do PCB, o que demonstra que a relação da entidade com os partidos políticos da esquerda do espectro político é antiga (CUNHA, 2004). No período atual, as relações mantidas pela CONTAG com a CTB e a CUT indicam quais são as preferências partidárias desse movimento rural. Como já vimos anteriormente, a CUT e a CTB mantêm proximidades orgânicas com PT, PCdoB e PSB respectivamente. O documento que serviu de base para as discussões do 11º. Congresso Nacional da CONTAG em 2013 explicita bem essa relação.

Mesmo a CONTAG não estando filiada a nenhuma central, a ampla filiação de federações e STTR à CUT e à CTB faz com que existam relações entre os projetos políticos e a ação sindical destas centrais com o MSTTR. Estas relações são afirmadas, também, pela participação de dirigentes da CONTAG na direção das duas centrais. (...) Reafirma-se o papel estratégico da relação política das entidades do MSTTR com a CUT e a CTB que são as centrais sindicais que reconhecem e lutam por um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário para o país¹³².

O PT é o partido que tem ocupado maior espaço na CONTAG. O principal representante do partido e da CUT foi o pernambucano Manoel Santos, que presidiu

¹³¹ Entrevista com Katia Abreu. Folha de São Paulo. 10 de novembro de 2010.

¹³² CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Documento base do 11º. Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*. Brasília: CONTAG, 4 a 8 de março de 2013.

a entidade entre 1998 e 2009. Antes disso Santos tinha sido presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Pernambuco, a FETAPE, entre 1993 e 1998. Após sair da vida sindical foi eleito deputado estadual pelo PT de Pernambuco. Também de Pernambuco é o petista Aristides Santos, que foi Secretário Nacional de Finanças e Administração da CONTAG, nas gestões 2009-2013 e 2013-2017. Aristides Santos foi também o presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Pernambuco, a FETAPE, entre 2002 e 2010. Sua trajetória foi, portanto, bem parecida com a de Manoel Santos. Na vice-presidência da entidade nacional, na gestão 2013-2017, esteve o petista Willian Clementino da Silva Matias. William foi também presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins, a FETAET. Outro petista na direção nacional da CONTAG é o Secretário de Formação e Organização Sindical nas gestões 2009-2013 e 2013-2017, Juraci Souto, que na década de 90 foi presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, a FETAEMG. A petista Alessandra Lunas foi a Secretária de Mulheres da direção nacional da CONTAG na gestão 2013-2017. Entre 2002 e 2005, Alessandra foi a presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, a FETAGRO, entidade filiada à CUT. Também foi presidente da FETAGRO, Lázaro Dobri, que em 2014 foi eleito deputado estadual de Rondônia pelo PT. Na Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais, na gestão 2013-2017, esteve o petista Elias D'Ângelo Borges, que também foi presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, a FETAEG. Completa esse time de petistas, nas gestões 2009-2013 e 2013-2017 da CONTAG, o Secretário de Políticas Sociais, José Wilson de Sousa Gonçalves. De 2001 a 2009, José Wilson esteve na Secretaria de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará, a FETRAECE, filiada à CUT. Na FETRAECE, o presidente entre 2005 e 2013 foi Moises Braz, que em 2014 foi eleito deputado estadual no Ceará pelo PT.

O baiano David Wylkerson, que já foi vice-presidente da CTB, secretário-geral da CONTAG entre 2009 e 2013 e secretário de política agrícola da CONTAG entre 2013 e 2017, é um dos nomes que expressam a também profunda relação da entidade com o PCdoB. Em 2010, Wylkerson foi candidato a deputado estadual pelo partido comunista na Bahia. A capilaridade do PCdoB nessa rede sindical

alcança as federações estaduais sendo a Bahia o principal exemplo. Nesse estado o partido vem dirigindo a federação sindical desde 1995. Entre 1995 e 2006 o presidente da FETAG-BA foi Edson Pimenta. Pimenta foi eleito deputado estadual pelo PCdoB em 2002, reeleito em 2006 e eleito deputado federal em 2010. Em 2011 mudou de partido, transferindo-se para o PSD. Essa desfiliação gerou inclusive uma nota de repúdio da FETAG-BA, o que comprova a relação de proximidade da federação com o PCdoB. “Lamenta esta Diretoria que o deputado tenha se distanciado ideologicamente das nossas fileiras; no entanto, reafirma, que forte, renovada e de luta, a Fetag Bahia seguirá seu projeto de classe, lutando para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e da trabalhadora rural”, diz a nota publicada pela federação¹³³. Desde 2010 o presidente da FETAG-BA é Claudio Bastos, membro da direção estadual do partido comunista e seu vice é o já citado Wylkerson. Outro nome do PCdoB na direção nacional da CONTAG é a Secretária de Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade, Lucia Moura. Entre 2008 e 2016, Lucia foi presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe, a FETASE, entidade filiada à CTB. No Piauí a presidência da federação também está nas mãos de uma comunista. Filiada ao PCdoB desde 1994, Elisângela Maria dos Santos Moura foi eleita presidenta da FETAG-PI em 2014, na primeira vez em que uma mulher presidiu a entidade. Estado importante no plano político, o Rio de Janeiro não é exatamente o mais relevante na rede das federações de agricultores. A FETAG-RJ, filiada à CTB, é presidida por Oto Santos, militante do PCdoB.

O PSB é outro partido da CTB que influencia a rede da CONTAG. Filiada à CTB no Rio Grande do Sul, a FETAG está sob a hegemonia do PSB tendo contribuído decisivamente para a eleição de alguns parlamentares no estado. De 1995 a 2003, o presidente da FETAG-RS foi Heitor Schuch, eleito em 2014 deputado federal pelo PSB. Schuch foi substituído por Ezídio Pinheiro, que presidiu a federação entre 2003 e 2007. Ezídio foi deputado federal pelo PSB entre 2001 e 2003. De 2007 a 2014 foi a vez de Elton Weber presidir a entidade. Também do PSB, Weber foi eleito deputado estadual em 2014. Desde 2014, o presidente é Carlos Joel, que já foi vereador de Cachoeira do Sul pelo PMDB entre 2000 e 2004.

¹³³ Nota oficial da Diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia. Salvador, 24 de novembro de 2011.

Também filiado ao PSB é o presidente da FETAE-MG, Vilson Luiz da Silva. Em Minas, Vilson foi candidato a deputado estadual em 2006 e candidato a deputado federal em 2014. Corrobora com nossa hipótese acerca da importância da vida partidária nessas associações a informação encontrada no *site* da própria federação mineira onde lemos que a “decisão de concorrer às eleições como deputado federal foi tomada em conjunto com o Conselho de Representantes da Fetaemg, que viu a necessidade de ter um representante da categoria na Câmara dos Deputados”¹³⁴. Em Santa Catarina, a influência do PSB no movimento sindical rural passou a se consolidar após a filiação, em 2012, do assessor de planejamento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, a FETAESC, Irineu Berezanski. Irineu foi candidato a deputado estadual pelo PSB em 2014, mas não se elegeu. Junto com Irineu, aproximou-se do partido todo o grupo majoritário da entidade, inclusive o presidente José Walter Dresch. A fala do Secretário Nacional Sindical do PSB, Joílson Cardoso, reflete bem a importância da atuação no sindicalismo rural para o crescimento partidário: “A entrada desses companheiros e outros que se incorporarão em seguida cria uma grande expectativa para o crescimento tanto da SSB quanto do PSB, firmando nossa atuação em Minas Gerais e agilizando a estruturação do partido em Santa Catarina”¹³⁵.

A CONTAG e sua rede de federações estaduais não só mantêm uma relação estreita com os partidos, como também acompanha e orienta candidaturas representativas dos trabalhadores agrícolas nas eleições. Logo após as eleições municipais de 2016, por exemplo, a entidade comemorou um expressivo resultado eleitoral alcançado: foram eleitos 364 vereadores, 27 prefeitos e 47 vices indicados pelas federações. Embora esses candidatos eleitos sejam filiados a quase 30 partidos diferentes, a maior parte deles é de comunistas e petistas, o que ratifica o partidarismo identificado até aqui. A respeito desse interessante acompanhamento, vale a pena conferir as palavras da secretária geral da CONTAG, Dorenice Flor da Cruz, no Jornal da CONTAG: “A partir desse resultado nas eleições municipais, pudemos perceber o amadurecimento e um interesse maior do movimento sindical pela política partidária que é de fundamental importância para mudarmos a

¹³⁴ <http://www.fetaemg.org.br/noticias/vilson-luiz-licencia-se-da-presidencia-da-fetaemg>

¹³⁵ SSB comemora crescimento do movimento sindical do PSB em 2012. 20/12/2012. Acesso em http://www.psb40.org.br/not_det.asp?det=3285

realidade do meio rural brasileiro”¹³⁶. O editorial escrito pelo presidente da entidade, Alberto Broch, no mesmo Jornal da CONTAG, é ainda mais claro quanto à importância da vida partidária e eleitoral para os rumos da confederação:

Dentro dessa lógica, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) tem a estratégia política de apostar nos pleitos eleitorais, elegendo os representantes da agricultura familiar. (...) Precisamos avançar na Câmara dos Deputados, no Senado, nas Assembleias Legislativas e nos governos estaduais, espaços com perfil bem conservador e com resistência à pauta da agricultura familiar. Conseguimos eleger uma quantidade considerável de prefeitos (as), vice-prefeitos (as) e vereadores (as) orgânicos e comprometidos com o MSTTR e com o nosso projeto político.

Em síntese, como vimos, no sindicalismo rural há uma participação efetiva de alguns partidos políticos, quais sejam, PT, PCdoB e PSB, o que se reflete na filiação partidárias dos dirigentes nacionais da CONTAG e dos presidentes das federações estaduais. Manter a hegemonia em determinada federação estadual pode significar um considerável rebatimento eleitoral, permitindo a eleição de candidatos representativos do campesinato. Por óbvio, os interesses são de mão dupla. Por um lado, o movimento sindical rural utiliza dos partidos para ocupar posições no Estado e assim implementar suas agendas; por outro, os partidos se empenham em influenciar essas federações com o objetivo de ampliar seu eleitorado.

3.5

Partidos e o movimento estudantil

Quem já acompanhou, ainda que de longe, uma disputa de movimento estudantil sabe muito bem o quão próximos estão os partidos desse tipo de ação coletiva. Seja na disputa do grêmio na escola, seja no acalorado debate universitário dentro de um centro acadêmico, lá estão os partidários de alguma legenda prontos para apresentar suas palavras de ordem. “O petróleo é nosso”, “Abaixo a ditadura”, “Diretas já”, “Fora Collor”, “Fora FMI”, “Pré-sal para a educação” são alguns dos dizeres que foram escritos pelos estudantes ao longo da história nos muros das cidades brasileiras¹³⁷.

¹³⁶ Jornal da CONTAG, ano XII, número 139, outubro de 2016.

¹³⁷ Poerner (2004: 248), mostra como nem sempre essas frases foram bem recebidas pelo aparato policial: “(...) chegaram três carros da DOPS, cada um deles com quatro policiais, que prenderam

A tradicional rede do movimento estudantil é formada por três grandes entidades nacionais: a União Nacional dos Estudantes, a UNE; a União Brasileira de Estudantes Secundaristas, a UBES; e a Associação Nacional de Pós-Graduandos, a ANPG. Com algumas diferenças, essas organizações possuem ramificações que transitam pelo âmbito nacional, estadual, municipal e local. Em praticamente todos os elos dessa complexa rede há chapas que disputam cargos de direção e que são relacionadas com algum partido. Para demonstrar como tem se dado essa influência, podemos olhar para o núcleo dirigente dessas entidades. Como a dinâmica eleitoral se dá através de voto proporcional, é razoável supor que os três principais cargos, quais sejam, presidente, vice e secretário geral, indicam quais foram os partidos mais presentes no movimento estudantil em cada gestão.

Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes é uma das mais tradicionais organizações da sociedade civil brasileira. De acordo com a Lei 7395/1985, editada pelo presidente José Sarney durante o processo de redemocratização, a UNE é responsável pelo monopólio da representação dos estudantes universitários matriculados no país. Trata-se de uma enorme base de representados, que alcança cerca de 7,5 milhões de estudantes¹³⁸. Essa rede de representação que tem a UNE em seu ápice é formada ainda pelas Uniões Estaduais dos Estudantes, as UEEs, pelos Diretórios Centrais dos Estudantes, os DCEs, e os Centros Acadêmicos, os CAs¹³⁹.

O já clássico estudo de Poerner (2004) sugere que em seus 80 anos de história, a UNE tenha passado por pelo menos três momentos de hegemonia político-partidária. Primeiro, nas décadas de 40 e 50, entre o PSB e a UDN. Depois, na década de 60, com a Ação Popular. Por fim, após a reorganização de 1979, com a longa hegemonia do PCdoB. Na tabela abaixo buscamos sistematizar as filiações partidárias dos presidentes da UNE desde a fundação até 2015.

os estudantes Mario Fagundes (da Medicina) e Amaro Hertz Bittencourt (da Odontologia), surpreendidos quando escreviam, na calçada, a frase ‘Viva a liberdade’”.

¹³⁸ Censo da Educação Superior 2013.

¹³⁹ Lei 7395/1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17395.htm

Tabela 7: Filiação partidária dos presidentes da UNE (1938-2015)

Gestão	Presidente	Partido	Gestão	Presidente	Partido
1938	Valdir Ramos Borges		1967	Luís Travassos	AP
1939	Trajan Pupo Neto		1969	Jean Marc Von der Weid	AP
1940	Luís Pinheiro Paes Leme		1971	Honestino Guimarães	AP
1941	Hélio de Almeida		1979	Rui César Costa Silva	PCdoB
1943	Hélio Mota		1980	Aldo Rebelo	PCdoB
1945	Ernesto Bagdocimo	UDN	1981	Javier Alfaya	PCdoB
1946	José Coutinho Nogueira	UDN	1982	Clara Araújo	PCdoB
1947	Roberto Gusmão	PSB	1983	Acildon de Mattos Pae	PCdoB
1948	Genival Barbosa Guimarães	PSB	1984	Renildo Calheiros	PCdoB
1949	Rogê Ferreira	PSB	1986	Gisela Mendonça	PCdoB
1950	José Frejat	PSB	1987	Valmir Santos	PT
1950	Olavo Jardim Campos	UDN	1988	Juliano Coberllini	PT
1952	Luis Carlos Goelver	UDN	1989	Claudio Langone	PT
1953	João Pessoa de Albuquerque	UDN	1991	Patricia de Angelis	PCdoB
1954	Augusto Cunha Neto	UDN	1992	Lindberg Farias	PCdoB
1955	Carlos Veloso de Oliveira	UDN	1993	Fernando Gusmão	PCdoB
1956	José Batista de Oliveira Jr		1995	Orlando Silva Junior	PCdoB
1957	Marcos Heusi		1997	Ricardo Garcia Cappelli	PCdoB
1958	Raimundo do Eirado Silva		1999	Wadson Ribeiro	PCdoB
1959	João Manuel Conrado Ribeiro		2001	Felipe Maia	PCdoB
1960	Oliveiros Guanais		2003	Gustavo Lemos Petta	PCdoB
1961	Aldo Arantes	AP	2007	Lúcia Stumpf	PCdoB
1962	Marcos Vinícius Caldeira Brant	AP	2009	Augusto Chagas	PCdoB
1963	José Serra	AP	2011	Daniel Iliescu	PCdoB
1965	Antônio Xavier/Altino Dantas	AP	2013	Virginia Barros	PCdoB
1966	José Luís Guedes	AP	2015	Carina Vitral	PCdoB

A hegemonia do PCdoB na UNE iniciada em 1979 pode ser constatada na observação dessa lista. Dos vinte e três nomes desse período, vinte foram eleitos pelo PCdoB e somente três pelo PT. Desses vinte comunistas que foram eleitos presidentes da UNE desde 1979, onze disputaram eleições pelo PCdoB, e oito foram eleitos como o senador Lindbergh Farias, os deputados federais Aldo Rebelo, Orlando Silva, Wadson Ribeiro, Gustavo Petta e Renildo Calheiros e os deputados estaduais Javier Alfaya e Fernando Gusmão. De todos esses nomes, apenas dois saíram do partido posteriormente: Lindbergh passou pelo PSTU antes de finalmente se filiar ao PT e Fernando Gusmão passou pelo PT e pelo PRB. O ano de 1979 é fundamental para a história da UNE, pois foi quando se deu a reorganização da entidade que havia sido fechada pela ditadura militar com a morte do estudante

Honestino Guimarães em 1973. No entanto, há no cenário partidário contemporâneo outros nomes de presidentes da UNE que vieram do período anterior ao de 79. É o caso de José Serra, importante liderança do PSDB, e Aldo Arantes, quadro do Comitê Central do PCdoB, ambos deputados constituintes.

Para além do PCdoB, a presença do PT na UNE é também muito relevante. Na maior parte dos últimos congressos, o PT vem conquistando cargos na direção da entidade, como a importante vice-presidência. É o caso de Moara Saboia e Felipe Malhão, respectivamente vice-presidenta e diretor de movimentos sociais na gestão 2015-2017. No caso, os dois fazem parte da Democracia Socialista, DS, corrente interna do PT. Aliás, a DS é a corrente interna petista que maior espaço vem ocupando no movimento universitário nos últimos anos. Para além de Moara, foram eleitos vice-presidentes da UNE pela DS os cariocas Mitã Chalfun, entre 2013 e 2015, Clarissa Alves, entre 2011 e 2013, e Josué Medeiros, entre 2005 e 2007. Essa aliança entre o PCdoB e o PT na UNE tem sido duradoura e entre 2005 e 2017 fez parte, de fato, da estratégia do PT em geral, e da DS em particular, como atesta esse importante documento publicado em 2009.

A partir do balanço das políticas apresentadas pela UNE no último período e da perspectiva de construção futura, a JPT [Juventude do PT], no próximo Congresso da UNE, precisa fortalecer o campo democrático e popular (PT, PCdoB, PSB), já que essa unidade, num plano mais geral, acumula força para a construção de um projeto democrático e socialista para o Brasil¹⁴⁰.

Ainda deve ser considerada a forte participação do PPL no movimento estudantil, que elegeu para o terceiro posto mais alto da diretoria, a secretaria geral, os irmãos Ubiratan Cassano, em 2007, e Iara Cassano, em 2013, além de Michelle Bressan, em 2011 e Pedro Campos em 2005¹⁴¹. Outros partidos com participação efetiva nos congressos da UNE são o PSB, o PDT, o PMDB, o PSOL e o PCR. Partidos como PSDB ou DEM disputam de forma muito minoritária e pontual essa rede. Um exemplo é o vereador de Pindamonhangaba-SP, Rafael Goffi, diretor da UNE pelo PSDB, entre 2009 e 2011.

¹⁴⁰ Unidade da esquerda na UNE. 06.04.2009. Documento redigido por Rafael Chagas, então diretor da UNE pela DS e Joaquim Soriano, da executiva nacional do PT.

¹⁴¹ O PPL foi fundado em 2009, a partir do antigo MR8 que estava até então organizado dentro do PMDB. Logo, Pedro Campos e Ubiratan Cassano foram eleitos para a secretaria geral da UNE pelo antigo MR8.

Quando analisamos as ramificações estaduais, também encontramos um forte grau de partidarismo com hegemonia comunista. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais espelham bem isso. No caso da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro, a UEE-RJ, desde sua reorganização, em 1995, todos os presidentes eleitos vieram do PCdoB¹⁴². Na UEE-MG, o mesmo ocorreu desde sua reconstrução em 1999¹⁴³. Já na UEE-SP, pelo menos desde 2001 todos os seus presidentes vieram do PCdoB¹⁴⁴. Esses Congressos das UEEs funcionam da mesma forma que o da UNE, ou seja, com delegados que foram eleitos nas universidades. Esses delegados formam chapas que, após a eleição, ocupam cargos na direção de forma proporcional à quantidade de votos que obtiveram. Somente se ajustarmos a lupa analítica para a base do movimento estudantil, ou seja, para DCEs e CAs, é que veremos uma maior diversidade partidária. Um bom exemplo é o DCE da PUC-Rio que teve presidentes da direita do espectro político, como o então presidente da juventude do PSDB, em 2001, Pedro Trengrouse; o vereador eleito pelo PP, em 2012, Marcelo Queiroz; e Pedro Duarte, candidato pelo PSDB à Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2016. Fenômeno semelhante ocorreu na PUC de Belo Horizonte, onde estudantes ligados ao PSDB também passaram a dirigir o DCE a partir de 2009.

Mas por que essa hegemonia tão duradoura é possível? Três razões parecem ser as mais plausíveis. Em primeiro lugar, a hegemonia do PCdoB no movimento estudantil faz parte de uma estratégia política bem definida e amplamente reconhecida pelo partido, que admite nunca ter conseguido no movimento sindical o que construiu no movimento estudantil. É o que podemos ler em um importante documento da secretaria de organização do partido, publicado em 2010:

¹⁴² Os presidentes da UEE-RJ desde 1995, foram: Ricardo Cappelli, eleito em 1995; Fabiana Pinto, em 1997; Emerson Carvalho, em 1999; Alan Frick, em 2002; Alexandre Costa, em 2004; Rodrigo Lua, em 2005; Daniel Iliescu, em 2007; Flávia Calé, em 2009; Igor Mayworm, em 2011; Tayná Paolino, em 2013; e Leonardo Guimarães, em 2015. Dois deles, Cappelli e Iliescu, tornaram-se posteriormente presidentes da UNE.

¹⁴³ A reconstrução da UEE-MG ocorreu no 37º. Congresso da entidade em 1999. Na ocasião foi eleito presidente Fernando Máximo. Os presidentes seguintes foram: Ramon Fonseca, em 2002; Luana Bonone em 2004; Diogo Santos em 2007; Luiza Lafetá, em 2009; Rafael Leal, em 2011; Paulo Sergio de Oliveira, em 2013; e Luanna Ramalho, em 2015.

¹⁴⁴ Gustavo Petta foi eleito presidente da UEE-SP, em 2001, sua irmã Renata Petta, em 2003; Augusto Chagas, em 2005, e reeleito em 2007; Carlos Eduardo, em 2009; Alexandre Chernov, em 2011; Carina Vitral, em 2013; e Flavia Oliveira, em 2015. Gustavo, Augusto e Carina também foram eleitos presidentes da UNE, sendo Gustavo o primeiro reeleito na história da entidade nacional.

A central sindical poderá nos dar outro alcance na busca de quadros. Nós nunca testamos, provamos - formamos, experimentamos como protagonistas, lideranças de trabalhadores em um trabalho nacional. Sempre ficamos na sombra. Este caminho pode nos dar um novo criadouro de quadros, como o é hoje a UNE e todo sistema do movimento estudantil¹⁴⁵.

Dentre as outras forças da esquerda do espectro político que atuam de forma nacional e articulada no movimento estudantil, o PT é certamente a mais forte. No entanto, as suas correntes internas atuam separadamente na UNE, muitas vezes disputando bases umas contra as outras. Esse é o principal empecilho para que o PT atue como aglutinador de outros partidos em torno de uma aliança pela disputa da presidência da UNE. Destarte, quem funciona como esse ator protagonista na conformação das alianças da esquerda é o PCdoB. Já nas forças políticas da direita do espectro político não há uma atuação de forma articulada nacionalmente. Eles dependem que alguma liderança de base seja, por ventura, filiada aos seus partidos.

Na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas a hegemonia do PCdoB é ainda mais explícita. De 1983 até 2017, todos os presidentes da UBES foram eleitos pelo PCdoB, conforme a tabela abaixo. Fundada em 1948, a UBES é a entidade que representa os cerca de 40 milhões de estudantes de ensino fundamental, médio e técnico no Brasil¹⁴⁶. Esses estudantes se organizam em grêmios nas escolas, em associações municipais e estaduais e, finalmente, na UBES. Em seu 41º. Congresso, realizado em 2015, votaram na Plenária Final 2.909 delegados, que foram eleitos representantes de suas escolas e passaram por etapas estaduais.

¹⁴⁵ Política nacional de organização 2010-2013: a construção partidária no nível atual das exigências. Acesso em: http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=75&id_secao=145

¹⁴⁶ MEC 2016.

Tabela 8: Filiação Partidária dos Presidentes da UBES (1981-2017)

Gestão	Presidente	Partido	Gestão	Presidente	Partido
1981-83	Sérgio Amadeu		1997-99	Juana Nunes	PCdoB
1983-84	Apolinário Rebelo	PCdoB	1999-01	Carla Santos	PCdoB
1984-85	Delcimar Pires	PCdoB	2001-03	Igor Bruno Freitas	PCdoB
1985-86	Selma Baçal	PCdoB	2003-05	Marcelo Gavião	PCdoB
1986-87	Rovilson Brito	PCdoB	2005-07	Thiago Franco	PCdoB
1987-88	Altair Lebre	PCdoB	2007-09	Ismael Cardoso	PCdoB
1988-90	Manoel Rangel	PCdoB	2009-11	Yann Evanovick	PCdoB
1990-92	Leila Márcia	PCdoB	2011-13	Manuela Braga	PCdoB
1992-93	Mauro Panzera	PCdoB	2013-15	Bárbara Melo	PCdoB
1993-95	Joel Benin	PCdoB	2015-17	Camila Lanes	PCdoB
1995-97	Kerison Lopes	PCdoB			

Quando analisamos a ANPG, observamos aproximações e distanciamentos em relação àquilo que foi visto na UNE. Fundada em 1986, a ANPG não só possui uma história de vida mais recente que a da UNE, como uma abrangência social bem menor: em 2015, havia cerca de 250 mil pós-graduandos matriculados¹⁴⁷. Dos seus vinte e três presidentes eleitos entre 1986 e 2016, apenas a partir de Luciano Rezende em 2002 que pôde ser observado um forte grau de partidarismo na entidade. Filiado ao PCdoB e ex-diretor da UNE, Luciano trouxe sua experiência anterior para a entidade dos pós-graduandos e desde então todos os presidentes eleitos foram filiados ao PCdoB: Luciano de 2002 a 2005; Elisa Borges, de 2005 a 2006; Luiza Rangel, de 2006 a 2008; Hugo Valadares, de 2008 a 2010; Elisângela Lizardo, de 2010 a 2012; Luana Bonone, de 2012 a 2014; e Tamara Naiz, de 2014 a 2018. Além do PCdoB, não há muitos outros partidos que disputem a entidade. O PT participa, mas ainda que apresente divergências pontuais de condução, tem coligado com as chapas lideradas pelos comunistas. Esse partidarismo mais orgânico na entidade coincide com a chegada ao poder do governo Lula em 2003. Luciano Rezende explica o que significou aquele momento:

Sentimos que era necessário relançar a ANPG e o movimento nacional de pós-graduandos, principalmente naquele novo cenário de governo Lula. Uma das primeiras ações minhas como presidente foi participar da visita do ministro da educação, Cristovam Buarque, à sede da UNE. Foi o primeiro ato do ministro após

¹⁴⁷ GeoCapes – Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/#>

assumir o cargo, um gesto eivado de grande simbolismo. Era preciso projetar a ANPG. E de fato aquela foi a primeira de tantas outras atividades que contribuíram por dar maior visibilidade à entidade e, conseqüentemente, às suas reivindicações¹⁴⁸.

Com efeito, foi somente a partir da gestão de Luciano Rezende, em consequência de uma participação mais organizada do PCdoB no movimento nacional de pós-graduandos, que a ANPG obteve um maior reconhecimento institucional e assumiu cadeiras no Conselho Nacional de Saúde, no Conselho Nacional de Juventude, no Conselho Superior e Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da CAPES e no Conselho Deliberativo do CNPq. Sua base social também cresceu permanentemente desde então. Se no 15º. Congresso Nacional de Pós-Graduandos, realizado no ano 2000, foram 70 delegados votantes, no 19º CNPG, em 2005, participaram 117 delegados e no 25º. CNPG, em 2016, passaram a ser 229 delegados credenciados¹⁴⁹.

Como vimos, o partidarismo na rede do movimento estudantil tem sido hegemonizado nas últimas décadas pelo PCdoB, mas também com forte presença do PT. Claro, essa hegemonia partidária se depara com a resistência de alguns. O reitor da USP, João Grandino Rodas, é um exemplo.

No meu entender, a militância política com relação aos DCEs e centros acadêmicos é importante e deveria levar em conta a política universitária. Não é construtivo para a USP uma política estudantil que grave em torno de partidos da política nacional ou, pior, que seja financiada e dominada por eles¹⁵⁰.

Essa resistência vai além de meras críticas. Em 28 de abril de 2016, o deputado Pastor Marco Feliciano, do PSC de São Paulo, apresentou na Câmara dos Deputados um pedido de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a UNE. O objeto da CPI seria a aplicação dos R\$ 44,6 milhões recebidos pela UNE a título de indenização da União Federal pelos danos sofridos na ditadura militar quando sua sede na Praia do Flamengo, 132, foi incendiada.¹⁵¹ Feliciano, que é uma liderança da bancada evangélica, reconhecida por suas posições

¹⁴⁸ Publicação comemorativa dos 25 anos da ANPG. 2012.

¹⁴⁹ 25º CNPG: Tamara Naiz é reeleita presidenta da ANPG. 12. 06.2016. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/?p=12184>

¹⁵⁰ *Folha de S. Paulo*, 13/11/2011.

¹⁵¹ Câmara dos Deputados. 28.04.2016. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E2DCBE00EFD3D1D8A41A20A3BFCAB27B.proposicoesWebExterno1?codteor=1453188&filename=RCP+22/2016

conservadoras, deixou claro seu incômodo: “Não estamos afrontando para destruir a UNE. Não é perseguição política. Quem tem sofrido perseguição são os parlamentares. A UNE é comandada por um partido político, é um puxadinho da esquerda. A UNE tem que ser apartidária”¹⁵². Um tom semelhante foi adotado pelo ministro da educação do governo Michel Temer, Mendonça Filho, ao criticar as ocupações de escolas e universidades que a rede do movimento estudantil promoveu ao longo de 2016 contra cortes nas políticas públicas educacionais. Filiado ao DEM, Mendonça Filho criticou a relação das entidades com os partidos e afirmou que poderia entrar na justiça contra elas: “Lamento o uso político de partidos políticos ligados ao PT, PSOL, PCdoB, com seus braços sindicais e organizações estudantis tipo UNE e UBES, que se utilizam desse tipo de situação para gerar ainda mais conflito dentro de um ambiente que exige um mínimo de cautela”¹⁵³. Soma-se a essa resistência ao partidarismo uma tese equivocada de que a participação substantiva dos partidos políticos seria uma das causas de uma possível desmobilização do movimento. Brandão (2004) afirma, por exemplo, que o movimento estudantil passa por “um difícil momento devido ao distanciamento dos estudantes e à presença de bandeiras partidárias que imperam dentro das entidades”. Ora, como falar em “desmobilização do movimento”, quando no 54º Congresso da UNE realizado em 2015 participaram do processo eleitoral mais de 2 milhões de estudantes que elegeram quase 7 mil delegados em todos os 26 estados do país? ¹⁵⁴ A experiência da ANPG, que passou a ser reconhecida social e institucionalmente somente após a entrada da atuação organizada de um partido político, também desmente essa tese. Pelo contrário, nosso achado respalda as teses de Albuquerque (1977), Foracchi (1965) e Paiva (2013), para quem o movimento estudantil é tanto mais organizado quanto maior for a participação dos partidos políticos em seu seio.

¹⁵² Marco Feliciano afirma ter assinaturas para novo pedido de CPI da UNE. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-10-26/cpi-da-une.html>

¹⁵³ Estado de São Paulo. 03.11.2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mudanca-de-local-do-enem-custara-r-12-milhoes,10000086147>

¹⁵⁴ 54º Congresso da UNE tem quase 7 mil delegados eleitos. 22.05.2015. <http://www.une.org.br/noticias/54o-congresso-da-une-tem-quase-7-mil-delegados-eleitoeis/>

3.6

Partidos e movimentos identitários

Outro espaço onde alguns partidos atuam com certo protagonismo é naquelas organizações da sociedade civil que agendam temas identitários. De certo modo, esses temas identitários, como racismo e sexismo, que a literatura especializada convencionou como luta por reconhecimento, cresceu como a forma paradigmática do conflito político no final do século XX. (FRASER, 2001; HONNETH, 2003). Axel Honneth (2003, p. 257) definiu a política do reconhecimento da seguinte maneira: “trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento”. E alguns partidos acompanharam esse movimento.

A organização de movimentos que agendam temas sobre gênero é um desses casos. São duas as principais organizações que fazem parte desse movimento social no cenário nacional: a UBM e a MMM. Fundada em 6 de agosto de 1988 na Bahia, a União Brasileira de Mulheres – UBM – é a que possui a história de atuação mais longínqua. De acordo com seu estatuto, “a UBM é uma entidade que congrega mulheres para a luta pelos direitos e emancipação da mulher e pela igualdade nas relações sociais de gênero”.¹⁵⁵ Além de sua coordenadora nacional, Lucia Rincon, a maior parte de suas dirigentes são filiadas ao PCdoB. É o caso, por exemplo, de Liège Rocha, que faz parte do Comitê Central do PCdoB. Embora seja mais nova, tendo nascido no ano de 2000, a Marcha Mundial das Mulheres – MMM - é a organização feminista desse movimento social com maior capacidade de mobilização. A MMM tem entre suas principais lideranças mulheres filiadas ao PT, em particular na corrente interna do partido chamada Democracia Socialista. É o caso da feminista Nalu Faria, coordenadora nacional da MMM. Há aliás, uma interessante entrevista de Nalu Faria, em 2012, onde a militante feminista aborda essa questão das relações entre o movimento e os partidos:

¹⁵⁵ Disponível em: <http://ubmcarioca.blogspot.com.br/p/estatuto-da-ubm.html>

Quando uma pessoa opta em fazer parte de um governo, ela passa a fazer parte de uma gestão, por sua bagagem de conhecimento, por seu partido. E pode desenvolver muitas ações próximas das lutas do movimento das mulheres. Exemplo disso ocorre com os integrantes do PT, por exemplo. No momento em que assume um mandato, essa mulher irá desenvolver políticas coerentes com o seu discurso de quando era militante do movimento social dentro do partido. Mas entendemos que as companheiras feministas que neste momento fazem parte de um governo representam o governo e as forças que estão nele. No entanto, elas continuam tendo relação e podem fazer um diálogo com o movimento de mulheres (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012).

Ou seja, o movimento não só compreende como também fomenta a participação de suas militantes na vida política, na medida em que essa participação pode fortalecer a agenda do movimento com o desenvolvimento de políticas públicas.

Dentre as organizações da sociedade civil que debatem a questão da igualdade racial, a UNEGRO e o MNS estão entre as mais reconhecidas. A União de Negros pela Igualdade – UNEGRO – nasceu em 14 de julho de 1988 na Bahia e é considerada atualmente a organização com maior capacidade de mobilização no movimento negro. Seu presidente nacional, Edson França, é membro do Comitê Central do PCdoB, assim como muitos dos militantes da organização são filiados ao partido. Fundado em 13 de maio de 2006 o Movimento Negro Socialista – MNS – é provavelmente a menor e mais jovem organização desse movimento social. O MNS é ligado a uma corrente política chamada Esquerda Marxista, onde milita seu presidente nacional, José Carlos Miranda. A Esquerda Marxista atuou como uma corrente minoritária dentro do PT por muitos. Essa relação foi cortada em 2015 e em 2017 se incorporou ao PSOL. Aliás, em 2016 Miranda foi candidato pelo PSOL a vereador na cidade de São Paulo.

Importante ressaltar que muitos partidos mantêm secretarias ou fóruns internos que debatem essas questões identitárias. É o caso do Tucanafro, do PSDB, ou da Negritude Socialista Brasileira, do PSB¹⁵⁶. No entanto, como vimos, poucos são os que atuam em organizações da sociedade civil para além das estruturas partidárias.

¹⁵⁶ A Tucanafro envolveu-se em uma polêmica em 2014 quando a imprensa noticiou que uma de suas presidentes estaduais, Cândida de Magalhães, seria loira. A notícia obrigou o PSDB a emitir uma nota de esclarecimento onde diz que “entre todos nós, do Tucanafro, os brancos serão sempre bem-vindos, desde que compartilhem do mesmo sonho que nós: viver em um mundo que respeite as diferenças”. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/tucanafro/nota-de-esclarecimento-do-tucanafro-brasil/>

3.7

Partidos e clubes desportivos

“Futebol e política não se discutem”, diz o senso comum. Mas que se relacionam, ahh, se relacionam. As realizações no Brasil dos Jogos Pan-Americanos, em 2007; dos Jogos Mundiais Militares, em 2011; da Copa do Mundo, em 2014; e dos Jogos Olímpicos, em 2016, mostraram como entre o esporte e a política institucional há diversas aproximações, na maior parte das vezes mediadas pelas definições das políticas públicas setoriais. A criação do Ministério do Esporte em 1995 e, mormente, o incremento de suas ações e seus programas, a partir de 2003, despertaram o interesse dos partidos políticos sobre quem deveria gerir aquele orçamento. Essa é apenas uma forma de encarar o modo como política e esporte estão próximos. Mas há outras...

Em vez de olhar para cima, para as instituições, é possível e desejável também trazer a lupa analítica para o lado da sociedade civil. Os clubes desportivos são umas das mais tradicionais organizações da sociedade civil brasileira, muitos deles com mais de cem anos de existência. Uma observação do perfil dos presidentes dos dez clubes com maiores torcidas no Brasil¹⁵⁷ nos indica que seis deles são ou já foram filiados a algum partido político. O resultado é semelhante se o critério for os clubes com maior número de sócios-torcedores¹⁵⁸ - há apenas uma alteração na lista anterior com a entrada do Sport no lugar do Vasco da Gama. Essa amostra nos oferece sete clubes com dirigentes com filiações partidárias. É razoável supor, portanto, tratar-se de um fenômeno digno de nota.

O Rio de Janeiro traz exemplos interessantes. Um caso curioso é o do Club de Regatas Vasco da Gama. Apesar de possuir a quinta maior torcida brasileira, o clube não consta entre os dez com maior número de sócios-torcedores. Entre 2001 e 2016, o clube carioca teve apenas dois presidentes, Eurico Miranda e Roberto Dinamite, ambos com filiações partidárias e cargos eletivos. Conhecido por suas

¹⁵⁷ Pesquisas realizadas em 2014 por dois institutos de pesquisas diferentes, IBOPE e DataFolha, apontaram os seguintes clubes como detentores das maiores torcidas no Brasil: Flamengo, Corinthians, São Paulo, Palmeiras, Vasco, Grêmio, Cruzeiro, Santos, Internacional e Atlético Mineiro.

¹⁵⁸ FS Consulting 2016.

constantes polêmicas, Eurico foi deputado federal pelo PP por duas vezes, entre 1995 e 2002. Já Roberto Dinamite, ex-jogador e ídolo vascaíno, entrou para a vida partidária bem antes de se tornar dirigente do clube. Primeiro eleito vereador pelo PSDB em 1992 e depois deputado estadual pelo PMDB desde 2002. Poderíamos citar ainda o advogado Roberto Monteiro, ex-vereador pelo PCdoB entre 2008 e 2012. Filiado ao PT desde 2013, Monteiro disputou a presidência do clube em 2014, mas foi derrotado. O Clube de Regatas do Flamengo, arquirrival do clube cruzmaltino, teve nos últimos anos apenas um presidente com filiação partidária: a vereadora tucana entre 2000 e 2012, Patrícia Amorim. Ex-nadadora olímpica, Patrícia foi presidenta do Flamengo entre 2010 e 2012, mas a má gestão no clube lhe custou tanto a reeleição como presidenta quanto a vereança. Foi sucedida por Eduardo Bandeira de Mello, que embora não tivesse filiação partidária, teve dois vice-presidentes filiados ao PSDB: os vices de administração, Rafael Strauch, e de secretaria, Edmilson Varejão. Todavia, essas filiações são absolutamente inorgânicas. "Preenchemos a ficha para ajudar um amigo que participaria de um processo político dentro do PSDB. Inclusive, vamos nos desfiliar. Não somos candidatos e nem queremos que isso tenha relação com a política interna do clube", disse Strauch para um portal de notícias na internet¹⁵⁹. Embora não faça exatamente parte da direção do clube, a técnica de ginástica artística do Flamengo, Georgette Vidor, é outro nome com relevante vida partidária. Deputada estadual entre 2002 e 2006 e Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência na prefeitura do Rio de Janeiro entre 2011 e 2015, Vidor faz parte da executiva estadual do PPS. "É direito de qualquer pessoa se filiar a um partido político e não vejo problema nesta questão", diz o atual presidente do clube, Bandeira de Mello¹⁶⁰.

Em Minas Gerais os dois principais clubes desportivos também foram dirigidos nos últimos anos por políticos. O Atlético Mineiro foi presidido entre 2008 e 2014 pelo empresário Alexandre Kalil. Filiado ao PHS, Kalil foi eleito prefeito de Belo Horizonte em 2016 com uma forte narrativa contra a política tradicional e os partidos políticos. Em diversos discursos, Kalil expressou esse seu partidarismo inorgânico: "Eu não sou candidato de partido nenhum. Não coloquem partido no meu peito. Não coloquem estrela no meu peito"¹⁶¹. Curiosamente, Kalil disputou a

¹⁵⁹ Portal NetFla, 8 de julho de 2016.

¹⁶⁰ Id.

¹⁶¹ Brasil 247, 11 de outubro de 2016.

eleição contra um outro ídolo do Galo – como é conhecido o time -, o ex-goleiro João Leite, candidato pelo PSDB. No Cruzeiro Esporte Clube essa relação se deu através do seu ex-presidente Zezé Perrella. Perrella foi deputado federal pelo PFL entre 1999 e 2003, e deputado estadual pelo PSDB, entre 2006 e 2010. Em 2010 foi eleito pelo PDT como suplente do senador Itamar Franco, que faleceu no ano seguinte, abrindo as portas do senado para o dirigente do Cruzeiro. Em 2016, transferiu-se para o PTB. Perrella presidiu o clube entre 1995 e 2002 e entre 2009 e 2011. No intervalo entre 2003 e 2008 foi o seu irmão, Alvimar de Oliveira Costa, quem assumiu as rédeas do Cruzeiro. Aliás, os laços familiares são fortes na Toca da Raposa. O filho de Zezé, Gustavo Perrella, foi vice-presidente de futebol do clube e eleito deputado estadual pelo PDT em 2010. Em 2013, transferiu-se para o SDD, onde assumiu a vice-presidência do partido, e em 2016 foi convidado pelo presidente Michel Temer para assumir a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor no Ministério do Esporte.

Dos quatro grandes clubes de São Paulo, apenas em um deles essa relação foi identificada. O presidente do Sport Club Corinthians Paulista entre 2007 e 2011 foi o empresário André Sanchez. Amigo pessoal do ex-presidente Lula que, por sinal, também é corinthiano, Sanchez foi eleito deputado federal pelo PT em 2014.

No Rio Grande do Sul, mais particularmente no Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, é onde encontramos a maior identidade entre os presidentes do clube e seus partidos políticos. O advogado Paulo Odone, presidente do Grêmio por três mandatos, já foi filiado ao PMDB e atualmente é o presidente do PPS no Rio Grande do Sul. Em 1992, assumiu pela primeira vez um mandato na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Foi reeleito em 1994 e em 1998, quando conquistou a presidência da Assembleia. Em 2004, foi eleito vereador em Porto Alegre. Voltou à Assembleia em 2006, obtendo uma nova reeleição em 2010. Já Romildo Bolzan Jr foi presidente estadual do PDT entre 2007 e 2014 e renunciou ao cargo para assumir a presidência do clube no mandato 2015-2016. Ou seja, os dois presidentes do Grêmio são importantes dirigentes em seus partidos.

Conquanto não esteja entre as dez maiores torcidas no país, o Sport Club do Recife consta entre os dez que mantém o maior número de sócios torcedores. Entre seus principais dirigentes está o empresário Luciano Bivar que presidiu o clube por

seis mandatos desde 1989. Presidente nacional do PSL, Bivar foi deputado federal entre 1999 e 2003 e candidato à presidência da república em 2006.

Ainda que não esteja incluído em nossa amostra dos dez clubes com maiores torcidas ou maiores sócios torcedores por muito pouco, vale a pena mencionar o caso do Esporte Clube Bahia. Nos últimos trinta anos, quatro presidentes do clube tiveram filiações partidárias. O primeiro deles foi Paulo Maracajá, presidente do Bahia entre 1979 e 1994. Maracajá foi vereador em Salvador pela ARENA, entre 1977 e 1983, deputado estadual pelo PDS em 1983, e deputado federal pelo PTB nos períodos de 1987-1991 e 1991-1995. Entre 1997 e 2005, o Bahia foi presidido por Marcelo Guimarães, que foi eleito deputado estadual pelo PRN em 1991 e pelo PL de 1995 a 2007. Seu filho, Marcelinho, ou Marcelo Guimarães Filho, o sucedeu como presidente do clube entre 2008 e 2011. Marcelinho foi eleito deputado federal em 2002 e reeleito em 2006 pelo PFL. Em 2013 foi a vez do petista Fernando Schmidt assumir a direção do Bahia. Schmidt já havia sido vereador e secretário do governo na Bahia. Sobre essa relação entre o partido e o clube, Schmidt relativiza: “acho que política é política, futebol é futebol. Na hora que essas duas coisas se misturam, geralmente não terminam bem. Eu nunca misturei as coisas, nem quando trabalhei no setor privado”¹⁶².

Não são apenas os clubes desportivos que possuem dirigentes com importantes filiações partidárias. O mesmo ocorreu na Confederação Brasileira de Futebol, a CBF, cujo presidente entre 2012 e 2014, José Maria Marin, possui um longo histórico de filiações partidárias. Na década de 70, Marin foi deputado estadual em São Paulo pela ARENA. A partir da década de 80 passou a disputar vários cargos, mas foi derrotado em todas as tentativas. Passou por PDS, PFL e PSC até finalmente se filiar ao PTB.

Como pudemos notar nessa breve observação do cenário político nos principais clubes brasileiros, essas filiações não significam uma participação efetiva dos partidos nos rumos de suas organizações. Três características desse fenômeno devem ser destacadas. Em primeiro lugar, a grande autonomia que os cartolas, modo pelo qual esses dirigentes são conhecidos no meio esportivo, possuem em relação aos seus partidos. Não há um partidarismo orgânico presente, ou seja, a

¹⁶² Portal Terra, 7 de setembro de 2013.

filiação de um determinado cartola não significa que seus apoiadores dentro do clube mantenham com ele alguma solidariedade partidária. Em segundo lugar, faz-se necessário salientar a enorme variedade de legendas encontradas. Nas oito sociedades desportivas analisadas, sem contar a CBF, encontramos 13 presidentes que passaram por pelo menos 13 partidos diferentes: PT, PSDB, PMDB, PFL, PTB, PSL, PL, SDD, PDT, PP, PRN, PPS e PHS. Por fim, cabe mencionar o alto grau de sucesso eleitoral para os que enveredam por esse caminho: desses 13 presidentes com filiações partidárias, todos conquistaram algum cargo, seja legislativo, seja executivo, ao longo de suas vidas.

3.7

Partidos e as escolas de samba

Vota preto, vota branco
 Todo mundo vai votar!
 Votem no partido alto
 Que é pro samba melhorar
 (Dicró – O candidato)

Nem só de partido-alto¹⁶³ vive o samba. A relação entre partidos políticos e a parcela da sociedade civil organizada em torno do carnaval é antiga. No caso do Rio de Janeiro, berço do samba, a organização de grupos de sambistas em associações remete ao início do século XX. E essas escolas ou grêmios recreativos figuram, sem muitas dúvidas, entre as principais organizações da sociedade civil mantenedoras de laços de solidariedade em comunidades periféricas ou carentes de serviços públicos essenciais. A partir desses fortes laços de solidariedade e identidade locais, são forjadas lideranças comunitárias que posteriormente filiam-se em partidos políticos na busca por cargos eletivos. Essa prática pode ser observada em praticamente todas as principais escolas que disputam o carnaval carioca.

¹⁶³ Partido-alto é um estilo de samba, surgido no início do século XX no Rio de Janeiro.

O Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela, ou apenas Portela, é considerada por muitos a primeira escola de samba do carnaval carioca. Conhecida pelas cores azul e branco a escola foi fundada em 1923 no bairro de Oswaldo Cruz. Entre seus principais compositores constam sambistas como Paulo da Portela, Monarco, Candeia, Zé Ketti e Paulinho da Viola. A escola, que possui um torcedor ilustre, o prefeito da cidade Eduardo Paes, quase viu seu presidente, Marcos Falcon, ser eleito vereador do Rio pelo PP em 2016. Mas a trajetória política de Falcon foi interrompida por um trágico assassinato duas semanas antes da eleição. "O Falcon colocou a Portela em outro patamar, fez a Portela sonhar grande de novo", disse o prefeito Eduardo Paes na ocasião de seu velório¹⁶⁴.

O Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, ou simplesmente Mangueira, é certamente uma das mais tradicionais da cidade e do país. Fundada em 1928 por sambistas do morro que lhe dá nome, da Mangueira vieram compositores como Cartola, Nelson Sargento, Jamelão e Carlos Cachaca entre tantos outros. E de lá também veio um político conhecido por suas relações com o mundo do esporte e do samba: Chiquinho da Mangueira. Deputado estadual desde 2003, Chiquinho da Mangueira já foi presidente da SUDERJ¹⁶⁵, secretário estadual de esporte e secretário municipal de esporte. Cria da Mangueira, Chiquinho foi eleito presidente da escola em 2013. O deputado não mantém uma organicidade partidária e já passou por PMDB, PMN e PTN ao longo dos últimos 15 anos.

Fundado em 1946, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Vila Isabel fez história no samba carioca ao trazer o politizado tema do racismo para o carnaval. Foi em 1988, com o desfile do samba-enredo *Kizomba, a festa da raça*. Na época a escola era presidida por Lícia Maria Maciel Caniné, a "Ruça", e seu vice, Martinho da Vila. Tratava-se de um casal comunista já que "Ruça" foi vereadora pelo PCB, enquanto Martinho é filiado ao PCdoB. No período mais recente a escola teve como presidenta Elizabeth Aquino, a Dona Beta, entre 2014 e

¹⁶⁴ Jornal O Dia. 27.09.2016. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-09-27/corpo-de-marcos-falcon-presidente-da-portela-e-velado-na-quadra-da-escola.html>

¹⁶⁵ A Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro, ou SUDERJ, é o órgão do governo do estado do Rio de Janeiro responsável pela administração de complexos esportivos como o Maracanã. Aliás, diga-se de passagem, o Maracanã fica exatamente na frente do Morro da Mangueira.

2015. Dona Beta filiou-se ao PMDB em 2013. Na ocasião, o *site* do partido registrou alguns dos motivos que a levaram à filiação:

Tenho minha vida toda ligada à escola, uma vida parecida com a política. Pretendo contribuir com o PMDB e também receber ajuda para conseguir colocar em prática grandes projetos na comunidade. (...) Agora, estando num grande partido como o PMDB, acredito que vamos conseguir contribuir ainda mais para melhorar o nosso bairro, que já ganhou muito com a pacificação, mas pode ganhar ainda mais.¹⁶⁶

Com as cores vermelho e branco, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro foi fundado em 1953 no Morro do Salgueiro, zona norte do Rio de Janeiro. Sua presidenta desde 2009 é Regina Celi, que em 2016 foi candidata a vereadora pelo PMDB. Há aqui um caso interessante. Na eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2012, o então candidato Marcelo Freixo, do PSOL, entrou em um embate ríspido com Regina Celi com relação à regulamentação do carnaval carioca. "Que sentido faz a prefeitura patrocinar um enredo sobre a Ilha de Caras?", questionou Freixo o samba enredo do Salgueiro¹⁶⁷. O troco veio quatro anos depois, quando Celi declarou publicamente o apoio do Salgueiro ao candidato Marcelo Crivella, contra Freixo, no segundo turno. Quem também declarou apoio para Marcelo Crivela no segundo turno de 2016 foi o ex-presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel, Paulo Vianna. Vianna já havia sido candidato a deputado federal pelo PEN em 2014¹⁶⁸.

A fundação do Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor remonta ao ano de 1948. A Beija-Flor de Nilópolis, como é popularmente conhecida, talvez seja a escola de samba que mantém relações mais profundas com alguns partidos políticos. Comandada desde a década de 60 pela família de Anísio Abraão David, alguns de seus dirigentes enveredaram pelos caminhos da política. É o caso do presidente da escola, Farid Abrahão David, que foi deputado estadual pelo PDS, PFL e PP, e que entre 2001 e 2008 foi prefeito de Nilópolis. Em 2014, foi novamente eleito deputado estadual pelo PTB e em 2016 voltou a ser eleito prefeito de Nilópolis pelo PTB. Seu irmão, Simão Sessim, é deputado federal no Rio de

¹⁶⁶ Disponível em: <http://pmdbrj.org.br/novo/vice-presidente-da-escola-de-samba-vila-isabel-e-a-mais-nova-integrante-do-pmdb/>

¹⁶⁷ Agência Estado, 24.08.2012. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/08/24/interna_politica,313814/freixo-causa-polemica-com-proposta-para-o-carnaval.shtml

¹⁶⁸ A escola foi fundada em 1955 no bairro carioca de Padre Miguel.

Janeiro desde 1979 e já passou por diversos partidos como UDN, ARENA, PDS, PFL, PPR, PSDB, PPB e PP. Seu filho, Sérgio Sessim, foi eleito prefeito de Nilópolis em 2008 pelo PP.

Quando falamos em samba e política não temos como não lembrar do partido alto humorístico de compositores como Dicró e Bezerra da Silva. Letras que em geral mostram a forma negativa pela qual os políticos são vistos em épocas de eleição. Em *O político*, música composta por Dicró, é o candidato quem reclama da traição de seus eleitores.

Dei cimento, dei tijolo / Dei areia e vergalhão
 Subi morro, fui em favela / Carreguei nenê chorão
 Dei cachaça, tira-gosto / E dinheiro de montão
 E mesmo assim perdi a eleição / Traidor, traidor
 Se tem coisa que não presta é um tal do eleitor

Já Bezerra da Silva em *Candidato caô caô* narra a história dos candidatos que a cada eleição sobem o morro atrás dos votos.

Ele subiu o morro sem gravata / Dizendo que gostava da raça / Foi lá na tendinha
 Bebeu cachaça / E até bagulho fumou / Jantou no meu barracão
 E lá usou / Lata de goiabada como prato / Eu logo percebi
 É mais um candidato/ Para a próxima eleição

3.8

Os partidos estão presentes na sociedade civil brasileira?

A excursão exploratória que realizamos até aqui nos autoriza, sim, a dizer que os partidos políticos estão presentes na vida associativa da sociedade civil brasileira. Porém, mais importante talvez não seja saber se eles estão presentes ou não, mas desvendar a qualidade dessa participação. Para responder a essa segunda pergunta, foram adotadas duas metodologias: em primeiro lugar, a observação da

origem dos partidos, ou seja, de onde surgiram; em seguida, utilizamos como ferramentas analíticas as categorias partidarismo orgânico e inorgânico.

Como resultado da análise da gênese partidária é possível dizer que aproximadamente 30% dos partidos do atual sistema podem ser considerados como “nascidos desde baixo”, ou seja, a partir de um amplo debate na sociedade civil. O restante “nasceu de cima”, a partir de articulações internas às instituições políticas. Esses partidos “nascidos desde baixo” são, em sua maioria, vinculados à esquerda e ao centro do espectro político. Uma exceção à direita é o recém-criado NOVO, com um corpo de fundadores formado majoritariamente por empresários e intelectuais formuladores da agenda neoliberal.

Além da forma como nasceram, é fundamental saber como, ao longo dos anos, esses partidos têm mantido relações com a sociedade civil. Os partidos políticos estão presentes através de seus filiados nas direções de praticamente todas as organizações observadas. Contudo, essa participação não é homogênea. Há graus bem diferenciados de participação dos militantes partidários em cada uma delas. Por partidarismo orgânico definimos as organizações cujas direções são formadas majoritariamente por filiados de um mesmo partido político ou de poucos partidos alinhados programaticamente. Mais do que isso, a filiação perpassa toda a cadeia representativa desde a base, passando pelas direções estaduais, até sua direção nacional. Em geral, quando há partidarismo orgânico percebe-se uma orientação geral dos partidos para que seus filiados participem de determinada entidade. As de partidarismo inorgânico são aquelas onde apenas poucos quadros dirigentes são filiados em partidos políticos sem que isso signifique que os dirigentes das demais instâncias representativas da mesma organização sigam essa orientação partidária.

O que ficou demonstrado, em primeiro lugar, foi que nas organizações mais claramente identificadas com os setores subalternos – centrais sindicais, sindicatos camponeses, movimentos sociais e movimento estudantil - há inserções que podem ser identificadas tanto como de partidarismo orgânico quanto de partidarismo inorgânico. Já os sindicatos patronais, os clubes desportivos e as escolas de samba são claramente espaços de atuação inorgânica dos partidos.

Em segundo lugar, a investigação identificou que as organizações cujo *modus operandi* é o partidarismo orgânico são aquelas relacionadas aos partidos

que se posicionam na esquerda do espectro político. As organizações de partidarismo inorgânico tendem a se concentrar nos partidos do centro e da direita do espectro político. Uma hipótese é a de que, enquanto os partidos políticos ditos de esquerda possuem de fato o protagonismo de trabalhadores sindicalizados em suas fileiras, os partidos de centro ou direita buscam filiações individuais de dirigentes sindicais para criar suas linhas de diálogo com essas categorias.

Antes de passarmos ao próximo capítulo, uma consideração final precisa ser feita. As categorias partidarismo orgânico e inorgânico servem muito bem ao conhecimento sociológico sobre a qualidade da participação dos partidos políticos nos núcleos de direção burocrática das organizações da sociedade civil. Todavia, não servem como categorias analíticas da participação dos partidos nas bases sociais dessas organizações da sociedade civil. Uma coisa são os camponeses ou os estudantes universitários enquanto camadas sociais; outra coisa são as entidades que os representam. E as afinidades desses corpos intermediários com suas bases não é necessariamente plena e nem foi alvo da pesquisa aqui empreendida. Ou seja, é possível saber que o PT e o PCdoB, por exemplo, mantêm vínculos de partidarismo orgânico na UNE e na CONTAG. Isso não significa que os estudantes universitários ou os camponeses sejam necessariamente identificados com esses dois partidos ou que mantenham contatos diretos e permanentes com eles. Essa observação pode gerar uma nova hipótese ainda a ser testada, qual seja, a de que talvez não sejam os partidos que não consigam dialogar com as pessoas, mas sim as próprias organizações da sociedade civil. Essa parece ser a hipótese do cientista político Philippe Schmitter, apresentada em entrevista para um importante jornal brasileiro:

Vocês, jornalistas, tendem a culpar os políticos pela abstenção, pela força dos populistas e pela desconfiança das pessoas nas instituições. É o contrário. O problema real são os cidadãos. Os políticos se esforçam para se comunicar com os eleitores e têm fracassado. Para dialogar, é preciso fazer isso por meio de categorias, e geralmente isso significa grupos de trabalhadores, de bairros, associações empresariais etc. Essas organizações perderam sua capacidade de ser um espaço de identificação e solidariedade interna. (...) A sociedade civil é que está em declínio¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Folha de São Paulo, 12.11.2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1831699-isolados-de-grupos-eleitores-se-atraem-por-populistas-diz-cientista-politico.shtml?cmpid=compfb>

Enfim, atestar o fato de os partidos políticos manterem claras relações com as organizações da sociedade civil, como vimos até aqui, não significa dizer que essas relações sejam qualitativas, ou melhor, que ofereçam efetiva participação das camadas sociais em seus meios. Também não significa que o fato desses partidos estarem em movimento signifique que algum deles possa ser considerado um partido-movimento como aqueles que vimos no capítulo anterior. Mas esse é o tema do próximo capítulo.

Os partidos e o momento disruptivo no Brasil¹⁷⁰

Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (GRAMSCI, 2007: p. 61).

Os partidos que se acomodam às tradições e que não as reelaboram criticamente tornam-se incapazes de cumprir as funções para as quais estão historicamente destinados (CERRONI, 1979, p. 73).

O ano de 2013 foi aquele em que a sociedade brasileira sonhou perigosamente. Greves, paralisações, protestos, truculência policial, prisões injustificadas e até mesmo uma morte acidental fizeram parte de seu repertório. As “jornadas de junho de 2013”, alcunha pela qual ficou conhecido aquele ciclo de violência social, representaram um dos mais importantes momentos disruptivos da história política brasileira. Seus significados, entretanto, permanecem enigmáticos e suas consequências – algumas ainda desconhecidas – não foram plenamente digeridas e interpretadas pelo pensamento social e político. Em meio à crise, os partidos políticos parecem permanecer com ouvidos moucos para a sociedade, enquanto tateiam às cegas em busca da saída do labirinto em que se meteram.

Por óbvio, esse momento disruptivo de 2013 não foi um raio em dia de céu azul. A metáfora que melhor o representa, *cum grano salis*, talvez seja a da “velha

¹⁷⁰ Alguns temas desse capítulo foram apresentados e debatidos em pelo menos duas ocasiões: no 39º Encontro Anual da Anpocs; realizado em 2015; e no Colóquio Internacional “Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente”. Agradeço aos comentários e sugestões de Carlos Eduardo Martins (UFRJ) e Mayra Goulart (UFRRJ). Ver RODRIGUES, 2015a e 2015b.

toupeira” que trabalha imperceptível sob a terra, até emergir à superfície e surpreender a todos¹⁷¹. Suas razões estão inscritas no contexto histórico que o constrange. Desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, até o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o Brasil viveu sob um modelo político de conciliação de classes. As mais diversas classes e frações de classes compartilharam importantes postos na máquina estatal. Burguesia agrária, burguesia financeira, burguesia industrial, burguesia comercial e trabalhadores, todos participaram dos ministérios dos governos Lula e Dilma. A partir das “jornadas de junho de 2013” esse modelo de conciliação passou a oferecer sinais de crise e instabilidade, o que culminou com o golpe parlamentar de 31 de agosto de 2016. O dilema político que passou a permear o debate público foi: qual a solução para restabelecer a solidariedade social, em uma sociedade polarizada, e revigorar as relações entre os partidos políticos e a sociedade civil?

O capítulo está dividido em sete seções. Na primeira parte é apresentado o contexto histórico que permitiu a emergência do cenário atual. Para tanto, aproprio-me da forma como intelectuais brasileiros tais quais Marcos Nobre, André Singer, Renato Boschi, Eli Diniz, Armando Boito, Francisco Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, Ruy Braga e Luiz Carlos Bresser-Pereira interpretaram o sistema de conciliação de classes que vigorou durante o governo de Lula e que entrou em desgaste no segundo governo de Dilma Rousseff. A segunda seção é dedicada ao declínio desse modelo de conciliação que se inicia em 2013 e culmina com o impeachment de Dilma. Nas seções seguintes exponho como atores sociais e políticos, bem como parcelas da *intelligentsia*, passaram a interpretar o contexto histórico e apontar as saídas para ele. São quatro as hipóteses de alternativas aqui sistematizadas: (1) a “saída pela direita”, como a que vem sendo mobilizada por novos movimentos sociais como o MBL e Vem Pra Rua; (2) a “saída pela esquerda” proposta por alguns intelectuais orgânicos de movimentos subalternos como o economista João Pedro Stélide do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, MST, o advogado Raimundo Bonfim da Central de Movimentos Populares, CMP, e o filósofo Guilherme Boulos do Movimento de Trabalhadores

¹⁷¹ A metáfora da revolução como uma “velha toupeira” foi utilizada por Marx em seu discurso no aniversário do jornal inglês *The People’s Paper* em 14 de abril de 1856: “In the signs that bewilder the middle class, the aristocracy and the poor prophets of regression, we do recognise our brave friend, Robin Goodfellow, the old mole that can work in the earth so fast, that worthy pioneer — the Revolution”.

Sem Teto, MTST, e que culminou em frentes sociais como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo; (3) a saída pelo *aggiornamento*, ou seja, pela atualização dos programas partidários; (4) e a “saída por baixo”, a partir de uma maior abertura dos partidos para a participação popular, tal qual vem sendo proposta pelo movimento “Quero prévias”, animado por intelectuais como Marcos Nobre e Laura Carvalho. Por fim, busco responder a uma pergunta que se relaciona ao discutido no primeiro capítulo deste trabalho: é possível um Partido-Movimento no Brasil?

4.1

Estado e sociedade nos governos Lula e Dilma

Como já mencionado, desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 até o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o Brasil viveu sob um modelo político de conciliação de classes, como aponta parte da literatura especializada. Em 2003 tomou posse como presidente um operário proveniente da CUT – maior central sindical da América Latina – e do PT – principal partido da esquerda brasileira. As expectativas de que haveria um avanço subalterno foram grandes, mas o que de fato ocorreu foi o início de um processo de transação, ou seja, de um compromisso entre as classes e frações de classe na ocupação do Estado. Importante lembrar que o PT tomou posse em 2003 com o presidente da República, mas com apenas 91 deputados federais e 14 senadores no Congresso Nacional, ou seja, 17% da Câmara e 17% do Senado. Na medida em que sozinho o PT não teria condições de governabilidade no Congresso, a busca por alianças com outros setores sociais com representação parlamentar foi necessária. Consequência daquilo que nossa literatura convencionou como presidencialismo de coalizão.¹⁷² Desse modo, o PT buscou outros partidos para sua coalizão governamental e com esses partidos as distintas representações sociais que os acompanharam. Assim, formou-se um amplo governo nacional com a participação das mais variadas classes e frações de classe. Nas palavras de um importante intérprete dessa conjuntura,

¹⁷² O termo “presidencialismo de coalizão” foi cunhado originalmente pelo cientista político Sergio Abranches em artigo publicado na revista Dados em 1988. Por presidencialismo de coalizão compreende-se um sistema político que alia ao presidencialismo, a representação proporcional e o pluripartidarismo. Esse sistema político exige para a governabilidade do presidente a construção de uma ampla coalizão partidária no legislativo.

O Estado se amplia com a incorporação de representantes das entidades classistas de empresários e de trabalhadores, e são guindadas à condução de ministérios estratégicos às lideranças das múltiplas frações da burguesia brasileira — a industrial, a comercial, a financeira, a agrária, inclusive estes culaques à brasileira, que começaram a sua história na pequena e média propriedades —, lado a lado com as centrais sindicais e com os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (WERNECK VIANNA, 2011, p. 39).

Com efeito, esse compromisso já parecia claro desde 2002 quando o PT precisou buscar um quadro industrial para compor a chapa como vice. O escolhido foi o empresário mineiro José Alencar, do PL. Além disso, houve a publicação da famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, onde o PT assumia compromissos com o mercado financeiro. Foi assim que o PT, partido advindo da classe trabalhadora, buscou governar o país a partir de 2003, não apenas com outros partidos políticos, mas também com outras classes e frações de classes. A burguesia industrial ocupou seu espaço no governo federal através do vice-presidente José Alencar e de nomes no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como os ministros Luiz Fernando Furlan e Miguel Jorge.¹⁷³ A burguesia financeira que já havia conquistado um acordo programático com a “Carta ao Povo Brasileiro” indicou também o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Meirelles havia sido diretor do *Bank of Boston* o que indicava sua proximidade com o mercado financeiro. E, o que é o mais surpreendente, Meirelles tinha acabado de ser eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás, partido arqui-inimigo do PT. Já a burguesia agrária teve seus representantes no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Primeiro, com o engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues, técnico com credibilidade junto ao agronegócio. Com a saída de Rodrigues em meados de 2006, assumiu o seu secretário-executivo, o também engenheiro agrônomo Luis Carlos Guedes Pinto. No entanto, a gestão de Guedes Pinto foi breve, menos de um ano, devido à sua proximidade com o MST, o que não agradou aos ruralistas. A solução encontrada foi a entrada de Reinhold Stephanes no ministério em 2007. Com origem na ARENA, passando pelo PDS e PFL até finalmente filiar-se ao PMDB, Stephanes foi um nome claramente identificado com o agronegócio e com a bancada ruralista no parlamento. O próprio presidente Lula admitiu por diversas vezes – sem qualquer constrangimento, diga-se de passagem – a existência desse Estado de compromisso descrito até aqui: “Eu digo que, no meu governo, banqueiro

¹⁷³ Antes de ser ministro da indústria Luiz Fernando Furlan foi diretor do grupo Sadia. Seu sucessor, Miguel Jorge, havia sido diretor da Volkswagen e do Banco Santander.

ganhou muito dinheiro, fazendeiro ganhou muito dinheiro, [inaudível] ganhou muito dinheiro. Mas é a primeira vez na história deste país que a classe pobre tem renda muito maior que a classe rica”.¹⁷⁴

Esse Estado de compromisso entre as classes e frações de classe teve continuidade com a eleição da presidenta Dilma Rousseff em 2010, embora sob escala distinta. O primeiro governo de Dilma tentou reorganizar a participação das frações burguesas em seu ministério. No Banco Central saiu Henrique Meirelles para entrar em seu lugar o economista Alexandre Tombini, concursado na instituição desde 1998. No Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior entrou o economista petista mineiro Fernando Pimentel. Já na agricultura foram mantidos ministros do PMDB ligados aos ruralistas. Ou seja, o primeiro governo Dilma parece ter tentado minimizar a participação de algumas frações de classes no governo. Uma consequência, por exemplo, foi o discurso mais frequente da presidenta contra o mercado financeiro. Era o início da chamada “nova matriz econômica”, capitaneada pelo ministro da fazenda Guido Mantega¹⁷⁵. Essa “nova matriz econômica” era baseada em uma forte intervenção do Estado sobre a economia, a partir da redução de juros, de maior aporte de investimentos do BNDES, da desvalorização do real através do controle cambial, e da desoneração fiscal de determinados ramos industriais. Contudo, essa narrativa não durou muito tempo. Ao mesmo tempo em que enfrentou o capital financeiro, Dilma viu a economia parar de crescer, o emprego reduzir e uma grande parcela da sociedade se mobilizar contra as instituições políticas a partir das “jornadas de junho de 2013”. A reeleição presidencial de 2014, vencida por Dilma por muito pouco, foi fruto desse cenário.

A tentativa de Dilma de reorganizar o bloco no poder em seu primeiro governo não deu certo. O capital financeiro cobrou a fatura de modo que em setembro de 2014 a presidenta tenha sido obrigada a demitir pela imprensa o ministro desenvolvimentista Guido Mantega. “Governo novo, equipe nova”¹⁷⁶, disse Dilma ao ser perguntada se Mantega continuaria caso fosse reeleita. Assim, o

¹⁷⁴ Lula na convenção estadual do PT no Mato Grosso do Sul em 27 de junho de 2014. Disponível em <http://www.institutolula.org/lula-participa-da-convencao-do-pt-ms-nesta-sexta>

¹⁷⁵ Valor Econômico, 19.12.2012. “O primeiro ano da nova matriz econômica”.

¹⁷⁶ Portal G1, 08.09.2014. “Dilma diz que Mantega não fica como ministro em um segundo mandato”.

ministério que tomou posse em janeiro de 2015 foi certamente o mais exemplar desse compromisso entre classes e frações de classe que através de suas representações sociais ocupam o Estado. Todos estavam lá. No ministério da Agricultura tomou posse a ex-presidenta da Confederação Nacional da Agricultura – CNA -, Kátia Abreu, no ministério da Indústria e do Comércio entrou o ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI - Armando Monteiro e no ministério da Fazenda entrou um quadro do mercado financeiro, o diretor do Bradesco Joaquim Levy. Do lado dos subalternos foram escolhidos vários ministros que foram dirigentes da CUT como Miguel Rossetto na Secretaria Geral da Presidência e Ricardo Berzoini no ministério das Comunicações, ou ligados à entidade, como Patrus Ananias no ministério do Desenvolvimento Agrário. No ministério do Trabalho entrou Manoel Dias ligado à Força Sindical. Consta ainda que o MST teria cobrado a nomeação do presidente do Incra, e a Contag reivindicado a Secretaria de Reordenamento Agrário, ambas subordinadas ao ministério do Desenvolvimento Agrário¹⁷⁷.

A percepção de que os governos Lula e Dilma teriam representado uma grande conciliação social não é nova. Não obstante as mais diversas perspectivas formuladas por intérpretes dessa conjuntura, a argumentação em torno do estabelecimento de uma transação nesse período une a todos. Em seus estudos sobre as relações entre o empresariado e o Estado, Renato Boschi e Eli Diniz observaram que o primeiro governo de Lula precisou necessariamente buscar o apoio do setor produtivo nacional.

Diferentemente do seu antecessor, o presidente Lula revelou, desde o início, forte preocupação em construir canais de diálogo com o setor produtivo. Assim, a aproximação com o empresariado transparece não só pela presença de José Alencar na vice-presidência do país, mas também pela indicação de dois outros empresários de peso para integrar a equipe ministerial. Assim, a pasta da Agricultura ficou com Roberto Rodrigues, então presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG), um dos segmentos mais dinâmicos da agricultura brasileira, enquanto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi designado o empresário Luiz Fernando Furlan (presidente do Conselho de Administração da Sadia, grande grupo fabricante e exportador do ramo alimentício) (BOSCHI e DINIZ, 2007, p. 69-70).

Mais do que com apenas o setor produtivo, Lula precisava também de um alicerce sobre o mercado financeiro para assim garantir o cumprimento da “Carta ao Povo

¹⁷⁷ O Globo, 11.01.2015. “Conflito à vista”

Brasileiro”. Daí a nomeação de Antônio Palocci como ministro da Fazenda e de sua “equipe formada basicamente por técnicos de fácil trânsito nos círculos financeiros e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ex-presidente do Bank Boston, ligado ao setor financeiro” (BOSCHI e DINIZ, 2007, p. 69).

Outro intérprete é o filósofo Marcos Nobre. Nobre (2013) baseia-se no original conceito de pemedebismo por ele formulado para explicar o sistema político brasileiro da década de 80 até o governo Dilma. O pemedebismo caracteriza-se por um sistema político onde partidos da base do governo criam supermaiorias legislativas que permitem a “governabilidade” e que são capazes de criar vetos a quem não faz parte dessa aliança. O autor argumenta que o período do “Plano Real”, ou seja, o governo de Fernando Henrique Cardoso, teria sido marcado por um sistema político polarizado com o PSDB no governo dirigindo o pemedebismo e o PT na oposição a partir dos movimentos sociais. Com os governos de Lula e Dilma essa polarização teria término, pois o PT conseguiu dirigir o pemedebismo, enquanto a oposição não encontrou seu espaço de atuação. De acordo com Nobre, “só existiu oposição de fato no país enquanto o PT lá esteve, sob o sistema polarizado do período FHC”, pois na oposição o PT estava “dotado de sólida base sindical e ancorado no movimento social organizado” (2013, p. 128).

André Singer também seguiu com a formulação sobre a conciliação entre as classes no Brasil pós-Lula. Em *Os sentidos do lulismo* (2012), Singer verificou que o governo Lula caracterizou-se por uma ampla aliança de classes que incorporou inclusive o sempre excluído subproletariado em torno de um pacto conservador de reformismo fraco ou gradual que vigorou pelo menos até 2014. De acordo com Singer, o PT teria duas almas. O “espírito do Sion” é aquele que vem da fundação do PT em 1980, quando o partido adotava uma postura radical contra alianças com os setores mais conservadores. Contudo, a partir da “Carta ao Povo Brasileiro” de 2002, o PT migrou para o “espírito do Anhembi”, ou seja, para uma prática mais conciliadora com as demais classes sociais tendo o objetivo de ganhar a eleição presidencial daquele ano. “Enquanto a alma do Sion primava pela ênfase ideológica, não aceitando juntar-se sequer a partidos de centro, a do Anhembi aprovou chapa composta por Lula e um grande empresário filiado ao Partido Liberal, agremiação que levava no próprio nome a adesão ao credo oposto ao socialismo” (SINGER, 2012, p. 98). Foi esse espírito conciliador do Anhembi que

caracterizou, de acordo com Singer, o lulismo. Mas não apenas isso. O lulismo caracteriza-se por essa conciliação de classes; por esse pacto social conservador em torno de um objetivo claro: o desenvolvimento econômico com redução da desigualdade social. A crise política nesse modelo de conciliação, que é observada a partir do fim do primeiro governo de Dilma ocorre quando o objetivo principal desse pacto social do lulismo já não é alcançado com tanta facilidade. Em “Cutucando onças com varas curtas” (2015), talvez o melhor texto que contextualize o conflito entre classes ocorrido durante o primeiro governo Dilma, Singer argumenta que teria sido a forte atuação intervencionista do governo contra o capital financeiro a principal razão que teria levado ao fim o período de conciliação iniciado pelo lulismo em 2003. Na leitura de Singer, Dilma pretendia unir trabalhadores e setores produtivos – industriais e agronegócio – e isolar a burguesia financeira. Contudo, a estratégia não teria dado certo e os setores patronais teriam passado, a partir de 2013, para o lado do rentismo.

Enquanto, pelo alto, Dilma e Mantega realizavam ousado programa de redução de juros, desvalorização da moeda, controle do fluxo de capitais, subsídios ao investimento produtivo e reordenação favorável ao interesse público de concessões à iniciativa privada, no chão social e político o vínculo entre industriais e trabalhadores se dissolvia, e os empresários se unificavam “contra o intervencionismo” (SINGER, 2015, p. 69).

De acordo com Singer, “sustentar a ofensiva demandaria aliança interclassista e/ou mobilização dos trabalhadores, o que não foi feito” (2015, p. 43). Quem acabou isolada foi Dilma.

Um crítico da formulação de Singer é Armando Boito. Para Boito, há na tese de Singer uma superestimação do papel do subproletariado na manutenção da conciliação de classes do lulismo. Boito recorre ao conceito poulantziano de bloco no poder para explicar esse período histórico. De acordo com o autor, não é o subproletariado a classe que melhor representa o lulismo, mas sim a “grande burguesia interna brasileira que, ao longo do século XXI, foi se tornando a fração hegemônica no bloco no poder” (BOITO, 2013a, p. 175). Na década de 90 – governos Collor, Itamar e FHC –, a hegemonia do bloco no poder estaria nas mãos do grande capital financeiro internacional. Com a vitória de Lula, em particular a partir do início do segundo mandato, teria havido um deslocamento de forças com a burguesia financeira indo para a oposição e a grande burguesia interna assumindo o protagonismo hegemônico do bloco no poder. Essa grande burguesia interna que

dirige o bloco no poder tem ao seu lado também setores subalternos como a classe operária, a baixa classe média e parte do campesinato. A essa configuração lulista do bloco no poder, Boito define como “frente neodesenvolvimentista”. (BOITO, 2013a; BOITO e BERRINGER, 2013b).

Interessante notarmos como alguns dos intelectuais intérpretes do modelo político da conciliação entre as classes sociais são referenciados diretamente em Antônio Gramsci. É o caso de Francisco Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Ruy Braga, por exemplo. Os quatro autores construíram modos distintos de compreensão desse modelo de conciliação, em diálogo com o conceito gramsciano de revolução passiva. Como se sabe, em Gramsci a ideia de revolução passiva é utilizada para descrever situações onde os processos revolucionários ocorrem na lógica dialética do conservar mudando, da díade revolução-restauração. Seus exemplos históricos são o *risorgimento* italiano e o fordismo estadunidense.

Para Francisco de Oliveira (2007), essa situação criada pelo governo Lula, onde um partido de esquerda, o PT, elege o presidente da República, mas governa aliado a partidos conservadores oriundos de outras classes sociais poderia ser considerado como uma espécie de “hegemonia às avessas”, ou seja, uma espécie de inversão da política gramsciana. Como sabemos, em Gramsci a hegemonia se dá quando a classe dominante tem a direção moral dos subalternos, ou seja, através do consenso a dominação é mantida. Com Lula teria havido uma inversão, quando a classe dominante permitiu-se - dentro de alguns limites, como a manutenção da acumulação capitalista - ser dirigida pela classe subalterna. “Não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Carlos Nelson Coutinho discorda dessa noção de “hegemonia às avessas”, formulada por Oliveira a partir de Gramsci, para entender o modelo político de conciliação de classes. De acordo com Coutinho, outros dois conceitos gramscianos deveriam ser recolhidos para a análise do Brasil contemporâneo: os conceitos de contrarreforma e transformismo. A contrarreforma – que em Gramsci significa retrocesso nas conquistas subalternas - promovida pelo neoliberalismo na década de 90 e com continuidade nos anos 2000 contou com a prática do transformismo,

ou seja, atores políticos subalternos foram cooptados pelo Estado para atuarem ao lado das classes dominantes em torno de um projeto de manutenção da acumulação do capital. “É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contra-reforma*”, diz Coutinho (2007).

De outro lado, Luiz Werneck Vianna, também privilegiado intérprete de Gramsci, discorda da ideia de que o Brasil pós-Lula poderia ser identificado com o conceito gramsciano de contrarrevolução, tal qual apontou Coutinho. O autor compreende que o governo Lula consistiu em mais um passo da longa travessia da “revolução passiva” pela história do país. Contudo, sob nuances próprias.

Invertem-se, porém, os termos da revolução passiva clássica: é o elemento de extração jacobina quem, no governo, aciona os freios a fim de deter os movimentos das forças da revolução, decapita o seu antagonista, comprometendo-se a realizar, sob seu controle, o programa dele, e coopta muitos dos seus quadros, aos quais destina a direção dos rumos sistêmicos em matéria econômico-financeira. Mas será dele o controle da máquina governamental e o comando sobre as transformações moleculares constitutivas à fórmula do conservar-mudando, direcionadas, fundamentalmente, para a área das políticas públicas aplicadas ao social. Decididamente, o desenlace de 2002 não foi o de uma contrarrevolução (WERNECK VIANNA, 2011, p. 32).

Werneck Vianna conclui que a “composição pluriclassista do governo se traduz, portanto, em uma forma de Estado de compromisso, abrigando forças sociais contraditórias entre si” (2011, p.26). Em que pese sua discordância em relação à identificação do momento atual com a contrarreforma, isso não significa que Werneck Vianna assista com bons olhos o modelo de revolução passiva adotado no Brasil. Ao contrário, apresenta-se como severo crítico. Também pelo caminho da revolução passiva, um outro gramsciano, Ruy Braga, interpreta esse período histórico pelas lentes do precariado, ou seja, daquela parcela da classe trabalhadora mais pauperizada, ou, do proletariado precarizado. Como estudo de caso, apresenta as intempéries enfrentadas pela categoria dos operadores de telemarketing na cidade de São Paulo. Braga argumenta que a principal característica da hegemonia lulista consiste

em combinar o consentimento passivo das massas - que seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao governo - com o consentimento ativo das direções sindicais - seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 37).

Um outro intelectual, este de fora dos meios gramscianos, o keynesiano Luiz Carlos Bresser-Pereira, discorda da chave interpretativa crítica de Werneck Vianna. Bresser-Pereira considera que “um pacto político é sempre um ‘Estado de compromisso’, porque para se entenderem as frações de classe devem necessariamente fazer concessões mútuas” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 369). Bresser-Pereira é um conhecido defensor desse pacto social, por considerá-lo construído em torno de um amplo projeto político social desenvolvimentista para o país. De certa forma, Werneck Vianna também compreende a necessidade do pacto, ou, em outra linguagem, da manutenção do presidencialismo de coalizão. Mas desde que ele seja feito sob critérios mais rigorosos que os atuais, sob um programa político de fato. De acordo com Werneck Vianna,

O presidencialismo de coalizão, decerto, tem-se mostrado, entre nós, como uma via institucional adequada a fim de afiançar governabilidade, especialmente após a experiência frustrada do **governo Collor**, que se pretendeu pôr acima dos partidos. Mas a reiteração acrítica da sua prática, em particular no segundo mandato de **Lula** e na articulação da composição ministerial do **governo Dilma**, cuja montagem original não resistiu sequer a poucos meses de operação, não deixa mais dúvidas quanto à necessidade da revisão do seu modo de operação. (...) Nessa forma de presidencialismo, a coalizão deve-se dar em torno de políticas, e não de interesses avulsos e fragmentados, como na nossa experiência atual... (WERNECK VIANNA, 2012).

No entanto, a partir das chamadas “jornadas de junho” de 2013, da disputada eleição presidencial de outubro de 2014 e da crise política do início de 2015, o Estado de compromisso que vigorou por doze anos passou a dar sinais de esgarçamento. Foram doze anos em que o salário mínimo cresceu acima da inflação, o desemprego manteve-se nas mais baixas taxas históricas e a extrema pobreza foi mitigada. Mas esse modelo tornou-se insustentável por diversas razões. Como nos indica Bresser Pereira, “de repente, em 2013, vimos a burguesia brasileira como um todo, e particularmente seus setores rentistas e financistas, e sua classe média tradicional também muitas vezes rentista passarem a ter um julgamento violentamente negativo do governo (2014, p. 344-360). Ao mesmo tempo, é preciso salientar que esses doze anos “geraram um país melhor, mas também mais complexo e exigente (NOGUEIRA, 2013, p 22). Para compreendermos melhor como o Brasil chegou a esse momento de crise política que culminou com o impeachment de Dilma em meados de 2016, é preciso um olhar com maior profundidade para o momento disruptivo de 2013 e suas consequências.

4.2

Do momento disruptivo de 2013 ao golpe parlamentar de 2016

O ano de 2013 no Brasil não foi como qualquer outro. *Mutatis mutandis*, assim como na França as jornadas operárias de 1848 culminaram na ascensão imperial de Luis Bonaparte em 1851 e o maio de 68 terminou com a ampliação da força do general Charles De Gaulle na Assembleia e a posterior eleição do conservador Georges Pompidou, ou que no Brasil as amplas mobilizações de 64 tiveram como trágica consequência o golpe militar de 31 de março, o resultado indireto e mais visível das assim chamadas “jornadas de junho de 2013” foi o golpe parlamentar que levou ao impeachment de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Decorrido o impeachment, temos agora chaves mais seguras para a interpretação do que significou aquele período para a história brasileira.

A gênese das manifestações sociais que abalaram junho de 2013 está em um movimento que - ainda que sem intenção - funcionou como centelha, como *fiat* histórico: o Movimento Passe Livre. O MPL não nasceu em 2013 - é bom que se diga. Pelo menos desde a reorganização do movimento estudantil brasileiro no início da década de 80, uma série de mobilizações estudantis ocorreram em diferentes cidades do país, seja contra reajustes de passagens, seja pela implementação do passe livre para os estudantes. As mais famosas delas foram, sem dúvida, a “Revolta do buzu”, na Bahia, em 2003 e a “Revolta da catraca”, em Florianópolis, em 2004. Até então descentralizados, esses protestos não mantinham entre si um diálogo nacionalizado de forma minimamente orgânica. Esse passo só foi dado em janeiro de 2005. A realização naquele ano do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, pareceu ser propícia para que ativistas de diferentes regiões e experiências unificassem o movimento: era fundado ali o MPL. O MPL não possui um programa longo; pelo contrário, sua proposta é bem específica: transporte público e gratuito, sem participação da iniciativa privada. O MPL não possui uma direção permanente e se considera apartidário, mas não antipartidário. Em seu site explicam o que isso significa:

Acreditamos em uma nova forma de se fazer política e não nos organizamos para eleições. Pressionamos o governo por políticas públicas, mas defendemos na nossa prática cotidiana que *existe política além do voto*. No entanto, é preciso deixar claro que ser “apartidário” não significa ser

“antipartidário”. Assim como os apartidários, militantes de partidos políticos são totalmente bem vindos para colaborar na luta por passe livre¹⁷⁸.

Nos primeiros meses de 2013 os prefeitos do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e de São Paulo, Fernando Haddad, começaram a discutir a possibilidade de aumento nas tarifas dos ônibus municipais. Em maio, o prefeito do Rio anunciou o aumento da passagem de R\$ 2,75 para R\$ 2,95 e, em São Paulo, foi anunciado no dia 2 de junho o aumento de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. A resposta do MPL em São Paulo foi rápida. No dia 6 de junho, a primeira manifestação saiu do Teatro Municipal de São Paulo em direção ao Vale do Anhangabaú com cerca de 2 mil pessoas segundo a Polícia Militar. De acordo com Ortellado *et al* (2013: p. 31), “após horas de repressão policial, o saldo do primeiro grande ato contra o aumento da tarifa é de 15 manifestantes detidos e pelo menos 8 feridos”. Menos de 24 horas depois uma nova passeata convocada pelo MPL fechou as ruas de São Paulo com cerca de 5 mil pessoas. Essa passeata de 7 de junho terminou sem que houvesse maiores incidentes. Mas é relevante já que foi a primeira vez em que a estratégia *Black Bloc* apareceu¹⁷⁹. Nos dias seguintes, a cobertura da imprensa, em particular dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, foi rigorosa contra o MPL e apontou uma suposta participação de partidos políticos de extrema esquerda como PSTU, PSOL e PCO por detrás dos protestos (ORTELLADO *ET AL*, 2013, p. 42). O terceiro grande protesto, em 11 de junho, agora com 15 mil pessoas, seguiu pela Avenida Paulista até o Museu de Arte de São Paulo, o MASP. Mas, apesar dos pedidos contra a violência, a repressão policial deu o tom do protesto com balas de borracha e muito gás lacrimogênio. Do outro lado, uma parte dos manifestantes se dirigiu até a sede do PT e a depredou. Por ironia do destino, esse foi justamente o primeiro ato em que a Juventude do PT, a JPT, não só apoiou como participou ao lado do MPL. Era o início das agressões aos partidos políticos. No Jornal da Globo, o comentarista político Arnaldo Jabor asseverou que os manifestantes “são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20

¹⁷⁸ Ver TarifaZero.org

¹⁷⁹ O *Black Bloc* não é exatamente um movimento, mas sim uma tática adotada por certos grupos anarquistas. Esse agrupamento surgiu pela primeira vez na Alemanha na década de 80. São conhecidos por se vestirem de preto e utilizarem máscaras ou panos nos rostos para não serem identificados. Os movimentos sociais em geral e os partidos políticos de esquerda não são simpáticos aos *Black Bloc*, pois consideram que eles provocam exageradamente a polícia causando uma maior repressão e violência.

centavos!”. A pesada crítica parece ter surtido um efeito contrário ao desejado por Jabor. No dia seguinte, 13 de junho, a quarta grande manifestação contra o reajuste reuniu ainda mais pessoas, cerca de 20 mil segundo a PM. Mas, junto com a ampliação da mobilização veio exponencial acréscimo de repressão: muitos feridos, além de 232 manifestantes detidos pela polícia.

A extrema violência com a qual os manifestantes foram recebidos nesses quatro primeiros protestos na cidade de São Paulo, mas também em diversas outras cidades do país, e a enorme e incontrolável repercussão surgida em redes sociais da internet como Facebook e Twitter obrigaram uma mudança na narrativa da imprensa. Se antes eram baderneiros quebrando as cidades por causa de apenas 20 centavos, como atestou Jabor no Jornal da Globo, a partir do dia 13 de junho a imprensa passou a falar em grupos sociais legítimos insatisfeitos com a política, com os partidos políticos e com a corrupção. Se antes os mesmos veículos da imprensa alertavam que partidos políticos como PSTU, PSOL e PCO seriam os articuladores por detrás dos protestos, agora era o sistema político em geral e os partidos políticos em particular, os alvos de insatisfação desses protestos. Com efeito, alguns manifestantes já participaram da passeata do dia 13 com cartazes que indicavam essa narrativa para além do aumento das tarifas, como “O gigante acordou”, “Não é só por 20 centavos” *etc.* O próprio Jabor, em um ato inédito de autocrítica, aponta para essa direção em seu programa na rádio CBN de 17 de junho: “Amigos ouvintes, outro dia eu errei. (...) Falei na TV sobre um monte de irresponsáveis fazendo provocações por causa de R\$ 0,20. E era muito mais que isso! (...) Hoje eu acho que o Movimento Passe Livre expandiu-se como uma força política original”.

Essa mudança de narrativa na imprensa não surge por acaso e nem deve ser considerada um apanágio circunstancial. A literatura especializada já conhece bem o papel que os meios de comunicação cumprem no sentido da desmoralização e da criminalização da política, em geral, e dos partidos políticos, em particular. Maria do Carmo Campello de Souza, por exemplo, sugere que os meios de comunicação são os responsáveis pela “impressão de que corrupção, cinismo e desmandos são monopólio dos políticos, dos partidos ou do Congresso” (1988, p. 589). Estudioso do tema, Venício Lima argumenta que “desde que a televisão se transformou em ‘mídia de massa’ hegemônica, a cultura política que vem sendo construída e

consolidada no Brasil tem sido a de permanentemente desqualificar não só a política em si como seus atores” (2013, p. 90). A esse respeito Jessé de Souza levanta uma hipótese interessante. Diz Jessé que na história brasileira o tema da corrupção na política sempre foi utilizado pelas classes dominantes como instrumento contra governos com vínculos populares. Vale a pena citar aqui duas passagens de textos distintos, em que Jessé reafirma essa tese:

Isso aconteceu sem nenhuma exceção até hoje na história brasileira sempre que o sufrágio universal conseguiu colocar no poder líderes identificados com as classes populares. Em literalmente todos os casos a classe média conservadora foi usada como massa de manobra para derrubar os governos de Vargas, Jango e agora Lula-Dilma e conferir o “apoio popular” e a consequente legitimidade para esses golpes sempre no interesse de meia dúzia de poderosos. A corrupção e sua vagueza conceitual é sempre o mote que galvaniza a solidariedade ‘emocional’ das classes médias, que se imaginam moralmente superiores às outras classes, e confere respeitabilidade moral e política a esses assaltos à soberania popular (SOUZA, 2015, p. 257).

Como em toda a história republicana brasileira, o mote da corrupção é sempre usado como arma letal para o inimigo de classe da elite e seus aliados. Isso sempre ocorre quando existem políticas que envolvam inclusão dos setores marginalizados – que implicam menor participação no orçamento dos endinheirados e aumento do salário relativo dos trabalhadores, o que também não os interessa – ou condução pelo Estado de políticas de desenvolvimento de longo prazo (SOUZA, 2016, p. 112).

A grande insatisfação social com a violência da polícia transmitida ao vivo no dia 13, a ampliação da mobilização nas redes sociais e a mudança de narrativa da imprensa, que passou a dar um tom positivo aos protestos, fizeram com que o quinto grande ato realizado em São Paulo no dia 17 de junho reunisse cerca de 65 mil pessoas¹⁸⁰. Também no Rio de Janeiro, um ato realizado no mesmo horário, no centro da cidade, alcançou o número de 40 mil manifestantes, segundo a PM. Além da ampliação na mobilização, duas outras diferenças qualitativas devem ser destacadas no dia 17: a violência policial foi reduzida e o repertório de reivindicações foi ampliado consideravelmente com palavras de ordem como “Fora Dilma”, “Fora Alckmin”, “Fora Cabral”, “Fora Fifa”, “Fora Globo” *etc.* A iminência de um ato com dimensões ainda maiores não poderia ter dado outro resultado: no dia 19 de junho os prefeitos Eduardo Paes e Fernando Haddad anunciaram a redução das tarifas em suas cidades. Mas era tarde demais. A Caixa de Pandora já havia sido aberta.

¹⁸⁰ Instituto DataFolha.

O anúncio da redução das tarifas em São Paulo e no Rio de Janeiro não impediu que no dia 20 de junho de 2013 o Brasil assistisse à maior onda de protestos realizados desde o Fora Collor em 1992. Já não se tratava mais do transporte público. Setores da imprensa souberam canalizar de forma hábil a agenda difusa dos manifestantes contra a corrupção do sistema político em geral e contra os partidos políticos. Dados sistematizados a partir dos informes da Polícia Militar e de institutos de pesquisa informaram que mais de 1,25 milhão de pessoas estiveram nas ruas de todo o país no dia 20: 300 mil no Rio de Janeiro; 100 mil em São Paulo; 30 mil em Campinas-SP; 30 mil em Fortaleza; 20 mil em Brasília; 20 mil em Salvador; 15 mil em Porto Alegre; 15 mil em Belém *etc* ¹⁸¹. Concomitante à mudança quantitativa, um retrocesso qualitativo nos protestos que até então prezavam pela pluralidade foi engendrado: militantes de centrais sindicais como CUT e CTB e partidos políticos como PT, PCdoB, PSOL, PSTU e PCO, ou pessoas que simplesmente estavam vestidas de vermelho, passaram a ser agredidas violentamente e expulsas dos protestos. O PT foi o alvo mais nítido, mas junto com ele toda a esquerda passou a ser perseguida indiscriminadamente. A observação de Raquel Rolnik foi precisa: “o apartidarismo ganhou sua versão fascista, antipartidária, quando militantes de partidos quiseram aderir às manifestações e foram espancados...pelos próprios manifestantes” (2013, p. 12). Testemunha ocular dos eventos, Lincoln Secco observou o mesmo fenômeno: “Na manifestação de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam. (...) O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário” (2013, p. 74). Já Tatagiba *et al* ressaltaram a indissociabilidade entre antipartidarismo e antipetismo: “os alvos principais das hostilidades eram os militantes petistas, evidenciando uma forte associação entre antipartidarismo e antipetismo. O discurso do ódio – e as imagens eram eloquentes com jovens queimando ou mordendo as bandeiras do PT (...)” (2015, p. 201).

A vitória contra o aumento no dia 19 ao mesmo tempo em que a situação começou a sair do controle, com as agressões de cunho fascista contra os partidos políticos no dia 20, fez com que o MPL resolvesse sair de cena: “O MPL não vai convocar novas manifestações. Houve uma hostilidade com relação a outros

¹⁸¹ Portal G1, 21.06.2013.

partidos por parte de manifestantes, e esses outros partidos estavam desde o início compondo a luta contra o aumento e pela revogação", afirmou Douglas Beloni, militante do grupo, em entrevista para a rádio CBN no dia 21 de junho¹⁸². A partir de então uma nova mudança na narrativa da imprensa foi operada. De acordo com Maria da Glória Gohn, "a partir desta data, o foco da cena, na mídia, foi o governo federal e suas tentativas de dar respostas às manifestações, tendo em vista que a avaliação da presidenta Dilma caiu de 57% para 30% em três semanas, atribuída por muitos aos protestos..." (2014, p. 31).

Passado o grande turbilhão de junho, durante todo o segundo semestre de 2013, as manifestações ocorreram de forma difusa e segmentada, e foram esmorecendo até o fim do ano: ocupação na porta da casa do governador do Rio, Sergio Cabral; paralisação de caminhoneiros nas estradas; protesto de motoboys em São Paulo, greve de professores no Rio *etc.* As grandes empresas de comunicação também foram alvos de protesto: em 3 de julho na porta da Rede Globo, no Rio de Janeiro; e em 23 de agosto defronte à Editora Abril, em São Paulo.

No primeiro semestre de 2014 as manifestações voltaram renovadas. Dessa vez, o mote principal foram os gastos públicos com a Copa do Mundo que aconteceria entre junho e julho de 2014. O movimento "Não vai ter Copa" repudiava os investimentos públicos que estavam sendo feitos nas doze cidades sedes, com o argumento de que esses recursos deveriam ser redirecionados para saúde e educação. O perfil político partidário desse movimento foi parecido com o que deu início a luta contra o reajuste das passagens em junho de 2013: forte participação de membros do PSTU e PSOL. O dia 25 de janeiro foi o escolhido para dar início aos protestos nas cidades sedes da Copa, que seguiram o ritmo do ano anterior: início tranquilo e fim violento com ativistas detidos. O segundo ato ocorreu em 22 de fevereiro e mais uma vez teve centenas de detidos. Mas foi em 15 de maio que tomou proporções consideráveis com cerca de 65 mil pessoas conforme dados do Instituto DataFolha (GOHN, 2014, p. 38).

Mas não foi somente a Copa do Mundo que catapultou os movimentos de 2014. Os reajustes nas tarifas de ônibus que haviam sido cancelados no ano anterior, voltaram. Em 30 de janeiro, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, aproveitou as férias

¹⁸² Carta Capital, 21.06.2013.

escolares e universitárias para anunciar que em 8 de fevereiro as passagens subiriam de R\$ 2,75 para R\$ 3,00. Foi o estopim para o novo ciclo de protestos. O primeiro deles, em 6 de fevereiro, terminou mais uma vez com quebradeiras e violência policial. Porém, o que realmente marcou esse dia foi um trágico acidente. O cinegrafista da Band, Santiago Andrade, foi atingido na cabeça por um rojão enquanto cobria a manifestação no centro do Rio e faleceu quatro dias depois. Esse acontecimento fez novamente a narrativa da grande imprensa voltar a criminalizar a atuação dos manifestantes. Algumas matérias tentaram relacionar os responsáveis pela morte do cinegrafista com o deputado estadual Marcelo Freixo, do PSOL, o que gerou um movimento de solidariedade entre os partidos da esquerda do espectro político. O PT chegou, inclusive, a publicar nota onde afirmava que o PSOL e Freixo são “vítimas recentes da sanha da mídia empresarial brasileira, sempre disposta a atacar as ideias, as organizações e as lideranças da esquerda brasileira, como ocorre sistematicamente contra o PT, sendo a cobertura do julgamento da AP-470 um caso emblemático”¹⁸³. O sociólogo Luiz Eduardo Soares foi ainda mais incisivo:

São inacreditavelmente frágeis as bases para as reiteradas notícias veiculadas pelo Globo, especulando sobre os mais esdrúxulos vínculos entre Marcelo Freixo e a trágica morte do cinegrafista, Santiago. (...) a artilharia pesada do sistema Globo quer fazer com Marcelo, no plano moral e político, o que as milícias não conseguiram, no plano físico. Há no ar uma tentativa de assassinato moral absolutamente irresponsável.¹⁸⁴

Deixemos de lado por um momento as manifestações, para olhar para um outro lado. Para corroborar a tese de Jessé de Souza sobre a instrumentalização do tema da corrupção contra o governo federal, entrou em cena, a partir de meados do primeiro semestre de 2014, uma outra variável importante para o processo político brasileiro: a Operação Lava Jato. Iniciada em 17 de março de 2014, a Lava Jato foi uma investigação da Polícia Federal em parceria com procuradores do Ministério Público Federal, no âmbito da 1ª. instância da Justiça Federal, no Paraná, sob o comando do juiz Sergio Moro. O centro das investigações foram as relações tripartites entre dirigentes da Petrobras, empresários da construção civil e partidos políticos da base do governo federal, em particular PMDB, PP e PT. A suspeita foi a de que alguns diretores da Petrobras teriam superfaturado obras para que o sobre

¹⁸³ Viomundo, 18.02.2014.

¹⁸⁴ Ver o artigo “Globo e milícias contra Marcelo Freixo” publicado por Luiz Eduardo Soares no blog O Cafezinho em 12.02.2014.

valor fosse repassado pelas empreiteiras aos partidos políticos. De acordo com as investigações, todas as grandes empresas da construção civil do país estariam envolvidas: Odebrecht, OAS, UTC, Camargo Corrêa, Engevix e Queiroz Galvão.

Some-se aos elementos de ordem política, jurídica e social os de ordem econômica. A crise mundial que atingiu os EUA em 2008 e a Europa em 2011 começou a dar sinais de que alcançaria o Brasil a partir de 2013: o real foi desvalorizado o que incomodou importadores e a classe média desejosa por viajar ao exterior; para segurar a inflação, os juros subiram afetando capacidade de investimento da burguesia interna não associada ao rentismo; e o crescimento do PIB foi pífio a partir de 2014 o que gerou desemprego e redução da valorização do salário mínimo. A tabela abaixo sistematiza esses dados.

Tabela 9: Índices econômicos no governo Dilma (2011-2016)¹⁸⁵

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dólar (R\$)	1,8	2,1	2,3	2,5	3,8	3,4
Inflação (%)	6,5	5,8	5,9	6,5	10,6	6,3
Taxa de juros (%)	10,9	7,1	9,9	11,6	14,1	13,9
Crescimento (%)	4	1,9	3	0,5	-3,8	
Desemprego (%)	6	5,5	5,4	4,8	6,9	11
Salário mínimo (R\$)	540,00	622,00	678,00	724,00	788,00	880,00

Sintomas dessas dificuldades econômicas podiam ser observadas no setor mais sensível do corpo social: o sindical. Ruy Braga observa que 2013 foi o ano em que mais greves foram realizadas na história recente do país. Pelos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o SAG-DIEESE, os trabalhadores fizeram 2.050 greves em 2013, um crescimento de 134% em relação ao anterior quando foram contabilizadas 877 paralisações. Sua hipótese é a de que 2013 assistiu “à convergência espontânea entre a *luta política do precariado urbano* manifestando-se nas ruas em defesa de seus direitos sociais e a *luta econômica da classe trabalhadora mobilizada sindicalmente* em defesa de melhores salários e condições de trabalho” (BRAGA, 2016, p. 71, grifo do autor).

¹⁸⁵ Para o dólar, utilizamos a cotação do mês de dezembro em cada ano. A inflação foi avaliada pelo IPCA anual. A taxa de juros é o SELIC do Banco Central para o mês de dezembro. O crescimento do PIB é o mensurado pelo IBGE. O grau de desemprego é a média anual medida pelo IBGE.

Esse cenário de permanente mobilização social e criminalização de determinadas manifestações, ressonância ampliada do tema da corrupção via operação Lava Jato e economia em declínio, foi o pano de fundo para a polarizada eleição presidencial de 2014: Dilma Rousseff, do PT, venceu o segundo turno com apenas 51% dos votos contra os 48% de Aécio Neves, do PSDB.¹⁸⁶ Efeito sintomático dessa polarizada disputa foi a tentativa imediata do PSDB de solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, a recontagem dos votos, bem como a cassação da chapa adversária por suposto abuso de poder político e econômico durante a eleição¹⁸⁷. Era o início daquilo que ficou conhecido como o “terceiro turno”.

A primeira vez que a expressão “terceiro turno” apareceu nesse enredo foi logo na véspera do segundo turno presidencial. Em artigo publicado no jornal El País, o jornalista Alberto Dines previu: “Apertem os cintos: materializou-se aquilo que mais se temia – o pavoroso espectro de um *terceiro turno* [grifo do autor]”¹⁸⁸. Em seguida, foi o ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, quem criticou os indícios de que a Operação Lava Jato seria utilizada como um terceiro turno: “Refiro a tentativa de se politizar as investigações para fazer delas um prolongamento de palanques eleitorais. Já houve o resultado das eleições. A investigação não é terceiro turno eleitoral”¹⁸⁹. Mas foi com a declaração do presidente do TSE, Dias Toffoli, durante a cerimônia de diplomação da presidenta Dilma Rousseff, que a expressão ganhou o debate público: “As eleições de 2014, para o Poder Judiciário, são uma página virada. Não haverá terceiro turno na Justiça Eleitoral. Que especuladores se calem. Não há espaço para, repito, terceiro turno que possa cassar o voto destes 54.501.118 eleitores”, afirmou Toffoli¹⁹⁰. A reação dos partidos de oposição, contra Toffoli, foi imediata. O líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Antônio Imbassahy, declarou que “juiz algum pode deixar que sua alma partidária prevaleça sobre o mérito”¹⁹¹. Já o líder do DEM, Mendonça Filho,

¹⁸⁶ Vale lembrar que em sua primeira eleição, em 2010, Dilma obteve no segundo turno 56% dos votos contra 44% de José Serra do PSDB. Em 2006, o candidato do PT, Lula, obteve 60% dos votos contra 39% de Geraldo Alckmin, do PSDB. E em 2002, Lula alcançou 61% contra 38% do tucano José Serra. A eleição presidencial de 2014 foi, portanto, a mais polarizada disputa desse período.

¹⁸⁷ Valor Econômico, 07.07.2015.

¹⁸⁸ El País, 24.10.2014

¹⁸⁹ Carta Capital, 15.11.2014

¹⁹⁰ Portal G1, 18.12.2014

¹⁹¹ Jornal O Globo, 19.12.2014

afirmou que “esse tom cabe mais aos debates políticos do que ao debate das Cortes que têm um caráter técnico jurídico. Ele tem liberdade de expressão. Mas, o melhor é deixar para o, PT, o PSDB e demais partidos o duelo no campo político eleitoral”¹⁹². Mais adiante, já no contexto inicial das manifestações pró impeachment, a própria presidenta Dilma Rousseff diria:

Eu acho que há que se caracterizar as razões para o impeachment e não o terceiro turno das eleições. O que não é possível no Brasil é a gente não aceitar as regras do jogo democrático. A eleição acabou, houve primeiro e houve segundo turno. Terceiro turno das eleições, para qualquer cidadão brasileiro, não pode ocorrer, a não ser que você queira uma ruptura democrática¹⁹³.

Como reflexo do chamado “terceiro turno”, o ano de 2015 foi de acirramento nos campos jurídico, legislativo e social. No jurídico, a Operação Lava Jato se desenrolou com maior robustez levando à prisão empresários e políticos ligados ao governo federal. No legislativo, o deputado Eduardo Cunha do PMDB foi eleito, em fevereiro, presidente da Câmara dos Deputados, contra Arlindo Chinaglia do PT. Embora do mesmo partido do vice-presidente da república, Cunha era um declarado desafeto de Dilma e foi eleito sob um discurso de independência em relação ao governo. Dilma e o PT apostaram em Chinaglia, mas perderam. Era o fim da governabilidade parlamentar criada por Lula em 2003 para a sustentação do presidencialismo de coalizão. A partir daí as relações entre executivo e legislativo passaram a ser, no mínimo, turbulentas. Já no campo social o ano de 2015 viu florescer uma série de manifestações sociais pelo impeachment de Dilma, mobilizadas por movimentos de perfil conservador como Vem pra Rua e MBL. Em resposta, movimentos sociais e partidos de esquerda formaram duas frentes: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo.

As manifestações nas ruas organizadas pelo MBL e pelo Vem Pra Rua, e mobilizadas pela imprensa, proporcionaram um ambiente social favorável ao impeachment. A Operação Lava Jato também contribuiu com esse sentimento ao induzir a ideia de que o governo era corrupto. Mas foi no parlamento que o golpe foi executado. O novo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, sempre foi conhecido como um grande operador de interesses empresariais no Congresso. Interesses esses que estavam sendo investigados pela Operação Lava

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Portal G1, 09.03.2015

Jato. E grande parte dos deputados eram financiados por empresas com apoio de Cunha. Com a descoberta de que mantinha uma conta secreta na Suíça, o deputado foi denunciado para o Conselho de Ética da Câmara. Para impedir a aprovação do pedido de cassação de seu mandato, Cunha passou a negociar a admissão ou não do impeachment em troca dos votos dos três deputados do PT que eram membros do Conselho de Ética. Como os deputados petistas se recusaram a participar da chantagem, Cunha anunciou em 2 de dezembro de 2015 que o processo do impeachment passaria a tramitar na Câmara. Quatro meses após a aceitação do pedido, em 17 de abril de 2016 o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo por 367 votos favoráveis contra 137 contrários¹⁹⁴. Houve sete abstenções e somente dois ausentes dentre os 513 deputados. O processo seguiu então ao Senado e em 31 de agosto de 2016 a casa aprovou o impeachment de Dilma por 61 votos a 20.

Independente de tudo o que foi dito até aqui sobre as condições que levaram ao impeachment, provavelmente nada supera o que veio a público em junho de 2016 com o vazamento de algumas gravações telefônicas feitas entre o presidente da Transpetro, Sergio Machado, e o senador peemedebista Romero Jucá. Ao assumirem a preocupação com as delações premiadas da Operação Lava Jato, os dois dirigentes do PMDB sugerem que apenas o impeachment de Dilma e a entrada em seu lugar do vice-presidente da república, o também peemedebista Michel Temer, poderia paralisar as investigações¹⁹⁵:

Sergio Machado: “Tem que ter um impeachment”.

Romero Jucá: “Tem que ter impeachment. Não tem saída”.

Sergio Machado: “Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel”.

Sergio Machado: “É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional”.

Romero Jucá: “Com o Supremo, com tudo”.

Sergio Machado: “Com tudo, aí parava tudo”.

Romero Jucá: “É. Delimitava onde está, pronto”.

¹⁹⁴ Votaram contra o impeachment as bancadas dos partidos de esquerda e centro esquerda como PT, PCdoB, PDT, PSOL e REDE, além de alguns deputados avulsos de outros partidos.

¹⁹⁵ O Globo, 23.06.2016.

Para além dessas razões pouco republicanas, é importante ressaltar a pressão social. A atuação da sociedade civil pró-impeachment não se restringiu às manifestações nas ruas. Houve também uma forte pressão institucional das federações patronais sobre os parlamentares. Como vimos no capítulo anterior, os sindicatos patronais possuem forte ligação com partidos de centro e direita do espectro ideológico. Justamente os mesmos partidos que buscaram a aprovação do impeachment. Uma pesquisa de Aline Maciel da Agência Pública demonstrou como pelo menos cinco federações estaduais da indústria declararam apoio formal pela aprovação do impeachment: Rio de Janeiro; São Paulo; Paraná; Santa Catarina; e Goiás¹⁹⁶. O primeiro a se posicionar foi certamente o presidente da FIESP, Paulo Skaf. Em suas palavras, “todos nós vamos nos concentrar em conscientizar os parlamentares de que o país quer o impeachment”¹⁹⁷. A mesma linha foi seguida pelo presidente da FIRJAN, Eduardo Eugênio Gouvêa: “[Vamos] mostrar aos parlamentares a obrigação deles, de votar para o Brasil, mudando a presidente do Brasil o mais rapidamente possível. Não podemos continuar nessa pasmaceira”, disse o dirigente patronal do Rio de Janeiro¹⁹⁸. Toda essa movimentação das federações patronais da indústria culminou em uma carta do presidente da CNI, Robson Andrade, dirigida aos deputados federais no dia 14 de abril de 2016, ou seja, praticamente na véspera da votação da admissão do impeachment na Câmara. Na carta, Andrade pediu o apoio dos parlamentares ao impeachment sob uma justificativa política e econômica.

(...) Parcelas do governo acenam com uma nova guinada na economia, justamente na direção da política que nos legou o descalabro das contas públicas e criou o cenário catastrófico em que hoje nos encontramos. Ao mesmo tempo, o governo tem sido complacente com grupos sociais que pregam a radicalização e o confronto como forma de impor suas ideias. Essa atitude pode levar a um acirramento ainda maior das tensões, insuflando a violência, com sérias consequências. Esse quadro negativo é ampliado pela falta de articulação do governo no Congresso, o que cria obstáculos para a aprovação das reformas de que o país necessita. Estamos convencidos de que as discussões sobre o impeachment e sua votação no Congresso resultarão em uma nova fase da política nacional. O governo que emergir desse processo terá de arregimentar apoio, tanto no Parlamento como na

¹⁹⁶ Ver <http://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Idem.

sociedade, para liderar novo pacto federativo, restaurar a governabilidade e unir o país¹⁹⁹.

Entre o patronato rural o mesmo posicionamento foi declarado. No dia 6 de abril de 2016, o presidente da CNA, João Martins, anunciou o apoio da entidade ao impeachment. De acordo com Martins, a razão que levou à decisão da CNA teria sido um evento realizado alguns dias antes no Palácio do Planalto com representantes de trabalhadores da agricultura. Na ocasião o secretário de administração e finanças da CONTAG, Aristides Santos, convocou invasões de terras de parlamentares ruralistas como forma de evitar o impeachment. "Fomos surpreendidos com o evento no Palácio do Planalto em que se pregou a violência e, dias depois, o ministro da Justiça, em vez de recriminar, defendeu os movimentos como legítimos porque apoiam o governo", afirmou Martins²⁰⁰. Com a exceção da federação do Tocantins, dirigida pela ministra Katia Abreu, todas as demais federações estaduais da agricultura apoiaram o impeachment²⁰¹. Assim como fez a CNI, João Martins também defendeu que sua entidade pressionasse os parlamentares: "No dia do impeachment, a CNA promete uma grande manifestação em Brasília com os produtores rurais"²⁰². Dito e feito, Brasília recebeu centenas de representantes do patronato que foram até lá pressionar os parlamentares.

Também o patronato do setor de serviços e comércio reagiu da mesma maneira. Em nota divulgada no dia seguinte à abertura do processo, a CNC "avalia que houve um importante avanço com a decisão, em 17 de abril de 2016, da Câmara dos Deputados em aprovar o impeachment da Presidente Dilma Rousseff"²⁰³. Diz ainda que "se o Senado aprovar o afastamento da Presidente, o ambiente político vai registrar uma mudança favorável, melhorando o clima de confiança, apesar de a economia ainda continuar em crise"²⁰⁴. A nota conclui afirmando que o presidente da CNC, Antônio Oliveira Santos, estimularia as federações do comércio a pressionarem os senadores de seus estados.

¹⁹⁹ Ver <http://www.fiern.org.br/index.php/noticias/noticias-fiern/3094-presidente-da-cni-escreve-aos-deputados-sobre-processo-de-impeachment-contradilma>

²⁰⁰ Globo Rural, 07.04.2016

²⁰¹ Idem.

²⁰² Canal Rural, 06.04.2016

²⁰³ CNC, 18.04.2016

²⁰⁴ Idem.

Entre as centrais sindicais os posicionamentos foram mais complexos. A CUT, a CTB, a Intersindical e a NCST posicionaram-se claramente contra o impeachment. Outras centrais como Força Sindical, CSB, UGT e CGTB mantiveram uma postura mais neutra devido a falta de consensos internos sobre o tema. Na Força Sindical, por exemplo, o presidente Paulo Pereira da Silva era favorável ao impeachment enquanto seu secretário geral, João Carlos Gonçalves, o Juruna, era contrário²⁰⁵. Filiado ao PMDB, o presidente da CSB, Antônio Neto, preferiu não externar sua opinião, enquanto seu secretário geral, Álvaro Egea, mais próximo do PDT, identificou no impeachment um "processo de destruição das conquistas democráticas e do Estado de direito"²⁰⁶. O presidente da UGT, Ricardo Patah, filiado ao PSD, também preferiu não se manifestar. Afinal de contas, o presidente de seu partido, Gilberto Kassab, era ministro de Dilma. No entanto, o vice-presidente da central sindical, o deputado federal Roberto de Lucena, do PV, foi um dos que votaram pelo impeachment.

Em suma, o que tentamos argumentar até aqui foi que o golpe parlamentar de 2016 foi uma ação direta dos atores envolvidos. Concordamos, portanto, com Santos e Szwako quando defendem a tese de que “o impeachment ocorrido no País em 2016 não representa uma crise institucional, mas uma crise política. Foi a ação coordenada de atores, e não nosso modelo institucional, que levou à ruptura democrática” (2016, p. 114). Em um linguajar sociológico, as razões do golpe parlamentar estiveram mais envolvidas com as agências do que com as estruturas. Os sindicatos patronais representantes das mais diversas frações de classe estavam unidos pelo impeachment de Dilma Rousseff. O modelo político de conciliação que havia vigorado durante todo o governo Lula e durante o primeiro governo de Dilma chegava ao fim. Era o início de uma nova fase nas relações entre capital e trabalho com a ascensão de um novo período de austeridade fiscal a ser dirigido pelo Estado. Aliás, cabe aqui lembrarmos que a própria nota da CNI de 14 de abril de 2016 já alertava que, decorrido o impeachment, “o governo e o Congresso precisarão de coragem e determinação para adotar medidas duras”, como “as reformas previdenciária, tributária e administrativa, a recomposição das contas públicas, a

²⁰⁵ Em artigo publicado no site da Força Sindical em 19.04.2016, Juruna defende a pluralidade de opiniões dentro da entidade. Ver <http://www.fsindical.org.br/artigos/a-pluralidade-como-opcao>

²⁰⁶ Rede Brasil Atual, 23.03.2016

modernização das leis trabalhistas e a revisão dos marcos regulatórios”²⁰⁷. Com efeito, o governo Temer seguiu à risca o pedido do patronato e aprovou logo em 2016 uma Emenda Constitucional que previa o congelamento dos gastos públicos por 20 anos: a chamada PEC do Teto dos Gastos. Aos partidos políticos, movimentos sociais e determinadas organizações da sociedade civil restava a seguinte pergunta: o que fazer nesse novo contexto de reordenamento político e social? A seguir, apresento quatro formulações que foram cogitadas para essa questão.

4.3

A saída é pela direita: Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e a “revolução de cashmere”

Como vimos na seção anterior, há uma percepção generalizada entre os intérpretes das “jornadas de junho de 2013” de que o movimento que começou organizado por organizações à esquerda do espectro ideológico, particularmente o MPL, terminou com práticas violentas contra os partidos de esquerda, além de palavras de ordem da direita do espectro político (SECCO, 2013; ROLNIK, 2013; TATAGIBA *et al*, 2015; SOUZA, 2016). Até onde se sabe, essas ações foram difusas, dispersas e não organizadas. Mas contribuíram, em última instância, para a impulsão da reorganização do pensamento liberal e conservador nas ruas.

O pensamento liberal e conservador - em uma só palavra, a direita – sempre teve seu espaço bem preservado na sociedade civil brasileira. Seja em *think tanks* como o Instituto Millenium, o Instituto Liberal e o Instituto Mises, seja na grande imprensa - a revista *Veja* é exemplar²⁰⁸ –, ou mesmo em Igrejas – caso do midiático pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo-, o pensamento social e político da direita brasileira tem conseguido exprimir suas formulações com algum grau de sucesso. Seus porta vozes são colunistas nos principais veículos de comunicação do país como Rodrigo Constantino, Reinaldo

²⁰⁷ Ver <http://www.fiern.org.br/index.php/noticias/noticias-fiern/3094-presidente-da-cni-escreve-aos-deputados-sobre-processo-de-impeachment-contradilma>

²⁰⁸ De acordo com Cavalcanti (2015: p. 192), “a revista citada como a mais “confiável” no Brasil, única que recebeu avaliação totalmente positiva de mais da metade (51,8%) dos entrevistados na manifestação de 12 de abril, foi *Veja*, cujas edições impressas e blogs abrigam o discurso mais organizado da direita no país”.

Azevedo, Diogo Mainardi, Olavo de Carvalho, Guilherme Fiúza, Luiz Felipe Pondé, Marco Antônio Villa, Rachel Sheherazade, Leandro Narloch, Denis Rosenfield *etc.* Contudo, a sua capacidade de mobilização popular nas ruas sempre foi pífia – provavelmente a última vez que a direita conseguiu mobilizar grandes parcelas da sociedade brasileira nas ruas tenha sido na década de 60 com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade^{209 210}.

Esse cenário começou a mudar com as jornadas de 2013 – notoriamente com o dia 20 de junho -, mas somente em fins de 2014 que realmente foi consolidado em organizações políticas. Da polarizada eleição presidencial de 2014 emergiram dois movimentos sociais com a pauta liberal e conservadora: o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua. Os dois movimentos são praticamente gêmeos de nascimento – enquanto o Vem Pra Rua nasceu em 16 de outubro de 2014, o MBL foi fundado em 1 de novembro. As semelhanças também estão em seus programas econômicos de forte apelo liberal, em suas estéticas nacionalistas – a moda é o verde e amarelo, e em seus núcleos primordialmente paulistas. Mas há também algumas pequenas diferenças que merecem ser destacadas e que serão debatidas adiante. Para tanto, é necessário apresentar um pouco mais desses dois movimentos.

O Vem Pra Rua surgiu do encontro de dois empresários paulistas de meia idade, incomodados com a possível vitória do PT pela quarta vez seguida: Rogério Chequer e Colin Butterfield. Butterfield, que em suas primeiras aparições utilizou o pseudônimo Nilo Campos²¹¹, foi o fundador do site Decolar.com e era o então presidente da Cosan Alimentos, uma das mais importantes do setor usineiro no país, ao passo que Chequer vinha do mercado financeiro. O local que os dois empresários ocupam na produção dizem muito sobre o ambiente crítico em que viviam. Como já foi dito, o mercado financeiro, onde Chequer atua, foi o principal alvo de confronto do primeiro governo Dilma. Já o fato de Butterfield também ter sido o fundador do site Decolar.com, de venda de passagens aéreas, alimenta a suspeita de

²⁰⁹ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o nome dado para uma série de manifestações públicas ocorridas no Brasil entre 19 de março e 8 de junho de 1964 contra uma suposta ameaça comunista representada pelo governo de João Goulart. Foram responsáveis por criar um clima social favorável ao golpe militar de 31 de março.

²¹⁰ Em 2007, surgiu em São Paulo um movimento denominado Cansei. Liderado por João Doria Jr, atual prefeito de São Paulo pelo PSDB, o movimento era formado pela camada média alta da cidade e apostava em críticas ao governo Lula. Sua dimensão foi mínima e não encontrou reverberação na sociedade tendo desaparecido logo em seguida.

²¹¹ Estado de São Paulo, 22.09.2016.

que o real motivo que o levou a estar insatisfeito com o governo federal tenha sido a desvalorização do Real ao longo de 2014, o que certamente atrapalharia os negócios da empresa. Vale recordar que Butterfield já tinha tido uma experiência anterior em 2007 quando participou do fracassado movimento Cansei. Importante frisar que nenhum dos dois possui filiação partidária.

O perfil dos fundadores do MBL é um pouco diferente. São jovens influentes nas redes sociais como Kim Kataguiri e Fernando Holiday, que quando fundaram o movimento em novembro de 2014 tinham apenas 18 anos. Essa maior interação com a rede social é certamente um diferencial. Antes do MBL, Kataguiri já fazia sucesso entre os meios liberais com seus vídeos no Youtube. Negro, homossexual e filiado ao DEM, Holiday é conhecido nas redes sociais por suas posições polêmicas contra as ações afirmativas. Defende, por exemplo, o fim das cotas raciais e o fim do Dia da Consciência Negra. Há também entre os fundadores do movimento alguns empresários. É o caso de Renan Santos, que fundou o MBL com 30 anos de idade, e que já foi filiado ao PSDB entre 2010 e 2015.

Embora apenas 15 dias separem o nascimento dos dois movimentos, muita coisa aconteceu nesse meio tempo. O Vem Pra Rua foi efetivamente para a rua pela primeira vez em 16 de outubro de 2014 nas cidades de São Paulo, Brasília, Recife e Teresina. O objetivo de Butterfield e Chequer ao mobilizar seu capital social nos meios empresariais foi impedir a reeleição de Dilma Rousseff no segundo turno presidencial que ocorreria em 26 de outubro. Numa eleição de segundo turno onde só há dois candidatos, isso significou, na prática, fazer a campanha do tucano Aécio Neves. Para tanto, contaram apenas com a convocatória de um evento no Facebook que alcançou 90 mil convidados e cerca de 6 mil confirmados. No fim das contas, aproximadamente 300 pessoas estiveram presentes. A primeira repercussão desse surgimento do Vem Pra Rua veio com uma matéria na Folha de São Paulo intitulada “Manifestantes pró-Aécio fazem protesto em São Paulo”. A matéria dizia ainda que a passeata seguiu “ao redor de uma pickup adesivada com a foto do vereador Coronel Telhada (PSDB)”²¹². Interessante notar um aspecto do capital social dos organizadores. Diferentemente de muitos outros movimentos sociais tradicionais,

²¹² Folha de São Paulo, 16.10.2014. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1533733-nao-sabem-votar-diz-manifestante-pro-aecio-sobre-o-nordeste.shtml>

Butterfiel conhecia pessoalmente o secretário de segurança pública de São Paulo, Fernando Grella, e ligou diretamente para ele para pedir o apoio e a segurança da PM para a realização do ato. Pedido que foi prontamente atendido (BUTTERFIELD e CHEQUER, 2016, p. 39).

A primeira manifestação animou os organizadores a convocarem uma nova para a semana seguinte. Esse segundo ato foi realizado em 22 de outubro em nove cidades. Somaram-se às quatro cidades do primeiro ato outras cinco: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba e Ribeirão Preto. Para além da expertise adquirida na semana anterior, os organizadores contaram dessa vez com o apoio de artistas e políticos na divulgação na internet. Entre esses apoiadores estavam as cantoras Fafá de Belém e Sandra de Sá, o técnico de vôlei, Bernardinho, políticos tucanos como José Serra e Fernando Henrique Cardoso e o advogado Miguel Reale Junior. Esse último foi convidado por sua filha, Luciana Reale, que passou a fazer parte da organização no Vem Pra Rua. Essa menção não é trivial. Foi justamente Miguel Reale Junior quem subscreveu ao lado dos advogados Hélio Bicudo e Janaina Paschoal o pedido de impeachment de Dilma Rousseff que viria a ser aceito pela Câmara dos Deputados em 2015. Enfim, tantos nomes conhecidos contribuindo com a divulgação levou ao sucesso do ato: cerca de 25 mil pessoas, de acordo com os organizadores, estiveram presentes só em São Paulo (BUTTERFIELD e CHEQUER, 2016, p. 57).

O sucesso de público mobilizado e o crescimento do candidato Aécio Neves nas pesquisas estimularam o Vem Pra Rua a protestar pela terceira vez contra o governo federal, dessa vez na véspera da eleição presidencial, no dia 25 de outubro. Mais uma vez, artistas e políticos do PSDB contribuíram com a divulgação nas redes sociais. O mecanismo principal de divulgação foi novamente um evento criado no Facebook, que alcançou cerca de 450 mil internautas convidados. Mas o elemento diferencial foi a coordenação da campanha de Aécio Neves que colocou sua estrutura de comunicação e mobilização a serviço do movimento. O próprio Rodrigo Baggio, coordenador da campanha de Aécio, acompanhou de perto cada passo da realização desse terceiro ato. Graças a essa estrutura de comitês locais da campanha de Aécio, as manifestações do dia 25 aconteceram em pelo menos 237 cidades. Foi um sucesso, mas não o suficiente para impedir a derrota do tucano no dia seguinte (BUTTERFIELD e CHEQUER, 2016, p. 68).

No dia 1º. de novembro, um protesto foi convocado para as ruas de São Paulo com o objetivo de denunciar supostas fraudes eleitorais que levaram à reeleição de Dilma. O Vem Pra Rua não concordou com aquela agenda e preferiu não participar. Mas foi ali que nasceu seu irmão mais novo, o MBL. Apesar desse desencontro inicial, os dois movimentos decidiram passar a atuar juntos e convocaram um novo ato para 15 de novembro, Dia da Proclamação da República. Estimulados pelos resultados da Operação Lava Jato, apostaram no tema do combate à corrupção como faísca mobilizadora. Em seu livro sobre a história do Vem Pra Rua, Butterfield e Chequer descreveram do seguinte modo o encontro entre os dois movimentos:

Foi a primeira vez que encontramos o pessoal do Movimento Brasil Livre (MBL), que havia sido criado logo após o segundo turno. Depois da manifestação de 1º. de novembro, Renata buscou o contato do grupo e conseguiu o telefone do Renan Santos, um dos líderes do MBL. Ligamos para ele e combinamos de nos conhecer pessoalmente durante o protesto. Ao chegar à Paulista, Colin foi ao encontro de Renan e o viu sentado na calçada, ao lado do caminhão. Sugerimos que posicionassem o caminhão para andar até a Praça da Sé conosco, mas nosso carro de som era pequeno comparado ao do MBL. Quando eles ligaram o som deles, o nosso ficou abafado. Passamos a combinar desde então as regras para trabalharmos juntos (BUTTERFIELD e CHEQUER, 2016, p. 80).

A esse ciclo inicial de protestos organizados por empresários liberais, a revista inglesa *The Economist* apelidou jocosamente como a “revolução de cashmere”²¹³. Insuspeita de ser anti-liberal, a caracterização feita pela revista demonstrava de fato o perfil daqueles manifestantes que utilizavam roupas caras e carros do ano. Aliás, impossível não relacionar essa “revolução do cashmere” com o preconceituoso comentário da jornalista Eliane Catanhêde na convenção do PSDB, em 2010, que aprovou o nome de José Serra como candidato presidencial. Naquela ocasião, Catanhêde observou que o auditório estava lotado, o que caracterizaria o PSDB como “um partido de massa, mas uma massa cheirosa”.²¹⁴ Sobre esse perfil dos dois movimentos, Tatagiba *et al* definiram da seguinte maneira:

Suas lideranças são homens brancos, que se apresentam como empresários, e têm seu discurso reverberado em setores de classe média e média alta, com destaque para os formadores de opinião na classe artística. Embora se afirmem apertadários,

²¹³ *The Economist*, 23.10.2014. “The Cashmere revolution”. Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/americasview/2014/10/brazils-presidential-election-0>

²¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yuXgolrKWjA>

é comum o envolvimento de suas lideranças com as campanhas do PSDB (2015, p. 205).

Ao longo de 2015, os dois movimentos tornaram-se efetivamente de massas realizando atos que levaram pessoas para as ruas como há muito não se via. O marco para essa nova configuração foi, certamente, o dia 15 de março, quando milhares se vestiram de verde e amarelo pelo impeachment de Dilma²¹⁵. Claro, é preciso ser dito que esse sucesso contou com o apoio dos meios de comunicação que divulgaram em exaustão os protestos. Também é preciso destacar o papel do metrô de São Paulo que liberou as catracas para os manifestantes²¹⁶. Assim continuaram em 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015 e, no ano seguinte, em 13 de março de 2016, oferecendo à oposição parlamentar a legitimidade das ruas para o impeachment. Aqui, temos que concordar com Santos e Szwako quando argumentam que “a mobilização verde e amarelo que ganhou as ruas nos meses de março, abril e agosto de 2015 soube se apropriar de um dos principais legados de 2013: a rua como palco legítimo dos protestos” (2016, p. 119).

Para além da bandeira do impeachment, sob a narrativa do combate à corrupção, os dois movimentos eram muito preocupados com a formulação de um programa liberal para o país. Em seu primeiro Congresso Nacional realizado em novembro de 2015, o MBL aprovou documento com 84 propostas para o país, divididas em temas como educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. Propostas de perfil fortemente liberal do ponto de vista econômico, como as que destacamos a seguir:

- (1) Redução de impostos das escolas privadas; (2) Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas; (3) Desburocratização de operadoras de planos de saúde; (4) Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras; (5) Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um; (6) Privatizar ou transformar em PPPs os serviços de saneamento básico dos municípios; (7) Idealmente, no longo prazo, todos os bancos devem ser privatizados, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal; (8) Permitir o investimento estrangeiro para concorrer com empresas de telecomunicação; (9) Acabar com o limite de 30% de participação de capital estrangeiro em veículos de imprensa; (10) Fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada; (11) Permitir a contratação de

²¹⁵ Houve um certo conflito na mensuração dos números de participantes no dia 15 de março. Enquanto a PM e os organizadores contabilizaram cerca de 1 milhão de manifestantes, o Instituto Datafolha divulgou o número de 210 mil.

²¹⁶ Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3963126/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma>

agências privadas de investigação para diminuir o número de casos de homicídios não resolvidos; (12) Privatização de presídios; e (13) Privatização de linhas de metrô e VLT e criação de novas linhas por meio de PPPs.²¹⁷

Com o Vem Pra Rua não foi diferente. “Depois de muito debate, concluímos que queríamos um Estado pequeno, desinchado e eficiente. Para nós, a discussão sobre tamanho e função do Estado passou a ser mais importante do que falar em ‘esquerda’ ou ‘direita’” (BUTTERFIELD e CHEQUER, 2016, p. 85). Seu Manifesto afirma que o objetivo do movimento é

resgatar a esperança sequestrada pela corrupção, exigir mais eficiência e transparência no gasto público e defender a redução da carga tributária e da burocracia. (...) País rico é aquele em que (...) a liberdade econômica é estimulada e o Estado não é maior que o necessário, a fim de que o empreendedorismo e a livre iniciativa gerem riquezas e oportunidades para todos. Queremos menos impostos e mais Brasil.²¹⁸

Com relação à participação na vida partidária e eleitoral há uma clara diferença entre os dois movimentos. Enquanto o Vem Pra Rua age de forma mais parcimoniosa, o MBL elabora toda uma tática eleitoral para seus membros. Essa diferença ficou nítida nas eleições municipais de 2016. Candidatos do MBL foram lançados pelos mais diversos partidos, a maioria pertencente à direita do espectro ideológico como DEM, PSDB, PP, PMDB, NOVO, PTB, PSC, PRB, PTN, SDD, PROS e PEN. A exceção restou por dois candidatos de PV e PSB, partidos de centro esquerda. Apesar da variedade de siglas, o movimento conseguiu se organizar bem em 12 estados e, na maior parte das vezes, lançar apenas um candidato por município. Curiosamente, todos esses candidatos precisaram gravar um vídeo para a Internet onde se comprometeram com cinco propostas: (1) ser transparente e austero no gabinete, reduzindo os custos de gabinete; (2) não negociar propostas e valores em nome de cargos e fisiologismo; (3) denunciar todos os casos de corrupção; (4) cobrar incessantemente do poder executivo uma gestão austera e transparente para reduzir os impostos na cidade; e (5) reduzir e moralizar os gastos da Câmara de Vereadores.

O estado de São Paulo apresentou o maior número de candidatos do MBL, treze no total. Fernando Holiday, 19 anos, em São Paulo pelo DEM; Roni Stefanuto,

²¹⁷ Ver o documento “*Propostas aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015*”. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/mb1-wordpress-s3/wp-content/uploads/2016/05/26222920/propostas-mbl.pdf>

²¹⁸ Disponível em: <http://www.vempraru.net/manifesto/>

29 anos, em Guarulhos pelo PP; Gabriel Bueno, 20 anos, em Valinhos pelo PMDB; Lawrence Bianchini, 33 anos, em Pirassununga pelo PTB; Ronald Tanimoto, 54 anos, em Campinas pelo DEM; Monica Barreto, 39 anos, em Araras pelo PSDB; Junior Moreira, 38 anos, em São Bernardo do Campo pelo PSDB; Marschelo Merche, 30 anos, em Americana pelo PSDB; Dr. Roberto Zanarolli, 46 anos, em Praia Grande pelo PEN; Junior Alves, 52 anos, em Sorocaba pelo PTN; Carol Gomes, 25 anos, em Rio Claro pelo PSDB; Alessandro Mazaro, 34 anos, em Itu pelo PTB; e Luis Gustavo Bená, 23 anos, em Piracicaba pelo PRB.

Em seguida veio o Paraná com nove candidatos: Eder Borges, 33 anos, em Curitiba pelo PSC; Marcelo Angeli, 44 anos, em Nova Iguaçu pelo PROS; Douglas Goy, 19 anos, em Irati pelo DEM; Homero Marchese, 33 anos, em Maringá pelo PV; Maurício Dvorak, 44 anos, em Matinhos pelo PSB; Filipe Barros, 25 anos, em Londrina pelo PRB; Fabricio Melos, 32 anos, em Cascavel pelo PSC; Valderson Cardoso, 25 anos, em Ponta Grossa pelo DEM; e Paulo Farina, 35 anos, em Rolândia pelo PSC.

No Rio Grande do Sul seis candidatos foram apresentados: Beto Maurer, 41 anos, em Caxias do Sul pelo DEM; Gabriel Neubert, 23 anos, em Capão da Canoa pelo PP; Leonardo Braga, 22 anos, em Sapiranga pelo PSDB; e Marco Jacobsen, 28 anos, em Santa Maria pelo PP. Porto Alegre configura uma exceção, pois na capital gaúcha disputaram dois candidatos do movimento: Matheus Sperry, 25 anos, pelo NOVO e Ramiro Rosário, 30 anos, pelo PSDB.

Em Santa Catarina quatro candidatos apresentaram-se pelo MBL: Ramiro Zinder, 36 anos, em Florianópolis pelo DEM; Paulo Filippus, 29 anos, em Gaspar pelo DEM; Caroline de Toni, 29 anos, em Chapecó pelo PP; e Pablo Calluans, 33 anos, em Joaçaba pelo PSC.

O Espírito Santo contou com três candidatos: Grasielle Rodrigues, 30 anos, em Guarapari, pelo PSC; Maíke Trancoso, 20 anos, em Santa Leopoldina pelo PP; e Leonardo Barcellos, 21 anos, em Anchieta pelo PSDB.

No estado do Rio de Janeiro foram apenas dois candidatos. Bernardo Sampaio, 32 anos, coordenador do MBL no estado, foi candidato pelo PSDB à vereança em Niterói. Já Gustavo Mota, 34 anos, foi candidato pelo NOVO na capital.

Em Minas Gerais também foram dois candidatos, mas nenhum na capital: Gil Correa, 24 anos, em São João del Rey pelo PSDB e Kenner Garcia, 52 anos, em Uberlândia pelo PTB. O único candidato a prefeito do movimento nessa eleição veio de Minas: José Pocai Junior, do PPS, em Monte Sião.

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a influência do MBL foi bem menor, como sugere o baixo número de pré-candidatos lançados. Em Recife (PE) somente Thiago Dias, 37 anos, foi candidato do movimento pelo PSDB. No Pará, o único candidato veio da cidade de Santarém: Rodrigo Hávilla, 23 anos, pelo SDD. Em Manaus (AM) foi Kleber Romão, 27 anos, pelo DEM. Em Campina Grande (PB), Luís Felipe Nunes, 21 anos, foi o candidato pelo DEM. Em Goiânia (GO) o candidato foi Silvio Fernandes, 38 anos, pelo DEM.

A observação geral desse quadro nos autoriza quatro conclusões imediatas: a baixíssima participação feminina, quatro apenas, dentre os 44 candidatos; a baixa regionalização do movimento que teve muitos candidatos no Sul (19) e Sudeste (21), mas pouquíssimos no Norte (2), Nordeste (1) e Centro-Oeste (1); a juventude dos candidatos; e a incapacidade do movimento em lançar candidatos próprios para as prefeituras. Também é possível mencionar que os partidos preferenciais do MBL parecem ser o DEM e o PSDB com 10 candidatos cada um. O PSC e o PP foram escolhidos por 5 candidatos cada, o PTB por 3 e o NOVO por 2. Já PMDB, SDD, PROS, PTN, PRB, PEN, PSB, PPS e PV tiveram apenas um candidato do MBL cada nas eleições municipais de 2016.

O sucesso eleitoral do movimento em sua primeira eleição não deve ser desconsiderado. Ainda que inexpressivo do ponto de vista nacional, foi um resultado positivo em relação ao que o movimento se propôs. Foram 8 os ativistas que foram eleitos, 7 vereadores e 1 prefeito, todos das regiões sul e sudeste do país. Em São Paulo, o MBL teve a vitória mais expressiva, com a eleição de Fernando Holliday, do DEM, para a Câmara de Vereadores da capital com expressivos 48.055 votos. Em Porto Alegre, o MBL elegeu Ramiro Rosário, do PSDB, com 4.676 votos. No interior gaúcho, foi eleito Leonardo Braga, do PSDB, em Sapiranga. No Paraná, o movimento elegeu os vereadores Filipe Barros, do PRB, em Londrina, e Homero Marchese, do PV, em Maringá. No interior de São Paulo, os tucanos Marschelo Meche e Carol Gomes foram eleitos em Rio Claro e Americana

respectivamente. O único candidato a prefeito do MBL, José Poca Junior do PPS, venceu a eleição pela prefeitura de Monte Sião (MG).

Ao contrário do MBL, o Vem Pra Rua agiu com maior parcimônia no período eleitoral. O movimento não divulgou publicamente candidaturas e os membros que se tornaram candidatos tiveram que pedir licença durante o período eleitoral. Rogerio Chequer, explicou essa situação: "elas precisam se desligar do movimento para se candidatar a um cargo público. O nosso objetivo é que não exista a tentação de usar um movimento suprapartidário para fazer campanha política. Queremos nos manter isentos para exercer pressão política em todos os partidos sem limitações".²¹⁹ Apesar desse cuidado, o site do movimento em São Paulo apresentou uma lista com 26 candidatos a vereadores na cidade que assumiram compromissos com a plataforma do Vem Pra Rua. Entre eles, foram 18 do NOVO, 2 do PV e apenas 1 de PSDB, PSC, PSB, PSD, PTN e REDE²²⁰. Desses, o único caso de sucesso eleitoral foi a advogada Janaína Lima, 32 anos, eleita vereadora em São Paulo pelo NOVO com 19.425 votos. Janaina atuou como líder e porta-voz do movimento. Antes disso, trabalhou como Subsecretária de Juventude e como Gerente da Agenda de Desenvolvimento na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional no Governo do Estado de São Paulo. Em Salvador, o médico Cezar Leite, líder do Vem Pra Rua na cidade, foi eleito vereador pelo PSDB com 7.447 votos.

Uma dimensão que vem gerando polêmicas nos dois movimentos diz respeito ao financiamento de suas atividades. Em março de 2015, surgiu na imprensa a denúncia de que o site do Vem Pra Rua teria sido registrado no mesmo CNPJ de uma fundação do empresário Jorge Paulo Lemann, a Fundação Estudar. Lemann é o dono de empresas como AMBEV, Burger King e Heinz e é considerado o homem mais rico do país. Após a denúncia, a fundação sustentou que a situação teria sido um mal-entendido. O diretor da parte tecnológica da fundação, Fabio Tran, colaborador do Vem Pra Rua, teria por conta própria registrado o domínio do site na internet, sem comunicar aos demais membros de diretoria. Tran teria sido

²¹⁹ Entrevista concedida à BBC Brasil. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/2016-09-27/protesto-eleicoes-2016.html>

²²⁰ Disponível em: <http://www.vempraruasampa.net/eleicoes/candidatos-a-vereador-de-sao-paulo/>

demitido após a confusão²²¹. Mais complexa - e por isso fomentadora de teorias conspiratórias - foi a denúncia surgida contra o MBL no mesmo mês de março de 2015. Segundo essas notícias, um dos grupos participantes do MBL era o Estudantes pela Liberdade que é a filial brasileira do *Students for Liberty*, uma organização estadunidense patrocinada pelos irmãos Koch²²². Ligados ao *Tea Party*, corrente conservadora no interior do Partido Republicano, os irmãos Koch são donos de empresas petroleiras e estão entre os maiores bilionários do mundo. Mas, mais do que isso, são conhecidos por estimularem mudanças políticas liberais em diversas regiões do mundo²²³. Sobre as costumeiras insinuações de serem “braço do imperialismo no Brasil”, o MBL faz troça. Em seu site, os colaboradores podem aderir a três tipos de planos mensais: Agente da CIA, R\$ 30,00; Irmãos Koch, R\$ 100,00; e Mão Invisível, R\$ 250,00²²⁴. Independentemente do que dizem essas acusações, vale a pena ler o que um movimento diz do outro. Nas palavras de Renan Santos, do MBL, “os caras do Vem Pra Rua são mais velhos, mais ricos e têm o PSDB por trás”²²⁵. Dinheiro, portanto, parece não ser o problema.

Por fim, uma última questão de cunho organizativo. Se no início esses movimentos começaram de forma aberta, com o passar do tempo algum tipo de hierarquia organizativa teve que ser construída. No caso do Vem Pra Rua, seus líderes descreveram bem esse processo:

Em dezembro, começamos a esboçar uma estrutura de governança para o Vem Pra Rua, com divisões claras de funções. Com isso, alguns participantes se incomodaram. Havia agendas ocultas e pessoas que não concordavam com decisões das quais não haviam participado. (...) Nessa fase de estruturação, havia pessoas que não concordavam com a existência de regras, ou que simplesmente queriam agir de acordo com os próprios critérios. Eles falavam: “Tudo que o Colin e o Chequer falam aqui é lei? Eu não quero fazer do modo como eles estão dizendo”. No entanto, é difícil um grupo crescer de forma organizada sem haver liderança e regras claras (BUTTERFIELD e CHEQUER, 2016, p. 83).

A famosa lei de ferro das oligarquias de Michels mais uma vez foi comprovada em um caso empírico.

²²¹ Isto É Dinheiro, 13.03.2015. Disponível em:

<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20150313/lemann-cai-rede/241466.shtml>

²²² Carta Capital, 13.03.2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/quem-esta-por-tras-do-protesto-no-dia-15-3213.html>

²²³ Carta Capital, 23.03.2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-irmaos-koch-2894.html>

²²⁴ Os planos mensais para sócios do MBL podem ser vistos em: <https://mbl.org.br/participe/>

²²⁵ Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/irmaos-koch-magnatas-do-petroleo-e-financiadores-da-extrema-direita-nos-eua-ajudam-a-bancar-os-meninos-do-golpe-no-brasil.html>

MBL e Vem Pra Rua apresentavam para a sociedade brasileira a ideia de que a saída para a crise política e econômica seria a implementação de um forte reformismo liberal. A saída, portanto, seria pela direita. Mas essa não foi a única saída possível surgida no debate público. Outros atores também entraram em campo.

4.4

A saída é pela esquerda: a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem medo e a “via frentista”

Como vimos anteriormente, o sistema de conciliação de classes que vigorou de 2003 até 2014 perdeu força no início do segundo governo Dilma e culminou com o impeachment em 2016. Mas não foram apenas os setores da burguesia que passaram a estar insatisfeitos com o governo Dilma no fim de seu primeiro mandato e início do segundo. Não, esse não era um privilégio de Vem Pra Rua e MBL. Os subalternos também passaram a apresentar suas críticas, focados, todavia, no combate à austeridade. Com o baixo crescimento econômico do Brasil pós-2012 iniciou-se uma disputa interna na coalizão governista para definir quem seriam os atores prejudicados pelo ajuste fiscal. De um lado, os setores patronais e do outro os subalternos. As medidas econômicas e os cortes no orçamento anunciados pelo governo no início de 2015 apontaram para os direitos trabalhistas. Como consequência, os movimentos sociais que participaram ativamente da campanha de reeleição de Dilma em 2014 reagiram. Nas palavras de um considerável líder popular,

Temos uma crise e era preciso construir saídas. (...) Mas Dilma poderia ter tomado um caminho diferente, ajustando aqueles que nunca foram ajustados na história do Brasil. (...). Infelizmente, a opção de Dilma foi fazer um ajuste neoliberal e buscar uma recomposição de forças com a direita. (...) O drama do governo é que os setores conservadores não parecem querer uma recomposição.²²⁶

O caminho da aposta no conflito social encontrou eco nas intervenções de importantes organizações subalternas. Esse é o tom da narrativa de relevantes quadros do MST, do MTST e da CMP na esfera pública. Todos apontam para o fim do modelo de conciliação entre as classes e a necessidade de uma maior aposta no conflito. Duas longas entrevistas sobre o tema revelam bem o conteúdo dessa nova

²²⁶ Entrevista com Guilherme Boulos, líder do MTST, para a revista Caros Amigos de junho de 2015, pgs 26-27.

narrativa: uma concedida pelo economista João Pedro Stédile, coordenador do MST, para o site Carta Maior em 2014; outra pelo filósofo Guilherme Boulos, coordenador do MTST, ao jornal Valor Econômico em 2015. Coordenador do MST desde sua fundação há mais de 35 anos, Stédile concorda que os governos de Lula e Dilma representaram uma grande conciliação de classes.

Os governos Lula e Dilma não foram governos do PT, nem da classe trabalhadora. Foram governos de composição de classe, que gerou um programa de governo do neodesenvolvimentismo, que se propunha a fazer a economia crescer, distribuir renda e retomar o papel do Estado suplantando o mercado (dos tempos do neoliberalismo). Nesse sentido eles cumpriram o programa, e nesse programa todas as classes ganharam um pouco, sendo que, como diz o próprio Lula, os banqueiros foram os que mais ganharam²²⁷.

Todavia, para Stédile esse modelo de conciliação já não possui o mesmo vigor de seus dez primeiros anos iniciais. E as jornadas de junho de 2013 teriam sido um claro exemplo dessa insatisfação de demandas subalternas não atendidas pelas instituições.

Mas esse programa e essa composição de classes, na opinião dos movimentos sociais, bateram no teto. E agora já não conseguem mais resolver os problemas fundamentais do povo que ainda padece com falta de moradia digna, emprego qualificado, acesso à universidade, e transporte público civilizado. As manifestações do ano passado foram o sinal de que o modelo do neodesenvolvimentismo chegou ao seu limite²²⁸.

De maneira semelhante à de Stédile, a entrevista do líder do MTST é também reveladora de como o seu movimento observa o fim do modelo de conciliação de classes. Para Boulos, a conciliação só foi possível enquanto durou o crescimento econômico. Com a estagnação da economia e a necessidade do ajuste fiscal iniciado em 2015 esse modelo de conciliação se esgotou, pois os cortes precisam incidir sobre um dos lados da aliança.

A estratégia do PT que vigorou nesses doze anos foi de conciliação. Lula, em 2003, buscou construir um pacto no qual todos ganhavam, tanto os banqueiros quanto os trabalhadores. O que permitiu fazer uma política onde funciona o ganha-ganha? É ter crescimento econômico. Mas o crescimento começou a declinar brutalmente no último período. A política de conciliação não dá mais. Vai ter que cortar a fatia de alguém. Dilma preferiu cortar do lado de cá. Isso tem um preço. Manter a governabilidade na banca significa o risco de perdê-la nas ruas²²⁹.

²²⁷ Entrevista com João Pedro Stédile. Carta Maior. 16.04.2014

²²⁸ Idem.

²²⁹ Entrevista com Guilherme Boulos. Valor Econômico. 06.04.2015

Boulos observa a importância do confronto para a construção democrática. Em suas palavras, “a política de ficar conciliando se esgotou. O PT, a Dilma precisam entender isso. (...) Achar que se governa sem comprar briga é uma ilusão”.²³⁰ O filósofo dialoga diretamente com a teoria do lulismo de Singer. Concorde com o reformismo fraco que vigorou durante a conciliação de classes do governo Lula, mas aponta que esse cenário já está esgotado. A passagem abaixo é clara quanto ao referencial em Singer para compreender o período transcorrido nos últimos anos.

Não tem mais condições de oferecer um projeto de mudança progressiva para a sociedade. As mudanças nesses doze anos de PT foram significativas, mas pontuais. Melhoraram a condição de vida dos mais pobres, mas sem mudar o cenário estrutural do país. O que permitiu empurrar até aqui foi um período de crescimento econômico e também impulsionado pelo investimento público, pelo crédito público, as estatais. O lulismo, como modelo de conciliação, não funciona mais.²³¹

Coordenador geral da Central de Movimentos Populares, a CMP, Raimundo Bonfim, também defende com Boulos e Stédile a tese do fim da conciliação de classes no governo Dilma. Em artigo publicado em 08 de abril de 2015 o líder popular explica as razões que levaram os movimentos sociais brasileiros a apoiarem a reeleição de Dilma em 2014. Entretanto, o início do segundo mandato de Dilma demonstrou, segundo Bonfim, que a presidenta preferiu apostar na renovação da conciliação entre classes e frações na conformação de seu governo. Bonfim é assertivo ao assegurar que essa política não pode ter continuidade e que a solução é a pressão dos movimentos sociais pelas ruas.

Agora o enfrentamento deve ser político e tem que ser nas ruas. Esgotou-se a política de conciliação de classes, prioridade no campo institucional e alianças pragmáticas. Até porque, no cenário de crise econômica não há mais “cobertor” para os muito ricos e para os pobres. Os ricos que paguem a conta da crise, pois os trabalhadores e os movimentos sociais defendem que “direitos não podem ser reduzidos, mas ampliados” (BONFIM, 08 de abril de 2015).

Gilmar Mauro, também coordenador nacional do MST, raciocina de forma bem parecida com a de Stédile, Boulos e Bonfim. Contudo, acrescenta certa autocrítica com relação à participação dos movimentos sociais no apoio ao governo do PT. Tal participação teria inibido o incremento das “lutas sociais”. De acordo com Mauro,

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem.

Há quem diga que nos corrompemos, que houve acomodação e institucionalização durante os governos do PT. Em parte, é verdade. Mas isso não explica toda a miséria. (...) Nosso pecado foi ter se contentado com o crescimento econômico da última década em vez de construir um processo mais intensivo de lutas sociais (...) Agora, estamos pagando um preço alto. O Estado brasileiro é um Estado de classes, sempre foi e não se modificou em nada. (...) Houve pequenas alterações, com ganhos que permitiram maior democratização, mas, em essência, continua privilegiando as classes que dominam o país.²³²

O tom da narrativa desses intelectuais subalternos não é tão inexplicável. Na medida em que o baixo crescimento econômico obrigou o governo federal a praticar medidas de austeridade com cortes no orçamento em 2015, alguns atores do condomínio governista saíram necessariamente prejudicados. Como os movimentos sociais não possuem bancadas quantitativamente expressivas no parlamento, *locus* privilegiado de definição do ajuste fiscal, coube a eles a busca por uma nova frente de pressão social: as ruas e a mobilização popular. A conciliação de classes só foi possível enquanto o país cresceu economicamente e todos os setores podiam ganhar. Com o fim do crescimento os recursos tornaram-se escassos, ou, em linguagem usual, o cobertor ficou curto. Na disputa política a única moeda que os movimentos sociais passaram a ter para impedir a retirada de suas conquistas e de seus direitos foi sua capilaridade social e capacidade de mobilização popular. Foi a partir desse diagnóstico que foram criadas em 2015 duas frentes sociais constituídas por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e partidos políticos de esquerda: a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular.

Não é exatamente uma novidade para organizações políticas de esquerda a criação de frentes sociais em momentos de crise. Provavelmente, o primeiro formulador dessa tática tenha sido Georgi Dimitrov nos primeiros anos da União Soviética. Em um primeiro momento, em 1923, Dimitrov conceituou como Frente Única a aliança entre a União Agrária e o Partido Comunista, ou seja, entre o proletariado das cidades e as massas de camponeses²³³. Mais adiante essa Frente Única se reorganizaria em uma aliança entre os partidos comunistas da Terceira Internacional e os sociais democratas da Segunda Internacional. Todavia, essa Frente Única sempre encontrou dificuldades já que até 1934 os comunistas consideravam o fascismo e a social democracia como irmãos gêmeos. Com o

²³² Entrevista concedida por Gilmar Mauro para a revista Caros Amigos de junho de 2015.

²³³ Ver Georgi Dimitrov. *A Frente Única*. 12.12.1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dimitrov/1923/12/12.htm>

avanço do fascismo, há uma virada política entre os soviéticos. Stalin indica como secretário-geral da Internacional Comunista o búlgaro Dimitrov que formula a tese da Frente Popular em seu célebre informe no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935²³⁴. Comunistas, sociais democratas e até mesmo setores liberais da burguesia passam a ser aliados na luta contra o fascismo. De acordo com o informe de 1935, “para a criação da frente popular antifascista, tem grande importância saber abordar de maneira acertada todos os partidos e organizações que envolvem uma parte considerável de camponeses trabalhadores e as massas principais da pequena burguesia urbana” (DIMITROV, 1978, p. 37-38). O Dicionário de Política de Bobbio *et al* sintetiza bem o que significa as duas frentes: “enquanto a Frente Única é, de preferência, uma aliança proletária e anticapitalista, a Frente Popular é democrática e antifascista” (BOBBIO *et al*, 1993, p. 529).

No Brasil, frentes sociais dos mais diversos tipos já foram criadas com a mesma velocidade com que foram desfeitas. Entre esses exemplos, estavam inicialmente o Bloco Operário Camponês²³⁵, o BOC, instrumento de frente única pelo qual os comunistas buscaram alcançar o parlamento entre 1927 e 1930, e a Aliança Nacional Libertadora, surgida em 1934 e fechada por Getúlio Vargas em 1937. No início de 1963, Brizola criou a Frente de Mobilização Popular, FMP, que visava pressionar o governo de João Goulart no sentido das reformas de base.

Na FMP estavam representados os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FERREIRA, 2004).

A FMP, no entanto, era muito radical e sectária em seus posicionamentos e João Goulart precisava conquistar o centro político, em especial o PSD. Assim, em fins de 1963, Jango delegou ao deputado petebista San Tiago Dantas, a tarefa de constituir uma frente mais moderada, a Frente Progressista. Com um perfil ideológico de centro-esquerda, a Frente Progressista buscou defender as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart e que estavam sob ataque dos conservadores. De acordo com um historiador que se dedicou ao tema, a Frente

²³⁴ Georgi Dimitrov foi o Secretário-Geral da Internacional Comunista entre 1934 e 1943.

²³⁵ Sobre o BOC, ver KAREPOVS, 2006.

Progressista tinha por objetivo, “elaborar um programa mínimo de reformas que fosse aprovado por diferentes forças políticas com o compromisso de formar uma “frente ampla” para sustentar o governo e pôr fim ao impasse político que assolava o país no final de 1963 e início de 1964” (ONOFRE, 2015, p. 19). *Mutatis mutandis*, é como se a FMP fosse uma espécie de Frente Única, enquanto a Frente Progressista se assemelhasse à Frente Popular. Com o golpe de 31 de março as duas frentes foram derrotadas. Uma nova forma de luta contra a ditadura instalada em 64 foi necessária. Foi daí que surgiu, em 28 de outubro de 1966, a chamada Frente Ampla, movimento que agregou importantes lideranças de um largo espectro político como Carlos Lacerda, ex-UDN, Juscelino Kubitschek, ex-PSD, e João Goulart, ex-PTB. Seu objetivo era o retorno imediato da democracia. Contudo, a mão forte da ditadura falou mais alto e em 5 de abril de 1968 a portaria 117 do Ministério da Justiça proibiu a existência da Frente Ampla²³⁶.

Em 2015, novamente assistimos no Brasil a reedição de frentes sociais organizadas em um momento crítico da esquerda. Primeiro foi a Frente Brasil Popular, lançada durante a Conferência Nacional Popular que ocorreu em 5 de setembro na cidade de Belo Horizonte. Seus porta vozes mais conhecidos parecem ser João Pedro Stédile, do MST, Valter Pomar, dirigente nacional do PT, e Carina Vitral, presidenta da UNE. Além das dezenas de organizações da sociedade civil presentes, também participaram parlamentares e dirigentes de diversos partidos e correntes partidárias, entre os quais PT, PCdoB, PSB, PDT, PMDB, PCO, PCML e Refundação Comunista²³⁷. Em seguida, foi a vez do lançamento da Frente Povo

²³⁶ Ver Articulação da oposição: a Frente Ampla. Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao

²³⁷ Participaram do lançamento da Frente Brasil Popular: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Associação Brasileira de Saúde Comunitária (ABRASCO); Movimento dos Assalariados Rurais; Associação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação de Advogados da União pela Democracia; Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); Associação dos Trabalhadores de Franca (ATRAF); Barão de Itararé; Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP); Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz (CEBRAPAZ); Central de Movimentos Populares (CMP); Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Movimento Nacional dos Quilombolas; Confederação Nacional de Entidades Negras (CONEN); Consulta Popular; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); FETRAF; Fora do Eixo; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Fórum Político Interreligioso; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Federação dos Metalúrgicos do RS; Fórum 21; Federação Única dos Petroleiros (FUP); Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT; INESC; Instituto Nacional do Meio Ambiente (INMA); Juventude Revolução; Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres;

Sem Medo em 8 de outubro de 2015 no auditório do Clube Transmontano, no centro de São Paulo. São muitas as organizações que fazem parte da frente, mas a cara pública mais visível é a do MTST e seu porta voz mais conhecido é Guilherme Boulos²³⁸. Como diz sua Carta de Princípios lida no dia do lançamento, trata-se de “uma frente unitária de movimentos sociais que tem como maior objetivo a realização de amplas mobilizações sociais populares”²³⁹. Menciona ainda que buscará “unidade com outros setores que façam a luta contra a política de austeridade e conservadorismo, assim como defenderá a solidariedade da classe aos setores em luta”²⁴⁰. Muitas organizações se mantêm na interseção das duas frentes com graus distintos de protagonismo em cada uma delas.

Diferente do MBL e do Vem Pra Rua que, como vimos na seção anterior, estão preocupados com um programa liberal de redução do Estado, as frentes sociais de esquerda defendem um maior intervencionismo distributivo. A Carta Convocatória para o lançamento da Povo Sem Medo, por exemplo, defende “que a crise seja combatida com taxaço de grandes fortunas, lucros e dividendos,

Mídia Ninja; Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD); Movimento de Luta por Terra (MLT); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU); Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM); Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo (MNLCN); Movimento Nacional de Rádios Comunitárias; Movimento da Reforma Sanitária Brasileira; Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil; Movimento Fé Brasil; Nação Hip Hop Brasil; Pastorais Sociais; Rede de Médicas/os Populares; Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP); Sindesp SP; Sindicato dos Eletricitários de Minas (SINDIELETRO MG); Sindicato dos Engenheiros RJ; Sindicato Único de Trabalhadores em Educação de Minas Gerais; União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); União Brasileira de Mulheres (UBM); União da Juventude Socialista (UJS); União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO); União Nacional de Estudantes (UNE); União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Via Campesina.

²³⁸ Estiveram presentes no lançamento da Frente Povo Sem Medo: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG); Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (Fenet); Uneafro; Círculo Palmarino; Unegro; Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM); União da Juventude Socialista (UJS); Rua – Juventude Anticapitalista; Coletivo Juntos; União da Juventude Rebelião (UJR); Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL); Coletivo Construção; Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Mídia Ninja; Coletivo Cordel; União Brasileira de Mulheres (UBM); Bloco de Resistência Socialista; Rede Emancipa de Educação Popular.

²³⁹ Disponível em: <http://www.intersindicalcentral.com.br/ato-de-lancamento-da-frente-povo-sem-medo-lota-auditorio-em-sao-paulo/>

²⁴⁰ Idem.

auditoria da dívida e suspensão dos compromissos com os banqueiros”²⁴¹. Também defende a “democratização do sistema político, do judiciário e das comunicações e reformas estruturais, como a tributária, a urbana e a agrária”²⁴². De forma semelhante, o Manifesto ao Povo Brasileiro da Frente Brasil Popular defende:

os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público! Lutamos contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços públicos, estimulam a terceirização, ao tempo em que protegem a minoria rica. Defendemos uma política econômica voltada para o desenvolvimento com distribuição de renda. (...) Lutamos por uma reforma tributária que — por meio de medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a auditoria da dívida — faça os ricos pagarem a conta da crise²⁴³.

Há uma diferença importante na gênese das duas frentes que merece ser mencionada. Se, por um lado, a Frente Brasil Popular foi criada com o objetivo principal de impedir o impeachment, a Povo Sem Medo focou suas atividades na pressão junto ao governo federal pela manutenção de direitos e por mais avanços sociais. Passado o impeachment, as duas frentes acabaram convergindo para uma mesma ação política de denúncia do golpe parlamentar.

Essa diferença de gênese explica um pouco dos diferentes graus de participação dos partidos políticos de esquerda em suas ações. Do ponto de vista partidário, a proximidade maior da Povo Sem Medo é com o PSOL e em menor escala, do PCdoB, não obstante a participação de organizações ligadas ao PT em seu seio. Por sua vez, a Frente Brasil Popular encontra um maior protagonismo de lideranças vinculadas ao PT e ao PCdoB, e, em menor escala, ao PDT. Dela, o PSOL não participa. A resolução do Comitê Central do PCdoB de 8 de dezembro de 2015 é interessante nesse aspecto:

É hora de união, de inclusão, de uma frente ampla democrática suprapartidária. O confronto não é entre apoiadores e críticos do governo Dilma, mas entre democratas e golpistas. Todos os que resistem ao golpe são nossos aliados neste momento crucial. É hora da mobilização das forças progressistas, dos partidos de esquerda, das centrais sindicais, das entidades dos estudantes universitários e

²⁴¹ Disponível em: <http://www.une.org.br/noticias/frente-povo-sem-medo-sera-lancada-nessa-quinta-8-em-sp/>

²⁴² Idem.

²⁴³ **Manifesto ao Povo Brasileiro**. Disponível em: <http://frentebrasilpopular.com.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro/>

secundaristas, das mulheres, da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo, de toda a constelação de movimentos sociais²⁴⁴.

Passado o impeachment, o Comitê Central do partido reafirmou essa posição em resolução onde lemos que “o PCdoB está engajado no fortalecimento da Frente Brasil Popular e apoia a estruturação da Frente Povo sem Medo, como frentes destacadas da mobilização de massas”²⁴⁵. Ao contrário do PCdoB e do PT, o PSOL não busca manter um diálogo ou uma participação mínima nas duas frentes. A resolução política da executiva nacional do PSOL, de 10 de dezembro de 2016, sugere essa opção pela construção independente.

O surgimento da Frente Povo Sem Medo, aglutinando setores críticos ao alinhamento automático ao PT, anteriormente majoritário, é um saldo que deve ser valorizado. (...) Para essa tarefa será necessário atuar em frente única com todos que se disponham a enfrentar as medidas de ajuste fiscal e retirada de direitos. (...) Para isso é fundamental auxiliar no enraizamento da Frente Povo Sem Medo, atraindo para seu seio todo movimento vivo, novo ou tradicional.

Ademais, o próprio Boulos dificulta essa aproximação do PT com a Povo Sem Medo quando diz, por exemplo, que “não acreditamos que o PT seja de esquerda”²⁴⁶. De certo modo, se recorrermos à linguagem de Dimitrov, é como se o PSOL buscasse construir a Frente Povo Sem Medo como uma Frente Única, ao passo que PT e PCdoB desejassem transformar a Frente Brasil Popular em uma Frente Popular.

Conquanto existam essas diferenças de gênese, o fato é que com a aprovação do impeachment em meados de 2016 as duas frentes passaram a ter ações necessariamente articuladas contra o programa de austeridade econômica e corte de direitos sociais e trabalhistas implementado pelo governo de Michel Temer. Esse novo cenário ficou claro na própria publicação de uma nota em conjunto assinada pelas duas frentes após a aprovação do impeachment na Câmara dos Deputados em 17 de abril. Na nota, lemos que “a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo desde já afirmam que não reconhecerá legitimidade de um pretenso governo Temer, fruto de um golpe institucional, como pretende a maioria da Câmara ao aprovar a

²⁴⁴ Comitê Central do PCdoB, 08.12.2015. Disponível em: http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=273854

²⁴⁵ Comitê Central do PCdoB, 04.12.2016. Disponível em: http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=290600

²⁴⁶ Entrevista com Guilherme Boulos. Valor Econômico. 06.04.2015

admissibilidade do impeachment golpista”²⁴⁷. O novo cenário imposto pelo impeachment também engendrou debates acerca da construção da “via frentista” sob outros pilares. Se num primeiro momento as frentes sociais foram criadas tendo em mente a resistência aos avanços da direita, passado o impeachment passou-se a pensar nas frentes como instrumentos de volta ao poder. Assim, discursos em defesa de uma frente ampla e democrática capaz de aglutinar o campo progressista para a disputa eleitoral de 2018 passou a ter voz corrente na esfera pública, sendo a Frente Ampla no Uruguai o exemplo preferido. Esse mesmo debate em torno da construção de uma frente Ampla suscita outro, qual seja, a definição de como escolher o candidato dessa frente. Daí nasce o movimento por prévias.

4.5

A saída é desde baixo: movimento #Queroprévias e “via basista”

Se a “via frentista” sugere uma mudança de tática política, a “via basista” é aquela que propõe a renovação das práticas internas nos partidos de esquerda. Não só por meio de uma maior *accountability*, ou seja, uma maior transparência e prestação de contas das decisões partidárias, mas também com uma maior abertura para a participação não só dos filiados, mas da sociedade nos processos decisórios. A realização de primárias ou prévias para a escolha de candidatos nas eleições, como ocorrem nos Estados Unidos e na França, seria um caminho nesse sentido. Como já vimos no primeiro capítulo, foram justamente as primárias do Partido Democrata que possibilitaram a candidatura vitoriosa de Obama em 2008. Também as primárias do mesmo Partido Democrata em 2016, renovaram um pouco do repertório político estadunidense com a pré-candidatura de Bernie Sanders. A hipótese da “via basista” é a de que, no Brasil, onde os partidos são permanentemente acusados de estarem distantes da sociedade, esse processo poderia promover um promissor reencontro.

Em 8 de novembro de 2016 foi lançado nas redes sociais da internet o movimento #Queroprévias. Animado por intelectuais como o filósofo Marcos Nobre, a economista Laura Carvalho, o sociólogo Luiz Eduardo Soares e o cientista político Leonardo Avritzer, entre tantos outros, o movimento propõe a realização

²⁴⁷ Disponível em: <http://www.pt.org.br/frente-brasil-popular-e-frente-brasil-sem-medo-reagem-ao-golpe/>

de prévias para a escolha do candidato presidencial nas eleições de 2018. Em que pese o exemplo estadunidense ser o mais intuitivo, o #queroprévias diz em seu site estar inspirado em experiências de outros países, como a Notre Primaire, da França, a Frente Amplio, do Uruguai, e a Primeras Primarias Ciudadanas, do Chile. Além do nome que concorrerá em 2018, a proposta é que ao longo do processo também seja construído um programa unitário que tenha como base uma agenda de direitos, de igualdade e de democracia. O “Manifesto Quero Prévias 2018” afirma que o seu objetivo é “contribuir com a reorganização das forças comprometidas com essa agenda e assegurar a construção de um programa de governo que dispute as eleições presidenciais de 2018 e apoie o surgimento de novas lideranças nos processos eleitorais estaduais e municipais”²⁴⁸. Já o seu site lembra que a iniciativa “é também um processo fundamental para fazer frente aos retrocessos impostos pelo atual Governo em diversas agendas, como as econômica, ambiental, educacional, sanitária, social etc”²⁴⁹. Se para um bom entendedor meia palavra basta, isso posiciona claramente o #Queroprévias em oposição ao governo de Michel Temer.

O movimento não surgiu em novembro de 2016 por acaso. Durante as eleições municipais de outubro daquele ano uma verdadeira onda pela unidade do campo progressista tomou conta dos debates políticos. No Rio de Janeiro esse campo apresentou três candidaturas: Alessandro Molon pela REDE; Jandira Feghali pelo PCdoB; e Marcelo Freixo pelo PSOL. Em São Paulo, Fernando Haddad pelo PT e Luiza Erundina pelo PSOL. Em Porto Alegre, Raul Pont pelo PT e Luciana Genro pelo PSOL. Mas o que uma grande parcela dos eleitores progressistas esperavam é que houvesse um pacto, uma concertação capaz de apresentar chapas únicas nessas importantes cidades. Não foi o que aconteceu e nenhum deles foi eleito. A derrota foi a justificativa perfeita para o lançamento do #Queroprévias.

Uma das maiores entusiastas é Laura Carvalho. Em sua página no Facebook, vem defendendo as posições do movimento. Segundo a economista, “o processo de construção coletiva de um programa em várias áreas, a partir de debates ao longo de um ano inteiro entre partidos, movimentos, coletivos e cidadãos, pode ajudar a trazer de volta os setores da sociedade que estão desiludidos com a política”²⁵⁰.

²⁴⁸ “Manifesto Quero Prévias 2018”. Disponível em: <http://www.compartilhadores.queroprevias.org.br/>

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Postagem de Laura Carvalho no Facebook em 08.11.2016.

Carvalho busca romper com a possível crítica de que o movimento enfraqueceria os partidos políticos. “O campo das esquerdas está fragilizado e as disputas internas dos partidos só pioram essa situação. Não há sistema político possível sem partidos. O campo maior das prévias pode ajudá-los a se abrir e se reconectar com a sociedade, fortalecendo-os”²⁵¹.

Há, claro, críticos desse processo. Um deles, relevante pela posição que ocupa, é o dirigente nacional do PT, Valter Pomar. Pomar, um feroz crítico interno de certas posições do partido, é também um dos porta vozes da Frente Brasil Popular. A crítica de Pomar possui diferentes dimensões, mas a principal delas parece ser ao fato das prévias se resumirem à escolha eleitoral de nomes. Para Pomar, o erro seria “colocar os temas organizativos, táticos e eleitorais no centro do debate, em detrimento dos temas estratégicos e programáticos”²⁵². Laura Carvalho discorda desse posicionamento:

Construir programa sem candidato não adianta. Eleger candidato sem programa também não. O campo das prévias cumpriria o papel de reconectar o debate programático ao debate eleitoral, que hoje é feito em um curto espaço de tempo e é orientado sobretudo por estratégias de marketing político²⁵³.

A experiência é inovadora. A última vez em que houve prévias em um partido político de esquerda para a escolha de seu candidato presidencial foi em março de 2002 quando Eduardo Suplicy e Lula disputaram a vaga do PT. Dentre os mais de 160 mil votos, Lula obteve 84% contra 16% de Suplicy²⁵⁴. Mas agora é diferente. Naquelas prévias apenas filiados ao PT podiam votar. Agora, a ideia do #Queroprévias é que não apenas filiados participem do processo de escolha, mas também os não-filiados. “É preciso envolver a sociedade desiludida com a política e só vamos conseguir uma participação efetiva se não for uma discussão de cima para baixo. A ideia é abrir a participação nas discussões para as pessoas e angariar adesões da sociedade civil, dos partidos e dos movimentos sociais”, diz Laura Carvalho²⁵⁵.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com.br/2016/11/sobre-o-queroprevias.html>

²⁵³ Postagem de Laura Carvalho no Facebook em 08.11.2016.

²⁵⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/03/20/ult27u20377.jhtm>

²⁵⁵ Valor Econômico, 09.11.2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4771923/contra-onda-conservadora-movimento-defende-previa-para-2018>

Em França, intelectuais como Thomas Piketty, Pierre Rosanvallon, Ève Chiapello, e Dany Cohn-Bendit, entre outros, propuseram no início de 2016 o movimento *Notre Primaire*²⁵⁶. O objetivo era realizar primárias unificadas de todos os candidatos da esquerda no país. O medo ali presente era o de que, com a esquerda dividida, a possibilidade da candidata de extrema direita Marine Le Pen vencer a eleição presidencial de 2017 seria muito grande. Não deu certo. A *Front de Gauche* não aceitou e indicou unilateralmente o nome de Jean-Luc Mélenchon. Mas, ainda assim, o Partido Socialista convocou prévias realizadas em janeiro de 2017 com a presença de sete pré-candidatos, sendo quatro deles do PS e três de outros partidos. Participaram dessas prévias cerca de 3 milhões de eleitores.

Por fim, cabe uma última observação. Há no #Queroprévias uma certa semelhança com a narrativa que o *Podemos* vem fomentando na Espanha sobre não ser nem de esquerda, nem de direita, mas sim de baixo, conforme vimos no primeiro capítulo. “Evitamos caracterizar como um movimento de direita ou de esquerda, pois isso reduz o debate. Não tem um esquadômetro instalado na porta de entrada no movimento”, diz o empresário Rogério Silva, um dos porta-vozes do grupo²⁵⁷. A ideia “não é promover prévias da esquerda. São prévias de atores preocupados com a democracia e com a defesa dos princípios da Constituição de 1988, com a redução da desigualdade”²⁵⁸. A estratégia discursiva de manter uma narrativa de distanciamento da ideia de esquerda é válida e legítima, na medida em que esse campo político se fragilizou muito no senso comum após o declínio do lulismo. Mas que a agenda crítica ao governo de Michel Temer e em defesa de políticas públicas que engendrem redução das desigualdades e implementação de direitos sociais e democráticos é de esquerda, isso não há dúvida.

4.6

A saída é pelo centro: *aggiornamento*, moderação programática e “via centrista”

Entre os partidos políticos de esquerda e os movimentos sociais a saída da crise, como vimos, parece ser clara: organizar frentes sociais capazes de agregar

²⁵⁶ Sobre o *Notre Primaire* ver <http://notreprimaire.fr/premiers-signataires/>

²⁵⁷ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/03/O-que-%C3%A9-o-movimento-pr%C3%B3-pr%C3%A9vias-presidenciais.-E-o-que-ele-n%C3%A3o-quer-ser>

²⁵⁸ Idem.

variados atores em torno de um programa que combata a austeridade econômica e que proponha um intervencionismo distributivo. É o que defini, *grosso modo*, como “via frentista”. Há, no entanto, uma outra via possível sendo proposta para a esquerda. A diferença é que aqui, ao contrário de lá, a formulação parte de intelectuais e não de partidos ou movimentos organizados. Essa outra via pressupõe que a esquerda abandone teses do passado e realize um *aggiornamento* em seu discurso através de uma moderação programática. O pressuposto é o de que uma das bases de sustentação da dita crise, seria o descolamento do discurso das organizações de esquerda daquilo que a sociedade contemporânea consideraria suas questões. Uma atualização seria, portanto, não apenas desejável, como também necessária para a sobrevivência das organizações de esquerda. Trata-se daquilo que defino como a “via centrista”, já que, muitas vezes, essa atualização implica no abandono de teses consideradas radicais em favor de outras mais moderadas e supostamente aceitas, se não por todos, ao menos por grandes parcelas da sociedade. Destacam-se entre os defensores dessa “via centrista” o filósofo Ruy Fausto e o sociólogo Celso Rocha de Barros.

O que estou caracterizando como um *aggiornamento* programático, Ruy Fausto advoga como reconstrução da esquerda. Essa reconstrução pressupõe o abandono daquilo que Fausto compreende como três teses correntes nas esquerdas, ou melhor, três patologias: o totalitarismo; o adesismo; e o populismo. A esquerda totalitária seria aquela que faz a defesa de antigas tradições comunistas como as do leninismo, trotskismo, stalinismo, maoísmo, castrismo etc. PSTU, PSOL, PCdoB e PCO são alguns dos casos identificados com essas tradições. Não obstante sejam partidos pequenos, o autor teme pela influência deles sobre as organizações estudantis. Mesmo o PT é criticado por seus elogios ao castrismo e Cuba. A esquerda adesista é aquela que, na prática, deixa de ser esquerda. É o caso do PSDB que abandonou a social democracia e adotou o programa neoliberal na década de 90 inspirado na terceira via inglesa. Por fim, uma crítica ao populismo que, Fausto sugere, seria identificado com a estratégia do PT. Com efeito, há aqui uma certa imprecisão conceitual na medida em que o populismo é caracterizado como um sistema dependente de práticas corruptas, antirepublicanas.

Para superar esse cenário, Fausto propõe uma refundação das esquerdas baseado em um novo programa que abandone as três correntes supramencionadas.

Esse programa deve ter como alicerce quatro dimensões: (1) democrático; (2) anticapitalista; (3) republicano; e (4) ecológico. A primeira dimensão diz respeito à superação das tradições comunistas que construíram projetos socialistas na União Soviética, no Vietnã, China Cuba *etc.* De acordo com Fausto, “a esquerda deve, em primeiro lugar, ter um projeto clara e explicitamente antitotalitário e também antiautoritário – isto é, propor um programa intransigentemente democrático”²⁵⁹. A segunda dimensão, a anticapitalista, é necessária para combater a prática do adesismo ao sistema, a qual Fausto acusa o PSDB, por exemplo. Em suas palavras,

o projeto da esquerda deve ser, em segundo lugar, estranho a todo adesismo em relação ao sistema, a saber, deve se empenhar efetivamente numa política de caráter anticapitalista. (...) No meu entender, o objetivo da esquerda deve ser a neutralização do capital. (...) De imediato, o que devemos buscar é a sobrevivência ou a reimplantação de um Estado de bem-estar social (...).²⁶⁰

Ainda nessa dimensão anticapitalista, o filósofo propõe uma forte reforma tributária, pois “o atual sistema tributário é uma máquina de transferência de renda para as classes favorecidas”²⁶¹. Fausto também combate as privatizações e acredita ser “preferível que as grandes empresas tenham como acionista majoritário o Estado”²⁶². Importante salientar que a dimensão anticapitalista não significa que Fausto acredite na possibilidade do fim do capitalismo, ou seja, da propriedade privada, o que o distancia dos marxistas tradicionais o encaixando, quem sabe, em um pós-marxismo. A terceira dimensão, a republicana, é o que diferencia, segundo Fausto, esse programa do populista, já que “a esquerda deve ser infensa a toda facilidade na administração dos bens públicos e na vida pública em geral”²⁶³. Por fim, a esquerda deve ter um programa claramente ecológico. Há aqui uma crítica ao PT e ao governo Dilma por terem levado adiante a usina de Belo Monte ou os interesses do agronegócio contra a legislação florestal.

Logo após a publicação do artigo de Ruy Fausto na revista Piauí, o sociólogo Celso Rocha de Barros publicou na Folha de São Paulo um texto em que praticamente subscreveu o que já havia sido dito pelo filósofo. “Se vamos discutir ideias, um bom ponto de partida pode ser o artigo recente de Ruy Fausto na ‘Piauí’”,

²⁵⁹ “Reconstruir a esquerda”. Revista Piauí, outubro de 2016. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/reconstruir-a-esquerda/>

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

indicou Barros²⁶⁴. E, de fato, é com aquelas ideias que busca dialogar. Barros concorda que a renovação da esquerda depende do abandono da herança totalitária. E dá nomes aos bois ao propor que:

no contexto de reformulação da esquerda pós-impeachment, o PCdoB e tendências que, de alguma forma, reivindicam a herança bolchevique (trotskistas incluídos) revejam inteiramente seus programas de forma a eliminar qualquer traço de ideias totalitárias. PT, PSOL, e, em certa medida, PCdoB, por outro lado, precisam urgentemente se distanciar da defesa do regime cubano, assumindo postura de vigorosa defesa da instauração da democracia em Cuba²⁶⁵.

Mas, quem conhece esses partidos sabe muito bem que, no curto prazo, não há a menor chance de o PCdoB abdicar do marxismo-leninismo como teoria guia, ou, de o PT e o PCdoB deixarem de apoiar o regime de Raul Castro em Cuba. Também como Fausto, Barros vê de forma muito negativa a possibilidade da esquerda brasileira se encantar pelo populismo. Provavelmente pensando nas possíveis candidaturas presidenciais de Lula e Ciro Gomes em 2018, Barros propõe que “PT, PDT e demais partidos de esquerda eliminem o que houver de populismo em seus programas e reconheçam-se como forças social-democratas”²⁶⁶. A opção de Barros pelo centrismo, ou seja, pela recusa aberta de possibilidades mais radicais, fica nítida em sua única discordância com Fausto. Barros não acredita que o termo anticapitalista seja o melhor a ser adotado por uma esquerda renovada. Ao contrário, propõe que “o capitalismo seja aceito como algo a ser reformado, mantido dentro de certos limites, expulso de certas áreas da vida, mas digno de ser preservado e bem gerido até que alguém tenha uma ideia melhor”²⁶⁷. De certo modo, parece que, para essa “via centrista”, não há horizonte para além do capitalismo.

4.7

É possível um Partido-Movimento no Brasil?

Se o momento disruptivo de 2013 no Brasil foi tão semelhante ao que aconteceu em outras partes do mundo em 2011, então onde estaria nosso sujeito

²⁶⁴ Folha de São Paulo, 13.11.2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/11/1831312-e-hora-de-rediscutir-programas-e-ideias-na-esquerda-brasileira.shtml>

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

histórico portador de uma nova ética democrática? Seria possível um Partido-Movimento no Brasil?

Alguém poderia dizer que nos Estados Unidos o momento disruptivo, cujo maior símbolo foi o *Occupy Wall Street*, também não obteve resultados concretos para a esquerda, pelo contrário, gerou um sentimento anti-*establishment* que levou à eleição do conservador Donald Trump em novembro de 2016. Mas seria um erro afirmar apenas isso. O mesmo movimento disruptivo foi o responsável por impulsionar em 2016 a pré-candidatura de Bernie Sanders nas primárias do Partido Democrata, o que deixou marcas permanentes não apenas no partido, mas também em jovens por toda a sociedade. Em Espanha o processo político também fez surgir forças políticas opostas. Do momento disruptivo de 2011, ou seja, do 15M protagonizado pelos *Indignados*, duas novas organizações políticas emergiram: o *Podemos*, à esquerda, e o *Ciudadanos*²⁶⁸, à direita.

Na aparência, uma leitura açodada diria que o resultado indireto das jornadas de junho de 2013 foi tão somente a ascensão nas ruas de um movimento conservador – vide MBL e Vem Pra Rua – e um golpe parlamentar que levou ao poder em 2016 um governo com um programa contrário ao que foi eleito pelo sufrágio popular em 2014. Todavia, na essência, a austeridade econômica sobre os mais pobres e a realocação de recursos públicos para os mais ricos, via privatizações e financeirização, podem ser o berço de um novo sujeito político; a austeridade, contraditoriamente, pode reconectar partidos e movimentos. Esse é o motivo que leva Jessé Souza a afirmar que “um Bernie Sanders tropical se torna possível e até inevitável” (2016, p. 133). Assim como na metáfora de Marx, aqui também há espaço para a “velha toupeira” cavar por baixo da terra as trilhas da insurgência como resposta à PEC do Teto dos Gastos, à reforma da previdência e à reforma trabalhista. O mal-estar na sociedade brasileira acumula forças a cada nova proposta de arrocho contra os subalternos. Resta saber quando a “velha toupeira” emergirá para a superfície e vestida com quais roupas.

Na história recente algumas forças políticas tentaram sem sucesso colocar as vestes de um partido-movimento. A REDE Sustentabilidade, liderada por Marina

²⁶⁸ Em que pese ter sido fundado em 2006, foi após o 15M que o *Ciudadanos* ganhou corpo na política espanhola.

Silva, foi um desses casos. Seu mito de criação é o de ser um partido de novo tipo, um partido que supera a crise da representação partidária e que esteja presente na vida ativa da sociedade civil. Essa narrativa, inclusive, está registrada no próprio estatuto partidário onde lemos que “a REDE é uma associação de cidadãos e cidadãs dispostos a contribuir voluntária e de forma colaborativa para superar o monopólio partidário da representação política institucional”²⁶⁹. Em um primeiro momento, a narrativa utilizada por Marina foi muito semelhante a do *Podemos* na Espanha com tentativas de superação da dicotomia esquerda-direita. “A REDE não é de esquerda, nem de direita”, dizia ela na fundação do partido em 2013²⁷⁰. Mas algumas decisões tomadas ao longo desse curto tempo de vida levaram o partido para o centro do espectro político. Primeiro, a presença de Neca Setúbal, herdeira do banco Itaú, teve o papel de aproximar do partido setores do capital financeiro. Em seguida, o apoio de Marina Silva à candidatura de Aécio Neves no segundo turno presidencial de 2014 e ao impeachment de Dilma em 2016 a afastaram ainda mais dos movimentos sociais e do campo progressista. Um primeiro sinal de que esses posicionamentos iam na direção contrária do que esperavam alguns militantes da REDE veio em 2015 quando um grupo, majoritariamente paulista, liderado pelo historiador Célio Turino, saiu para fundar um novo partido à esquerda, o RAIZ. “A candidatura do Aécio não representa aquilo que estava expresso no nosso desejo de construção da Rede e da própria candidatura da Marina”²⁷¹, já havia dito Turino antes da decisão de sair do partido. No ano seguinte, foi a vez de um grupo liderado pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares pedir a desfiliação em uma carta aberta que teve considerável repercussão. Na missiva, os fundadores da REDE anunciaram as razões que os levaram a não acreditar mais no partido:

Por conta da reduzida definição política, a REDE tem se construído como uma legião de pessoas de boa vontade e nenhum rumo. Alcançada a legalização do partido, foi precisamente essa característica que permitiu que muitos oportunistas e políticos de direita identificassem na REDE um espaço fértil para seus projetos particulares. O que ocorreu em todo o País, então, foi um mergulho da REDE em direção ao passado e às tradições políticas que pretendíamos superar²⁷².

²⁶⁹ Disponível em: <https://redesustentabilidade.org.br/estatuto/>

²⁷⁰ O registro definitivo do partido no TSE só veio em 2015.

²⁷¹ Carta Capital, 16.10.2014. Disponível em:

<http://www.cartacapital.com.br/politica/201ccandidatura-do-aecio-nao-representa-o-que-estava-expresso-na-construcao-da-rede201d-diz-celio-turino-6188.html>

²⁷² Subscreveram a carta Luiz Eduardo Soares, Miriam Krenzinger, Marcos Rolim, Liszt Vieira, Tite Borges, Carla Rodrigues Duarte e Sonia Bernardes. Disponível em:

De certo modo, se no início a REDE pareceu querer seguir pelo caminho do *Podemos*, com o tempo ficou claro que o modelo copiado era, na verdade, o do também espanhol *Ciudadanos*, ou seja, um partido nascido do momento disruptivo, mas com viés programático voltado para a centro-direita.

O PSOL, também um partido recente, parece mais próximo desse caminho. Ao contrário da REDE, o partido vem reafirmando consecutivamente sua vocação programática redistributiva e em defesa dos direitos humanos. Contudo, o partido ainda está muito circunscrito ao Rio de Janeiro, de onde vem 3 de seus 5 deputados federais. Seu principal rosto público é o deputado estadual Marcelo Freixo, que no Rio de Janeiro vem construindo uma política tal qual a de um partido-movimento, ou seja, para além das estruturas partidárias, muito próxima da sociedade civil. E tem obtido enorme sucesso, haja visto que o partido possui as maiores bancadas da esquerda tanto na Câmara Municipal de Vereadores da capital quanto na Assembleia Legislativa do estado. Todavia, o mesmo não ocorre no resto do país. Essa situação pode mudar no médio prazo se Freixo for alçado como líder nacional do partido. Mas, também, se conseguir romper com certo sectarismo que o PSOL ainda impõe ao rejeitar qualquer aliança que não seja com a extrema-esquerda. Outra dificuldade a ser superada é a barreira das camadas mais pobres. Hoje o mapa eleitoral do partido demonstra que seus eleitores estão circunscritos às camadas médias e altas. Como bem diz um arguto analista britânico, “os próprios eleitores a quem o programa político do PSOL tenta atender são aqueles que se sentem mais distantes do partido – e são muitas vezes hostis a ele”²⁷³. Há, claro, exceções, como a bem votada vereadora Marielle Franco, líder popular na favela da Maré. Mas ainda é a exceção.

Se os novos partidos trazem problemas, com aqueles já consolidados no sistema partidário não é diferente. O PT nasceu no início da década de 80 diferente do que é hoje. Como já vimos, aquela aura jovial, radical, classista e sectária representava aquilo que Singer (2013) chamou de “espírito do Sion”. Um partido de bases fortemente enraizadas. Mas, com o tempo, o partido reformulou sua

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/560789-por-que-saimos-da-rede-sustentabilidade-carta-aberta-aos-membros-da-rede>

²⁷³ Glenn Greenwald no *The Intercept Brasil*, 31.10.2016. Disponível em:

<https://theintercept.com/2016/10/31/a-grande-derrota-do-psol-no-rio-evidencia-o-maior-desafio-da-esquerda-mundial-e-especialmente-no-brasil/>

conduta sob a direção do ex-líder estudantil José Dirceu e tornou-se um partido mais moderado, o partido do “espírito do Anhembi”. A ação institucional, por cima, passou a ganhar protagonismo em sua *práxis*. “Em vez de projeto de hegemonia, organizou um projeto de poder”, observou Marco Aurélio Nogueira (2013, p. 41). Ao mesmo tempo, o discurso classista acerca do ator político privilegiado, o operário, foi substituído pouco a pouco pelo discurso popular tendo o povo como sujeito histórico. Essa transformação não passou incólume e muitos setores saíram do partido para fundarem outros como PCO, PSTU e PSOL. Mas isso não quer dizer que no PT tenha restado apenas um pensamento único. Pelo contrário, são muitas as correntes que disputam os rumos do partido. Embora haja um campo majoritário mais reticente às mudanças radicais conhecido como *Construindo um Novo Brasil*, há um campo minoritário, a *Mensagem ao Partido*, que parece encontrar fissuras para pressionar mudanças táticas do partido. Foi o caso da recente eleição para a presidência da Câmara dos Deputados ocorrida em 02 de fevereiro de 2017. A burocracia partidária inicialmente propôs que a bancada petista apoiasse a reeleição do deputado Rodrigo Maia do DEM. O vazamento dessa notícia gerou uma série de protestos da militância partidária que considerou um absurdo o partido sustentar a eleição de alguém que apoiou o golpe parlamentar. Essa pressão da militância, vocalizada internamente pela *Mensagem ao Partido*, obteve sucesso e obrigou a bancada a modificar sua decisão e apoiar o candidato do PDT. Esse parece ser um exemplo didático de que o partido está em disputa e que pode ser transformado. Mas essa transformação não será um retorno ao “espírito do Sion”. A síntese, na direção de um partido-movimento, precisará resgatar aquela *práxis* basista do “espírito de Sion”, articulada ao discurso popular democrático do “espírito do anhembi”. A esse espírito novo poderíamos chamar de “espírito do partido-movimento”.

Os obstáculos são muitos e a questão permanece: de onde então poderia surgir um partido-movimento no Brasil? A resposta não é simples, mas alguns indícios já estão aí, na boca de diferentes atores como os que defendem as vias frentista, basista e centrista anteriormente mencionadas.

Em um país continental e multipartidário como o Brasil, torna-se difícil a perspectiva de surgir um único partido capaz de reunir os elementos de um partido-movimento. Nem é necessário. O novo nasce do velho, mas nem por isso é menos

novo, diz a velha dialética. Ora, há algo de partido-movimento na *práxis* já adotada por um Marcelo Freixo, do PSOL, no Rio de Janeiro, por um Flávio Dino, do PCdoB, no Maranhão, por um Randolfe Rodrigues, da REDE, no Amapá, por uma Manuela d'Ávila, do PCdoB, no Rio Grande do Sul, por um Aliel Machado, da REDE, do Paraná, ou por um Fernando Haddad, do PT de São Paulo. Daí a importância do reconhecimento de que uma frente de partidos e movimentos seja mais adequada, quem sabe algo como a *Front de Gauche* na França, o Bloco de Esquerda em Portugal ou a Frente Ampla no Uruguai. Daí a importância da via frentista. Santos e Szwako oferecem uma pista do que seria essa frente:

Nesse esforço, é fundamental somar todos os matizes de vozes democráticas comprometidas com valores minimamente civilizados e igualitários: de um 'centrão' ampliado, esteio da redemocratização brasileira, até vozes radicais, passando necessariamente por liberais, comunistas e socialdemocratas. Um arco de alianças policlassista de corte também democrático, alinhando periferias, classes médias e empresariado liberal não conservador, é fundamental nesse projeto (2016, p. 120).

Uma frente de partidos não será diferente de uma aliança qualquer de legendas, como tantas que já vicejaram na história política do país, se não adotar novos métodos internos, enfim, uma nova *práxis*. Os governos Lula e Dilma, foram muito eficientes na política nacional-desenvolvimentista por eles implementada: distribuíram renda, reduziram desemprego etc. O problema é que tudo isso foi feito “pelo alto”. Quando os problemas se acumularam e os adversários se uniram não houve na parte de baixo da sociedade quem estivesse organizado para os apoiar e o golpe passou sem muitos obstáculos. Esse foi um aprendizado dessa experiência histórica da esquerda no governo: é preciso construir coletivamente, de baixo para cima, bases sociais. Esse é o papel que reivindica a via basista. A frente de partidos, no modelo de um partido-movimento, é construída de forma coletiva, transparente e com ampla consulta popular. Seus parlamentares são ativistas dentro do parlamento e não parlamentares que um dia foram ativistas. A escolha dos candidatos dessa frente precisa ser feita através de prévias ou primárias abertas não apenas para filiados, mas para todos os que se identificarem com essa agenda. Mas com qual agenda?

A via centrista propõe uma agenda programática que não precisa ser seguida na íntegra por um partido-movimento. Tradições não precisam ser abandonadas. Agora, a mesma via centrista sublinha a importância de um reformismo tributário

forte e isso deve fazer parte da agenda de um partido-movimento. Um partido-movimento combate a austeridade econômica e sugere a redução da desigualdade apontando, tal qual Piketty, para os impostos sobre grandes fortunas e impostos progressivos sobre a renda. Mantém também entre suas prioridades a sustentabilidade ambiental, a transparência republicana *etc.* Aliás, aqui, a *accountability* é fim, não meio.

Ignorar esse movimento da hora presente seria um grande equívoco. Essa reconfiguração partidária é uma urgência imposta pela própria crise de representação. Como diz Marcos Nobre,

Pode parecer ficção científica para quem se tornou adulto a partir da década de 1990, mas no Brasil partidos já estiveram presentes na vida cotidiana das pessoas. Estruturas partidárias chegavam ao nível local, eram espaços abertos à elaboração de experiências e a diferentes formas de organização coletiva de ações e intervenções. Hoje, os partidos não estão mais na vida cotidiana das pessoas. As igrejas de diferentes denominações religiosas estão²⁷⁴.

Nobre sugere que, se esse reencontro entre partidos e sociedade civil não se efetivar, quem emergirá com força no curto prazo será a extrema-direita a partir do discurso de ódio contra as instituições democráticas, sem que haja qualquer tipo de mediação. “Quando dar de ombros para a política institucional se torna a regra, quem consegue canalizar o ódio social para dentro do sistema político é quem joga contra as instituições democráticas, é a extrema direita”²⁷⁵, diz o filósofo. Ao nosso ver, ao partido-movimento cabe ser a alternativa democrática para deter essa crise de representação que cresce em ritmo vertiginoso.

Outrossim, Guilherme Boulos parece ter amadurecido sua formulação nessa direção. Em uma entrevista ao site Outras Palavras feita em novembro de 2016 o líder do MTST revelou toda a sua inspiração no *Podemos* espanhol. A partir da avaliação, já mencionada neste capítulo, de que o ciclo de conciliação de classes promovido pelo PT chegou ao fim, Boulos acredita ser possível construir algo parecido com o *Podemos* no Brasil. Mas, para isso é necessário ter paciência histórica e muito, muito trabalho de base. O fim desse ciclo exige a construção de “algo novo, agora esse novo não surge apenas por deliberação, não surge a frio, não surge do debate produtivo entre dirigentes e intelectuais. Esse novo precisa surgir

²⁷⁴ Valor Econômico, 05.12.2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4795707/o-futuro-dos-partidos>

²⁷⁵ Idem.

de um processo a quente, de luta, numa crescente de mobilização social”²⁷⁶, argumenta Boulos. De um novo momento disruptivo engendrado pela crítica à austeridade econômica imposta pelo governo de Michel Temer poderia surgir um partido-movimento. Santos e Szwako sustentam que “o desafio da reconstrução democrática é duplo: construir uma alternativa civilizada ao projeto conservador reinante no País e disputar suas bases sociais e eleitorais mais amplas, sendo a um só tempo alternativa a ele e para elas” (2016, p. 119). Com outras palavras, o que estão sugerindo é a necessidade de serem buscados *los que faltan*, tal qual repete o *Podemos* em Espanha.

Se nossa hipótese está correta, então cabe aos partidos que aí estão, aqueles localizados na esquerda e na centro-esquerda da arena política, construir uma esfera própria de articulação política baseada em novos princípios organizativos e programáticos. Mais do que isso, precisarão enfrentar aquilo que Silva (2015, p. 8) definiu como o desafio da democracia brasileira, qual seja, a reconstrução da representação política em um nível mais elevado. Se a escolha racional dessas burocracias partidárias é pela sobrevivência, então suas portas deverão ser escancaradas para a sociedade civil e os movimentos sociais. A saída é pelo partido-movimento.

²⁷⁶ Entrevista com Guilherme Boulos. 24.12.2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/guilherme-boulos-e-o-mtst-pensam-numa-nova-esquerda/>

Considerações finais

A esquerda parece ter medo de sair da antecâmara do poder; faria melhor se olhasse para baixo, em vez de para o alto, e reencontrasse a inspiração de todos os movimentos sociais: lutar com aqueles que estão oprimidos, libertar aqueles que estão prisioneiros, dar esperança àqueles a que se prega a submissão. (TOURAINÉ, 1980, p. 219).

Em 1980, Alain Touraine, um dos principais sociólogos franceses da contemporaneidade, publicou um pequeno livro intitulado *O pós-socialismo*. Relembrando: após o período disruptivo de maio de 68, a sociedade francesa, que parecia querer respirar ares libertários, elegeu uma assembleia e um governo conservador que durou mais de uma década. Inconformado com a situação, Touraine escreveu o livro onde apontava o fim da política socialista e a urgência da construção de um novo tipo de ação capaz de dialogar com os então novos movimentos sociais que surgiam. Disse Touraine (1980, p. 213), com uma inabalável certeza: “na França, como aliás em toda parte, o socialismo chegou ao final de seu caminho. Sua grandiloquência limita-se a uma política politiqueria e sua voz sufoca a voz dos novos movimentos sociais”. Teria sido uma preciosa intervenção teórica e política sobre aquele momento histórico, não fosse por um pequeno detalhe que marginalizou o sucesso do livro: no ano seguinte, em 1981, o Partido Socialista francês, sob a liderança de François Mitterrand, venceu a presidência e lá permaneceu até 1995; em Portugal, o socialista Mario Soares foi eleito primeiro-ministro em 1983 e, em 1986, assumiu a presidência, de onde o Partido Socialista saiu apenas vinte anos depois, em 2006; na Espanha, Felipe González do PSOE foi eleito primeiro-ministro em 1982 e deixou o cargo apenas em 1996; e na Grécia, Andreas Papandreu, do PASOK, foi eleito primeiro-ministro em 1981 e só deixou o posto em 1989. Afinal de contas, nem sempre os sociólogos acertam em suas previsões.

Mas será que Touraine estava de todo errado? Ou apenas chegou cedo demais ao seu destino? Ao escrever sobre a embrionária sociedade pós-industrial, Touraine pensava em um novo contexto, onde os conflitos entre trabalhadores e patrões, entre capital e trabalho, já não seriam mais o “motor da história”. Nessa

sociedade pós-industrial não haveria espaço para um partido que fosse “apenas” representante da classe operária. “A primeira condição para um renascimento político da esquerda é, portanto, a rejeição do Grande Partido, ou seja, aquele que fala em nome de uma classe e, ao mesmo tempo da ciência e da história”, diz Touraine (1980, p. 211).

Essa formulação não parece muito diferente do pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em *Hegemonia e estratégia socialista*, publicado em 1985. Observando aquilo que definiram como o fim de uma ontologia privilegiada do proletariado no mundo contemporâneo, os autores defenderam a tese de que um programa de ação da esquerda deveria articular as demandas dos trabalhadores às demandas dos novos movimentos sociais. Essa seria a base para um programa de “democracia radical”. Os autores resumem bem essa ideia no prefácio à segunda edição do livro:

Um dos preceitos centrais de *Hegemonia e estratégia socialista* é a necessidade de se criar uma cadeia de equivalência entre as várias lutas democráticas contra diferentes formas de subordinação. Defendemos que as lutas contra o sexismo, o racismo, a discriminação sexual e em defesa do meio ambiente, precisam ser articuladas às dos trabalhadores num novo projeto hegemônico de esquerda. Numa terminologia recentemente em voga, insistimos que a esquerda precisava enfrentar questões tanto de “redistribuição” como de “reconhecimento”. É isto que queremos dizer por “democracia radical e plural” (MOUFFE e LACLAU, 2015, p. 47).

Ocorre que, ao contrário de Mouffe e Laclau, Touraine descarta cedo demais a relevância dos partidos. “Não é preciso conclamar os partidos, mas as forças que constroem uma sociedade nova”, diz Touraine (1980, p. 219). E assim, sua justeza teórica não encontra sustentação na realidade concreta, onde os partidos ainda são fundamentais para a organização da ação coletiva.

De certo modo, já há algum tempo que partidos políticos de esquerda vêm tentando atualizar seus programas para os novos tempos. Um primeiro ensaio foi certamente a via eurocomunista na década de 70, um caminho do meio entre a social democracia e o comunismo ortodoxo europeu. Entre os formuladores dessa via, destacam-se o Partido Comunista Italiano, de Enrico Berlinguer, o Partido Comunista Francês, de Georges Marchais, e o Partido Comunista Espanhol, de Santiago Carrillo. Esse último, em seu livro *Eurocomunismo e Estado*, de 1977, descreve quais seriam as bases dessa atualização programática:

Os partidos incluídos na corrente eurocomunista coincidem na necessidade de ir ao socialismo com democracia, pluralidade partidária, parlamento e instituições representativas, soberania popular exercida regularmente através do sufrágio universal, sindicatos independentes do estado e dos partidos, liberdade para a oposição, direitos humanos, liberdades religiosas, liberdade de criação cultural, científica, artística e o desenvolvimento das mais amplas formas de participação popular em todos os níveis e ramos da atividade social (CARRILLO, 1977, p. 100).

Contudo, o estrondoso barulho criado pelo eurocomunismo, pela crítica direta e interna ao socialismo real da União Soviética, foi maior do que o seu sucesso eleitoral.

Na década de 90, uma outra tentativa de atualização programática foi realizada, mas dessa vez com um sucesso eleitoral reconhecido: trata-se da “terceira via”, formulada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens e implementada por alguns partidos identificados com a social-democracia, tais como o Partido Trabalhista de Tony Blair, o Partido Democrata de Bill Clinton e o SPD de Gerhard Schroder. Mas, se a experiência do eurocomunismo navegava claramente à esquerda, entre o comunismo ortodoxo e a social-democracia, a “terceira via” localizava-se mais à direita do espectro político. “É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo”, diz Giddens (2001, p. 36).

No primeiro capítulo desta tese, busquei demonstrar como no início do século XXI, mais precisamente a partir da crise econômica mundial de 2008, algumas democracias ocidentais assistiram ao nascimento de uma nova tipologia partidária: o partido-movimento. Por um lado, esses partidos-movimento nasceram como reação social e política à cartelização do sistema partidário que já havia sido observada por Richard Katz e Peter Mair e que descrevi na introdução desta tese. Em alguns países – Portugal, Espanha, França e Grécia – a reação foi contra uma certa moderação programática dos partidos social-democratas; em outros – EUA, Alemanha e Reino Unido – contra o *aggiornamento* neoliberal desses partidos social-democratas em direção à “terceira via”. Por outro lado, esses partidos-movimento incorporaram a ideia presente em Touraine, Laclau e Mouffe de que não bastaria mais, nos tempos atuais, que a esquerda representasse apenas a classe social trabalhadora e que precisariam olhar mais para os novos movimentos sociais. Esses partidos-movimento nascem, assim, de uma complexa articulação das

demandas identitárias dos novos movimentos sociais ao lado das reivindicações trabalhistas.

Para saber até que ponto essa nova tipologia faria sentido no Brasil, fez-se necessária uma investigação das relações entre os partidos e algumas organizações da sociedade civil presentes no cenário local. A sociologia política presente no segundo capítulo trouxe para o foco de análise a participação partidária nas direções das centrais sindicais, das organizações camponesas, dos sindicatos patronais, dos clubes desportivos e dos movimentos estudantis. Tal investigação autoriza a afirmação de que os partidos políticos mantêm relações ativas com essas organizações. A hipótese que deriva dessa conclusão é: se os partidos estão próximos das mencionadas organizações, como comprovamos nesta tese, será que a sensação de desconfiança registrada nas pesquisas de opinião pública não ocorreria devido à distância que tais organizações da sociedade civil mantêm das pessoas? Em outras palavras, será que a suposta crise de representação não seria exatamente dos partidos, mas sim das organizações da sociedade civil?

Por fim, no terceiro capítulo foi observada a dinâmica entre sociedade civil, partidos e Estado no Brasil, com ênfase no período dos governos Lula e Dilma Rousseff, de 2003 até 2016. Ali, foi defendida a hipótese de que esse período histórico conhecido como lulismo caracterizou-se por um modelo robusto de conciliação de classes, que passou a entrar em declínio com as jornadas de junho de 2013 e alcançou seu fim com o impeachment de 2016. Esse momento foi definido como disruptivo por duas razões principais: em primeiro lugar, por ter aberto, pela primeira vez na história recente brasileira, as portas das ruas para movimentos sociais localizados à direita do espectro político; em segundo lugar, por ter culminado com o golpe parlamentar de 2016. Ademais, esse momento disruptivo permitiu também que o debate alargasse a esfera pública brasileira, trazendo para seu bojo a presença de uma pluralidade e diversidade de atores que há algum tempo não era vista. E desse debate, os partidos políticos podem sair fortalecidos. Afinal de contas, momentos de crise são também de oportunidades.

Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. A loba de Roma. In: **O Globo**. 28 de junho de 2016. _____ . “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: Ferreira, Jorge e Aarão Reis, Daniel (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)**, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 3, 2000. _____ . Algumas consequências políticas de Lula: novos padrões de formação e recrutamento ministerial, controle de agenda e produção legislativa. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007a.
- _____ O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: CINTRA, Antonio Octávio; AVELAR, Lúcia. **O sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª. Ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Ed. UNESP, 2007b.
- ARAUJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 24, jun. 2005.
- AVRITZER, Leonardo.; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A Estrela Partida ao Meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BALBI, Irineu Belo. Um estudo sobre o movimento sindical: centrais sindicais e sindicatos no Brasil contemporâneo. **Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política** – UFPR - Curitiba 31 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 1993.

BOITO JR., Armando; O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 37. p.171-181, 2013a.

_____; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, Sept. 2013b.

BOLOGNESI, Bruno. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 46, June 2013.

BONFIM, Raimundo. “Se o andar de cima bater mais panela, só resta ao andar debaixo botar fogo no fogão”. **Viomundo**. 08 de abril de 2015.

BOSCHI, Renato.; DINIZ, Eli. **A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 454-485, Nov. 2008.

_____. e PRAÇA, S. Recrutamento Partidário: Seleção de Candidatos à Câmara dos Vereadores paulistana In: BRAGA, M. S. e KINZO, M. D'Alva (orgs.). **Eleitores e Representação Partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas/CNPQ, 2007.

_____. VEIGA, Luciana Fernandes; MIRIADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos

Deputados nas eleições de 2006. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 123-142, June, 2009.

_____. PIMENTEL JR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. **Opin. Publica**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, Nov. 2011.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André.; LOUREIRO, Isabel. (Orgs.) **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BRANCALEONE, Cassio. **Teoria social, democracia e autonomia: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista**. Rio de Janeiro: Beco do azougue, 2015.

BRANDÃO, Carla. **Movimento Estudantil Contemporâneo: uma análise compreensiva das suas formas de atuação**. Tese de doutorado. UFPE. Recife, fevereiro de 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTTERFIELD, Colin.; CHEQUER, Rogerio. **Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil**. São Paulo: Matrix, 2016.

CARRILLO, Santiago. **Eurocomunismo e Estado**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, Alceu Luis. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: LECH, 1982.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível (Base social e projeto político – 1980-1991)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

CHILCOTE, Ronald. **Partido comunista brasileiro: conflito e integração, 1922-1972**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHOMSKY, Noam. **Sistemas de poder: conversas sobre as revoltas democráticas globais e os novos desafios ao império americano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 14, p. 227-253, Aug. 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal. In: **Gramsci e o Brasil**. Outubro de 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro. **O camponês e a história: A construção da Utab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva**. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira 2004.

CZUDNOWSKI, M. M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, F. & POLSBY, N. W. (eds.). **Handbook of Political Science**. V. 2: Micropolitical Theory. Reading (MA): Addison-Wesley, 1975.

DAHL, Robert. **A poliarquia**. São Paulo: Edusp, 2012.

DALTON, R.J.; MCALLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. "Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas". **Análise Social**, vol. XXXVIII, Lisboa, 2003.

DAMIANI, Marco; VIVIANI, Lorenzo; The New Left in the European Democracies: The case of the German Radical Left. **Partecipazione e Conflitto: The Open Journal of Sociopolitical Studies**. March, 2015.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Governo Lula: contornos sociais e políticos da elite do poder**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

_____. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

D'AVILA, Paulo M.F e MARQUES, Vera Lúcia. O Movimento LGBT e os Partidos Políticos. In: Dossiê, Movimentos Sociais e Ação Coletiva, **Revista Brasileira de Ciência Política**, ICP/UNB, Brasília, n.3, Janeiro/Julho de 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DENIZ ESPINOS, José. Podemos, ¿una salida española a la crisis?. **Ola financ**, México, v. 8, n. 22, p. 2-24, dic. 2015.

DIMITROV, Georgi. **A unidade operária contra o fascismo**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUNKER, Christian. **A cidade entre o espaço e o território**. 13-07-2016. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/07/13/a-cidade-entre-o-espaco-e-o-territorio/>

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina; e LIMONGI, Fernando., "Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, nº 29, pp. 175-200, 1995.

_____. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FLEISCHER, David. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. Os partidos políticos. In: **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Os partidos políticos. In: CINTRA, Antônio Octávio; AVELAR, Lúcia. **O sistema político brasileiro: uma introdução**. 2.ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Ed. Unesp, 2007.

_____.; MARQUES, J. R.. **PSDB: de facção a partido**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GALVÃO, Andréia. Sindicalismo e neoliberalismo – Um exame da trajetória da CUT e da Força Sindical. In: Antunes, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GIANNOTTI, Vito. **Força Sindical – A central neoliberal de Medeiros a Paulinho**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. **CUT: por dentro e por fora**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **CUT: ontem e hoje. O que mudou das origens ao IV CONCUT**. São Paulo: Vozes, 1991.

_____. **Para onde vai a CUT?** São Paulo: Página aberta, 1993.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUARNIERI, Fernando. **Partidos, seleção de candidatos e comportamento político**. São Paulo, dissertação de mestrado, DCP-USP, 2004.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. **A renovação da esquerda**. 15.04.2015 – Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/harvey-opina-renovacao-da-esquerda/>

HIPÓLITO, Lucia. **PSD: de raposas e reformistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IGLESIAS, Pablo. Entender Podemos. **New Left Review**. 94. Julho Agosto 2015.

INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio. (Orgs) **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ISMAEL, Ricardo. Sobre a representação dos interesses dos trabalhadores brasileiros no capitalismo contemporâneo. **O Social em Questão** - Ano XIV - nº 25/26 – 2011.

JEREZ, Ariel; MACEIRAS, Sergio D'Antonio; MAESTU, Enrique. Esferas públicas, crisis política e internet: el surgimiento electoral de Podemos. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, supl. p. 1573-1596, Dec. 2015.

KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário Camponês do Brasil (1924-1930)**. São Paulo: Alameda, 2006.

KASAHARA, Yuri. A regulação do setor financeiro brasileiro: uma análise exploratória das relações entre estado e setor privado. In: BOSCHI, Renato (org). **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMF, 2011.

KECK, Margaret. **PT: A lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva G. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, nº 57, 2005.

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 54, fev. 2004.

_____. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and Political Development**. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

LAAKSO, Markko e TEEGAPER, Rein. Effective Number of Parties: A Measure with Applications to West Europe, **Comparative Political Studies**, 12, n.1 abril, 1979.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. “O PT e a Unidade Partidária como Problema”. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Vol. 45, nº 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégica Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAPALOMBARA, Joseph. **A política no interior das nações**. Brasília: UNB, 1982.

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 609-650, Sept. 2016.

LEMONS, Leany Barreiro. **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal, 2008.

LIMA, Venício. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LIMA JR, Olavo Brasil de. **Os Partidos Políticos Brasileiros – A Experiência Federal e Regional: 1945/64**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-94)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, vol. 38, n. 3, 1995.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 88, Dec. 2010.

LOPES, João Teixeira. Para a refundação da esquerda. **Revista Vírus**, No. 4, agosto/setembro, 2008.

LUCCA, Juan Bautista. Origem e transformação do enraizamento sindical do Partido Justicialista (Argentina) e do Partido dos Trabalhadores (Brasil).

Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 5, p. 287-320, July 2011.

FARIA, Alessandra Maia Terra de. **Do social e do político: teorias da representação política**. Dissertação de mestrado em sociologia e política. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

MAINWARING, Scott. "Democracia Presidencialista Multipartidária: o Caso do Brasil". **Lua Nova**, n. 28/29, São Paulo: Cedec, 1993.

_____; e SCULLY, Timothy. **Parties and Party Systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, vol. 38, nº 167, 2003, p. 277-293.

_____; KATZ, Richard. Changing models of party organization and party democracy: The Emergence of the cartel party, in **Party Politics**, Vol. 1, No. 1, pp. 5-28, 1995.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARQUES, Teresa; GONÇALVES, Leandro. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, jul.-set. 2016.

MENEGUELLO, Rachel., **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MILIBAND, Ralph. Resposta a Nicos Poulantzas. In: **Debate sobre o Estado capitalista**. Porto: Crítica e sociedade, 1975.

MILIBAND, Ralph. **Parliamentary Socialism: A Study of the Politics of Labour**. London, 1961.

MONTENEGRO, Darlan F. **O Averso do Príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores**. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese (Doutorado em Ciência Política), 2009.

MORAES, Reginaldo. **Bloco de Esquerda e Podemos: dois experimentos de organização na nova esquerda europeia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

MOTTA, Luiz Eduardo (orgs.). **O Estado democrático de direito em questão: teorias críticas da judicialização da política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

NEGRI, Antonio. MEZZADRA, Sandro. **Um caminho para reanimar as lutas europeias**. 25.06.2014. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/negri-um-caminho-para-reanimar-as-lutas-europeias/>

NETO, Fernando Lima; DURÁN, Paulo Renato Flores. Ouvidorias públicas e conselhos de políticas: avanços e desafios na democratização da participação social e nas relações entre estado e sociedade. In: MENEZES e CARDOSO (Orgs). **Ouvidoria pública brasileira: reflexões, avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2016.

NEVES, Angela Vieira. **Cultura política e democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

NICOLAU, Jairo M., **Multipartidarismo e democracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

_____. Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados**, vol. 43, nº 4, pp. 709-735, 2000.

_____. Partidos Políticos no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Agenda Brasileira - Temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Partidos e sistemas partidários: 1985-2009. In: LESSA, Renato; MARTINS, Carlos Benedito. **Horizontes das ciências sociais. Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010.

_____. Partidos na república de 1946: uma réplica metodológica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, Sept. 2005.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, June 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 53, Oct. 2003.

ORTELLADO, Pablo *et al.* **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

OSTROGORSKI, Mosei. **La démocratie et partis politiques**. Paris: Calmann-Levy, 1912.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL JR., Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, Nov. 2007.

PAIVA, Gabriel. **A UNE sob o governo Lula**. São Paulo: Sundermann, 2013.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: a organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas: questões de teoria e método**. Curitiba, Ibpex, 2009.

PERLATTO, Fernando. Centrais sindicais e mundo do trabalho: disputas e dilemas em um quadro de fragmentação. **Boletim CEDES** [on-line], Rio de Janeiro, março de 2009, pp. 33-36.

POERNER, Arthur. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo. Huw Beynon: marxismo e sociologia. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 13-29, Apr. 2016.

REIS, Gilson. (Org). **Sindicalismo: cenários de um novo tempo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

RESENDE, Jó Antônio. **Jó Rezende (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro: CPDOC/ALERJ, 2001.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 22, n. 49, p. 5-37, Mar. 2014.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política — a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUES, Theófilo. **Conciliação ou conflito? A contribuição de Ernesto Laclau ao dilema brasileiro**. 39º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2015a.

_____. **Estado e classes sociais no Brasil: um estudo sobre os governos Lula e Dilma**. Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. Niterói: UFF, 2015b.

_____; SILVA, Mayra. A razão populista de Ernesto Laclau: uma crítica agonística. **Teoria e Cultura**. UFJF, v. 10 n. 2 jul/dez. 2015.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 17, n: 49, p. 71-92, 2002.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 73, Nov. 2005.

SADER, Emir (Org.). **E agora, PT? – Caráter e Identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAMUELS, David. As bases do petismo. **Opinião pública**, vol. 10, n: 2, p. 221-241, 2004.

_____. A evolução do petismo. (2002-2008). **Opinião pública**, v.14, n. 2, p. 302-318, 2008.

_____. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. In: SOARES, G. A. D; RENNÓ, L. R., **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Financiamento de campanha e eleições no Brasil: o que podemos aprender com o “caixa um” e propostas de reforma. In: BENEVIDES, M. V.; KERCHÉ, F.; VANNUCHI, Paulo; **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. **Dados**, vol. 40, n. 3, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

SANTANA, Marco Aurélio. As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 4, Dec. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crise da política e futuro da esquerda**. 06.01.2016 - Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/boaventura-a-crise-da-politica-e-o-futuro-da-esquerda/>

_____. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002.

_____. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____; SZWAKO, José. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 114-121, dez 2016.

_____; POGREBINSCHI, Thamy; Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 259-305, Sept. 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2013.

_____. **Paradoxos do liberalismo**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004.

SARTI, Ingrid. **Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca da utopia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2006.

_____. A utopia de Michels e a democracia partidária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 30 (1): 129-139, 1996.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UNB, 1976.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: UNB, 2000.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SILVA, Felipe Maia Guimarães. Crisis and conflict in Brazil – 2015. **Anuari del conflicte social**. Barcelona, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

_____. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 88, Dec. 2010.

_____. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, 102, julho de 2015.

SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973.

_____. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOLTY, Ingar. The Historic Significance of the New German Left Party. **Socialism and democracy**, p. 1-34, Junho, 2008.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. A nova república brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 291-312, Apr. 2012.

TOURAINÉ, Alain. **O pós-socialismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Resistências e mobilizações dos trabalhadores no comércio no Brasil**. XII Brasa, 2014.

_____. **Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo**, Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.

VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opin. Publica**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, Nov. 2007.

_____. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opin. Publica**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, Nov. 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A hora dos partidos-movimentos**. 15.06.2015 - Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/wallerstein-limites-e-esperancas-dos-partidos-movimentos/>

WERNECK VIANNA, Luiz. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. [et al.]. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. O Terceiro Poder na Carta de 1988 e a Tradição Republicana: mudança e conservação. In: OLIVEN, Ruben; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo. (Orgs.) **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Anpocs, 2008.

_____. **A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. O Cachoeira e a gota d'água. **O Estado de S. Paulo**, 22 de abril de 2012.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ZIZEK, Slavoj. **Hillary e o triunfo da ideologia**. 26.08.2016 - Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/26/zizek-hillary-e-o-triunfo-da-ideologia/>

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, Oct. 2005.